



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - CPGSS  
MESTRADO EM DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
E DESENVOLVIMENTO

**ACIDENTE COM O CÉSIO 137: PÂNICO SOCIAL, A  
COMUNICAÇÃO E O IMAGINÁRIO POPULAR EM GOIÂNIA**

JOÃO LUÍS FELIX DE SOUSA BUFÁIÇAL

GOIÂNIA  
2012

JOÃO LUÍS FELIX DE SOUSA BUFÁIÇAL

**ACIDENTE COM O CÉSIO 137: PÂNICO SOCIAL, A  
COMUNICAÇÃO E O IMAGINÁRIO POPULAR EM GOIÂNIA**

Dissertação, sob orientação do Prof. Dr. Gil César Costa de Paula, para obtenção do título de Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-GO.

GOIÂNIA  
2012

Bufaiçal, João Luís Felix de Sousa.  
Acidente com o Césio-137: Pânico Social, a Comunicação e o Imaginário Popular em Goiânia / João Luís Felix de Sousa Bufaiçal. – 2012.  
229 f. :il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Direito, 2012.

“Orientador: Prof. Dr. Gil César Costa de Paula”.

1. Césio-137. 2. Pânico. 3. Comunicação. 4. Imaginário. I. Título.

JOÃO LUÍS FELIX DE SOUSA BUFÁIÇAL

**ACIDENTE COM O CÉSIO-137: PÂNICO SOCIAL, A  
COMUNICAÇÃO E O IMAGINÁRIO POPULAR EM GOIÂNIA**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do grau de Mestre. Apresentada em 18 de dezembro de 2012, para a Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Gil César Costa de Paula  
Prof. Orientador e Presidente da Banca  
PUC-GO

---

Dr. Nivaldo dos Santos  
Prof. Membro da Banca  
PUC-GO

---

Dr<sup>a</sup>. Elza Guedes Chaves  
Prof<sup>a</sup>. Examinadora Externa  
UFG

“A procura da verdade é difícil e é fácil, já que ninguém poderá desvendá-la por completo ou ignorá-la inteiramente. Contudo, cada um de nós poderá acrescentar um pouco do nosso conhecimento sobre a natureza e, disso, uma certa grandeza emergirá ”.

Aristóteles

## AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, ao meu querido pai (*in memorian*), à minha querida esposa; à minha querida tia (e madrinha) Lígia; ao meu avô Domingos (*in memorian*); à minha “vó” Iracema (*in memorian*); ao meu avô Neif (*in memorian*); à minha avó Adélia; aos meus irmãos Rafa, Leandro, Maria e Narayana; ao Radesh; à “Nainha” e ao Thiago; à Jô Levy (coordenadora do curso de Comunicação Social e Jornalismo da UEG); ao Prof. Dr. Gil, por acreditar no projeto e na pesquisa; ao jornalista Weber Borges (*in memorian*); ao jornalista e ecologista Washington Novaes (pela preocupação com o assunto); ao Prof. Júlio (do NIPAC), também pelo apoio; ao cineasta Ângelo Lima (o “Carlitos” goiano); à jornalista e ex-deputada estadual Raquel Azeredo, pela coragem na cobertura da tragédia; à repórter Míriam Tomé (igualmente); ao cineasta Roberto Pires (*in memorian*); ao pessoal da antiga SULEIDE; ao Prof. Hildeth; ao pessoal do Centro Regional de Estudos Nucleares da CNEN em Abadia de Goiás; ao grande amigo e ator Venerando Ribeiro (que fez o papel do Ivo Alves Ferreira, pai da Leide, no cinema); à dona Rosinha e aos seus filhos Ângelo (*in memorian*) e Alexandre, moradores antiquíssimos da Rua 55; à dona Izolina, ao (seu esposo) Alvarez, e à filha (deles) Roberta Amorelli; ao Breno, vizinho dos fundos da casa da dona Izolina (na 55), onde éramos inquilinos; à dermatologista e professora Lia Cândida Miranda de Castro (da Faculdade de Medicina da UFG); ao Prof. José Walter Pélico (que coordenou o I Simpósio Sobre o Acidente Radioativo de Goiânia); à bióloga, astróloga (e na época servidora da FEBEM-GO) Elza Alcântara; à Ivone, diretora do antigo Colégio RUDÁ (pelo total incentivo); à professora Dra. Walderez Loureiro Miguel, da PUC-GO, desde a participação na conferência “O Césio-137 e o acidente radiológico de Goiânia”, passando pelo exame dos aspectos sociais e políticos do acidente até a realidade de hoje; à Denise Verano, ao Eduardo Verano, ao Cristiano Verano e a toda a família; ao barbeiro (e pastor) Jovino, do “Salão do Jopes”, na 74; à antropóloga Telma Camargo e à professora Elza Guedes Chaves, pela excepcional qualidade reflexiva de seus trabalhos; ao Gustavo Chaves, colega de longa data; à Dra. Maria Paula Curado (pelos anos de dedicação e contato com as vítimas); ao diretor Luís Eduardo Jorge; à Prof.<sup>a</sup> Clyce Louise Wiederhecker; aos psicólogos Suzana Helou e Sebastião Benício (pela excelente pesquisa no campo dos impactos emocionais); à jornalista Carla Lacerda (pelo ótimo livro); ao historiador Sérgio Paulo Moreyra; ao jornalista (e ex-deputado federal) Fernando Gabeira; ao despachante

Antônio José Barbosa, o “Pinguim”, e ao seu filho Vinícius, moradores históricos da Av. Oeste, no Setor Aeroporto - e vizinhos bem próximos do ferro-velho do Devair -, pelas incríveis revelações feitas; ao músico e compositor Itamar Correia, pela sensibilidade (cantou no enterro da Leide); à dermatologista Ana Lúcia Marccolo, do “C.A.R.A” (Centro de Assistência aos Radioacidentados); à marchand Eliane Miclos, a “Lica”, e ao “Afonsinho”, morador antigo do Setor Norte-Ferrovário; ao pessoal da banda Vida Seca (pelo bom desempenho no curta-metragem “Rua 57, nº 60”, exibido recentemente no “Fest-Cine”); ao pessoal da banda HC-137, pela persistência de mais de vinte e quatro anos, e pela energia demonstrada no show do dia 20 de outubro (de 2012): “25 Anos de Horrores do Césio 137”; à Dra. Sandra, da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia; ao Fernando, presidente da Associação dos Moradores do Setor Norte-Ferrovário; ao José Rubens Fabiano, o “Piau”, irmão do Ernesto Fabiano e do Edson Fabiano, todos eles vizinhos do lote do Devair, na Rua 15-A; ao Sobral, também vizinho da região; ao promotor de justiça Marcus Antônio Ferreira Alves; ao Waldimar, vigilante noturno do “C.A.R.A”; ao Rafael do HGG; à Pollyana do “C.A.R.A”; ao Fernando do HDT; à antropóloga Suzane de Alencar Vieira, da UNICAMP, pela extensa e profícua pesquisa; ao Igor, técnico em informática e ex-funcionário do TCE-GO (pelo salvamento do imenso texto digitado); e à assistente social Fariza Nahas Baldine, do INSS, por haver coordenado uma equipe de trabalho tão importante na época do acidente.



“O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado; outro, inferior e invisível, que é o futuro, e no meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são esses instantes do presente que vamos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”.

Pe. Antônio Vieira (1608-1697)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 UMA METÁFORA DA CONFUSÃO HUMANA</b> .....	<b>23</b>
1.1 O EMARANHADO POLÍTICO E NORMATIVO .....	28
1.2 ATOS ATABALHADOS .....	32
1.3 MARCOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO .....	35
1.4 O PEDAÇO AZUL DO INFERNO (UM PASSEIO NO LABIRINTO) .....	36
1.5 O PENSAMENTO DE BAKHTIN .....	41
<b>CAPITULO 2 ARQUEOLOGIA DO SABER</b> .....	<b>44</b>
2.1 VERSÕES DA HISTÓRIA E APROPRIAÇÕES DO SABER .....	46
2.2 O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT .....	52
2.3 ADVERTÊNCIA IGNORADA .....	56
2.4 RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL .....	60
2.5 PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS ATUAIS .....	64
2.6 GOIÂNIA E CHERNOBYL .....	67
2.7 DESCONHECIMENTO GENERALIZADO .....	68
2.8 HOSTILIDADES E AGRESSÕES .....	69
<b>3 A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E A RELATIVIDADE DO PROGRESSO</b> .....	<b>71</b>
3.1 REVISANDO (E ATUALIZANDO) ADORNO E HORKHEIMER .....	72
3.2 O CASO CELOBAR .....	75
3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE ORDEM TÉCNICO-CIENTÍFICA .....	77
3.4 TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS .....	82
3.5 O CÉSIO E OS CÂNCERES: POSSÍVEL RELAÇÃO ? .....	89
3.5.1 Diferenças .....	94
3.6 OS REJEITOS DO ACIDENTE RADIOATIVO DE GOIÂNIA .....	96
3.6.1 Protestos Contra a Transferência dos Rejeitos .....	101
3.6.2 Questionamentos e Reclamações .....	103
3.6.3 O Depósito (Definitivo) de Abadia de Goiás .....	104
3.7 A CRIAÇÃO DO NIPAC (DA PUC-GO) .....	107
3.8 O PAPEL DA (EXTINTA) SULEIDE (ATUAL “C.A.R.A”) .....	109
3.8.1 Assistência Médica e Inserção Social .....	113

3.8.2 Memória Negligenciada.....	115
3.8.3 Cuba.....	116
3.8.4 O Não Reconhecimento .....	118
3.8.5 Aguardando Reparação .....	126
3.9 PERSPECTIVAS VARIADAS.....	131
3.9.1 Significados Simbólicos.....	138
3.9.2 Dia de Fúria no cemitério Parque.....	142
3.9.3 Mobilizações Artísticas .....	146
3.9.4 Encenações.....	149
3.9.5 Música Radioativa .....	155
3.9.6 Literatura, Prosa e Poesia.....	159
3.9.7 Associações Místicas .....	162
<b>4 UMA TRAGÉDIA QUE NUNCA TERMINA.....</b>	<b>164</b>
4.1 RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA (A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA).....	168
4.2 GOIÂNIA, A NOVA CAPITAL DE GOIÁS.....	169
4.3 O NOVO GRANDE HOSPITAL (DA ENTÃO NOVA CAPITAL) .....	171
4.4 UMA POSSÍVEL CRONOLOGIA DA MÁQUINA DE RADIOTERAPIA .....	179
4.5 A DIFÍCIL SUPERAÇÃO (DA TRAGÉDIA).....	184
4.6 NARRATIVAS QUE VÊM DE FORA E AS NOVAS PROJEÇÕES IMAGÉTICAS .....	191
4.7 AINDA A FONTE DE CÉSIO – 137.....	197
4.8 A NECESSIDADE DE PENSAR.....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS OU DESFECHO.....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>211</b>

## RESUMO

CÉSIO -137– COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMAGINÁRIO POPULAR EM GOIÂNIA.

Os problemas relacionados à comunicação social e à desinformação causaram um grande pânico ao cidadão goianiense (goiano, e até brasileiro), especialmente considerando que foi um evento completamente novo e extraordinário, para o qual as pessoas não estavam logística e psicologicamente preparadas (para lidar). A imprensa, que por vezes agiu de maneira sensacionalista, acabou contribuindo para aumentar ainda mais o medo, o preconceito e a desconfiança, ao disseminar informações truncadas e até mesmo incorretas, causando ainda mais tumulto e convulsão social. O país como um todo não estava preparado para lidar com esses fatos trágicos - e provavelmente não estaria preparado hoje, se algo dessa magnitude voltasse a ocorrer.

PALAVRAS-CHAVE : Césio-137, Pânico, Comunicação, Imaginário, Goiânia.

## **ABSTRACT**

### **CÉSIO-137 EM GOIÂNIA - REACTIONS OF THE MIDIA AND PEOPLE IMAGINARY**

The problems related to social communication and lack of information caused a great degree of panic and confusion on the citizen's mind, specially considering that it was a completely new and extraordinary event, for which people were not logistically or psychologically prepared to deal with. The sensationalist press - which only increased fear, prejudice and suspicion - contributed to disseminate malinformation and cause more turmoil and social convulsion. The country as a whole was not prepared to deal with those tragic facts, and probably it would not be today if something of that magnificence happened to occur again.

**KEYWORDS :** Cesium- 137, Panic , Communication, Imaginary, Goiânia.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Foto histórica do piloto norte-americano **Randy Mamola** e sua Yamaha no **GP Mundial de Motovelocidade**, etapa Brasil, que aconteceu **em Goiânia**, no dia **27 de setembro de 1987**. Agressivo e corajoso, este piloto era muito popular em todo o mundo, e foi recebido na capital goiana como “a sensação” do evento. .... 39
- Figura 2:** Foto muito rara da família Alves Ferreira: os irmãos Devair Alves Ferreira (proprietário do ferro-velho 1), Ivo Alves Ferreira (proprietário do ferro-velho 2, pai da garotinha Leide - símbolo da tragédia -, e esposo de dona Lourdes das Neves); e Odesson Alves Ferreira (presidente da Associação das Vítimas do Césio 137 e principal representante delas), além dos pais e da esposa de um deles. .... 56
- Figura 3:** Técnicos aferindo os níveis de radioatividade no terreno (espaço) onde funcionava o ferro-velho de Devair Alves Ferreira, o “Ferro-Velho I”. .... 69
- Figura 4:** Vítima (Luíza Odet Mota) segurando um cartaz com a foto de Devair Alves Ferreira, já sem cabelos (todo careca) em razão dos efeitos da radioatividade. .... 75
- Figura 5:** Foto de alguns trabalhadores atuando na remoção de entulhos radioativos. Nem todos usavam as roupas completas e adequadas de proteção, e muitos chegaram a recolher material contaminado com as mãos (sem as luvas apropriadas). .... 77
- Figura 6 :** Wagner Mota Pereira (o “Vává”), um dos catadores que recolheram a “peça” radioativa. .... 82
- Figura 7:** Algumas vítimas que estavam isoladas e sendo monitoradas em tendas e barracas armadas no antigo (e extinto) Estádio Pedro Ludovico Teixeira (“Estádio Olímpico”). .... 86
- Figura 8:** Foto do cachorro Sheik, animal de estimação da família do “catador” Roberto Santos Alves. A casa do “Betão” era conhecida como “a casa do cachorro”. Depois de receber altas doses de radiação, o cão ficou mole, pesado e difícil de carregar. Teve de ser sacrificado. E foto de um dos diversos pombos que pousavam perto das áreas afetadas, e que também tiveram de ser sacrificados. .... 97
- Figura 9:** Foto tirada a uma certa distância de um dos morros de rejeitos radioativos, em Abadia de Goiás. .... 103
- Figura 10:** Túmulos das quatro primeiras vítimas fatais do acidente. .... 113
- Figura 11:** Reportagem de 1997 informando que, 10 (dez) anos depois do acidente, o Césio-137 continuava fazendo vítimas. .... 118
- Figura 12:** Roberto Santos Alves, que teve o antebraço direito amputado em razão do contato com o material radioativo. .... 126

<b>Figura 13:</b> Após o acidente, o lote da Rua 57 foi totalmente concretado. Em 2007, ele foi limpadado e preparado, mas, segundo vizinhos e algumas vítimas, chegou a servir de depósito de lixo doméstico. Famoso lote nº 60, na Rua 57, Centro de Goiânia. Neste espaço, ficava a casa do “catador” Roberto Santos Alves, o “Betão”. .....	137
<b>Figura 14:</b> Painel indicando a construção do “Museu do Césio (137)” no mesmo imóvel (nº 60) da Rua 57. O governo estadual até agora não demonstrou interesse em efetivar a obra, que tem maquete do artista plástico goiano Siron Franco.....	137
<b>Figura 15:</b> Aspecto de nítido abandono do lote da antiga casa da família de Roberto Santos Alves, após inúmeros anúncios oficiais de construção de um “Memorial” (Museu do Césio) para manter viva a lembrança do desastre radioativo de Goiânia. ....	138
<b>Figura 16:</b> Manifestantes protestam em frente à Catedral da Sé, em São Paulo, no dia em que a catástrofe radioativa com o Césio-137 completou vinte anos (13 de setembro de 2007). .....	138
<b>Figura 17:</b> Algumas cenas e imagens do dramático e tumultuado enterro das duas primeiras vítimas fatais da tragédia. ....	142
<b>Figura 18:</b> Túmulo da menina Leide das Neves Ferreira, no Cemitério Municipal Parque. ....	146
<b>Figura 19:</b> Foto do artista plástico Siron Franco.....	147
<b>Figura 20:</b> Cena de uma peça teatral que procurou transmitir um pouco da atmosfera envolvendo o Césio-137 em Goiânia. ....	150
<b>Figura 21:</b> Imagem histórica de Maria Gabriela Ferreira, a primeira vítima fatal da tragédia, embarcando para o Rio de Janeiro, onde viria a falecer. ....	151
<b>Figura 22:</b> Cartaz do filme “Césio 137, O Pesadelo de Goiânia”, que teve os atores Nelson Xavier e Joana Fomm como principais protagonistas. ....	152
<b>Figura 23:</b> Cena do filme em que Devair Alves Ferreira (Nelson Xavier) é observado por sua esposa Maria Gabriela (Joana Fomm) enquanto segura a “marmitta” (cápsula) radioativa. ....	152
<b>Figura 24:</b> Fotografia do mesmo filme, com o ator Paulo Betti no papel do “catador” Roberto. ....	153
<b>Figura 25:</b> A banda inglesa Deep Purple, de hard rock, tem um álbum chamado “The House of Blue Light” (ou “A Casa da Luz Azul”, em português), que curiosamente também foi lançado em 87. ....	156
<b>Figura 26:</b> Capa de um disco de uma famosa banda alemã de heavy metal, surgida em 1989 (dois anos após o acidente), e que se chama “Gamma Ray” (ou Raio Gama, em português). ....	157
<b>Figura 27:</b> Cartaz com fotos de um show da banda HC-137. ....	158
<b>Figura 28:</b> Foto de 1987. Criança sendo monitorada nas imediações do Estádio Olímpico de Goiânia. ....	164

<b>Figura 29:</b> Trabalhadores que atuaram na descontaminação dos locais atingidos pela radiação.....	167
<b>Figura 30:</b> Mão esquerda do ex-motorista de ônibus Odesson Alves Ferreira, já com os primeiros sintomas (lesões na pele) provocados pelo contato tópico com a radiação do Césio 137. ....	185
<b>Figura 31:</b> Dona Lourdes segura uma fotografia de sua filha Leide das Neves (sorrindo poucos dias antes da tragédia). ....	187
<b>Figura 32:</b> Uma das últimas fotos da garotinha Leide das Neves internada, já com os cabelos curtos por causa da radiação, mas ainda com vida. ....	196
<b>Figura 33:</b> Brilho incandescente do “misterioso pó” em ambiente desprovido de claridade. Além do caso de Goiânia, só encontrei, na literatura médica, o registro de um óbito relacionado especificamente a este elemento químico. Trata-se do extraordinário caso de um sujeito (funcionário búlgaro) que se suicidou usando Césio-137. A história dele foi relatada por cientistas soviéticos (GABEIRA, 1987, p. 11).....	199
<b>Figura 34:</b> Odesson Alves Ferreira segura um cartaz com a foto de sua sobrinha Leide das Neves Ferreira, no “Centro Regional De Ciências Nucleares”, em Abadia de Goiás.....	200

## INTRODUÇÃO

Embora o autor desta dissertação tenha se valido de todas (absolutamente todas) as fontes de pesquisa e informação a que pôde ter acesso, buscando ser o mais abrangente possível na coleta, na compilação e no fichamento das documentações, o presente trabalho não tem por escopo cair na tentação de querer contar “a verdadeira história do acidente” (com o Césio-137). Se os próprios protagonistas iniciais (Roberto e Wagner) do caminho percorrido pela cápsula de Césio<sup>1</sup> desde o abandono dela nas ruínas do antigo Instituto Goiano de Radioterapia não dão uma mesma versão (que seja integralmente coincidente) sobre como surgiu a ideia de pegá-la, como é que eu, que tinha apenas dez anos de idade na época do acidente, poderia pretender contar a única e definitiva versão dos fatos?

Ora, o máximo que se pode fazer é excluir algumas versões toscas e infundadas (pra não dizer inventadas) sobre a tragédia, como a de um professor de História de Goiás, que ministrou uma aula no Preparatório Obscuros (da Av. T-1) dizendo que a menina Leide das Neves se contaminara ingerindo o pó do Césio com “maçã”, informação que ele tirou sabe-se lá de onde. Existem inúmeras entrevistas em que a mãe de Leide, dona Lourdes das Neves, relata o episódio, dizendo claramente que a menina se contaminou após ingerir um ovo que ela havia cozido. E há também um vídeo histórico do acervo gigante do falecido jornalista Weber Borges (ex-diretor do programa Goiânia Urgente e provável “descobridor” do desastre), em que ele adentra a casa da família de Leide das Neves filmando os pedaços do pão que teria sido comido com o ovo na mesa em que a menina fez a fatídica refeição.

Portanto, é possível, sim, separar os fatos dos meros boatos, procurando, sempre que possível, extrair uma média verossímil da profusão de informações desconstruídas.

Cumprido esclarecer que, apesar de a procura e a inclusão incessantes de mais informações (novas e velhas) não ser inteiramente pertinente a uma modalidade *stricto sensu* de produção textual (dissertação de mestrado), tendo em vista a exigência de maior objetividade e capacidade de síntese, o presente trabalho incluiu

---

1 - Césio é também nome próprio, assim como outros nomes que dele se aproximam foneticamente (César, Célio, Celso, Késio, Sérgio, Clésio, Sinésio, Edésio, Ilézio, Onésio, Ildésio, Genésio, Silésio, Anicésio, Anésio, Uésio, Wésio, Clécio, Rézio, Celsio, Enésio, Ézio etc.), razão que leva a maioria dos que escrevem sobre o assunto a adotar a forma com a inicial minúscula (“césio” 137), para evitar confusão. Todavia, em razão do destaque que a palavra ganhou após o desastre de 87, optamos pela forma maiúscula “Césio” (137), como fazem alguns (poucos) autores de livros de Química.



- e continua a incluir - a visita a locais como o Cemitério Parque, onde estão enterrados a menina Leide das Neves, sua tia Maria Gabriela, e os ajudantes do ferro-velho do Devair (ferro-velho 1): Admilson dos Santos, e Israel Batista; o Centro Regional de Pesquisas Nucleares (Depósito) de Abadia de Goiás; a Rua 57, palco da abertura primeira (e parcial) da cápsula que continha o Césio-137; a Rua 26-A, onde ficava o ferro-velho 1 (ferro-velho do Devair) e onde a cápsula terminou de ser aberta; teatros, para assistir a novas peças sobre a tragédia; o Autódromo Internacional de Goiânia (para conversar com pessoas que estiveram no Grande Prêmio Mundial de Motovelocidade de 1987, como é o caso do autor da dissertação), para ouvir relatos e cruzar informações; a Seção de Arquivo da Câmara Municipal de Goiânia; a Seção de Arquivo da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia; a Seção de Arquivo da Assembleia Legislativa de Goiás; o ponto de ônibus na Av. Independência, em frente ao Cemitério Santana, de onde Maria Gabriela Ferreira, acompanhada de Geraldo Guilherme da Silva (também funcionário do ferro-velho de Devair), tomou a condução (“o coletivo”) que a levaria até o Serviço de Vigilância Sanitária, então localizado onde hoje funciona o “C.A.R.A” (ex- Superintendência Leide das Neves), lugar em que finalmente ela apresentou e deixou o “troço” (a peça hospitalar) que, nas palavras dela : “Tá matando a minha gente”, etc.

E também continuam sendo sistematicamente consultados outros arquivos públicos, como o Museu Zoroastro Artiaga, a Biblioteca Estadual Pio Vargas, a Biblioteca Marieta Telles Machado etc.

Por isso, vale também ressaltar que o presente trabalho não tem como objetivo esgotar o assunto, até porque o assunto é inesgotável, e não há trabalhos completos. O que há são verdades inacabadas, ou parciais, por assim dizer.

O primeiro objetivo desta dissertação é mostrar que a tragédia com o Césio-137 em Goiânia foi, e continua sendo - antes de mais nada -, um acidente (ou colapso) de comunicação. Nesse ponto, merece destaque o fato de que ainda hoje continue desconhecida a razão do abandono de um equipamento hospitalar de tamanha periculosidade (contendo a cápsula de cloreto de Césio). O fato – paradoxal - é que até hoje não se sabe, ao certo, por que esse equipamento foi abandonado em um local de tão fácil acesso. Por isso, uma das motivações para o presente trabalho foi justamente demonstrar que, por incrível que pareça, embora a tragédia radioativa de Goiânia possa ser elencada como um dos fatos mais marcantes da história (não apenas) da capital de Goiás, mas do ano de 1987 em todo o mundo - deixando mar-

cas que continuam indelévels -, a causa decisiva para a sua ocorrência permanece desconhecida ou ignorada pela maioria dos goianos.

O segundo objetivo foi salientar a questão de que as diversas versões que costumam caminhar lado a lado com os grandes acontecimentos da história, e que são extremamente comuns em um primeiro momento - ou seja, logo após a eclosão do evento -, no caso do Césio-137 não se desfizeram com o passar do tempo, como seria de se esperar. Ao contrário, estão aí até hoje, dificultando a apuração precisa das responsabilidades pela tragédia. Segundo Borges (2003, p. 13), jornalista muito citado nesta dissertação: “Com os responsáveis alinhados, pune-se e silencia-se a crise. Sem responsabilidade definida, como foi o caso, amplia-se o desastre”.

Isso tudo apesar de todos os locais principais da tragédia serem locais de muito fácil acesso, não somente para os próprios goianienses, mas para qualquer pesquisador de fora que queira vir aqui perquirir e depurar o assunto. Uma região como, por exemplo, a do “Triângulo das Bermudas”, localizada no Oceano Atlântico entre os vértices do Sul da Flórida, de Porto Rico, e das Ilhas Bermudas (e que teria sido palco de inúmeros desaparecimentos misteriosos de navios, aviões e embarcações de passeio, para os quais se popularizaram explicações extrafísicas ou sobrenaturais), constitui uma área vastíssima para a pesquisa de campo e a elucidação científica, variando consideravelmente em extensão territorial, que pode ser de 1.155.000 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil) quilômetros quadrados de mar até 3.120.00 (três milhões, cento e vinte mil) km<sup>2</sup> (de mar), dependendo da fonte pesquisada. Isso significa que a logística envolvida em uma pesquisa aprofundada e satisfatória na região é incomparavelmente maior e mais cara, em razão do tamanho (muito, muito grande) do oceano, o que não se verifica no caso do acidente com o Césio-137. A logística necessária para se perscrutar o desastre radioativo de Goiânia é, sem dúvida, menor e mais simples de ser desempenhada (desenvolvida), apesar da complexidade dos desdobramentos dessa tragédia goiana. Aqui cabe uma constatação: não há interesse em se debater e investigar o assunto a fundo, a despeito de todas as contribuições científicas e didático-pedagógicas que ele oferece. Pelo menos do ponto de vista governamental (especialmente no plano estadual). Um exemplo disso é o fato de o acervo de fotos, prontuários e documentações da antiga FUNLEIDE - Fundação Leide das Neves Ferreira (atual “C.A.R.A”) ter ficado por tanto tempo (anos a fio) armazenado e acondicionado de forma tão improvisada e precária (mambembe mesmo), em uma sala dessa instituição, colocando em risco

a memória oficial de um acidente de proporções internacionais.

Imagine se tal amadorismo seria admissível em países mais “sérios”, de sólidas tradições institucionais, como a Inglaterra, a Suécia, os Estados Unidos, Israel, a Austrália, a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha, o Japão, o Canadá etc. Certamente esses países não deixariam que a memória da história deles se perdesse (ou se extraviasse) dessa maneira. Lembrando – e lamentando - ainda que atualmente não há mais o luminoso que identificava o prédio estadual da FUNLEIDE (extinta Fundação Pública de Direito Privado) como “Fundação Leide das Neves Ferreira” (luminoso esse que permaneceu por muitos anos, mesmo após o “Governo do Estado de Goiás”, numa jogada de marketing para parecer mais “moderno”, ter convertido essa já tradicional fundação pública em “Superintendência Leide das Neves Ferreira” - SULEIDE, e, depois, em “Centro de Assistência aos Radioacidentados” – “C.A.R.A”, acabando por tirar-lhe a identidade).

O potencial que o caso de Goiânia tem para despertar o interesse das pessoas (não apenas as mais jovens) pela Ciência é extraordinário! Não deveríamos perder essa oportunidade, tendo em vista que o Brasil se tornou recentemente a sétima maior economia do planeta, ficando atrás apenas de EUA, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

O terceiro objetivo desta dissertação é ressaltar o quanto a tragédia de Goiânia mexe com o imaginário popular. Não apenas o de jornalistas, cientistas, pesquisadores, artistas e população em geral. Mas até mesmo dos “esotéricos” e demais pessoas com inclinação mística. Chama bastante a atenção que pessoas de várias outras partes do Brasil e do mundo tenham se interessado (e se fascinado) tanto pela questão. E, nesse “aspecto” que envolve o “sobrenatural”, eu (mesmo) devo dizer que já conversei até com astrólogos e numerólogos para saber o que eles teriam - e têm - a dizer a respeito do assunto. Algumas astrólogas já me falaram sobre “o mapa astral de Goiânia na época do desastre”. E existem, nesse sentido, comunidades na *internet* que discutem - e discorrem sobre - a suposta profecia de Nostradamus acerca da tragédia. Numerólogos e cidadãos intrigados poderiam mencionar o fato de que a rua por onde os “catadores” passaram levando o aparelho hospitalar contendo o Césio-137 – e que corta (fazendo esquina com) a Rua 57 da casa de um deles (Roberto Alves Santos) – é a Rua 80, do Setor Central. Então,  $80 + 57 = 137$  (do elemento químico). Se estivéssemos, por exemplo, em Hollywood, ou se o acidente tivesse acontecido por lá, é bem provável que tivessem sido feitos alguns fil-

mes de maiores (e mais dispendiosas) produções (cinematográficas). Não resta a menor dúvida de que, em torno da tragédia de Goiânia, existe um prato cheio para a imaginação das pessoas.

O quarto objetivo desta dissertação é mostrar que o acidente continua até hoje como uma ferida em aberto, não cicatrizada. Ele nunca termina, mesmo porque não se pode afirmar, sequer, que a sua (própria) história esteja satisfatoriamente bem contada (quanto mais, dizer que esteja integralmente elucidada).

Existe sempre uma informação a mais, que pode ser buscada e acrescentada, provocando uma ressignificação no ponto de vista do leitor, do interlocutor, ou do próprio autor.

O processo de elaboração normalmente não aparece nas dissertações de mestrado, uma vez que estas registram somente o resultado final do trabalho. Mas para chegar ao produto, houve todo o dinamismo da elaboração, com suas dúvidas e contradições; é o processo do trabalho de pesquisa, que contém as emoções e os sentimentos do autor. Por isso considerei importante, ao fazer a introdução desta dissertação, dizer das minhas preocupações, desde a escolha do tema até o seu tratamento final (LOUREIRO, 1986, p. 5), em “O aspecto educativo da prática política”.

### **As recomendações de Eco**

Em seu livro “Como se Faz Uma Tese”, o romancista italiano Umberto Eco recomenda que o tema do “trabalho de caráter científico”, “com extensão variando entre cem e quatrocentas laudas”, responda aos interesses do candidato. Nesse mesmo sentido, o orientador desta dissertação, Prof. Gil César Costa de Paula, recomenda que o tema escolhido pelo candidato corresponda “aos anseios pessoais, profissionais (do mestrando)”.

Pois com toda a certeza é um tema que corresponde não apenas aos meus anseios pessoais e profissionais, mas a incontáveis experiências e situações profundamente marcantes que tive na vida. Eu poderia me estender por linhas e mais linhas aqui, mencionando até mesmo curiosidades mais singelas, como, por exemplo, o fato de ter sido vizinho, durante mais de duas décadas, do “Dr. Marcos ‘Césio’”, dono do famoso consultório odontológico (e de “Raio X”) na Rua 72, no Centro de Goiânia. Falecido no ano passado em razão de um “AVC” (que aparentemente nada tem a ver com o acidente radioativo de que trata esta dissertação), o Dr. Marcos Césio morava numa casa que fica localizada na viela 115-G, do Setor Sul, e que abriga

uma gigantesca e curiosa torre<sup>2</sup> da antiga Brasil Telecom (atual “Oi”), torre essa completamente irregular em relação ao Código de Posturas do Município (como pode atestar o filósofo e teólogo Haroldo Reimer, atual reitor da UEG, professor do Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da PUC-GO, e vizinho da referida casa).

Caberia lembrar também que, no início da graduação, a professora do curso de Letras, Gabriela Azeredo Santos, exibiu para a turma o premiado documentário “Ilha das Flores” (um curta-metragem com pouco mais de treze minutos de duração e narração do ator gaúcho Paulo José), que menciona o acidente com o Césio-137.

Ou eu poderia, ainda, destacar o fato de ter morado muitos anos na Rua 55, esquina com a Rua 80, no Setor Central<sup>3</sup>, muito próximo às casas dos amigos “cataldores” (da cápsula).

Pode-se dizer, sem medo de exagerar, que o estudo detalhado e aprofundado do acidente com o Césio-137 equivale a um curso de graduação em Direito ou Ciências Sociais (ou Filosofia, ou Antropologia, ou Psicologia etc.). Isso porque estão presentes elementos essenciais ao estudo dessas disciplinas. No caso específico do Direito, pode-se mergulhar em conceitos fundamentais à compreensão das intrincadas relações sociais e do Direito (e suas insuficiências), como, por exemplo, a Teoria Geral do Estado, a Administração Direta e Indireta, as Autarquias, as Fundações Públicas, a Descentralização, a Desconcentração, o Poder de Polícia, a Responsabilidade Civil, a Responsabilidade Civil do Estado, a Omissão, a Culpabilidade, a Responsabilidade Penal, a Teoria Geral do Processo, o Litisconsórcio, a Litispendência, a Prescrição, a Decadência, a Preclusão, a Indenização, a Reparação, a Extinção da Punibilidade, os Embargos de Terceiros, o Indulto Presidencial, questões cartorárias (“cartoriais”) e de tabelionatos etc.

---

2 - A propósito, ainda não estão totalmente dissipadas as dúvidas quanto a possíveis efeitos nocivos da radioatividade presente em equipamentos relacionados a antenas de transmissão telefônica, aparelhos celulares etc. (O que, portanto, permanece como hipótese). Na verdade, a única coisa que explica tal extravagância são as dificuldades financeiras por que passava, havia já algum tempo, a família (esposa e os três filhos) do Dr. Césio, muito bem exploradas pela Brasil Telecom (substituída pela “Oi”), que dele conseguiu a locação de um espaço residencial para a instalação e manutenção da torre, o que foi questionado por determinados vizinhos da residência. Procurados para tomar alguma providência, o Ministério Público de Goiás e os demais órgãos e secretarias acionados nada fizeram para impedir ou embargar a instalação da esdrúxula torre.

3 – Embora não seja muito levada em consideração, há uma distinção técnica entre “Setor Central” e “Centro” (de Goiânia), sendo o Setor Central a parte mais residencial, e o Centro o miolo mais comercial. Assim, a parte onde eu morei se enquadraria na primeira definição, enquanto as casas dos “cataldores” se enquadrariam na segunda (definição), em razão da maior proximidade com o Mercado Popular da 74 (e da 57), já em plena zona comercial de Goiânia.

Também na área de (Ciências) “Exatas” e Biológicas, termos e nomenclaturas como “janela de irídio”, “dosímetro”, “placa de lítio”, “radiogardase”, “azul da Prússia”, “metal alcalino”, “contentor giratório”, “colimador”, “ferro cianeto”, “casamata”, “radioisótopos artificiais”, “cloreto de céσιο”, “intoxicação atômica”, “higroscópicos”, “nuclídeo 137”, “becquerels”, “raios alfa e beta”, “caneleta”, “contador Geiger”, “raio gama”, “radiodermite”, “canetas dosimétricas”, “cintilômetro”, “farejadores’ Geiger”, “invólucro metálico”, “roentegenterapia”, “cilindro metálico”, “cristais de céσιο”, “teleterapia”, “cápsula de aço inoxidável”, “contador de corpo inteiro”, “irradiador”, “curies”, “espectrômetro portátil”, “fissão nuclear”; e apelidos que foram dados, como “falso brilhante”, “sauna atômica”, “casarão abandonado”, “biombos improvisados”, “máquina hospitalar”, “artefato metálico”, “chapa metálica”, “bloco de chumbo”, “carcaça de chumbo”, “invólucro de ferro”, “cilindro de ferro”, “cilindro de chumbo e metal”, “pedrinha ‘lumiante’”, “pó venenoso”, “pó estranho”, “pastilha de céσιο”, “pepita de céσιο”, “mãos de céσιο”, “substância pulverizada e brilhante”, “brilho misterioso”, “luz fascinante”, “brilho enigmático”, “pó azulado”, “pó azul”, “clarão azul”, “azul incandescente”, “maldito ouro azul” etc. são alguns exemplos de expressões que aparecem ao longo dos textos e reportagens produzidos sobre a tragédia.

A problemática que percorre este trabalho (como uma espinha dorsal) se relaciona com os diferentes depoimentos e conteúdos imagéticos suscitados pelo acidente, e as flagrantes - e frequentes - discrepâncias entre eles.

A metodologia utilizada foi a análise documental, a pesquisa bibliográfica, a visita a órgãos e entidades diretamente relacionados com o acidente, a coleta de dados novos, e a entrevista com pessoas envolvidas direta e indiretamente com o acidente.

Os dados foram colhidos por meio da observação participante; da gravação de entrevistas abertas; da coleta de histórias de vida; da pesquisa em arquivos públicos e particulares, e da utilização de material de todos os tipos de mídia encontrados sobre o assunto (impressa, *internet*, vídeos, televisiva etc.).

E o principal referencial teórico (que não se confunde com nenhum autor específico) deste trabalho são os autores Mikhail Bakhtin (russo), Michel Foucault (francês), Theodor Adorno (alemão), e Max Horkheimer (alemão), todos eles falecidos antes da eclosão do desastre radioativo de 1987.

Dividida esquematicamente em 4 (quatro) capítulos, com suas respectivas subdivisões (subcapítulos etc.), esta dissertação contém o seguinte panorama: O

Capítulo 1 começa abordando o acidente radioativo com o Césio-137 como “UMA METÁFORA DA CONFUSÃO HUMANA”, apontando as falhas, as deficiências e os problemas de comunicação que o antecederam, os atos atabalhados que se seguiram (incluindo o possível abafamento do caso), e as versões divergentes e conflitantes que emergiram (e persistem até hoje). Aqui, Bakhtin é o alicerce teórico.

O Capítulo 2, intitulado “ARQUEOLOGIA DO SABER”, percorre a questão das diversas versões que costumam envolver fatos rumorosos da história, e as apropriações do saber (tão bem dissecadas por Foucault). Esse capítulo, além de discorrer um pouco sobre o pensamento do sociólogo francês, destrincha também os parâmetros judiciais e constitucionais nos quais o acidente de Goiânia estaria enquadrado.

Já o Capítulo 3, o mais vasto da dissertação, leva o título da “obra fundamental” dos pensadores (“frankfurtianos”) Adorno e Horkheimer, “A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO (E A RELATIVIDADE DO PROGRESSO)”, e procura acompanhar a ideia de que “o progresso” talvez seja mesmo uma certa ilusão, apresentando, como reforço a essa ideia, a tragédia com o contraste Celobar, ocorrida no ano de 2003, também em Goiânia. Essa tragédia, muito pouco conhecida pela própria população do Estado de Goiás, possivelmente vitimou mais pessoas – diretamente - do que o próprio desastre com o Césio-137, mas sem o enredo “cinematográfico” deste.

E o Capítulo 4 (“UMA TRAGÉDIA QUE NUNCA TERMINA”), o último da dissertação, aponta os elementos que demonstram que “o evento radioativo de 1987” constitui, na verdade, “um processo que se dá até hoje”, conforme as sábias palavras da antropóloga Telma Camargo, uma das principais referências teóricas do presente trabalho.

Por fim, as “CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU DESFECHO)” vêm em reforço ao Capítulo 4, e concluem dizendo que, assim como no caso do contraste Celobar, os meandros, escaninhos e “detalhes” decisivos da tragédia com o Césio-137 permanecem, até hoje, ignorados pela maior parte da população goiana, por mais incrível – e contraditório - que isso possa parecer. Diversas informações apresentadas ao longo deste texto pretendem mostrar o quanto é plausível se afirmar isso.

## 1 UMA METÁFORA DA CONFUSÃO HUMANA

O acidente com o Césio-137 em Goiânia é uma metáfora da confusão humana. O jornalista e apresentador Carlos Magno, da TV Record, declarou recentemente, por ocasião dos 24 anos da tragédia (completados oficialmente no dia 13 de setembro de 2011), que em mais de trinta anos de profissão nunca viu um fato tão marcante. O sociólogo, escritor e professor aposentado da UFG, Ático Vilas-Boas, decidiu ir morar na Bahia desde que eclodiu o desastre, e acredita que os elevados índices de câncer registrados em Goiás estejam mesmo relacionados ao acidente (“É o Césio, é o Césio”, diz ele). O professor e servidor público da área de Saúde, Hildeth Pereira de Oliveira Souza, ex-coordenador de projetos da FUNLEIDE – depois SULEIDE -, atual “C.A.R.A”, e que trabalhou nada menos do que dezoito anos nessa instituição, lembra que, nos primeiros dias da tragédia, um jornal argentino estampou, em primeira página, a manchete: “Goiâniabyl” (numa sugestiva junção das palavras Goiânia e Chernobyl). Na época, o jornal brasileiro “Correio Braziliense” também estampou uma de suas edições com um título parecido: “‘Goiâniabyl’, o pior acidente”.

O cientista norte-americano Robert Gale, que na época vinha com notícias quentes de Chernobyl e chegou a ir ao Rio de Janeiro por causa do desastre com o Césio, declarou que, após a catástrofe em Goiânia, entre 5.000 e 10.000 pessoas precisariam ser sistematicamente monitoradas.

Outro fato curioso da época foi a vinda a Goiânia de um alemão chamado Wolfgang Daniels, a convite da Universidade Católica de Goiás. Físico nuclear e deputado pelo Partido Verde da Alemanha, o cientista saiu medindo indiscriminadamente “toda” a cidade com um contador Geiger e, no meio de toda a azáfama, convocou uma entrevista coletiva e disse que Goiânia continuava contaminada, reacendendo assim a confusão e o tumulto social (BORGES, 2003, p. 151).

O acidente, ocorrido antes da promulgação da atual Constituição Federal (e sob a vigência do Código Civil de 1916), gerou controvérsias e expectativas quanto ao uso inadequado da radioatividade. Surgiram centenas de perguntas com respostas confusas. O Brasil viu a necessidade de rever seu programa nuclear e discutir a aplicação dele. As vítimas humanas e o impacto social trouxeram à baila um inimigo desconhecido que espalhou medo e insegurança entre a população da capital do



estado<sup>4</sup> e a do País como um todo.

Estima-se que a quantidade de Césio liberada com o acidente tenha sido de 13 a 20 gramas (!)<sup>5</sup>, algo suficiente para causar o maior desastre radiológico em área urbana<sup>6</sup> de que se tem notícia na história, tal a força desse elemento químico presente na Tabela Periódica de Elementos. Assim, não apenas Goiânia, mas todo o Estado de Goiás sofreu discriminação. Os prejuízos econômicos foram consideráveis, já que o principal fator de exportação da economia goiana - a Agropecuária - sofreu embargos.

Segundo Rocha (2009, p. 252), para se ter uma ideia, em 1987 ainda não havia sido criado o Estado do Tocantins. Pessoas e produtos de Araguaína, então localizada no extremo norte do mapa goiano (antigo “Bico do Papagaio”), chegaram a ser discriminados, não obstante a distância entre Goiânia e essa cidade, hoje tocantinense, seja maior do que a distância entre Goiânia e Curitiba, por exemplo. Isso dá uma noção do quanto o Estado de Goiás ficou estigmatizado.

Como num thriller de filme de terror, parecia que o mundo iria desabar sobre Goiânia. Exemplo disso é a declaração de cientistas do Rio de Janeiro, de que imaginavam “nuvens negras pairando sobre o céu de Goiânia...”.

(...) É sobretudo em épocas profundamente marcadas por dificuldades físicas, políticas, econômicas e espirituais que o ser humano volta seus olhos angustiados para o futuro e se multiplicam as antecipações, utopias e visões apocalípticas (JUNG, C. G., *apud* HELOU e NETO, 1995, p. 63).

Como autor, creio que, a partir de relatos como esse, seja possível trazer o evento, aqui analisado sob diversos prismas (físicos, políticos, psicossociais etc.) para a situação conflituosa de pânico gerada no ambiente social, mostrando como um dos maiores acidentes radiológicos da história conturbou a convivência entre membros de uma mesma comunidade. Este será, sem dúvida, um importante aspecto constitutivo da nova visão sobre a tragédia, a ser analisado em conjunto com as demais pontuações feitas entre as transcrições dos relatos.

---

4 – Em determinadas situações, também optamos pela forma minúscula “estado”, de estado-membro, para diferenciá-lo de “Estado”, que tem um sentido mais amplo, de Poder Público (em todos os seus níveis e esferas), ou de País (sobretudo no plano internacional), o que, em todo caso, não é pacífico, é minoritário (admitimos).

5 - A quantidade “oficial” informada é de 19,26 gramas, que é pelo menos o que foi disseminado a partir da casa do Roberto Santos e, depois, a partir do ferro-velho do Devair (ferro-velho 1).

6 - Aqui não contam, evidentemente, os acidentes de Chernobyl, Fukushima, Sendai etc., ocorridos em usinas nucleares.

Dentre outras pontuações, desejo destacar também uma que reputo das mais importantes: na imprensa, e sempre que se fala da tragédia, é comum referir-se ao evento como “acidente” (o que ocorre inclusive com o próprio título desta dissertação), e às vítimas como “radioacidentados”. Todavia, determinados autores - notadamente do Estado de São Paulo - que discutem (e problematizam) a questão do Césio-137 em Goiânia avaliam que há nesse ponto severas implicações. Alguns tópicos deste texto indicarão abreviadamente a quem interessa tratar o fato como acidente, e qual o processo histórico que envolve a questão.

Estatísticas mostram que cerca de 87% (oitenta e sete por cento) dos desastres comunicados ocorreram em países “em desenvolvimento”, o que representa aproximadamente 98% (noventa e oito por cento) das vítimas, boa parte delas na América Latina. Nos últimos anos, foram registradas mais de 165 (cento e sessenta e cinco) mil mortes em tragédias variadas, que vão desde a erupção do vulcão Nevada Del Ruiz, em 1985, na Colômbia, aos terremotos de 2001 em El Salvador e na Índia (30 mil mortos).

A maioria desses eventos teve causas naturais. Porém, o fato de haverem acontecido em nações do “Terceiro Mundo” torna-os, imediatamente, tragédias de ordem social. Contornar crises como essas requer uma estrutura de Estado forte que dê conta de prestar assistência a toda a população de forma igualitária, rápida e eficiente. Não é o que se observa nesse conjunto de países. Em pleno século XXI, os problemas sanitários persistem de forma grave e as redes de assistência à saúde estão atrofiadas. É fácil concluir que são as classes sociais mais baixas as mais afetadas, e as que enfrentam as maiores dificuldades para ter acesso à rede assistencial. Além de condenadas a lidar com graves perdas materiais, as vítimas mais pobres desses desastres ainda têm de lidar sozinhas com danos psicológicos que, pela ausência de tratamento, tornam-se indelévels, marcadas pela perda de um ente querido, pela sensação de injustiça e pelo medo de que a vida nunca mais retome o ciclo normal (HELOU e NETO, 1995, p.10).

Muitos brasileiros (embora quase nenhum aqui em Goiás) tinham presentes na memória lembranças do susto causado pelo desabamento de um laboratório no complexo de Angra, no Rio de Janeiro, onde estavam guardadas seis cápsulas de Césio-137, no ano de 1985 (BORGES, 2003, p. 203). Felizmente - e até onde se sabe -, nada de mais grave aconteceu naquela época. Contudo, o fato não impediu que, dois anos mais tarde, ocorresse o maior desastre radiológico em área urbana

da história, para o qual o debate anterior não havia colaborado muito.

A tragédia de setembro de 1987 pegou a todos desprevenidos: médicos - que mal sabiam se proteger da irradiação dos seus pacientes; o próprio Estado - absorto diante do ineditismo da situação -, e a imprensa, que por várias vezes agiu de forma sensacionalista, contribuindo para a disseminação do medo ao publicar informações truncadas, que ela sequer tinha condições de apurar, por desconhecer completamente o assunto.

Em função do amadorismo na condução do processo pós-traumático por parte da imprensa e de boa parte das autoridades constituídas (responsáveis), as consequências psicológicas do caso de Goiânia tornaram-se tão (ou mais) graves do que a própria contaminação. A sensação de insegurança causada pelo comportamento vacilante desses sujeitos deixou marcas profundas na população, anos depois do evento.

O jornal "O POPULAR", em pesquisa publicada na edição de 28 de setembro de 1997, revelou que 53,6% da população goianiense ainda temiam os efeitos tardios do Césio-137. Paira também o temor da reincidência, da possibilidade de se reviver um período que foi bastante difícil para a cidade, já que a sensação geral é a de que o despreparo continua, apesar de tudo.

O trauma e o medo, oriundos da desinformação nascida logo nos primeiros dias do evento, geraram, por sua vez, um incômodo silêncio. Não há mais sequer uma placa que identifique o lote baldio - hoje cimentado - onde a cápsula começou a ser violada. A voz das vítimas que incitariam um amplo debate foi abafada, pela vontade inconsciente (ou deliberada) de se esquecer este capítulo de chumbo da história de Goiás. O governador da época, Henrique Antônio Santillo, previa que, por todas essas razões, corria-se o risco de não se apreender nenhuma lição da tragédia (BORGES, 2003, p. 42). Ao que parece, ele tinha toda a razão.

O desastre teve implicações ambientais com risco de contaminação da fauna e da flora, e possibilidade de gerar efeitos colaterais extensivos, capazes de afetar até três gerações.

Mais de 25 (vinte e cinco) anos após o desastre, há inúmeras ações na Justiça solicitando a inclusão de pessoas na categoria de vítimas oficiais do Estado (Poder Público em geral), especialmente aquelas que trabalharam na segurança, na remoção, na limpeza, e no transporte de resíduos radioativos.

Desse modo, o alcance do evento foi para além do espaço onde se dera a

abertura da cápsula de Césio-137, extrapolando a dimensão local e atingindo outros bairros e cidades, o meio ambiente, e – principalmente -, impactando a saúde de suas vítimas (social e individualmente), e gerando seus efeitos sobre as gerações futuras.

Amplamente conhecido e divulgado como “O Acidente Radioativo de Goiânia”, esse triste momento de nossa história se tornou pauta de um debate que, em pleno processo de redemocratização do País, arrastou a discussão sobre a segurança, a importância e a localização de equipamentos e instalações nucleares, no Brasil e em outros países.

A reverberação da catástrofe acarretou profundas alterações no cotidiano da comunidade, especialmente a goianiense, que se viu obrigada a envolver-se nas discussões sobre um tema que estava afastado de suas preocupações cotidianas. O assunto, dada a sua complexidade técnica e científica, parecia até então inacessível ao debate público alargado. A tragédia, contudo, transformou-o em tema com presença diária e grande visibilidade na mídia nacional e internacional. Para além de suas funestas consequências, o desastre radioativo de Goiânia desencadeou um envolvimento inédito dos cidadãos com um tema aparentemente alheio à realidade deles.

Já no carnaval de 1988, as máscaras com “boca de cachorro” (apelido dado pela população à máscara de proteção usada pelos físicos nucleares e demais técnicos que atuaram junto às áreas contaminadas) viraram tema de enredo de escola de samba e deram o tom da repercussão e da visibilidade obtidas pela tragédia (BORGES, 2003, p. 320).

Mais de três anos e meio depois - em outubro de 1991 -, o então papa João Paulo II (Karol Wojtyła) veio a Goiânia e, no seu antológico discurso (proferido em excelente português) no estacionamento do Estádio Serra Dourada (bem ao lado de onde hoje fica a Área V da PUC-GO), fez referência “às vítimas da tragédia com a radioatividade do Césio-137”. As imagens e o áudio desse momento episódico da nossa história estão disponíveis nos arquivos das emissoras goianas que fizeram a cobertura e/ou a transmissão do evento.

Mais recentemente – e exatos vinte anos depois (2011) da vinda do Papa a Goiânia -, o autor da chacina dos jovens (da Juventude Trabalhista) na Noruega, Anders Behring Breivik, mencionou, em sua “carta” de “justificativa” para o massacre (um manifesto de 1.518 páginas), o acidente com o Césio-137, para exemplificar os

“males resultantes da miscigenação racial nos países onde ela ocorre”. Para ele, as regiões que experimentaram o cruzamento de etnias e culturas estão fadadas ao infortúnio.

O acidente de 1987 é também um exemplo perfeito - e emblemático - da confluência (interseção) e do conflito entre setores públicos e privados da sociedade, esferas de governo (União, Distrito Federal, estados, municípios), atores sociais e suas contradições, perspectivas sócio-econômicas, fontes de informação etc. É, enfim, uma metáfora perfeita da confusão humana.

Foi um momento em que a complexidade e as discrepâncias da sociedade vieram à tona. Como ocorre hoje, a todo instante!

## 1.1 O EMARANHADO POLÍTICO E NORMATIVO

Por volta de 1980, após 16 anos de ditadura, ganhou impulso o processo de redemocratização no Brasil. Até então, as políticas públicas eram ainda fortemente centralizadas, e o processo de descentralização político-administrativa estava apenas se iniciando.

A retomada dos aspectos históricos do acidente radioativo de Goiânia traz a possibilidade de se examinar a importância da opinião e da ação da população para a legitimação do processo de democratização, e também as formas alternativas utilizadas naquele contexto para a afirmação da credibilidade dos órgãos governamentais por meio de suas respostas ao acidente.

Analisando-se o panorama político-social da época, despontam, mais ou menos, algumas das seguintes autoridades políticas e administrativas:

José Ribamar Sarney (atual presidente do Senado Federal) era o presidente da República;

Marcos Vinícius Vilaça era o presidente da LBA (Legião Brasileira de Assistência), e, assim como Sarney e a então primeira-dama (federal) dona Marli, seria convocado pelo jornalista Weber Borges a visitar a capital goiana, “com alguns recursos para ajudar o Governo do Estado de Goiás a resolver os seus problemas” (BORGES, 2003, p. 43);

Henrique Santillo, médico de origem paulista, já falecido, era o governador de Goiás (fora eleito sob a euforia do Plano Cruzado, e sofreria mais tarde os efeitos do

Plano Collor no último ano de seu mandato);

Antônio Faleiros Filho, também médico como Santillo, era o secretário estadual de Saúde, cargo que voltou a ocupar recentemente;

Hésio Cordeiro era o presidente do INAMPS;

Geraldo Felix era o secretário estadual de Transportes de Goiás;

Marconi Ferreira Perillo Jr. era o chefe de gabinete do governador Santillo e presidente do “PMDB Jovem”;

Edson Ferrari era secretário adjunto de Comunicação Social do Governo do Estado de Goiás;

O então ex-deputado federal e vice-governador Joaquim Roriz era o prefeito interventor na cidade de Goiânia (assumira a Prefeitura em meio à crise na administração Daniel Antônio, que vivia momentos delicados desde o suicídio do vice-prefeito Pedro Ludovico Stivallet, em fevereiro de 1987. Seis meses depois, Daniel Antônio voltaria a ocupar o cargo de prefeito, por força de uma decisão judicial);

Harlen dos Santos era o secretário do Meio-Ambiente de Goiânia;

Luís Alberto “Maguito” Vilela era deputado federal constituinte;

Iram Saraiva era senador por Goiás;

Irapuan Costa Jr. era senador por Goiás;

O falecido senador Romeu Tuma era o diretor da Polícia Federal e chegou a declarar que era preciso fechar os aeroportos brasileiros, “para evitar que os culpados fujam”;

O advogado Iris Rezende Machado era o ministro da Agricultura e, como tal, viria a ser mais tarde acusado de ter importado carne contaminada de Chernobyl (Ucrânia);

O filósofo Joel Pimentel de Uilhôa era o reitor da Universidade Federal de Goiás;

O advogado e sociólogo Pedro Wilson Guimarães era o reitor da Universidade Católica de Goiás;

O então deputado federal constituinte Luís Inácio “Lula” da Silva já era o nome do PT para disputar a Presidência da República na eleição que ocorreria dois anos depois, e veio a Goiânia em 87 para se reunir com o pessoal da AV-Césio (Associação das Vítimas do Acidente com o Césio-137);

Ulisses Guimarães, que no ano seguinte (1988) se consagraria como presidente da histórica Assembleia Nacional Constituinte (a Constituinte “Cidadã”), do

“período da redemocratização”, veio a Goiânia como apoio ao PMDB local;

O radiologista goiano Roney Ribeiro, ex-secretário de Saúde do Estado de Goiás e ex-presidente da Central de Medicamentos Juarez Barbosa, era o secretário-geral do Ministério da Saúde;

João Sayad era o ministro do Planejamento;

Hugo Napoleão era o ministro da Educação;

O ministro da Previdência e Assistência Social era Jáder Barbalho (que depois viria a Goiânia participar do I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O ACIDENTE RADIOATIVO COM O CÉSIO-137);

O jurista gaúcho Paulo Brossard era o ministro da Justiça e, em Goiânia na época do acidente, disse (sobre a falta de cuidados): “Depois de roubada a casa é que lembramos da tranca”;

Luís Carlos Bresser-Pereira era o ministro da Fazenda (pouco antes de deflagrado o desastre, havia substituído o empresário-ministro Dílson Funaro), e viria a ser jocosamente retratado em charges sobre a tragédia, como as do cartunista “goiano” Jorge Braga;

Orestes Quércia, também já falecido, era o governador de São Paulo, e anunciou a “identificação de seis focos de radioatividade provocados pela importação de papel de Goiás, nas cidades de Valinhos, Osasco, Araras, São Carlos e Cordeirópolis”;

Moreira Franco era o governador do Rio de Janeiro e, nessa condição, declarou que “o lixo radioativo” não ficaria no Rio;

Fernando Collor de Mello era governador de Alagoas (e visitou Goiânia durante os momentos de maior tensão, pregando inclusive que os demais governadores brasileiros fizessem o mesmo e também manifestassem seu apoio a Goiás);

O então deputado estadual paulista (e constituinte federal) Fábio Feldman, à época no PMDB-SP, e atualmente um dos políticos brasileiros com maior atuação na área de sustentabilidade ambiental, foi um dos que vieram a Goiânia para debater o assunto na Assembleia Legislativa-GO;

O legista (Fortunato) Badan Palhares, especialista em perícias controvertidas (como a do médico nazista Joseph Mengele, a do ex-tesoureiro PC Farias e a dos sem-terra mortos na chacina de Eldorado dos Carajás), fez uma necrópsia do corpo de Devair Alves Ferreira - tio da menina Leide das Neves e dono do ferro-velho onde a cápsula de Césio terminou de ser aberta -, perícia essa que foi contestada pelo

também legista e coronel da PM de Goiás, Vasco Martins Cardoso (já falecido), que, como médico, também fez uma necrópsia em Devair;

O então promotor de justiça (da área do Meio-Ambiente) Sullivan Silvestre, que anos mais tarde viria a falecer num desastre aéreo, declarou, no dia 11 de outubro de 1987, estar “procurando os grandes responsáveis pelo acidente”, e completava: “Iremos prendê-los!”;

Ivan Valente, então deputado estadual paulista e hoje um dos dirigentes do PSOL nacional, defendeu à época que a fiscalização das fontes radioativas fosse independente da CNEN (nesse sentido, propôs à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei para a criação de uma “Comissão Estadual de Fiscalização e Licenciamento Nuclear”);

O ex-deputado estadual goiano José Nelto - atualmente secretário da Prefeitura de Goiânia - era vereador na capital (representava a região do Setor Urias Magalhães e adjacências), e, segundo alguns relatos, liderou uma marcha de populares, juntamente com a líder de bairro Ornela, contra o enterro da menina Leide – vítima símbolo de toda a tragédia -, e de sua tia Maria Gabriela, no Cemitério Municipal Parque. É que os populares, completamente desinformados, imaginavam que os corpos das duas vítimas, uma vez enterrados naquele local, fossem contaminar todo o solo da região, alastrando a sua “radioatividade”. O secretário, por sua vez, nega que tenha sido “‘o cabeça’ da manifestação”;

José de Júlio Rozental (ou “Rosenthal”), físico paulista falecido recentemente - e que na época era o diretor-chefe do Departamento de Instalações de Materiais Nucleares da CNEN e, portanto, um dos responsáveis pela fiscalização das fontes radioativas no Brasil -, teria chegado a escrever uma carta dizendo que Goiânia inteira precisaria ser evacuada em razão do acidente, assim como ocorrera em março de 1979 com a usina de Three-Mile Island, nos Estados Unidos, onde uma falha no sistema de refrigeração levou a um intenso calor que fundiu o miolo do reator nuclear, dispersando uma quantidade não detectada de radioatividade na atmosfera, exigindo que a região fosse evacuada, apesar de a usina ter sido desligada logo após a falha;

Rex Nazaré Alves, “o homem de Sarney”, era o presidente da CNEN, e chegou a ter sua demissão do cargo pedida pelo físico e então reitor da USP José Goldeberg (futuro secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia do governo Collor), em um jornal do País. Embora pudesse parecer militar, por causa do seu jeito e do



ambiente pouco aberto da Comissão, Rex Nazaré havia, na verdade, pertencido ao antigo “Partidão” (Partido Comunista Brasileiro).

## 1.2 ATOS ATABALHOADOS

Goiânia situa-se na região centro-oeste do País, no Estado de Goiás, e as centrais nucleares do Brasil estão instaladas na região sudeste, mais especificamente no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. A distância aproximada é de 1000 (mil) km.

A tragédia ocorreu por uma convergência de fatores múltiplos, que não podem ser avaliados isoladamente. Foi relevante, entre esses fatores, a possível necessidade de subsistência dos dois amigos que recolheram a peça, sem saber ou sequer poder identificar o símbolo<sup>7</sup> da radioatividade e os riscos a ela associados. Foram igualmente determinantes a imprudência, a negligência, a inseqüência e a irresponsabilidade que permitiram que uma peça de tão alto risco ficasse abandonada; e a ineficiência não apenas dos proprietários da antiga clínica desativada, mas também dos órgãos federais e estaduais que deveriam ser os responsáveis pela fiscalização do destino dado à peça (SILVA, 1998, p. 24).

De fato, o acidente envolveu um sem-número de órgãos e entidades, públicos e privados, tais como o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS; o IPASGO; a CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA<sup>8</sup> (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA); o INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA; a CNEN; a NUCLEBRÁS; o GOVERNO DE GOIÁS; o GOVERNO FEDERAL; o HDT; o HGG; a COPEL; o HOSPITAL SÃO LUCAS; a OSEGO; o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFG; o HOSPITAL SANTA MARIA; o HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS; a MARINHA DO BRASIL; o IML do RIO DE JANEIRO; a FEBEM-GO; o ALBERGUE BOM SAMARITANO; FURNAS; a CASA DO ALBERGADO MINISTRO GUIMARÃES NATAL; a PM/GO; o CORPO DE BOMBEIROS/GO; o CRISA; a COMURG; o IPEN; a POLÍCIA FEDERAL; o MINISTÉRIO DA SAÚDE; a SANEAGO; o CENTRO INFANTIL TIO ROMÃO; o IRD; a CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA; o DERGO; a LBA; o MINISTÉRIO PÚBLICO-GO; a DEFESA CIVIL DE GOIÁS; a DEFESA CIVIL DO RIO DE JANEIRO; o HOSPITAL ARAÚJO JORGE; a INB; o CENTRO DE SAÚDE JUAREZ BARBOSA; a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS; o HOSPITAL MATERNO-

7 - Em todo caso, não é certo que este símbolo estivesse visível, perceptível, ou mesmo presente.

8 - É comum aparecerem por aí duas grafias: “São Vicente de Paulo” e “São Vicente de Paula”.

INFANTIL; a UFG; a UNICAMP; a SBPC; a FUNASA; o CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS; o IBAMA; a SBF; a UCG; o HOSPITAL SAMARITANO; a FEMAGO (posteriormente SEMAGO); o HOSPITAL DE QUEIMADURAS; a COLÔNIA SANTA MARTA; a DIGIBRAS; o HOSPITAL SANTANA; a CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ; o HOSPITAL SANTA CATARINA; a UNB; a empresa WHITE E VILAGE; o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; a USP; a FIOCRUZ; o INCA; a SAMED; a UFRJ; o INDUR; a UFF; o INAMPS; a EMATER; a FORÇA AÉREA BRASILEIRA; a COMPANHIA DE GUERRA BIOLÓGICA E NUCLEAR DO EXÉRCITO; a UERJ; o CENTRO MÉDICO DE RADIAÇÕES IONIZANTES; a UNESP; a COMPANHIA DE TECNOLOGIA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SÃO PAULO; o BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN); a empresa SÓLIDA ENGENHARIA; o CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NUCLEAR; o SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI); a SOCIEDADE BRASILEIRA DE ONCOLOGIA; a SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA PARA REABILITAÇÃO CRANIOFACIAL (SOBRAPAR); a OMS; o GOVERNO DE CUBA; a AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA; o GREEN PEACE; etc.

Para se ter uma ideia mais precisa sobre a força do Césio-137, certo dia o “catador” Roberto Alves foi almoçar na casa de um amigo na Rua 55 e comeu sentado em um banco de madeira dessa casa. Mais tarde - quando a CNEN já havia vindo do Rio de Janeiro depois de ser acionada -, um carro dessa instituição passou pela rua e os alarmes sonoros dos medidores de radioatividade dispararam (“esgoelaram”). E isso mesmo a uma certa distância – não tão próxima - entre o tóco (assento) de madeira onde “Betão” havia comido e deixado resíduos (“rastros”) radioativos e a rua (55) por onde passava o veículo da CNEN. Tiveram, então, de fazer um mapa dos locais por onde Roberto havia passado.

Esse fato foi relatado pelo jornalista mineiro Weber Borges, em entrevista histórica ao Jornal Opção (publicada em duas edições, a de 27 de maio a 02 de junho de 2007, e a de 03 a 09 de junho de 2007), pouco antes de o acidente com o Césio-137 completar vinte anos.

Falecido no finalzinho de 2007, Weber Borges costumava contar, em detalhes, como havia sido convidado a trabalhar para a CNEN como assessor de comunicação e imprensa, depois de ser demitido do SBT em outubro de 1987. Conforme ele explica nas páginas 45 e 46 do seu livro “Eu também sou vítima: A verdadeira

história sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia”, publicado em 2003 pela Kelps, o convite se deu na porta do Umuarama Plaza Hotel (Rua 4, Centro de Goiânia), pelo então “chefão” da instituição, Rex Nazaré Alves. É que, mesmo demitido do comando de produção do programa “Goiânia Urgente”, o jornalista, de tão curioso e interessado na apuração (elucidação) do desastre com o Césio, passara a trabalhar por conta própria como repórter investigativo (“free-lancer”), depois de demitido. E, após aceitar o convite de Rex Nazaré, começou a acompanhar de perto (*in loco*) diversos trabalhos da CNEN.

Em relação a essa “passagem” (da tragédia), devo dizer que, como ex-morador da Rua 55, no Setor Central, embora não tenha testemunhado esse fato específico narrado por Weber Borges, eu poderia acrescentar aqui muitos outros (relatos) bastante parecidos, todos eles de vizinhos da região (o que não farei, por economia de espaço).

Durante os primeiros anos que se seguiram ao reconhecimento de que um desastre radioativo tinha acontecido, a paisagem urbana de Goiânia se transformou no espaço utilizado pela população para expressar os seus sentimentos sobre o impacto sofrido por ela. Os usos contraditórios feitos pelos indivíduos das marcas do Césio-137 sugerem que as lembranças não haviam ainda sido subjugadas. Em 1988, o dígito 7 do número 57, usado para nomear a Rua 57, foi apagado da sinalização urbana. Como um dos pontos mais contaminados, esta rua e seus habitantes foram considerados poluidores e sofreram um processo de estigmatização. Esta interferência urbana mostra o anseio dos moradores da Rua 57 de purificar o seu meio-ambiente através da erradicação do nome da rua do mapa da cidade. Em outras áreas da cidade, pessoas escreveram nos muros o nome do elemento radioativo que condensava o desastre: *Césio-137*. Durante a campanha municipal<sup>9</sup> de 1988, o slogan *Vote Césio-137* apareceu no espaço urbano (SILVA, 2007, p. 69).

A catástrofe desencadeada tornou visível a vulnerabilidade dos diferentes segmentos da população local, associada às desigualdades no acesso aos serviços de atendimento à saúde; associada também aos então crescentes desemprego e subemprego, e, em geral, às desigualdades de classe que, num País como o Brasil, sempre permitiram que os interesses econômicos privados fossem colocados acima da ação do Estado em prol do interesse público e da segurança e da saúde dos cidadãos.

---

9 - A eleição para prefeito de Goiânia em 1988 foi a última sem a regra do segundo turno, e o candidato vencedor foi Nion Albernaz. Mas o fato que realmente chamou muito a atenção na época foi que alguns muros da cidade registravam a inscrição “Vote Césio-137”.

### 1.3 MARCOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO

Em recente entrevista no “Programa do Jô”, exibida em 28/11/11, José Bonifácio “Boni” de Oliveira Sobrinho (“o ‘todo-poderoso’ homem da Rede Globo”) e o apresentador Jô Soares conversaram um pouco sobre as várias versões acerca da origem (paternidade da ideia) do “Jornal Nacional”, e logo “Boni” concluiu que “ninguém foi o ‘pai’ do Jornal Nacional. O Jornal Nacional surgiu sozinho”. Isto é, surgiu por si mesmo, acima e independentemente da vontade individual de quem quer que fosse.

Da mesma forma, a história do acidente radioativo de Goiânia revela uma trança. É de fato uma trança! Por isso, a narrativa dos fatos também só pode ser considerada como uma trança.

O linguista e pensador russo **Mikhail Bakhtin (talvez o principal autor em que se baseia esta dissertação)** mostrou que todas as explicações totalizantes são monológicas. Para ele, os conceitos são marcados por um inacabamento, compreendendo o sujeito como um conjunto de relações sócio-históricas, frente aos diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade.

Ele (Bakhtin) se filia a uma tradição do pensamento filosófico que considera a realidade não como unidade, mas como diversidade, heterogeneidade, “vir a ser”, inacabamento, dialogismo.

Ao buscar, nos **conceitos bakhtinianos**, fundamentos para se refletir sobre a construção do conhecimento na vida social, estamos adotando uma posição socio-construcionista acerca dos discursos e das identidades sociais, cujo construto teórico se baseia em **uma visão constante de incompletude, fluidez, e em uma atitude dialógica perante os discursos analisados, reconhecendo as inúmeras ideologias que os perpassam, a sua especificidade perante uma situação material de produção e, portanto, a impossibilidade de submetê-los à análise por meio de uma teoria pronta e acabada, sem perder de vista a sua complexidade.**

**Bakhtin desenha uma sociologia do discurso, chamando a atenção para o fato de que o discurso verbal, em qualquer esfera da vida, não pode ser compreendido fora da situação social que o engendrou, inexistindo isoladamente, já que participa do fluxo social em um constante processo de interação e troca com outras formas de comunicação.**

Segundo Bakhtin (1992, p.18), **toda compreensão de um texto, tenha ele**

o tamanho ou a dimensão que tiver, acarreta uma responsividade e, por consequência, um juízo de valor. O leitor ou ouvinte, ao receber e compreender a significação linguística de um texto, adota, ao mesmo tempo, em relação a esse texto, uma atitude responsiva ativa - concorda ou discorda, total ou parcialmente -, completa, adapta etc. Toda compreensão é carregada de resposta. Isso quer dizer que a compreensão passiva da significação é apenas parte do processo global de compreensão. O todo é a compreensão responsiva ativa, que se expressa num ato real de resposta.

Compreender é participar de um diálogo com o texto, mas também com seu destinatário - uma vez que **a compreensão não se dá sem que entremos numa situação de comunicação** -, e ainda com outros textos sobre a mesma questão, o que significa que a leitura de uma obra é social, mas também individual. Na medida em que o leitor se coloca como participante do diálogo que se estabelece em torno de um determinado assunto, a compreensão não surge apenas da subjetividade e da percepção individual. Antes, ela é tributária e devedora de outras compreensões. Simultaneamente, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular.

Depreende-se do estudo das teorias desse autor russo (Mikhail Bakhtin) que **a linguagem é uma forma de se organizar e dar encaminhamento às atividades humanas, às atividades dos agentes humanos.**

De acordo com Bakhtin (1992, *apud* FIORIN, 2006), “(...) Aquele que pratica um ato de compreensão (também no caso do pesquisador) passa a ser participante do diálogo”.

#### 1.4 O PEDAÇO AZUL DO INFERNO (UM PASSEIO NO LABIRINTO)

No caso particular do acidente com o Césio-137, há “pormenores” narrativos que não coincidem entre os relatos (testemunhos) de determinadas pessoas envolvidas diretamente em alguns episódios (“passagens”) cruciais para uma devida compreensão das “lições” da tragédia. Sabe-se, por exemplo, que o **Corpo de Bombeiros de Goiás quase jogou a cápsula (cilindro) que continha o Césio no**

**Rio Meia-Ponte**<sup>10</sup>, e só não o fez porque o físico **Walter Mendes Ferreira** teria aparecido segundos antes e impedido tal precipitação. Walter teria dito que era preciso conhecer o problema primeiro, para só depois tomar alguma decisão mais drástica. Não fosse tal ato de bom senso, a cidade poderia ter sido bem mais contaminada (em seus córregos, mananciais etc.).

Nas páginas 95 e 96 do ótimo livro “**Sobreviventes do Césio – 20 anos depois**”, da jornalista mineira **Carla Lacerda**, radicada em Goiânia há muitos anos e ex-repórter do jornal “**O Hoje**”, o **soldado-bombeiro Agildo Wagner Jaime** conta (2007, p. 95) a história de como foi o dia em que sua corporação foi acionada para auxiliar em um **suposto vazamento de gás no Setor Aeroporto**:

Eu só lembro porque a corrida (**etapa em Goiânia do Grande Prêmio Mundial de Motovelocidade**<sup>11</sup>, ocorrida no dia 27 de setembro de 1987) terminou no domingo, por volta das 18 horas, e a gente chegou ao quartel lá pelas 19 horas. Fomos informados de que estávamos de prontidão e havia uma ocorrência para atender.

Essa é também a versão que o bombeiro dera ao **promotor de justiça Marcus Antônio Ferreira Alves** (um dos maiores conhecedores da história e da situação das vítimas do acidente), em **TERMO DE DECLARAÇÕES assinado em 16/04/01, no Ministério Público de Goiás**.

Contudente em sua versão, o bombeiro Agildo reforça que, depois de chega-

---

10 - Já Evângelo, morador antigo do Setor Aeroporto e conhecido do físico Walter Mendes (além de proprietário da lanchonete localizada na Rua 16-A, em frente à SULEIDE), acredita que, na verdade, os bombeiros quase jogaram a peça no córrego Capim Puba (em razão da maior proximidade com a então Superintendência de Vigilância Sanitária), e não no Meia-Ponte. Também são diferentes as versões sobre a maneira como o físico Walter Mendes foi contactado, tomou conhecimento do que se passava e acionou a CNEN. A maioria das narrativas informa que Walter estava passando férias em Goiânia no momento em que foi comunicado. Algumas outras fontes informam que Walter pertencia aos quadros da Secretaria Estadual da Saúde. E outras, ainda, informam que Walter foi chamado por ser vizinho da região do Serviço de Vigilância Sanitária. Segundo Evângelo, Walter Mendes Ferreira era presença constante na Rua 8-A (“aqui atrás”, se referindo à rua logo atrás da 16-A, que é a rua da sua lanchonete e da própria SULEIDE). No já citado livro da jornalista Carla Lacerda (“Sobreviventes do Césio, 20 anos depois”), o secretário estadual de Saúde, Antônio Faleiros, afirma que foi ele quem entrou em contato com o pessoal da CNEN (LACERDA, 2007, p. 103).

11 - A etapa Brasil do Grande Prêmio Mundial de Motovelocidade foi um badaladíssimo evento ocorrido no Autódromo Internacional de Goiânia no ano de 1987. Mesmo antes de esse autódromo passar a se chamar “Autódromo Ayrton Senna” (o que só aconteceria alguns anos depois, em razão do falecimento do ídolo brasileiro), já se dizia (ou se especulava) na época que Goiânia viria a sediar um Grande Prêmio Mundial de Fórmula 1. Por isso - e sobretudo pelo fato de a imprensa do mundo inteiro estar aqui em Goiânia para cobrir o evento - é que não poucas pessoas acreditam até hoje que o acidente com o Césio 137 foi abafado.

rem ao local, ele abriu o saco onde estava o **“cilindro do césio”** e, como não sabia do que se tratava, chegou a sugerir ao tenente que comandava a operação (1º Tenente Elison Nunes Cavalcanti) que jogasse a peça no Rio Meia Ponte. Agildo Wagner Jaime afirma que, depois de ver **“um objeto cilíndrico contendo vários furos de onde saía uma ‘luz verde intensa’”**, chegou a convencer o colega tenente, **que comandava a guarnição, a jogarem a peça no Meia Ponte.**

Nas palavras da autora do livro, lançado em 2007 (quando a tragédia completou vinte anos),

A questão nebulosa que se forma em torno do depoimento de Agildo recai nos números. Ele garante que os bombeiros atenderam à ocorrência no domingo, 27. Mas segundo a história oficial, Maria Gabriela Ferreira, 37, esposa de Devair Alves Ferreira (o dono do ferro-velho onde a cápsula terminou de ser aberta), levou a bomba de césio à Vigilância Sanitária no dia 28, segunda-feira.

Essa última versão é a endossada pelo atual presidente da Associação das Vítimas do Césio-137, Odesson Alves Ferreira, irmão de Devair: “Minha família estava com o césio em casa no dia 26<sup>12</sup> de setembro, quando, então, (a cápsula) foi enviada para o **depósito do senhor Joaquim Borges (ferro-velho III)**, onde ficou até o dia 28. Nesse dia, foi levada para a Vigilância Sanitária pela Maria Gabriela (Ferreira) e pelo Geraldo (Guilherme da Silva, funcionário do Devair)”, afiança Odesson.

**O bombeiro Agildo vai contra a informação de que a cápsula só chegou à Divisão de Vigilância Sanitária no dia 28 de setembro.** E sustenta, ainda, outra declaração não menos polêmica: **“No mesmo dia em que (Roberto e Wagner) retiraram a peça do Instituto Goiano de Radioterapia, o governo ficou sabendo. Não sei se foi o serviço reservado da PM. À tarde (do domingo, 13 de setembro de 1987), o governo já sabia. Mas omitiram porque tinham feito um investimento alto na corrida”.**

---

**12** - Interessante observar que outras fontes, tais como o **“Histórico do Acidente Radioativo com Césio-137”**, da (extinta) FUNLEIDE, elaborado pela oncologista Maria de Paula Curado – com a colaboração de Darlene da Silva -, informam que Devair vendeu o chumbo para o “Seu J” (Joaquim Borges) **no dia 25 (de setembro), e não no dia 26 (o que é decisivo para a elucidação do episódio)**. A reconstituição dos fatos feita por essas autoras apresenta o seguinte relato: “No dia 25, Devair Alves Ferreira resolveu vender o chumbo retirado da fonte radioativa. Procurou o ‘Seu J’, dono de um Ferro Velho em Campinas (o ferro-velho III, cuja localização varia conforme a fonte de informação, podendo estar ‘situado’ no Setor Aeroviário, no Setor dos Funcionários, em Campinas mesmo, ou no Setor Marechal Rondon – vulgo ‘Fama’...), e ambos fecharam o negócio. **Maria Gabriela Ferreira, sem o consentimento do marido, incluiu, em meio aos pedaços do chumbo vendido, a cápsula de aço inoxidável que guardava aquele pó estranho e que tanto receio lhe causava.** Por essa razão, a peça contendo Césio – 137, apesar de não ter sido negociada, acabou sendo transportada para o estabelecimento do **‘Seu J’ (Joaquim)**”.



Figura 1: Foto histórica do piloto norte-americano **Randy Mamola** e sua Yamaha no **GP Mundial de Motovelocidade**, etapa Brasil, que aconteceu **em Goiânia**, no dia **27 de setembro de 1987**. Agressivo e corajoso, este piloto era muito popular em todo o mundo, e foi recebido na capital goiana como “a sensação” do evento.

Em meio a esse **labirinto de posições e assertivas conflitantes**, percebe-se que a **questão da segurança nuclear, considerando fatores como instalação, utilização, transporte e fiscalização das fontes radioativas, no Brasil e no mundo, ainda é bastante complexa e precária**. Por isso, é preciso ter (e haver) clareza a respeito da gravidade da questão, e também mais cautela e objetividade para se lidar com o assunto.

Em **sentença proferida no Processo nº. 95.8505-04**, referente à **ação civil pública ajuizada em 27/09/95** pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)**, em **litisconsórcio ativo facultativo com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE)**, com base em **inquérito civil público** instaurado em razão do acidente de 1987, o **juiz federal (e constitucionalista) Juliano Taveira Bernardes** observou:

“(…) Infere-se que as **causas de pedir da ação** sustentam, respectivamente, a **legitimidade passiva da UNIÃO**, em razão do **monopólio que exerce sobre as atividades nucleares**, bem como a da **CNEN**, tendo em mente o **poder de polícia do controle dos materiais radioativos** (...) Com efeito, nos termos da Lei 4.118/62, foi instituído o **monopólio da União Federal sobre o comércio dos radioisótopos artificiais**, entre os quais insere-se a substância contida na bomba de Césio 137, assim como criada a **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN** (...) Contudo, não há como incidir o previsto no **art. 1.518 do Código Civil** em face da União, uma vez que a configuração do dano não decorreu de suas atividades próprias, mas daquelas **tarefas fiscalizatórias que haviam sido delegadas com exclusividade à CNEN**. Confira-se, nesse palmitar, a lição de **YUSSEF SAID CAHALI**, transcrevendo acórdão da 8ª Câmara do TARS, publicado in *Julgados* 87/330: “No caso de demanda indenizatória por ato ou



omissão imputável a entidade autárquica na execução de serviços públicos que lhe foram cometidos, a **ação deve ser dirigida contra tal entidade, e não contra a pessoa jurídica estatal (pessoa política) que a instituiu**. Tratando-se de **autarquia, com personalidade jurídica própria, patrimônio e orçamento também próprios**, responde individualmente pela reparação de danos emergentes de suas atribuições. **O Estado não responde, solidariamente, pela omissão daquela, mas apenas subsidiariamente, em caso de exaurimento da entidade autárquica**” (Responsabilidade Civil do Estado. 2ª edição. São Paulo. Malheiros, 1996, p. 183).

E prossegue o magistrado:

“(...) Por grande infelicidade na confecção da (petição) inicial, **em vez de proposta em face da pessoa jurídica responsável pela guarda e manutenção da bomba de Césio, a ação foi movida contra os sócios-gerentes do INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA – IGR, sociedade civil registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da 2ª Zona Eleitoral de Goiânia (...)** Com efeito, **não consta dos autos qualquer documentação atinente à interrupção do funcionamento do IGR, ou alguma prova que possa indicar ser caso de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade civil**. Na verdade, não houve sequer pedido voltado à desconsideração ou ao menos alguma explicação da direta indicação, na exordial, dos sócios do IGR, motivo pelo qual, em razão do disposto no art. 22 do CC, afigura-se-me inviável responsabilizá-los *per saltum*. De outro lado, replicou o MPF dizendo ter **‘eficácia imediata e aplicabilidade direta a norma constitucional que impõe às pessoas físicas ou jurídicas a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente’**. Afirmou ainda (o *Parquet*) que a norma de direito privado que consagra a separação da personalidade jurídica não pode ser alegada, em se tratando de dano ambiental. A uma (dessas afirmações) ressaltou que a responsabilidade civil, de ordinário, é fixada conforme as regras vigentes quando da prática do ato danoso. Aliás, no **Direito Penal**, foi adotada a **teoria da atividade**, segundo a qual **considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. (Art. 4º do CP)**. Dito isso, e se se aceita a tese ministerial de que a eficácia das normas constitucionais é imediata, então, ao contrário do pretendido (pelo órgão ministerial), **a responsabilização civil não poderia ser feita com base nos ditames da nova Constituição Federal (de 88), uma vez que os fatos danosos ocorreram em setembro de 1987**. Nesse sentido, analisando o disposto no parágrafo 6º do art. 37 da CF/88: “O art. 37, parágrafo 6º, da CF, que dispõe sobre a **responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiro**, é norma de eficácia imediata e não tem efeito retroativo, inaplicável a fatos ocorridos anteriormente à sua vigência. Isso porque as Constituições não têm, de ordinário, retroeficácia (...)” (1º TACSP, 8ª Câmara, Rel. Juiz TOLEDO DA SILVA, RT 673; 104). Nada obstante, a jurisprudência do STF, adotando a **tese da tripartição dos efeitos retroativos da norma**, atribuiu à Constituição retroatividade mínima automática. Dessarte, **as disposições constitucionais, ainda que não contemplem dispositivo expresso, atingem os efeitos futuros de fatos passados**: “Já se firmou a jurisprudência desta Corte no sentido de que **os dispositivos constitucionais têm vigência imediata, alcançando os efeitos futuros de fatos pretéritos (retroatividade mínima)**. Salvo disposição expressa em contrário – e a Constituição pode fazê-lo -, eles não alcançam os fatos consumados no passado nem as prestações anteriormente vencidas e não pagas (retroatividades máxima e média)” (RE nº 140.499-GO, 1ª Turma, Rel. Min. MOREIRA ALVES, RTJ 156: 229). **Atentando-se, então, aos efeitos do ato ilícito, restaria a aplicação das no-**

vas regras constitucionais aos *danos* (efeitos do acidente) registrados em momento posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 (...).”.

## 1.5 O PENSAMENTO DE BAKHTIN

As teorias de **Mikhail Bakhtin** constituíram e alicerçaram concepções de mundo a partir de uma visão complexa e abrangente da realidade, compreendendo o sujeito como um conjunto de relações sócio-históricas. Isso porque Bakhtin arquitetou suas teorias em um entrelaçamento de sujeito e objeto, propondo uma síntese dialética (dialógica) imersa na cultura e na história.

A partir dessa visão de linguagem, **Bakhtin desenvolve o conceito de dialogismo, cujo sentido opera também como elemento representativo das relações discursivas que se estabelecem entre o “eu” e o “outro”, em “contextos que não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros, mas encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto”** (BAKHTIN, 1981, p. 96).

**Para Bakhtin, a consciência é engendrada pelas relações que os homens estabelecem entre si no meio social por meio da linguagem. Portanto, a interação com o outro no meio social tem um papel fundamental, pois sem ele (o outro) o homem não mergulha no mundo sógnico, não penetra na corrente da linguagem, não se desenvolve, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores, não forma a sua consciência. Enfim, não se constitui como sujeito.**

Então, é justamente nas relações interpessoais que passamos a construir o conhecimento, o qual se constitui por meio da internalização de discursos alheios, que “não simplesmente a transferência de uma atividade externa para um plano interno – e preexistente – de consciência, mas o processo no qual esse estágio interno é formado”.

Por estarmos constantemente internalizando e revozeando os enunciados dos outros (o que envolve mecanismos de “emsimesmamentos” a partir da absorção de ideias alheias), a linguagem apresenta, segundo Bakhtin (2003, p.14), um caráter heteroglóssico - assim como dialógico -, já que esses enunciados sempre pressupõem uma atitude responsiva do(s) outro(s) a quem eles se dirigem. **Conforme sustenta o próprio Bakhtin (2004, p. 79): “Nenhuma enunciação verbalizada pode**

**ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre falantes e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu”.**

Por conseguinte, o “eu” e o “outro” constroem, cada qual, um universo de valores.

A esse respeito, **Faraco** (2003, p. 22) assevera que:

O mesmo mundo, quando correlacionado comigo e com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos. E essas diferenças são arquitetonicamente ativas, no sentido de que são constitutivas dos nossos atos (inclusive de nossos enunciados): é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (portanto, no plano da alteridade) que cada um orienta seus atos.

**A alteridade, para Bakhtin, não é um destinatário pacífico, cuja única função se resume a compreender o locutor; sua atitude em relação à fala do locutor é sempre responsiva ativa e materializa-se na sua resposta (externa ou interna). É exatamente uma resposta - e não uma compreensão passiva - que o locutor espera do(s) outro(s) a quem o seu discurso se dirige, resposta essa que pode se materializar sob a forma de uma concordância, de uma adesão, de uma objeção, de uma execução, de uma discordância etc.**

Em face da atitude responsiva ativa do outro perante o enunciador, o enunciado pressupõe sempre, conforme Bakhtin, uma apreciação valorativa. Tal apreciação é norteadada por avaliações que fazemos na vida (com base em critérios éticos, cognitivos, políticos, religiosos ou outros), de enunciados concretos, e envolvem elementos extraverbais, sem cujo conhecimento se torna impossível compreender o discurso.

É a alternância dos sujeitos falantes que traça a fronteira entre os enunciados nas diversas esferas da atividade e da existência humanas, adotando características e formas diversas, dependentes das atribuições linguísticas e das condições e situações variadas de comunicação. Embora essa alternância seja observada de forma mais evidente no diálogo, todo enunciado pressupõe um caráter responsivo, ou seja, um enunciador. Nossos enunciados estão repletos da fala dos outros, isto é, de outros enunciados que são assimilados ou empregados de forma consciente ou não-consciente.

Como aponta **Brait** (1997, p. 98),

O dialogismo na teoria bakhtiniana pode ser interpretado como o elemento que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem, na medida em que diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, que existe entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade, assim como o elemento representativo das relações discursivas que se estabelecem entre o “eu” e o “outro” nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos.

Por conceber-se a natureza da linguagem como constitutivamente dialógica, apontando para as complexas relações entre história e embates ideológicos na constituição do ser humano, a construção do conhecimento na vida social envolve um processo complexo e, não raro, marcado por contradições.

Delineia-se a partir daí um método para a análise do discurso que vai além da situação material de produção em que os enunciados concretos são proferidos, buscando na história, na cultura, na vida e no conhecimento compartilhado dos participantes – e dos contextos sociais em que estão inseridos -, suas construções identitárias, as quais, por serem atribuições situadas sócio-historicamente, são sempre “relações de sujeitos e de sentidos, sendo os seus efeitos múltiplos e variados. Isto é, são entendidas como heterogêneas, contraditórias, e - em fluxo -, constituintes das práticas discursivas nas quais atuamos” (ORLANDI, 2001, p. 21).

## CAPÍTULO 2 ARQUEOLOGIA DO SABER

O pensador francês Michel Foucault, em sua história arqueológica dos saberes, situa a racionalidade científica em relação a outros conhecimentos, os produzidos, por exemplo, pelas artes e pela literatura, privilegiando questões estéticas e ontológicas, como a do trágico.

Foucault produziu uma espécie de deslocamento, em relação à epistemologia, da ciência para o saber, o que permitiu a ele levar em consideração as artes e a literatura como complemento de suas análises das ciências do homem, mostrando, por exemplo, que, enquanto os saberes psicológicos ou psiquiátricos estabelecem uma separação entre razão e loucura, a experiência literária, tal como se manifesta na **linguagem de criadores trágicos como Holderlin, Artaud** etc., visa a ultrapassar essa separação, conferindo à loucura uma profundidade e uma verdade totalmente desconsideradas pela ciência do homem. Uma hipótese como essa evidentemente nos faz valorizar ainda mais a importância de se levar em consideração, em nossos estudos, a literatura e as artes.

Em 2007, conversando com funcionários da **(atualmente extinta) SULEIDE (SUPERINTENDÊNCIA LEIDE DAS NEVES FERREIRA)** sobre a quantidade de relatos tão díspares sobre o acidente (estávamos diante de um mapa das regiões atingidas, que fica na parede de uma das salas da unidade), eu comentei sobre os ferros-velhos envolvidos na tragédia (foram três) e sobre os diferentes bairros afetados. Isso tudo levou, naturalmente, a diferentes percepções e pontos de vista sobre a tragédia. Nesse sentido, me chamou a atenção uma declaração de um desses funcionários (da SULEIDE): **“A história do desastre com o Césio tem versões, inversões e ‘aversões’ (sic)”**.

Uma frase de **Oswald de Andrade** ajuda a situar o problema: **“A gente escreve o que ouve, nunca o que houve”**.

Com efeito, muitas cenas sobre a tragédia do Césio-137 foram e continuam sendo imaginadas, porque qualquer pessoa que se comunica, escreve, ou produz informação – ainda que seja uma notícia sobre um atropelamento -, usa a imaginação, com base nas informações obtidas.

Uma questão inescapável a que se chega aqui constitui, na verdade, uma inquietação que intriga e angustia os filósofos ao longo dos séculos: **“Onde está a verdade definitiva dos fatos?”**. **“Existe essa verdade?”**. **“Como podemos al-**

**cançá-la?”**. Ou devemos conviver para sempre com a máxima de (Sir. Arthur) **Conan Doyle** (criador do personagem Sherlock Holmes), de que **“Ninguém diz a verdade, somente a sua versão dela”?!**

A discussão sobre o que é fato e o que é imaginação remonta a Aristóteles. História e ficção têm mais semelhança do que aparentam. O escritor francês André Gide disse: “A história é a ficção que aconteceu, enquanto a ficção é a história que poderia ter acontecido”. E a escritora **Adélia Prado** reforça: **“É preciso a ficção para mostrar a verdade. A realidade tem uma parcela de ficção, o próprio ser humano não é o que aparenta”**.

O escritor goianiense **Wesley Peres** é autor do romance **“As Pequenas Mortes”**, lançado pela Editora Rocco, em que trabalha **“o polêmico tema do acidente radiológico com o Césio 137 em Goiânia”**. O livro venceu o Prêmio Coleman Natal e Silva, da Academia Goiana de Letras.

**Entrevistado pelo Jornal Opção**, Wesley Peres falou dessa sua obra, do seu estilo, de suas influências e da **relação entre realidade e ficção**:

“(…) Não sei se (o acidente com o Césio) é um tema tabu, no sentido de haver resistência social a ele (o tema), ou se se trata dessa espécie de Alzheimer que acomete o povo brasileiro. Adoramos futebol, não é? Quem, com menos de 25 anos, tem alguma ideia de quem foi Garrincha? De qualquer modo, foi um acontecimento traumático, uma dessas coisas para as quais olhamos e dizemos: ‘Não é possível que isso tenha acontecido’. Mas aconteceu. É um desses acontecimentos que tornam inoperante a verossimilhança da vida cotidiana, que nos adormece para aquilo que não tem nome, ou que resiste à nomeação e ao sentido. Então, num certo sentido, uma obra que de algum modo porte esse acontecimento pode funcionar como uma pequena máquina de memória dessa coisa que não poderia ter acontecido, mas que aconteceu (...)”.

“(…) Quando escolhi trabalhar com o tema do Césio-137, decidi que (esse tema) teria de ser tratado de viés. Abordar o tema de modo muito direto me faz pensar que cairia no risco de ser panfletário, algo do tipo literatura-denúncia. As coisas que aconteceram nesse acidente são totalmente inverossímeis, logo o acontecimento-Césio serviu como tema que espelhasse um aspecto formal do romance, que pode ser sintetizado na expressão ‘o que acontece, acontece’. Se a literatura pode ser eficaz em dizer a vida, penso que faz isso fagocitando-a por meio da forma. A vida é profundamente inverossímil, e isso não é segredo pra ninguém. A vida é contingente mais do que qualquer outra coisa (...)”.

O fato é que **boa parte da humanidade prossegue em sua trajetória sem ter muita clareza acerca de diversos fatos decisivos de sua história. Ela convive com o mistério e as pequenas incógnitas do dia-a-dia. E aceita isso, empurrando sua vida para frente sem deixar de incorporar mitos e superstições ao**

**seu imaginário.**

Os filósofos sabem, melhor do que os juristas, que a interpretação do que chamamos de realidade não é a realidade em si, mas apenas um recorte dela (daquilo que se entende por realidade). A interpretação, insistamos, é uma redução com o objetivo de especificar o que é o objeto examinado.

Assim, **devemos sempre considerar que o que sabemos sobre alguma coisa é sempre um fragmento de algo muito maior.**

## 2.1 VERSÕES DA HISTÓRIA E APROPRIAÇÕES DO SABER

Pesquisando um texto de **Rahjchman** (1989, p. 74), **um estudioso das teorias de Michel Foucault**, o autor observa que Foucault “queria afrouxar as fronteiras que segmentavam a inteligência filosófica ao introduzir novas questões e ao voltar a pensar aquelas que a história nos tem legado”. Foucault partia do pressuposto fenomenológico de que jamais conheceremos a verdade em sua essência, e que, portanto, a nós é permitido apenas conhecer percepções da verdade. Quanto mais percepções analisamos, mais nos aproximamos dessa tal essência.

Particularmente, considero que, para o Direito e outras áreas do conhecimento, essa é uma lição valiosa. O autor que se esconde no discurso da “total objetividade” e da “verdade” absoluta para (veladamente) emitir valores, engana ou trapaceia o público que acredita estar conhecendo ali o fato tal como ele é.

Em “*Ilusões Perdidas*”, o **escritor Balzac** (1843, p. 11) também defende que em um jornal não se expõe a realidade, mas apenas um recorte dela. Esse recorte descontextualiza severamente o que ali é relatado. Com isso, deixa de ser realidade e passa a ser ficção. O filósofo suíço (ou franco-suíço) Jean-Jacques Rousseau dizia: “Ora, que me importam os fatos em si, quando sua razão de ser me permanece desconhecida? E que lições posso tirar de um acontecimento cuja verdadeira causa ignoro? O historiador dá-me uma, mas a inventa; e a própria crítica, de que tanto falam, não passa de uma arte de conjecturar, a arte de escolher entre várias mentiras a que mais se assemelha à verdade”. Por sua vez, o escritor irlandês Oscar Wilde afirmava que “a verdade pura e simples raramente é pura, e quase nunca é simples”.

É o que também se dá no “caso (do acidente radioativo) de Goiânia”, cujos

recortes feitos até hoje dão uma visão dos fatos que está longe de se constituir como “verdade” única, pronta e acabada. A partir dessa constatação, esta dissertação pretende dar uma contribuição para esclarecer um pouco mais essa difusa compreensão da tragédia, realocando-a no processo histórico da sociedade e rediscutindo pontos importantes que naturalmente surgem na abordagem do acidente. Incitar o debate a partir do conhecimento de diferentes percepções de mundo foi uma das minhas preocupações (pretensões) ao me lançar neste projeto.

É interessante observar que, **na página 204 do livro “Eu também sou vítima: A verdadeira história sobre o acidente com o Césio 137 em Goiânia”, publicado em 2003, o autor Weber Borges apresenta um “Calendário do Acidente”, registrando que, “no dia 1º de dezembro de 1985, foi revelada a existência da conta secreta Delta Três, mantida pela CNEN”.**

Já em relação ao imbróglio judicial pré-acidente (ou pré-retirada do aparelho-bomba de Césio dos escombros do IGR), Borges informa, nesse mesmo **“Calendário”,** que,

No dia 04 de maio de 1987, o cabo Raimundo Nonato da Silva, da PM de Goiás, e o soldado João Marques de Abreu, também da PM-GO, declararam à Polícia Federal em Goiânia que a (então) diretora administrativa do IPASGO, Saura Taniguti, tivera a proteção deles para impedir que os proprietários da clínica radioterapêutica (já então desativada) retirassem objetos que permaneciam na “antiga sede”. Nesse mesmo dia (04/05/87), o médico (oncologista) Carlos de Figueiredo Bezerril teria advertido o (então) presidente do IPASGO, Lício Borges Teixeira, e o (então) assessor jurídico (do IPASGO) Arnaldo Garcia, de que eles seriam responsáveis pelo que visse a acontecer com a bomba de césio existente naquele local. Apesar das advertências, consumaram o embargo da mudança.

Pergunta-se então: **Afinal, por que o IPASGO não teria querido (ou permitido) que os sócios-proprietários da antiga clínica abandonada levassem de lá a já obsoleta máquina hospitalar que continha (em seu interior) o perigosíssimo cloreto de Césio?!**

Outra informação interessante (talvez decisiva), e que consta da **sentença judicial proferida em 17 de março de 2000 pelo juiz federal Juliano Taveira Bernardes (no Processo nº 95.8505-4 supracitado),** é a de que, **algum tempo antes da retirada da bomba de Césio-137, o prédio do IGR havia ficado sem portas, telhado, madeiramento e janelas, porque o ex-sócio (da clínica) Amaurillo Monteiro de Oliveira, já depois de ter saído da sociedade civil com os oncologistas**



Carlos de Figueiredo Bezerril, Criseide de Castro Dourado, e Orlando Alves Teixeira, foi ao imóvel para tirar dele o que ainda pudesse ser aproveitado ou ter valor comercial (caso das portas, janelas, e do telhado). Por isso é que as ruínas do IGR teriam chamado a atenção dos dois amigos “catadores” (Roberto e Wagner), e permitido que eles notassem a presença de um equipamento hospitalar (lá abandonado), que poderia lhes trazer algum retorno financeiro.

Outra informação, esta ainda mais intrigante – e que ainda não consegui confirmar totalmente -, foi dada pelo próprio Weber Borges, na entrevista histórica já mencionada, e concedida ao Jornal Opção pouco antes de a tragédia com o Césio completar vinte anos. Nessa entrevista, o jornalista afirma que os dois amigos (“Betão” e “Vavá”), depois de verem (ou saberem) que havia uma peça “abandonada” com possível valor comercial nas ruínas do instituto, chegaram a passar na porta do local três vezes (dias) para ver se daria para entrar. Mas um vigilante teria estado (ficado) de guarda, durante esses dias, para impedir a entrada de pessoas. Porém, no dia (domingo, 13 de setembro de 1987?) em que ele faltou, os dois amigos teriam aproveitado a ausência dele e entrado, finalmente, no local (CANDOTTI, 1990; e BORGES, 2007).

Segundo WOJTOWICZ (1990), “apenas um guarda zelava pela segurança do imóvel e, por algum motivo até hoje desconhecido, ele não foi trabalhar justamente no dia 13 de setembro de 1987”.

**Essa questão da data precisa da retirada do aparelho também não é pacífica, embora seja majoritária (e mais provável) a versão de que foi no dia 13 de setembro de 1987.**

Há outras fontes (de informação) a respeito disso. Algumas delas informam, por exemplo, que a remoção aconteceu no dia 10 (de setembro de 87). Outras informam que a retirada “de verdade” se deu uma semana antes da data mais aceita (13/09/87), e teria ocorrido no domingo anterior (ou seja, em 06 de setembro de 1987), como é o caso do “Calendário” apresentado na página 204 do livro do Weber Borges. Isso para “resumir” a polêmica em torno da questão e não discutir, dentre outras coisas, qual dos dois amigos (é que) teve a ideia de chamar o outro para levar o aparelho (cabeçote) do “prédio abandonado”.

Um outro “detalhe” interessante é que boa parte das encenações artísticas feitas até hoje sobre a tragédia mostra os dois amigos entrando à noite nas ruínas do IGR, apesar de os relatos convergirem para a informação de que a entrada deles

no instituto aconteceu no começo da tarde.

E ainda **no âmbito das responsabilidades pelo acidente**, consta do livro de **Borges (2003, p. 203)** o registro de que,

No dia 02/09/1985, os médicos donos do IGR enviaram para a CNEN uma correspondência (dirigida) ao então superintendente de fiscalização, José de Júlio Rosenthal, avisando que estavam mudando de endereço e pedindo autorização para instalar uma bomba de cobalto (e não de Césio), no novo endereço, o que deixa evidenciado que a bomba de Césio continuaria no local anterior.

Mas é preciso perguntar (investigar) mais: **Os médicos proprietários da clínica desativada chegaram a pedir uma autorização específica, pontual e tempestiva (isto é, não “forjada” a posteriori do acidente) para a devolução da bomba à instituição responsável pela sua guarda (a CNEN)? Onde estaria(m) o(s) comprovante(s) de recebimento (“A.R.” etc.) dessa correspondência supostamente enviada à CNEN?** Lembrando que, atualmente, as normas de regulamentação do uso das fontes radioativas determinam a devolução delas e dos demais equipamentos nucleares aos países onde foram fabricados, depois de verificada a sua defasagem.

Ou (pergunta-se) ainda: **Esses médicos (oncologistas sócios do IGR) chegaram também a solicitar a autorização específica para remover a peça hospitalar para outro lugar? Se chegaram, por que tal autorização não teria sido dada?!**

O fato, ainda inquietante, é que até hoje não está definitivamente esclarecida a razão do abandono da peça radioativa.

**Quando se afirma que o acidente foi, e continua a ser - antes de mais nada -, um acidente (ou colapso) de comunicação, é porque a própria comunicação humana ainda é bastante frágil e problemática.** E, extrapolando-se o caso de Goiânia para outras situações (mais amplas) de conflitos e tensões mundiais, pode-se perfeitamente afirmar que a comunicação humana é um “telefone sem fio”. As pessoas, em geral, não se entendem. Daí os índices fantasmagóricos (e inacreditáveis) de agressões, discussões, desrespeito, contendas, violência, chacinas, depredações, criminalidade, ódios, massacres, linchamentos, preconceitos, rancores, ressentimentos, querelas, assassínios, demandas judiciais, vinganças etc.

Na questão da elucidação da “trança” do desastre com o Césio, parece óbvio

que, se todos esses personagens ainda vivos forem consultados para contar como tudo aconteceu, cada um sustentará uma versão diferente (isto é, a própria versão de cada um). Por outro lado, **é certo também que, independentemente de ter havido (ou não) pedido de autorização para se remover o aparelho das dependências da clínica desativada, pelo menos poderia ter sido deixado um aviso ou advertência simples (de que se tratava de um equipamento altamente perigoso), em uma cartolina ou numa simples folha de papel. Um papel com um simples desenho de uma caveira e ossos cruzados (acompanhada, de preferência, da palavra “Perigo”, evocando a necessidade de prudência), se fosse bem afixado no aparelho (que, por algum motivo, estava sendo deixado nas dependências do IGR), poderia ter demovido (dissuadido) os amigos da ideia de levá-lo de lá, evitando toda a tragédia.**

**Essa é uma iniciativa que cabia, sobretudo, aos proprietários do IGR, mas (que) poderia, igualmente, ter sido tomada pelos demais envolvidos na administração (e guarda) do local (agentes, dirigentes e servidores do IPASGO, oficiais de Justiça etc.). O resultado dessa ausência de comunicação foi, como se viu, catastrófico.**

Se considerarmos que a humanidade convive há milênios com versões controvertidas da História pelo simples fato de que não havia recursos científicos e tecnológicos para se melhor registrá-la, deveríamos verificar que, com os avanços tecnológicos e científicos de que se passou a dispor, chegar-se-ia a um registro incontroverso e definitivo dos fatos. Mas não é o que acontece. Fatos mais recentes, como os assassinatos de John Kennedy, Ted Kennedy, John Lennon, Che Guevara, Carlos Marighella, Rubens Paiva (chegavam a pelo menos 7 as versões “oficiais” para a sua morte); Carlos Lamarca, Wladimir Herzog; o prefeito de Santo André (Celso Daniel); a empresária goiana Martha Cosac e o seu sobrinho Henrique Talone; o ex-prefeito de Goiás “Velho”, Boadyr Veloso; o coronel Ubiratan Guimarães; a jovem publicitária e ex-estudante da PUC-GO, Polyanna Arruda Borges; a também jovem goiana Camila Lagares; a modelo Mônica Samudio, ex-amante do goleiro Bruno; o radialista goiano Valério Luiz; o advogado goiano Davi Sebba etc. permanecem ainda como motivo de uma certa controvérsia, assim como a tentativa de assassinato do jornalista e político Carlos Lacerda (o escritor e biógrafo Lyra Neto, que escreveu uma vasta biografia de Getúlio Vargas, conta que o próprio Lacerda chegou a dar três diferentes versões sobre a tentativa de assassinato por ele sofrida – e

que teria sido ordenada por Getúlio); a morte de figuras como Salvador Allende, João Goulart, Juscelino Kubitschek (a propósito de Juscelino, o economista e historiador Ronaldo Couto, que era próximo a Juscelino, declarou recentemente que ninguém nunca vai saber ao certo quanto é que custou – em dinheiro – a própria construção de Brasília, capital federal do nosso País); o delegado (Sérgio Paranhos) Fleury; Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, PC Farias, Leonardo Pareja, Yasser Arafat (em cujo corpo teriam sido encontrados resíduos de urânio, ou “plutônio”, dependendo da versão. O sheik que lavou e embalsamou Arafat afirmou publicamente que havia plutônio no corpo do líder palestino e que somente países detentores de tecnologia nuclear poderiam manipular esse elemento químico. Oficialmente, o Estado de Israel nega que tenha envenenado Arafat) etc., e episódios marcantes como a chacina da família Mateucci na Rua 74 (em 1957), em Goiânia; a renúncia do presidente Jânio Quadros; o incêndio do Edifício Andraus, em São Paulo; o incêndio do Edifício Joelma, também em São Paulo; o atentado a bomba no RIOCENTRO; a guerra das Malvinas; o massacre do CARANDIRU, em São Paulo; a explosão da Base Militar de Alcântara, no Maranhão; a desocupação violenta do Parque Oeste Industrial, em Goiânia; a recente chacina de Doverlândia, em Goiás (e a queda do helicóptero com o suposto autor dessa chacina); **o incêndio (proposital?) no Cemitério Parque, em Goiânia (onde estão os corpos das principais vítimas da tragédia), que destruiu todos os documentos e arquivos referentes às pessoas ali enterradas, incluindo diversos desaparecidos da época da ditadura militar, cujos túmulos e possíveis restos mortais seriam investigados por integrantes da “Comissão da Verdade” em Goiás, assunto que foi pouquíssimo divulgado pela mídia e – ainda mais rapidamente – caiu no esquecimento** (ou seja, recebeu quase nenhum destaque na cobertura da imprensa local e nacional); as chacinas perpetradas pelo (suposto) “serial killer” de Goiânia, Tiago Henrique Gomes da Rocha, contra jovens moças, travestis e moradores de rua; o desaparecimento (“sumiço”) do pedreiro Amarildo, em uma favela do Rio de Janeiro; a morte do promotor de justiça argentino Alberto Nizman etc. Isso para não mencionar os desastres de avião dos últimos anos.

Segundo se conta, **Napoleão Bonaparte** costumava dizer que **“a história é a versão dos fatos passados com a qual todos concordam”**. Já o lendário primeiro ministro britânico **Winston Churchill**, considerado um dos maiores estadistas - se não o maior - do século passado, dizia, segundo consta, que **“a verdade é uma**

**coisa tão preciosa que ela precisa ser protegida por um batalhão de mentiras”.** Temos várias versões sobre eventos como o golpe militar de 1964 (Golpe Civil-Militar? Revolução de 64? Ditadura Civil-Militar? Estado Novo da UDN? Etc.), a Guerrilha do Araguaia etc. E em se tratando de comunicação e informação, é oportuno lembrar que diversos historiadores divergem acerca do papel exercido pela imprensa durante o golpe de 64 (quando este completou 45 anos em 2009, o **programa “Observatório da Imprensa”**, apresentado pelo respeitável **jornalista Alberto Dines**, contou com a participação de alguns especialistas nesse período da História do Brasil, e esses especialistas discutiram as circunstâncias do golpe e, mormente, o papel exercido pela imprensa naqueles anos. O consenso entre os debatedores foi de que todos os grandes jornais brasileiros apoiaram o golpe, com exceção do **“Ultima Hora”**, do **jornalista Samuel Wainer**).

Por sua vez, o recentemente falecido escritor português **José Saramago** dizia que **“a verdade histórica é relativa. Toda história é apenas um discurso sobre o passado dentro dos muitos discursos possíveis”.**

De fato, **a memória é um campo político bastante disputado.**

## 2.2 O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Sem dúvida, todo discurso está impregnado (contaminado) de ideologias e interesses, já que o ser humano costuma agir de maneira interessada, conforme o que lhe é benéfico. Assim, seria necessário perder(mos) a ingenuidade que costumamos ter ao ler um texto, assistir a um jornal ou ver uma propaganda etc.

Em sua aula inaugural no *Collège de France* (a qual serviu de base para a publicação de sua obra **“A Ordem do Discurso”**), o **filósofo francês Michel Foucault** fala da relação entre discurso e poder. Foucault chama as formas de controle do discurso de “sistemas de exclusão”. São procedimentos que impedem a criação do discurso, mas não seu pensamento (obviamente). Um exemplo seria o próprio discurso jurídico, que usa linguagem excessivamente técnica e rebuscada (intrincada), excluindo o cidadão “comum” desse campo discursivo e fazendo-o deixar de brigar pelos seus direitos. No jornalismo, há o famoso “economês”, usado comumente nos cadernos de Economia etc.

Não raro, uma linguagem técnica impede a compreensão de um determinado

texto. São textos feitos para quem já entende do assunto, o que perpetuaria a exclusão e a concentração do discurso (e do poder). É importante lembrar que nenhum enunciado é neutro. Devemos sempre desconfiar do que lemos. O título, a imagem, cada palavra, tudo possui um significado e não é escolhido por acaso. Quando o discurso pode ser dito, ele esbarra no que Foucault chama de “procedimentos de controle e delimitação dos discursos” (os processos internos), que são basicamente três:

1) O Comentário: nós estamos sempre nos remetendo a outros discursos (revozeando-os). Quase tudo o que falamos já foi dito uma outra vez, embora de forma diferente, com outras palavras, em outro contexto etc.;

2) O Autor: a individualidade do autor delimita o sentido (e o alcance) do discurso. Se for alguém “de renome, de reputação” que estiver falando, terá boa receptividade e boa audiência; se for “um outro qualquer”, terá dificuldades de aceitação, e o seu discurso terá menos “valor”, será menos poderoso;

3) A Disciplina: são regras pertencentes a determinado campo ou ciência a que o discurso deve se adaptar ou conformar para ter validade ou credibilidade. **Foucault cita o exemplo de Mendel, que por muitos anos teve suas teorias sobre a hereditariedade rejeitadas, pois elas iam de encontro à visão da Biologia da época. Evidentemente, essas regras podem mudar conforme o tempo e o lugar.** Mas elas não são fáceis de se mudar, porque quem as domina pode controlar quem participa do discurso.

**Poucos pensadores da segunda metade do século XX alcançaram repercussão tão rápida e ampla quanto Michel Foucault. Por ter proposto abordagens inovadoras para entender as instituições e os sistemas de pensamento, a obra de Foucault tornou-se referência em uma grande abrangência de campos do conhecimento. Em seus estudos de investigação histórica, o filósofo tratou diretamente das escolas e das consequências pedagógicas na Idade Moderna. Além disso, vem inspirando uma grande variedade de pesquisas sobre educação em diversos países. Foi provavelmente Foucault quem pela primeira vez mostrou que, antes de reproduzir, a escola moderna produziu, e continua produzindo, um determinado tipo de sociedade.**

A ideia de que “as luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” indica que, em vez de apenas tentar esclarecer ou discutir as questões filosóficas tradicionais, Foucault desenvolveu critérios de questionamento e crí-

tica ao modo como elas são encaradas. A primeira consequência desse procedimento é mostrar que determinadas categorias como a razão, o método científico e até mesmo a noção de homem não são eternas, mas vinculadas a sistemas circunscritos historicamente. Para ele, não há universalidade nem unidade nessas categorias e também não existe uma evolução histórica linear. Todavia, o peso das circunstâncias não significa que Foucault identificasse mecanismos que determinam o curso dos fatos e dos acontecimentos, como ocorre com o positivismo e o marxismo.

**Investigando o conceito de homem no qual se sustentavam as ciências naturais e humanas desde o Iluminismo, Foucault observou um discurso em que coexistem o papel de objeto, submetido à ação da natureza; e de sujeito, capaz de apreender o mundo e modificá-lo.** Mas o filósofo negou a possibilidade dessa convivência. Segundo ele, há apenas sujeitos, que variam de uma época para outra e de um lugar para outro, dependendo de suas interações.

Entretanto, Foucault concluiu que a concepção do homem como objeto foi necessária na emergência e na manutenção da Idade Moderna, porque deu às instituições a possibilidade de modificar o corpo e a mente. Entre essas instituições se inclui a educação. O conceito definidor da modernidade, segundo o pensador francês, é a disciplina – um instrumento de dominação e controle destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes. Portanto, ao mesmo tempo em que o iluminismo consolidou um grande número de instituições de assistência e proteção aos cidadãos – como família, hospitais, prisões e escolas –, também inseriu nelas mecanismos que os controlam e os mantêm na iminência da punição. Esses mecanismos formariam o que Foucault chamou de tecnologia política, com poderes de manejar espaço, tempo e registro de informações – tendo como elemento unificador a hierarquia. Para Foucault, as sociedades modernas não são disciplinadas, mas “disciplinares”, o que não significa que todos nós estejamos igual e irremediavelmente presos às disciplinas.

**O filósofo francês não acreditava que a dominação e o poder fossem originários de uma única fonte – como o Estado ou as classes dominantes –, mas que são exercidos em várias direções, cotidianamente, em escala múltipla (um de seus livros se intitula “Microfísica do Poder”, volume quase “apócrifo” organizado pelo filósofo Roberto Machado, professor da UFRJ).** Esse exercício também não seria necessariamente opressor, podendo estar a serviço, por exemplo, da criação. Foucault via na dinâmica entre diversas instituições e ideias uma teia

complexa, em que não se pode falar do conhecimento como causa ou efeito de outros fenômenos. Para dar conta dessa complexidade, o pensador criou o conceito de poder-conhecimento. Segundo ele, não há relação de poder que não seja acompanhada da criação de saber e vice-versa. Com base nesse entendimento, podemos agir produtivamente contra aquilo que não queremos ser e ensaiar novas maneiras de organizar o mundo em que vivemos.

**No caso do acidente de Goiânia, a antropóloga Telma Camargo observa que “a produção do saber sobre o desastre emerge da confrontação entre a memória oficial – sustentada pelas representações governamentais -, e o saber subjogado (FOUCAULT, 1980: 82), trazido pelas lembranças e experiências dos sobreviventes”.**

A contestação e a revisão de conceitos – operadas por Foucault – criaram a necessidade de refazer percursos históricos. Não é sobre os governos e as nações que ele concentra seus estudos, mas sobre os sistemas prisionais, a sexualidade, a loucura, a medicina etc. Três fases se sucederam em sua obra. A fase da “arqueologia do conhecimento” é marcada pela análise dos discursos ao longo do tempo, de acordo com as circunstâncias históricas, em busca de um saber que não foi sistematizado. A fase genealógica corresponde a um conjunto de investigações das correlações de forças que permitem a emergência de um discurso, com ênfase na passagem do que é interdito para o que se torna legítimo ou tolerado. Finalmente, a fase ética centra o foco nas práticas pelas quais os seres humanos exercem a dominação e a subjetivação, conceito que corresponde, aproximadamente, a assumir um papel histórico.

**Para Foucault, a escola é uma das “instituições de sequestro”, assim como o hospital, o quartel e a prisão. São aquelas instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um longo período, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam etc.**

Nesse sentido, pode-se inclusive acrescentar que algumas dessas instituições, como o quartel, além de promoverem uma verdadeira desautorização (censura) das manifestações espontâneas da subjetividade, “matam” o indivíduo, que passa a pertencer a uma engrenagem-sistema sobre a qual exerce pouca ou nenhuma influência.

A questão do poder é amplamente discutida pelo filósofo, mas não no seu



sentido tradicional, inserido na esfera estatal ou institucional, o que tornaria a concepção marxista de conquista do poder uma mera utopia. Segundo ele, este conceito está entranhado em todas as instâncias da vida e em cada pessoa, não estando ninguém a salvo dele. Desse modo, Foucault considera o poder como algo não apenas repressor, mas também criador de verdades e de saberes, e onipresente no sujeito. Ele investiga os mecanismos do saber em **“A Arqueologia do Saber”**: **“(…) Sabendo-se analisar as relações de poder-saber veiculadas na sociedade, é possível identificar as características e práticas que contêm efeitos perigosos, dominadores ou negativos”**.

É controlando os nossos discursos que as instituições mantêm o poder. Assim, há diversas formas de controle ou de exclusão do discurso. São excluídos aqueles que vão contra a ordem vigente. Que ninguém se deixe enganar: mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, exercem-se ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade (FOUCAULT, 1970).

### 2.3 ADVERTÊNCIA IGNORADA



Figura 2: Foto muito rara da família Alves Ferreira: os irmãos Devair Alves Ferreira (proprietário do ferro-velho 1), Ivo Alves Ferreira (proprietário do ferro-velho 2, pai da garotinha Leide - símbolo da tragédia -, e esposo de dona Lourdes das Neves); e Odesson Alves Ferreira (presidente da Associação das Vítimas do Césio 137 e principal representante delas), além dos pais e da esposa de um deles.

**O acidente com o Césio é um acidente que se desdobra até hoje em múltiplas dimensões (da realidade): a dimensão química, a dimensão física, a dimensão biológica, a dimensão médica, a dimensão jornalística, a dimensão psicológica, a dimensão política, a dimensão jurídica, a dimensão sociológica, a dimensão antropológica, a dimensão artística, a dimensão filosófica, a dimensão religiosa, a dimensão ambiental etc. É um excelente laboratório de como um “pequeno” detalhe pode produzir consequências sociais impensáveis.**

Ainda hoje persistem incoerências e versões variadas sobre o acidente. É óbvio que essas posições e declarações conflitantes agravaram a situação das vítimas, na medida em que permitiram que as pessoas físicas e jurídicas responsáveis continuassem a se esquivar de assumir suas responsabilidades e atuar mais significativamente na ajuda aos radioacidentados, além de dificultar a própria compreensão da história de Goiânia, do estado, e do País.

**Tal desencontro de informações e posições já começa em relação à própria origem (local de fabricação) da bomba que continha o Césio-137.** Vejamos: A sentença (já mencionada) proferida na ação civil pública movida em razão do acidente relata que, **“Em 1972, o Instituto Goiano de Radioterapia, devidamente autorizado pela CNEN, adquiriu em São Paulo/SP uma bomba de Césio 137, ‘de fabricação italiana’”**. Mas **alguns técnicos da CNEN afirmam que a bomba foi fabricada “no Canadá” (?!).** O engenheiro químico César Ney, que é o atual responsável pelo setor de fiscalização radiológica da CNEN em Goiás – e que atuou na descontaminação das áreas atingidas na época do acidente -, assegura que a bomba é de fabricação canadense<sup>13</sup> e teria sido importada diretamente.

**Outra imprecisão diz respeito à quantidade exata de cloreto de Césio dispersada com o acidente.** Destoando de outras fontes oficiais (algumas da própria CNEN, para a qual ele trabalha), o técnico Rubemar, um dos coordenadores do Centro Regional de Abadia, informa que **“foram liberados 17 gramas, dos quais 14 foram recuperados. Somente esses 3 gramas, que não representam risco algum, é**

---

13 - **Algumas fontes informam que não se pôde conhecer ao certo o número de série da fonte radioativa, mas acredita-se que ela tenha sido produzida por volta de 1970, pelo Laboratório Nacional de Oak Ridge, no Tennessee, Estados Unidos.** O material radioativo contido na cápsula totalizaria 0,093 kg, e a sua radioatividade seria, à época do acidente, de 50,9 Terabecquerels (TBq), ou 1375 Ci. **O equipamento radioterapêutico em questão era do modelo Cesapam F-3000. A informação mais aceita é a de que fora projetado nos anos cinquenta pela empresa italiana Barzetti e Cia., e comercializado pela empresa Generaly SpA.**

que não foram recuperados”. **Ou seja, percebe-se ainda hoje o fato de que, se pegarmos todos os principais personagens da tragédia para contarem a história, certamente sairão relatos com notórias divergências. Isto é, não contarão a mesma história.**

Embora possa parecer um pormenor secundário na história da tragédia, essa divergência de informações foi justamente o que dificultou a determinação precisa das responsabilidades, e a conseqüente culpabilidade dos envolvidos.

Quando a bomba de Césio-137 foi instalada, já havia a suspeita de que ela pudesse representar um risco. **O oncologista Diógenes Magalhães da Silveira, em reportagem publicada no extinto jornal “Cinco de Março”, em dezembro de 1973, denunciou que a bomba de Césio já estava defasada quando fora adquirida pelo IGR.** Ao menos para a finalidade prevista, ou seja, a aplicação em radioterapia profunda.

**Desse modo, o médico (já falecido) acabou fazendo um prenúncio do desastre que ocorreria 14 anos mais tarde. A CNEN, por sua vez, contesta que a bomba estivesse defasada (“O POPULAR”, 30 de setembro de 2007).**

Por isso, ainda é preciso investigar mais (verticalizar em maior profundidade), e apurar tudo o que for possível. Sabe-se que algumas reportagens escritas 14 anos antes do acidente revelavam que os problemas com a bomba de Césio haviam começado já em sua instalação. Por que essas reportagens não foram levadas em consideração?

Com efeito, **o acidente de Goiânia foi também - e sobretudo - um acidente de comunicação, conforme já explanado.** Note-se que, já nos primórdios do acidente, coexistiam **pelo menos quatro versões diferentes sobre a fiscalização da bomba de Césio-137.** Segundo os proprietários do IGR, o Instituto havia sido fiscalizado apenas por ocasião da instalação do aparelho (1977). Porém, Luiz Alberto Ilha Arrieta, então diretor executivo da CNEN, assegurou, à época, que a última inspeção acontecera cinco anos antes do acidente (1982). Já para o então presidente da CNEN, Rex Nazaré, a última inspeção ocorrera havia três anos (1984). Todavia, Fernando Giovanni Bianchini, também diretor da CNEN, afirmou que um ano antes do acidente (1986) seus técnicos haviam inspecionado o Instituto (que a essa altura já estaria desativado!).

Em fevereiro de 1978, o **Decreto (Federal) nº 81.384** transferiu a responsabilidade pela fiscalização de fontes radioativas ionizantes para as Secretarias de Saú-

de dos estados-membros. Esse decreto dispôs também sobre a competência do **Conselho Nacional de Saúde** em estabelecer as normas de radioproteção destinadas a orientar a fiscalização a ser exercida pelas mencionadas Secretarias.

Coincidentemente, o Conselho Nacional de Saúde entrou em recesso por um período de seis anos. Em decorrência disso, a normatização - que caberia ao referido órgão elaborar para efeito de fiscalização dos aparelhos radioativos – só veio a ocorrer em 21 de dezembro de 1988, portanto, dez anos após a **determinação ministerial (Decreto nº 81.384/78)**, e mais de um ano após o acidente radioativo de Goiânia. Até então, a **Vigilância Sanitária de Goiás** teria ficado impossibilitada de fiscalizar, uma vez que não dispunha das respectivas normas técnicas (HELOU/NETO, 1995, p. 15).

Mas para Wanderley da Costa Lima, doutor em **Direito Atômico** pela Universidade de Muenster, Alemanha Ocidental, a responsabilidade primária é mesmo da União (BORGES, 2003, p. 177).

Consultado pelo jornal Folha de S. Paulo na época do acidente, o jurista, que mora desde 1985 em Viena - onde trabalha para a **Agência Internacional de Energia Atômica**, órgão ligado à **ONU** -, declarou o seguinte:

FOLHA DE S. PAULO – Quem é o responsável, do ponto de vista legal, pelo acidente de Goiânia?

WANDERLEY DA COSTA LIMA – **Primariamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)**. Levando-se em conta que a atividade nuclear no Brasil é monopólio da União e que a competência para fiscalizar é da CNEN, acredito que ela nunca deveria ter deixado de exercer a atividade fiscalizadora, por maior que seja a **responsabilidade secundária do Instituto Goiano de Radioterapia**. O problema brasileiro não é deficiência normativa e sim a aplicação das normas. A legislação nuclear brasileira não é melhor nem pior que a dos outros países.

FOLHA DE S. PAULO - De que forma pode ser enquadrado na legislação um caso como o de Goiânia?

WANDERLEY DA COSTA LIMA – Na **Lei 6.453, de 1977, que incorporou os preceitos da Convenção<sup>14</sup> de Viena à legislação brasileira**. Mas não consigo ver claramente o acidente de Goiânia sendo agasalhado pela lei. Ela dispõe muito mais sobre a responsabilidade do operador de uma instalação nuclear. **O acidente de Goiânia escapa um pouco desta tipificação**. Ainda assim consegui reunir alguns pontos que poderiam ser aplicados ao caso. **O Art. 15<sup>15</sup> diz: “Os danos causados por ‘material ilícitamente possuído’, e não relacionados a qualquer operador” devem ser suportados pela União**. Quanto à CNEN, quando alega não ter responsabilidade sobre o acidente, acho interessante essa afirmação, porque a lei que estabelece o monopólio da União determina, em seu Art. 14, que compete à

14 - Como se sabe, uma norma internacional somente tem cogência quando é confirmada pelo ordenamento jurídico interno de um País (regra elementar do Direito Internacional).

15 - Optamos pela forma maiúscula e abreviada “Art.” (Artigo de lei), para diferenciá-lo da forma por extenso “Artigo” (artigo de opinião, em jornais, revistas, periódicos etc.).

Comissão “estabelecer regularmente as normas de segurança relativas ao uso das radiações e dos materiais nucleares e à instalação e operação dos estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares ou utilizar a energia nuclear e suas aplicações, e fiscalizar o cumprimento dos referidos regulamentos e normas”. Então **não há como, na minha opinião, tirar a responsabilidade da CNEN no caso de Goiânia.**

## 2.4 RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL

É fato que alguns registros jurídicos e jornalísticos da época do acidente sustentam que, em meio às polêmicas quanto à definição das responsabilidades das pessoas físicas e jurídicas sobre o desastre radioativo, a **CNEN**, na figura de **seu presidente Rex Nazaré Alves**, participava de um jogo de empurra com a **Secretaria de Saúde de Goiás** – comandada pelo seu titular **Antônio Faleiros Filho** -, e com os donos da clínica (**Carlos de Figueiredo Bezerril, Orlando Alves Teixeira, Criseide de Castro Dourado, Flamarion Barbosa Goulart**; e também o ex-sócio **Amaurillo Monteiro de Oliveira**). No inquérito da **Polícia Federal** foram indiciados todos eles, totalizando **7 (sete) pessoas** (naturais).

No dia 17 de março de 2000, a **Justiça Federal em Goiás** condenou por danos ambientais a CNEN, o **Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASGO)**, o médico Amaurillo Monteiro de Oliveira, e o físico hospitalar Flamarion Barbosa Goulart, no valor de um milhão e trezentos mil reais.

Em sua sentença (no **Processo de nº 95.8505-4**), o juiz federal **Juliano Taveira Bernardes observou** que,

A **omissão é penalmente relevante** quando o **omitente** devia e podia agir para evitar o **resultado**. O acusado Amaurillo, com o seu comportamento, contribuiu para a ocorrência do resultado, visto que, tivesse o **prédio** permanecido abandonado, mas fechado, a possibilidade de entrada dos dois catadores de papel, para retirar o **equipamento**, seria bem menor, ou praticamente nenhuma. Ademais, ordenou a **demolição** sem a assistência de alguém que, em relação àquela parte do prédio (**casamata**), pudesse tomar as devidas precauções (Fl. 5.642).

De sua vez, o **físico hospitalar** Flamarion Barbosa Goulart era o responsável técnico pelo controle da manipulação médica do **aparelho radiológico**, conforme **normas específicas da CNEN** (Resolução 06/73, DJU nº 108, parte II, de 19/06/73; Resolução 09/84, DJU, parte I, de 14/12/84; e Resolução 19/85, DJU de 17/12/85).

Desse modo, sua **responsabilidade civil** pelos fatos de que já foi **penalmente condenado** é pessoal e independente daquela atribuível à **pessoa jurídica** para a qual trabalhava.

Na verdade, a responsabilidade do **responsável técnico** não vem do contrato firmado com seu empregador, mas das **normas administrativas que norteiam sua atividade**, motivo pelo qual é patente sua **reponsabilidade**

**solidária** em caso de **atuação profissional negligente**, como acontece com os engenheiros em relação ao construtor.

‘Responde solidariamente pelos danos causados em razão das falhas da construção o engenheiro fiscal que negligencia em sua atividade profissional’ (TJSP, 12ª Câmara, Rel. Des. Carlos Ortiz, RT 584/92).

E embora os “**catadores**” **Wagner Mota Pereira (“Vavá”) e Roberto Santos Alves (“Betão”)** não tenham sido incluídos como réus na ação civil pública, o juiz federal Juliano Taveira Bernardes chegou a atribuir aos dois a autoria imediata pelo acidente com o Césio-137. Porém, o inquérito policial (respectivo) já havia concluído que não houve “furto”, já que o aparelho estava abandonado. Ou seja, não indicara nenhuma irregularidade no comportamento dos vizinhos Roberto e Wagner (“Nada censurável pelo Direito”). Com isso, ao menos os valores não foram invertidos e os amigos não se tornaram os “culpados”.

O juiz, então, mesmo diante do princípio jurídico de que “**ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece**” (*Caput* do **Art. 3º do Decreto-Lei 4.657, de 1942**, mais conhecido como “**Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**”), concordou que criminalmente eles não seriam imputáveis, já que não sabiam da gravidade do ato que estavam praticando ao retirar a bomba de Césio do local onde ela estava. O magistrado entendeu que os dois não tinham nenhum conhecimento sobre o perigo dos aparelhos radiológicos; ademais, não havia, aparentemente, qualquer aviso de alerta no local, onde só existiam os escombros do antigo prédio do Instituto Goiano de “**Radioterapia**” (que muitos confundem com o outro IGR, o Instituto Goiano de “**Radiologia**”), em parte da área adquirida pelo IPASGO (onde futuramente seria construído o **Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, em 1994**). Além disso, os dois “catadores” também não haviam sido incluídos no pólo passivo da ação judicial (em questão), julgada pelo magistrado. Ainda assim, o magistrado pontificou:

Sobre a **possível responsabilidade civil dos catadores**, dessume-se, pela narração dos fatos, que a causa imediata da ocorrência do acidente foi o vilipêndio do **recipiente** que isolava os efeitos do material radioativo. Assim, os autores imediatos do infortúnio foram os catadores de papel **WAGNER MOTA PEREIRA e ROBERTO SANTOS ALVES**, os quais, entretanto, **não foram incluídos no pólo passivo da relação processual**.

É bem verdade que a bomba de Césio havia sido anteriormente abandonada pelo IGR. Da mesma forma, em se tratando de *res derelictae* (coisas abandonadas voluntariamente), os referidos catadores não teriam óbices, via de regra, à aquisição da **propriedade de coisas móveis (Art. 592 do Código Civil de 1916)**.

Contudo, compaixão à parte, cuidando-se de **material radioativo**, as mes-

mas **normas especiais** de controle que vigoravam em relação ao IGR também condicionavam a aquisição da propriedade da bomba de Césio-137 por parte de WAGNER MOTA PEREIRA e ROBERTO SANTOS ALVES à prévia autorização da CNEN (Art. 2º da **Lei 6.189/74**, que estabelece as **competências da CNEN**), conduzindo assim à inaplicação da regra do Direito Civil (Cód. Civil de 1916), com a consequente nulidade do ato de transposição do **domínio** da **coisa móvel**. Essa conclusão, portanto, acarreta, deflagra a responsabilidade **civil** dos catadores de papel pela ocorrência do acidente a que deram **causa direta** ao violarem a peça de Césio.

Isso não quer dizer que os catadores de papel poderiam ser **penalmente** responsabilizados pela conduta, pois certamente não tinham potencial conhecimento da ilicitude do rompimento do **invólucro** da substância radioativa, o que afastaria a **culpabilidade** do fato. Porém, na **esfera cível**, é inegável que ambos incorreriam, se acionados, na **responsabilidade objetiva** prevista na norma do parágrafo primeiro do Art. 14 da **Lei 6.938/81**, mais conhecida como “**Lei do Meio Ambiente**”.

De outra banda, restou esclarecido que a **responsabilidade por dano ambiental** comporta também a sujeição passiva dos chamados *autores mediatos*, nos termos do Art. 14, parágrafo primeiro, combinado com o Art. 3º, IV, todos da mesma **Lei 6.938/81 (Lei do Meio Ambiente)**. Em face desses *autores mediatos*, então, não cabe a aplicação da norma extensiva do **Art. 1518 do Cód. Civil de 1916**, que disciplina a **responsabilidade solidária** nos ilícitos extracontratuais.

**Acerca da responsabilidade do IPASGO, em 06/04/87 (já no governo de Henrique Santillo), esse instituto previdenciário já era o (novo) proprietário de todo o terreno e já havia sido imitado na posse do imóvel em cujas ruínas estava a bomba de Césio -137 (conforme auto de evacuação e entrega de folhas 3.354 e 3.355).**

**Há controvérsias sobre o fato de que o IPASGO tinha ou não conhecimento da existência no imóvel do material radioativo (conforme Relatório que concluiu o Inquérito instaurado na Polícia Federal - folhas 3.354 e 3.355).**

Da responsabilidade de Flamarion Barbosa Goulart e Amaurillo Monteiro de Oliveira, cumpre salientar que, **registrada a imperfeição na formação da preambular, que deixou ao largo do pólo passivo a pessoa jurídica responsável pela exploração médica do aparelho radiológico (isto é, o IGR), é chagado o momento de se descortinar a participação desses dois réus.**

A priori, revela dizer que **ambos já tiveram, ao lado dos sócios do IGR, sua responsabilidade penal confirmada, por decisão do colendo TRF da 1ª Região, pela prática, em concurso formal, de homicídios culposos** (Art. 121, parágrafos 3º e 4º, combinado com os Arts. 29 e 70, todos do Código Penal).

Desse modo, **o IPASGO, o ex-sócio (da clínica) Amaurillo Monteiro de Oliveira, e o físico em medicina Flamarion Barbosa Goulart foram condenados à prestação pecuniária de cerca de R\$ 100 mil (em moeda de hoje), fixados para cada um, e acrescidos de correção monetária desde o ajuizamento da demanda (setembro de 1995), e de juros moratórios a partir do rompimento da cápsula de Césio (13 de setembro de 1987), conforme o teor da decisão.** Para qualquer dos réus que descumprisse a sentença, após o trigésimo dia da intimação, o juiz fixou multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). No caso específico da CNEN, a multa é por

cada item descumprido.

O valor deveria ser depositado no **Fundo de Defesa dos Direitos Difusos**. Foram retirados da ação a **União** e o **Estado de Goiás**. Os demais médicos também foram excluídos da relação de réus na ação proposta em setembro de 1995 pelo **Ministério Público Federal** em parceria com o **Ministério Público Estadual**. É que, em julho de 1992, os médicos isentados nesse processo resultante da **ação civil pública de 95** já haviam sido condenados criminalmente, por homicídio culposo, a três anos e dois meses de reclusão e suspensão do exercício da profissão.

Inicialmente, tiveram que passar as noites e os finais de semana na **Casa do Albergado**. Mais tarde, a pena progrediu para prestação de serviços médicos à comunidade. Em março de 1999, foram beneficiados por um **decreto presidencial de indulto, baixado em dezembro de 1998 pelo então presidente (reeleito) Fernando Henrique Cardoso**. Com isso, os nomes desses médicos foram removidos do rol de “culpados” e quase todos eles (com exceção de Orlando Alves Teixeira, que após o desastre de 87 mudou-se para o Mato Grosso a fim de se dedicar à atividade de fazendeiro, tendo depois voltado a exercer a medicina - e inclusive sido preso por manter uma clínica clandestina de aborto na região) continuam exercendo normalmente a profissão de oncologistas no **Hospital Araújo Jorge (“Hospital do Câncer”)**.

À CNEN coube ainda a sentença de 1 (um) milhão de reais e a prestação de atendimento médico, hospitalar, odontológico, psicológico e técnico-científico até a terceira geração das vítimas, além do transporte de pacientes até o local dos exames e o acompanhamento da população que vive em Abadia de Goiás, onde se localiza o depósito dos rejeitos.

A instituição federal terá também de efetivar um sistema periódico de notificação epidemiológica sobre câncer, e auxiliar e contribuir, no que for necessário, com o trabalho de monitoramento epidemiológico permanente da população de Goiânia, que era realizado pela **Secretaria Estadual de Saúde de Goiás**. No caso de interrupção desse monitoramento por parte do **Estado de Goiás**, fica a CNEN condenada a efetivá-lo individualmente, e a manter, em Goiânia, um centro de atendimento permanente de físicos e médicos especializados, caso a prestação desses serviços venha a ser interrompida por parte do **IPASGO** e do **Governo (no sentido mais estrito de “Administração Direta”) de Goiás**.

Ressalte-se, ainda, que, no “tiroteio” que a sociedade promoveu, sobrou tam-



bém para **FURNAS** e o **Ministério de Minas e Energia**, responsáveis por uma usina nuclear que na época estava parada (com bobinas do gerador queimadas, numa paralisação de mais de 16 meses). O **então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco**, ameaçava impedir a entrada em operação da unidade caso não fosse equacionado o problema do mau estado da BR-101, para a necessidade de haver um plano de evacuação, e também para a eficiência desse plano.

## 2.5 PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS ATUAIS

Atualmente, a nossa **Constituição Federal de 1988** estabelece, em seu **Art. 21, inciso XXIII**, a **competência da União para “explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados**, atendidos os seguintes princípios e condições:

- a) Toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;
- b) Sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;
- c) Sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;
- d) **A responsabilidade civil por danos nucleares é objetiva, e independe da existência de culpa”.**

Mas, para o sociólogo, jornalista e articulista do “**Jornal Opção**”, José Maria e Silva (que foi um dos entrevistadores do jornalista **Weber Borges** na **histórica entrevista** – já citada - de 2007), “nós sabemos que a lei não cria a realidade e pode ser facilmente desmoralizada pelos fatos. Uma lei pode ser inócua ou até produzir efeitos adversos, quando despreza o seu contexto histórico e social”.

No livro “A Era dos Direitos”, publicado originalmente em 1990, BOBBIO (1990, p. 67) afirma que os direitos do homem nascem basicamente no início da Era Moderna e seriam um dos principais indicadores do progresso histórico. Mas não seriam fáceis de se definir, segundo ele, porque sofrem variação conforme os perío-

dos (épocas) e as culturas. Bobbio afirma: “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

**É da natureza das Constituições apresentar certo caráter utópico.**

José Maria e Silva cita também o **jurista português Paulo Ferreira da Cunha**, “doutor em Direito pela Universidade de Paris”, que observa que

**As Constituições, se não forem simples folhas de papel com a regulação dos órgãos do poder, as cores da bandeira e o local da capital dos países (pouco mais ou pouco menos do que isso), têm um espírito e um conteúdo mais ou menos utópico. Utópico no sentido de almejarem descrever, com a minúcia possível, uma sociedade que consideram melhor, planificada, racional, com traços de geometrismo, de uniformidade, certa igualitarização, etc.**

E no “**Dicionário de Política**”, também de **Bobbio**, o **constitucionalista italiano Nicola Matteucci (1926-2006)** observa que uma Constituição “é, de fato, a própria estrutura de uma comunidade política organizada, a ordem necessária que deriva da designação de um poder soberano e dos órgãos que o exercem”, sendo, deste modo, “imaneente a qualquer sociedade”.

Para ele, a Constituição é uma utopia e, como tal, é também uma narrativa, que se aproxima dos gêneros literários, como o romance. Para o jurista, as universidades de massa, em geral, não produzem juristas com uma visão alargada de mundo, por isso, “as leis têm de ser legíveis”, detalhando e repetindo, se necessário.

Em relação às consequências ambientais do desastre de 87, (mais uma vez) tem-se a seguinte ponderação do **juiz federal (e constitucionalista) Juliano Taveira Bernardes**, na sentença já mencionada – e por ele proferida (no **Processo de nº 95.8505-4**):

(...) Enquadrado o direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado** no rol dos **direitos fundamentais de terceira geração** (inciso LXXIII e parágrafo 2º do art. 5º, c/c o art. 225, todos da CF/88), verifica-se sua elevação à categoria de **direito indisponível** e, portanto, imprescritível, qualidade, aliás, comum a todos os direitos fundamentais previstos na Constituição (cf. JOSÉ AFONSO DA SILVA. Curso de Direito Constitucional positivo. 6ª ed. São Paulo: RT, 1990, p 162; ALEXANDRE DE MORAES. Direitos humanos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 41). Assentando o caráter indisponível do direito à integridade do meio ambiente, eis o aresto do STF: ‘(...) O direito à integridade do meio ambiente – típico direito da terceira geração – constitui **prerrogativa jurídica da titularidade coletiva**, refletindo, dentro do processo da afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade’.

ridade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria **coletividade social**. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) - que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais - realçam o princípio da liberdade, e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) - que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas - acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de **uma essencial inexauribilidade**. (Rel. Min. CELSO DE MELLO, RTJ 164:159). Pois bem. Sem prejuízo de sua indisponibilidade e imprescritibilidade, **o direito ao meio ambiente equilibrado não se confunde com as pretensões de caráter meramente ressarcitório dele decorrentes, como as indenizações patrimoniais advindas de dano ambiental anteriormente verificado**. Nesse sentido, é a ponderação de CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA: 'A prescrição fulmina todos os direitos patrimoniais, e, normalmente, estende-se aos efeitos patrimoniais de direitos imprescritíveis, porque estes, como ficou acima explicitado, não se podem extinguir, o que não ocorre com as vantagens econômicas respectivas'. (*Instituições de Direito Civil*. Vol. I, 8ª ed. Rio : Forense, 1996, p 440).

Isso, porém, não afasta a incolumidade da pretensão indenizatória referente aos danos que futuramente possam ser descobertos, em razão do prolongamento no tempo dos efeitos da radiação, conforme já analisado. Tal constatação não passou despercebida por PAULO DE BESSA ANTUNES, ao criticar a fixação do termo *a quo* da prescrição prevista no art. 12 da Lei 6.453/77: **'O direito à indenização, como se sabe, não surge com o acidente, mas com a lesão por ele causada, ou, mais precisamente, com o conhecimento pela vítima da lesão sofrida. Em sendo assim, a perda do direito de ação, ou melhor, o início da contagem do prazo para que este direito se perca (*dies a quo*) só pode ser aquele que deu margem ao direito de requerer a indenização, isto é, aquele que deu origem à ação. A reparação, como se sabe, só é devida a partir do dano. (...) Esse é um princípio geral do Direito que não pode ser esquecido, e não há qualquer razão jurídica que justifique a sua exclusão em relação à responsabilidade nuclear'**. (*Op. cit.*, p. 409).

Sem embargo, a propositura da ação ressarcitória pressupõe a demonstração efetiva do dano resultante do acidente, o que exclui a possibilidade da inclusão de danos futuros, sem que isso implique prejuízo ao ajuizamento de novas ações, à medida em que outros efeitos danosos oriundos do Césio 137 forem sendo descortinados. Isso porque **somente é passível de ressarcimento o dano futuro quando 'se possa demonstrar, no momento da decisão, que ele tem existência real'**. (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA. *Responsabilidade Civil*. 2ª ed. Rio : Forense, 1990, p. 56).

Abrem-se aqui parênteses para um rápido exame da doutrina dos juristas NELSON NERY JÚNIOR & ROSA MARIA B. DE ANDRADE NERY, segundo os quais **a pretensão indenizatória por dano ambiental, 'por ser de ordem pública e indisponível, é insuscetível de prescrição, embora patrimonialmente aferível para efeito indenitário'**. (*Responsabilidade civil, meio-ambiente e ação coletiva ambiental*. In *Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão*. Coordenador: ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN. São Paulo : RT, 1993, p. 290).

Na verdade, como expõe CARLOS ALBERTO BITTAR, **a prescrição da ação de responsabilização por danos nucleares é matéria inserida nas Convenções internacionais de Paris e de Viena, assim como é encontrada na legislação de todos os países da Europa ocidental** (cf. *Responsabilidade civil nas atividades nucleares*. São Paulo: RT, 1985, p. 211 e segs.). Não é por outra razão que o próprio legislador já fixou, no art. 12 da Lei 6.453/77, prazo prescricional aos pedidos de indenização por danos

ocorridos em instalações nucleares. Da mesma forma, o art. 6º do Decreto Federal 911/93, que promulgou no Brasil os termos da Convenção de Viena (...).

## 2.6 GOIÂNIA E CHERNOBYL

É muito comum se fazer uma associação ou comparação entre o “Acidente de Goiânia” e o “Acidente de Chernobyl”, ocorrido em abril de 1986, no norte da Ucrânia (embora o contexto e as circunstâncias sejam bastante diversos). No caso da usina ucraniana (então soviética) de Chernobyl, uma tubulação do sistema de refrigeração rompeu-se, originando um incêndio que atingiu um dos reatores, queimando plutônio e outros combustíveis nucleares. Apesar de o incêndio ter sido controlado, uma nuvem de fumaça radioativa espalhou-se e atingiu vários países da Europa. Os efeitos diretos das chamas radioativas vitimaram mais de cem pessoas e os efeitos das nuvens radioativas atingiram mais de cinco milhões de indivíduos, segundo a AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA.

Diante das insistentes comparações, o médico (pediatra) e então governador de Goiás, **Henrique Santillo** - que **segundo consta havia lecionado Física quando estudava em Belo Horizonte, e que anos mais tarde viria a ser ministro da Saúde** -, ponderou, em matéria assinada de próprio punho (páginas 38, 39, 40, 41 e 42 do livro de Weber Borges, 2003):

(...) A imprensa de Goiás, certamente preocupada com as conseqüências para a população, tratou do problema com responsabilidade. O mesmo não aconteceu com a nacional. Mais desinformou do que informou, nos primeiros 30 dias. Deitaram e rolaram em cima da tragédia, sem qualquer parâmetro ético. Cometeram heresias absurdas todo dia, responsáveis pelo pânico que tomou conta de Goiânia no primeiro mês. Um grande jornal paulista de circulação nacional chegou a manchetear, na primeira página, que as pastagens de Goiás estavam contaminadas com o céσιο 137. Outro (jornal) ‘orientava’ a população a tomar cuidado com o arroz de Goiás. Segundo ele, esse arroz poderia estar contaminado. Um terceiro (jornal) publicou na primeira página, em letras garrafais, possíveis declarações de um físico brasileiro de conceito internacional, comparando o caso de Goiânia com o acidente nuclear de Chernobyl.

O acidente nuclear em usina se dá a altíssimas temperaturas e o material radioativo é gasoso e se espalha por grandes extensões. Já o do céσιο 137 o foi por substância sólida, à temperatura ambiente, em pequeníssima quantidade e, portanto, localizado.

Os grandes jornais e as redes de televisão foram responsáveis pelo pânico inicial e pelos prejuízos à população goiana e à nossa economia, disseminando entre os brasileiros o odioso sentimento de discriminação. Isso tudo, mesmo levando-se em conta que, desde o primeiro instante, os contatos com a imprensa eram diários, tanto com o governo quanto com os técnicos da CNEN, informando-lhes com todas as letras que o acidente de Goiânia

não era disseminado e que a área já estava isolada. As pessoas contaminadas também estavam isoladas e sendo tratadas (...).

## 2.7 DESCONHECIMENTO GENERALIZADO

Mas repita-se que o acidente com o Césio-137 é o maior já ocorrido em área urbana na história da humanidade e, até onde se sabe, inédito em todos os sentidos! Por isso mesmo, chamou a atenção da população que nem mesmo as autoridades constituídas do País soubessem explicar do que se tratava. Era - e de certa forma ainda é - um quebra-cabeça a ser remontado. Não era somente a parcela mais humilde da sociedade que estava mergulhada na ignorância. Todos os setores<sup>16</sup> estavam.

A desinformação foi muito além da falta de instrução daqueles que encontraram a cápsula e a expuseram, e atingiu também médicos, físicos, químicos, biólogos, membros da **Defesa Civil** e demais técnicos, que demoraram a fornecer diagnósticos precisos sobre a radioatividade. Assim, ganhou contornos dramáticos o maior acidente radiológico do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares.

O número total de vítimas do acidente é polêmico e há divergências entre o **Poder Público** e outras fontes, a até mesmo dentro do próprio Poder Público.

Diante do ineditismo e da repercussão do fato, até mesmo os cientistas internacionais que vieram acompanhar o caso tinham dificuldade em produzir uma resposta consistente sobre o que estava acontecendo.

---

16 - Em 1997, pouco antes de a tragédia completar uma década, meu pai me contou que, em 1987, no auge da repercussão do acidente, o então reitor da **Universidade Federal de Goiás**, Joel Pimentel de Ulhôa, convidou os físicos e professores Ricardo Freua Bufaiçal (meu pai), e José Walter C. Pélico para irem com ele (Joel) a uma sessão maçônica em Goiânia para explicar cientificamente aos maçons (que estavam um tanto assustados) o que estava acontecendo (e esclarecer<sup>16.1</sup>, na medida do possível, o que era o acidente radioativo, a fissão nuclear etc.). Lembro-me do meu pai falando do desconhecimento dos maçons sobre a questão, e creio que possivelmente eles (os maçons) pudessem achar que (o acidente) se tratasse de uma conspiração sinistra (ou até mesmo alienígena...).

16.1 - Para os filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, a expressão “**esclarecimento**” (da “dialética do ‘esclarecimento’”) designa o processo de “desencantamento do mundo”, pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. Para esses autores, o termo esclarecimento (do alemão “**Aufklärung**”) não se confunde ou restringe apenas a um movimento filosófico (do século dezoito) ou a uma época histórica determinada, mas indica, antes, o processo pelo qual os homens, ao longo da história, se libertam das potências míticas da natureza, isto é, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência. Tal conceito (de esclarecimento) resulta, fundamentalmente, de um aprofundamento crítico que leva à desilusão de seu otimismo. É muito mais longe, na experiência do herói da “Odisseia”, que Adorno e Horkheimer vão buscar o protótipo dessa atividade esclarecedora que se confunde com o processo civilizatório. Tal é o esclarecimento que resulta da reflexão e da crítica.

Na verdade, o que se crê, a partir da avaliação minuciosa dos dados fornecidos pela tragédia, é que hoje em dia não seria muito diferente. O servidor público estadual (da área de Saúde) Rafael Augusto Juliano Sabino Praxedes, que trabalha no **HGG (antigo “Hospital do INAMPS”)**, pondera que, se um acidente radioativo voltasse a ocorrer, o HGG nem de longe estaria preparado para atender às vítimas. Ele acredita também que, se todas as pessoas que reivindicam reconhecimento oficial da condição de vítimas fossem reconhecidas como tais, o Estado de Goiás não teria, de fato, condições de absorvê-las todas para tratamento, medicação e acompanhamento.



Figura 3: Técnicos aferindo os níveis de radioatividade no terreno (espaço) onde funcionava o ferro-velho de Devair Alves Ferreira, o “Ferro-Velho I”.

## 2.8 HOSTILIDADES E AGRESSÕES

Tão logo as notícias sobre o acidente ganharam destaque, teve início uma histeria coletiva. Goianos eram impedidos de se hospedar em hotéis e atravessar as divisas de Goiás. Houve casos de ônibus e carros apedrejados. Com isso, a reação contra a intolerância começou no início de novembro de 87, quando se realizou no **Rio de Janeiro** a “**Feira da Providência**”, uma mostra de artesanato para a qual Goiás havia sido convidado.

Em entrevista dada ao jornal “O Popular” (edição de 22 de setembro de 2007), o **então secretário estadual de Cultura, Kléber Adorno**, lembrou que, quando a caravana de artesãos goianos chegou ao Rio de Janeiro, foi detida pela

polícia fluminense.

Todavia, de posse de um **laudo do laboratório de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, que mostrava que o material levado para a exposição não estava contaminado, e, após uma série de protestos de artistas que se solidarizaram com os goianos, a barraca de Goiás acabou sendo instalada, mas não no pavilhão onde a feira estava sendo realizada. “A barraca goiana foi montada na porta e acabou sendo a mais visitada de todo o evento”, conta Adorno.

Essa mobilização se converteu no **projeto “Grito de Alerta”**. Adorno destaca que todos os artistas se apresentaram gratuitamente. Um dos primeiros foi Chico Buarque, que subiu ao palco juntamente com Fagner, no Parque da Cataveira.

Em Goiás, artistas como o cantor Itamar Correia participaram ativamente dessa mobilização. **Itamar Correia** (que três anos mais tarde criaria, como músico, o antológico - e folclórico - **bordão “Tá certo, Paulo Roberto!”**, para a campanha do **então candidato Paulo Roberto Cunha ao governo de Goiás, em 1990**), além de ter cantado no enterro da menina Leide das Neves (a primeira vítima infantil da tragédia), também foi um dos artistas goianos que participaram do referido **movimento “Grito de Alerta”, o qual gerou um LP com esse mesmo nome**.

Kléber Adorno acredita que, sem iniciativas como essa, o prejuízo para Goiás teria sido maior. Para ele, a intenção de governantes e empresários de outros estados-membros passou a ser, depois da tragédia, também a de desvalorizar produtos como carne, grãos e confecções produzidos em território goiano, para comprar mais barato ou para não comprar e supervalorizar mercadorias de seus próprios estados.

### 3 A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E A RELATIVIDADE DO PROGRESSO

Não obstante sejam, algumas vezes, chamados de “lamurientos” por críticos mais propensos ou inclinados a aceitar algumas premissas e propagandas ( profundamente manipuladoras) do sistema capitalista, os **pensadores Theodor W. Adorno e Max Horkheimer** deram contribuições de extraordinária importância à discussão sobre o ser humano e o desenvolvimento de suas obras espirituais e materiais – as quais culminaram em nosso mundo atual. Em sua obra **“Dialética do Esclarecimento”**, eles fazem uma crítica aos conceitos puramente positivos de esclarecimento e progresso. O aparente pessimismo e as críticas generalizadas, tão características de Adorno e Horkheimer, expressam, na verdade, um desejo de não deixar que se esqueça de todo o sofrimento vivido pelas gerações anteriores.

Para esses pensadores da **“Escola de Frankfurt”**, “a história é sinal de descontinuidade, seu processo está permanentemente em aberto”. Os autores da “Dialética” fazem uma filosofia da História em que esta “é vista como soma de sofrimentos sem nenhum sentido, de tal modo que a ‘Dialética do Esclarecimento’ renuncia a uma história material como objeto de conhecimento, isto é, como algo que corresponda a uma teoria unitária”.

**Os dois (Adorno e Horkheimer) são criadores de “uma teoria que atribui à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo imutável”**. Para eles, “O pensamento crítico, que não se detém nem mesmo diante do progresso, exige hoje que se tome partido pelos últimos resíduos de liberdade, pelas tendências ainda existentes a uma humanidade real, ainda que pareçam impotentes diante da grande marcha da história”.

Tendo em vista os conflitos de informação que testemunhamos no dia-a-dia, a despeito de todo o progresso da técnica, torna-se imperativo recorrer a Adorno: “(...) Na atividade científica moderna, o preço das grandes invenções é a ruína progressiva da cultura teórica (...)”. Ou então: “Se uma parte do conhecimento consiste no cultivo e no exame atentos da tradição científica (especialmente onde ela se vê entregue ao esquecimento como um lastro inútil pelos expurgadores positivistas), em compensação, no colapso atual da civilização burguesa, o que se torna problemático não é apenas a atividade, mas o próprio sentido da ciência (...)”.

“O primeiro clarão da razão, que se anuncia nesse impulso e se reflete no



pensamento recordante do homem, encontrará, mesmo em seu dia mais feliz, sua contradição insuperável: a fatalidade que a razão sozinha não consegue mudar” (ADORNO e HORKHEIMER, *apud* ALMEIDA, 1985).

### 3.1 REVISANDO (E ATUALIZANDO) ADORNO E HORKHEIMER

Na década de 1960, Theodor Adorno fez uma análise detalhada sobre o autoritarismo, e verificou que a pessoa autoritária tem muita dificuldade de mudar de opinião, dar o braço a torcer, transigir etc., por ser muito preocupada com a própria imagem, o status etc.

Max Horkheimer, por sua vez, falava da “sociedade de gangues”, isto é, a sociedade “segmentada”, “fragmentada”, formada pela “gangue” dos médicos, a “gangue” dos advogados, a “gangue” dos professores etc., sem valores comuns que coesionassem essas “gangues” sociais (pairando acima delas).

O homem é complexo, a sociedade é complexa. Por isso, o Direito e as Ciências Sociais devem caminhar sempre juntos.

**A compreensão que Adorno e Horkheimer fazem da história do homem e de sua racionalidade os leva a defender a primazia do sujeito, e sua emancipação.** O que a trajetória histórica de esclarecimento mostra é que, com sua força de autodestruição, ao separar o objeto do sujeito a fim de dominá-lo, acabou causando o processo de extinção do próprio sujeito.

Para eles, a sociedade atual da administração total da vida produz uma massa de homens manipuláveis, sendo que o sujeito histórico e responsável está extinto.

**Adorno e Horkheimer criam, portanto, um projeto que retoma certas características “kantianas” de eterna autocrítica da razão, diferentemente da ideia de Karl Marx quanto à conciliação da teoria com a práxis, visando - em um futuro indeterminado -, a uma construção autoconsciente (pelos homens), da sua própria história, reconciliados consigo mesmos e com a natureza.**

Ora, nada mais atual do que a obra desses dois pensadores - Theodor Adorno e Max Horkheimer -, principalmente "**para as novas gerações que já se enroscaram com toda empatia nas rodas do sistema**". O pensamento desses autores opõe-se a qualquer tentativa de “cerceamento dentro de um museu”. Para

Adorno, pensador sutil e não-dogmático, a dualidade entre "um sentimento de total proteção", que remete à sua infância, "e a amarga experiência da emigração" (experiência de exclusão) alimenta sua posição crítica perante a sociedade.

**Adorno fundiu conceitos de Marx, Freud e Durkheim, aos quais deu nova vida por meio do uso sistemático de suas teorias.** Tudo o que se associa de imediato ao sociólogo Theodor Adorno - a **crítica neomarxista ao capitalismo**, a **dialética “negativa”**, os **ataques à “indústria cultural”** e o **temor de um mundo burocratizado** - parece suficiente para se resgatar do esquecimento o seu legado. Quanto à sua (suposta) negatividade, que a tantos assustou, pode-se (ou deve-se) ponderar que, hoje, **trata-se mesmo de uma crítica convincente e atualíssima, frente ao "otimismo imposto"**. Para ele, os meios de comunicação devem ser utilizados como agentes sensibilizadores da população para a importância da educação e como instrumentos de educação propriamente ditos.

À sombra de seus estudos universitários, **Theodor Adorno criou um cosmo de ensaios que é de uma magia “proustiana” na recordação da felicidade perdida<sup>17</sup>, e que, para alguns estudiosos do seu legado, bem pode ser considerada como a parte mais válida de sua obra, um tesouro de pensamentos que, de longe, não foi ainda desvendado e que poderá refletir-se de forma produtiva nas ciências humanas.**

Para o pensador judeu-alemão, ainda que a revolução tecnológica, em países chamados periféricos, seja em grande parte importada, sem o país dispor, muitas vezes, de condições efetivas para a sua absorção, também não se pode prescindir do uso das tecnologias avançadas na educação. É preciso, antes de tudo, qualificar e valorizar financeiramente o professor, incentivar o estudo de disciplinas humanísticas, de línguas estrangeiras e o desenvolvimento artístico nas escolas, primando pela qualidade do livro didático e elevando o nível cultural e intelectual dos programas de rádio e televisão, e também da imprensa. Somente assim se cria competência possível de levar à constituição da cidadania (no sentido mesmo de participação efetiva na sociedade política), e à crítica da própria sociedade.

**Em Adorno e Horkheimer, a palavra alemã “Aufklärung” (“Esclarecimen-**

---

17 - É de se registrar que, após a **deflagração da tragédia de Goiânia**, vários **autores goianos** apontaram uma **“melancolia pós-césio (137)”**, que, no caso das **vítimas goianienses**, poderia, de alguma forma, ser comparada à **terrível e amarga “experiência da emigração”**, vivenciada pelos autores Theodor Adorno e Max Horkheimer, como vítimas da perseguição genocida (nazista) durante a II Guerra Mundial.

to”) designa, tanto em português quanto em alemão, “o processo pelo qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito em questões de ordem prática (religiosas, políticas, sexuais etc.)”.

Kant define a “Aufklärung” como “um processo de emancipação intelectual que resulta, de um lado, da superação da ignorância e da preguiça de pensar por conta própria, e, de outro, da crítica às prevenções inculcadas nos intelectualmente menores por seus maiores (superiores hierárquicos, padres, governantes etc.)”. Tal apreciação aparece no livro “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’?”.

Nas palavras de Kant, o esclarecimento “é a saída do homem de sua menoridade, da qual é o próprio culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a direção de outrem”. “Entendimento sem a direção de outrem” é o entendimento dirigido pela razão. Isso significa simplesmente que, graças à sua própria coerência, ele reúne em um sistema os diversos conhecimentos isolados. “A razão... tem por único objeto o entendimento e sua aplicação funcional”. Ela estabelece, “como objetivo das operações do entendimento, uma certa unidade coletiva”, e essa unidade é o tal sistema. Seus preceitos são instruções para a construção hierárquica dos conceitos. Em Kant, tanto quanto em Leibniz e Descartes, a racionalidade consiste em “levar a cabo a conexão sistemática, tanto ao subir aos gêneros superiores quanto ao descer às espécies inferiores”. **O aspecto “sistemático” do conhecimento consiste na “conexão dos conhecimentos a partir de um princípio”** (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 71).

Para Adorno e Horkheimer, o conceito de “Esclarecimento”, embora sem perder o vínculo que o liga ao conceito crítico e emancipador, não pode se resumir às “Luzes” do século dezoito.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, para os dois pensadores o “Esclarecimento” tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores.

**Adorno e Horkheimer se propuseram nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando (e chafurdando) em uma nova espécie de barbárie.**



Figura 4: Vítima (Luíza Odet Mota) segurando um cartaz com a foto de Devair Alves Ferreira, já sem cabelos (todo careca) em razão dos efeitos da radioatividade.

Aos que atuam também nas áreas de educação, cultura e comunicação, a maior validade da reflexão quanto ao desastre com o Césio-137 está na proposta teórica e política de que a sociedade deve ser pensada “dialeticamente”, e de que as políticas do Estado podem atuar contraditoriamente aos interesses dominantes, quando (o Estado) produz com honestidade, transparência e competência. Daí a importância da reflexão.

Nesse sentido, há um interessante - e instigante - pensamento do **filósofo equatoriano Gonçalo Armijos Palácios, professor dessa disciplina na UFG**, concluindo um artigo dele na edição de 08 a 14/03/09 do Jornal Opção: **“Se a realidade é um todo, seu conhecimento não pode estar baseado na fragmentação conceitual”**.

### 3.2 O CASO CELOBAR

Veja-se que todos os avanços científicos e tecnológicos obtidos pelo homem ainda não são suficientes para impedir outras tragédias, como a do **contraste<sup>18</sup> Celobar**, que, mesmo sem o estardalhaço causado pelo Césio-137, também levou – num contexto diferente - diversas pessoas a óbito em Goiás por falha (ou falta) de

---

18 - O termo “contraste” é bastante utilizado no meio radiológico. O contraste “CELOBAR” tem relação com o (elemento químico) bário.

informação.

Em seu livro “Goiânia 75” (2009, ps. 255 e 256), publicado por ocasião do aniversário de 75 anos da capital goiana, o jornalista Hélio Rocha, editorialista do jornal “O Popular” e escritor, relembra que:

Goiânia passara em 1987 pelo perturbador e extenso trauma do acidente radioativo com o Césio 137 e, em 2003, como se fosse marcada para receber castigos semelhantes, a cidade acompanharia o drama de algumas famílias enlutadas por causa de uma outra forma de contaminação. Dessa vez, a causa da morte e da dor seria um contraste para exames radiológicos à base de sulfato de bário 14, da marca Celobar. Logo se provaria que o contraste ingerido pelas vítimas estava contaminado e que houvera manuseio negligente na fabricação, sendo acusado o laboratório Enila, do Rio de Janeiro, de onde o produto era originário.

A tragédia do Celobar poderia ter sido muito maior se não fosse a iniciativa de um comerciante, Jorge Torres Azevedo, que, durante muitos anos foi proprietário de pizzarias em Goiânia. No dia 23 de maio de 2003, uma semana depois de sua mulher, Rejane Lapolli Azevedo Ferreira, 51 anos, ter falecido - e alertado por um informe que lera no jornal O Globo -, Jorge comunica à Vigilância Sanitária Estadual que ela havia se submetido a um exame de raio X com uso do contraste Celobar, e por isso ele (Jorge) suspeitava de que a causa da morte fosse a contaminação pelo produto.

Na tarde do mesmo dia, a Vigilância Sanitária, por medida cautelar, decide interditar e apreender o produto, o que é feito imediatamente. Com isso, dezenas (e até provavelmente centenas) de pessoas que poderiam ter ingerido o contraste suspeito nos dias e semanas seguintes deixaram de correr o risco. Todas as vítimas padeceram muito desconforto e terríveis dores antes de chegar ao estado de inconsciência e à morte.

O balanço dessa tragédia poderia ficar assim resumido, depois que, em julho, eram concluídos os exames de vísceras de 11 das 15 vítimas fatais cujos corpos foram exumados para a coleta de material a ser examinado. Número de mortos: 15, sendo uma no Maranhão, mas notificada em Goiânia. O total das notificações, 180, mostrou 135 pacientes sintomáticos e 180 assintomáticos. E as 11 vítimas que foram, posteriormente, examinadas, comprovando-se o Celobar como causa, foram: Rejane Lapolli Azevedo Ferreira, Antônio Lucena dos Santos, Maria Percídia Gomes de Moraes, José Pedro Mateus, Aldenora Izídio da Silva, Otávio Gonçalves de Lima, Antônio de Oliveira e Silva, Maria de Fátima Pereira, Venceslau Francisco da Silva, Nivaldo Francisco Belchior, e Julinda Alves de Almeida.

Dois meses depois do lutuoso caso Celobar, cinco crianças de Goiânia teriam misteriosas mortes, supostamente causadas por rotavírose, mas com suspeitas de outras causas. Kislenny Carlos Guimarães, 6 anos; Débora Jesus Borges, 3; Alexandre Lopes, 1 ano e 9 meses; Geovana Borges dos Santos, 1 ano e 2 meses; e Wemerson Freitas, de 3 anos, foram internadas tendo como sintomas diarreia e desidratação. As outras hipóteses para a efêmera interrupção dessas vidas seriam: desvio de qualidade dos medicamentos ingeridos; reação adversa aos remédios; novo tipo de ‘rotavírus’, mais agressivo; e reação medicamentosa adversa potencializada por um agente infeccioso mais agressivo.

Essa narrativa do editorialista Hélio Rocha deveria servir de alerta e advertência em relação ao descaso das autoridades para com os rejeitos tóxicos, insalubres, perigosos e radioativos de uma maneira geral.

Levando-se em conta as gripes, dengues e outras epidemias que ainda nos assolam, é de se reconhecer a problemática da “desinformação” humana. Daí a importância de um trabalho sistemático e permanente para o aprimoramento da comunicação em geral. Quanto mais complexa e diversificada a sociedade, maior a necessidade de uma comunicação social adequada.



Figura 5: Foto de alguns trabalhadores atuando na remoção de entulhos radioativos. Nem todos usavam as roupas completas e adequadas de proteção, e muitos chegaram a recolher material contaminado com as mãos (sem as luvas apropriadas).

### 3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE ORDEM TÉCNICO-CIENTÍFICA

Atribui-se, de forma genérica, a **descoberta da radioatividade** à **cientista “francesa” Madame Curie (Marya Sklodowska, nascida em Varsóvia, na Polônia, no dia 07 de setembro de 1867)**, com a colaboração do **seu marido, o francês Pierre Curie**. Outros autores - talvez minoritários - atribuem essa descoberta ao **professor francês (Antoine Henry) Becquerel**.

O livro **“Madame Curie”**, da coleção **“Os Homens que Mudaram a Humanidade”**, publicado pela Editora Três em 1974, com texto de Filippo Garozzo, é um dos diversos registros que ilustram bem a história da pesquisadora. Nele (páginas 146, 147,148, 149, 150, 151 e 152), o autor discorre que, antes de

encontrar e se casar com **“Marie” Sklodowska**, Pierre Curie era um tranquilo e sossegado professor de Física, que lecionava e pesquisava com critério e muito entusiasmo. Inimigo da fama e da glória, que associava sempre à hipocrisia e à intranquilidade, havia realizado inúmeras pesquisas, cujos resultados, sob a forma de notas e de memórias, publicara em várias revistas científicas.

“Madame” Curie descobriu e isolou os elementos químicos polônio e rádio, com a colaboração de Pierre Curie e de Henry Becquerel, que trabalhava com a fosforescência e fazia experiências que levaram a acreditar que a **“pechblenda” (minério de ferro)** contivesse outro elemento além do urânio.

Algumas outras biografias (dentre elas, “Madame Curie”, de **Eva Curie**, publicada em 1944 pela Companhia Editora Nacional, com tradução de **Monteiro Lobato**) registram que **“Marie” Curie iniciou os seus estudos sobre a radioatividade que Henry Becquerel teria descoberto dois anos antes (o termo “radioatividade” só foi cunhado por Marie Curie em 1898)**, sendo que, em janeiro de 1896, **na Alemanha, o físico Wilhelm Roentgen havia descrito o Raio X, sua descoberta**; e o próprio **Becquerel já fizera alguns estudos sobre a radiação emitida pelos compostos de urânio** - também em 1896 -, tendo, porém, abandonado tais estudos, por não considerá-los promissores. Até então, referia-se ao fenômeno como “hiperfosforescência”.

**Primeiramente, foi o polônio que Sklodowska e Pierre descobriram no minério de “pechblenda”, devido à fortíssima radiação**, muito maior do que a que o urânio contido no minério poderia proporcionar.

O polônio é um elemento químico, com **símbolo Po**, pertencente ao sexto grupo do sistema periódico dos elementos, com número atômico 84 e peso atômico 210. Seus sete isótopos são fortemente radioativos. Possui características metálicas e uma estrutura cristalina análoga à do telúrio, propriedades químicas intermediárias entre o telúrio e o bismuto, e propriedades físicas parecidas com as do tálio, as do chumbo e as do bismuto. Seu ponto de fusão é de 254° C. Seus isótopos têm vida média curta (Po 208 – 2,9 anos; Po 209 – 100 anos). A vida média do polônio 210, polônio natural, é de 138,4 dias. Seu uso industrial principal costuma se dar em liga com outros metais, na fabricação de eletrodos das velas, para favorecer a partida a frio dos motores de combustão interna.

O rádio, por sua vez, pertence ao segundo grupo do sistema periódico dos elementos. Seu número atômico é 88, e seu peso atômico é 226,05. Possui quatro

isótopos naturais e três artificiais. Do ponto de vista tecnológico, o rádio 226 é um elemento dos mais importantes. Trata-se de um metal alcalino-terroso, com aparência de um esplêndido branco-prateado, e propriedades químicas semelhantes às do bário. Decompõe a água a frio, desenvolvendo hidrogênio e formando hidróxido solúvel. No ar, enegrece rapidamente, transformando-se em nitruro. Seu ponto de fusão é de 700° C, e seu peso específico é de 6. Seus sais são fosforescentes e comunicam essa propriedade a outro grande número de substâncias. Possui uma média de 2200 anos. Toda e qualquer substância ao seu redor torna-se radioativa (“**radioatividade induzida**”). Ainda hoje é utilizado em medicina pelo efeito biológico de suas radiações ionizantes, com métodos diversos e variados, denominados “curieterapia”, em razão do nome de seus descobridores.

**A descoberta desses dois metais preciosos e a obtenção deles, especialmente a do rádio, exigiram de Pierre e “Marie” Curie longos anos de trabalho. E, as subseqüentes análises de seus efeitos e propriedades, toda uma vida.**

Por meio da publicação dos vários artigos lançados e reunidos (do resultado de suas experiências em trabalhos periódicos assinados em conjunto, e que depois foram reunidos em volume por “Marie”, com o título único de “**Notas Sobre a Radioatividade**”), é possível seguir as etapas mais importantes da vida científica do casal Curie, de suas descobertas e experiências. O primeiro trabalho, por exemplo, assinado somente por “Marie” Curie, trata da hipótese de que a grande atividade, superior à do urânio e à do tório, de certos minérios contendo tais metais (“**pechblenda**”, **uraninita** etc.), fosse devida a alguma outra substância muito ativa, existente no mesmo minério em quantidades infinitesimais.

O segundo trabalho publicado, *Sur une Substance Nouvelle Contenue dans la Pechblenda* (“**Sobre uma Nova Substância Contida na Pechblenda**”), contém, por sua vez, o relato das experiências tentadas e até inventadas pelo casal, com o objetivo de isolar a nova substância, ainda desconhecida, do minério da “pechblenda”. Pierre e “Marie” Curie tentaram obter a nova substância por meio de reações químicas controladas por “eletrômetro e quartzo piezelétrico”. Medindo a atividade dos diferentes sulfuretos, eles chegaram à conclusão de que existia um novo metal, que chamaram de “polônio”, (em homenagem à pátria de origem de Marie), antes mesmo de isolá-lo.

*Sur une Nouvelle Substance Fortement Radioactive Contenue dans la Pech-*



*blenda* (“**Sobre uma Nova Substância Fortemente Radioativa Contida na Pechblenda**”) foi publicado em colaboração com G. Bémont, um amigo e colega de Pierre. Nele está relatado o processo empregado para a purificação da “pechblenda”, visando a isolar um outro metal, muito mais ativo que o polônio contido nela. A nova substância, que passou a ser chamada de “rádio”, foi isolada depois de muito trabalho e somente sob a forma de sais.

*Sur La Radioactivité Provoquée par lés Rayos de Becquerel* (“**Sobre a Radioatividade Provocada pelos Raios de Becquerel**”) foi o trabalho seguinte. Nele, o casal relata suas pesquisas e confirma que a radioatividade induzida não era devida a traços de material radioativo transportados sob a forma de vapores ou de pó, mas que consistia numa espécie de radiação secundária, devida aos “**raios Becquerel**”. Esses raios eram diferentes dos “raios secundários Roentgen”, os quais nasciam repentinamente no mesmo momento em que o corpo emitente era atingido pelos raios primários, e que desapareciam por completo com a cessação desses últimos. A radioatividade induzida, ao contrário, permanecia por longo tempo no corpo atingido, desaparecendo depois, gradual e regularmente.

*Effects Chimiques Produits par les Rayos de Becquerel* (“**Efeitos Químicos Produzidos pelos Raios de Becquerel**”) tratava, entre outras coisas, da transformação do oxigênio em ozônio, com a conseqüente emissão de produtos radiantes ativíssimos e extremamente luminosos; da ação colorante da radioatividade sobre o vidro; e das mudanças de coloração nos “platinocianuretos de bário”.

*Sur La Charge Életrique des Rayos Déviabes Du Radium* (“**Sobre a Carga Elétrica dos Raios Desviáveis do Rádio**”) foi o trabalho mediante o qual os Curie informavam sobre os dois tipos diferentes de raios emanados pelo rádio: os desviados e os não desviados por um campo magnético, estabelecendo, ao mesmo tempo, que os primeiros estavam carregados de eletricidade negativa.

*Les Nouvelles Substances Radioactives et les Rayos qu’Elles Émettent* (“**As Novas Substâncias Radioativas e os Raios que Elas Emitem**”) é considerado como a relação mais importante e completa publicada pelo casal Curie durante todos os anos de seu fecundo trabalho. Estava subdividida em inúmeros parágrafos: Raios urânicos; Métodos de medição; Radioatividade dos compostos de urânio; Raios torínicos; Minerais radioativos; Método de Pesquisa; Gás temporaneamente ativo; Polônio; Rádio; Actínio; Espectro do rádio; Massa atômica do rádio; Raios emitidos por novas substâncias radioativas; Efeitos de fluorescência; Efeitos luminosos; Efeitos

químicos; Coloração do vidro; Ação da temperatura; Ação do campo magnético sobre os “raios de Becquerel”; Raios desviados e não desviados; Poder penetrante dos “raios desviáveis”; Carga elétrica dos raios do rádio; Radioatividade induzida; Disseminação dos pós radioativos; Natureza dos “raios de Becquerel”.

O trabalho fornecia também uma extensa complementação aos trabalhos anteriores, fornecendo também detalhes experimentais e dados numéricos das pesquisas realizadas e concernentes, especialmente, aos dois novos elementos descobertos pelos **Curie**, o rádio e o polônio.

Publicaram, em seguida, também outros trabalhos menos importantes, mas o gênio de **“Marie”** fez com que o trabalho mais relevante do casal, o **“Tratado da Radioatividade”**, fosse publicado por ela em 1910, quatro anos depois do falecimento de seu marido Pierre. Ainda hoje, constitui a obra fundamental desse ramo da Física que, sob o nome de radioatividade, foi criado, em sua maior parte, pelas descobertas e pelas experiências da própria **“Madame” Curie**.

O tratado começa chamando a atenção para a importância da descoberta dos **fenômenos radioativos (ou “radiativos”)** que deram origem a uma nova era na história da ciência. Em seguida, a autora traça uma resenha sintética, mas completa, das diferentes propriedades dos elétrons e dos **“raios Roentgen”**. Sucessivamente, descreve as curiosas manifestações apresentadas por alguns minerais radioativos, manifestações essas que foram determinantes para o bom resultado das primeiras pesquisas sobre os corpos radioativos. Depois, expõe os processos adotados para isolar os elementos radioativos, especialmente o rádio.

Nos outros capítulos, a autora enumera as propriedades desses elementos, entre os quais são analisados, além do rádio, também o urânio, o tório, o actínio e o polônio. A seguir, são estudadas as emissões dos três tipos de raios, os raios “alfa” (partículas de hélio com dupla carga positiva), os raios “beta” (elétrons negativos), e os raios “gama” (raios X, muito mais ricos de energia e, portanto, mais penetrantes do que os obtidos artificialmente). Esses raios, segundo a autora, podem ser considerados apenas como os destroços do núcleo atômico das substâncias radioativas.

“Madame” Curie enumera, em seguida, as propriedades de tais radiações e seus efeitos, como, por exemplo, a impressão de chapas fotográficas, a fluorescência e a fosforescência que provocam em outras substâncias, a ionização do ar etc.

Depois, ela/considera as sucessivas transformações dos elementos que, assim desintegrados, dão origem a elementos-filhos, os quais, por sua vez, geram ou-

tros elementos-filhos, numa cadeia contínua que termina somente com a formação de um elemento estável, o chumbo.

Das últimas páginas da obra resultam preconizadas as grandes possibilidades oferecidas ao homem, num futuro não muito remoto, pela radioatividade. Os trabalhos de “Marie” e os de seu marido abriram ao homem novos campos, novas possibilidades, novos milagres. E, como sempre, o homem usou esse milagre a serviço “da barbárie, do fanatismo e da destruição”, assim como Pierre havia prognosticado.

**“Madame” Curie recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1903 e o de Química em 1911. Além de ser a primeira mulher do mundo a ganhar um Prêmio Nobel, foi também a primeira pessoa a ganhar duas vezes esse prêmio.**

“Marie” (**Marya Salomea Sklodowska**) faleceu no dia 4 de julho de 1934, devido a uma leucemia causada pela longa exposição aos elementos radioativos. Seus órgãos vitais estavam comprometidos em razão dessa constante exposição (à radiação). **Um ano após a sua morte, sua filha mais velha recebeu o Prêmio Nobel de Química.**

### 3.4 TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS



Figura 6 : Wagner Mota Pereira (o “Vává”), um dos catadores que recolheram a “peça” radioativa.

Consultado pela **reportagem do jornal “O Hoje”** (edição de 27 de setembro de 2007) a propósito da situação de algumas vítimas da tragédia, o **médico-cirurgião Zacharias Hamu Calil** salientou aspectos psicológicos das vítimas. De acordo com ele, as doenças ligadas ao psicológico dos pacientes também são bastante exacerbadas. **“Depressão, tabagismo e alcoolismo. As vítimas apresentam**

**um processo depressivo acentuado e precisam de um acompanhamento psiquiátrico”.**

No entanto, entre todos os especialistas que atendem na SULEIDE, não há um psiquiatra. **“A Secretaria Estadual de Saúde abriu concursos e já pedimos transferência de profissionais dessa área para a SULEIDE. Contudo, nos concursos abertos as vagas para psiquiatria não foram preenchidas”**, disse Zacharias.

Fora das estatísticas de danos clínicos, mas lotando os consultórios médicos, estão pessoas que desenvolvem ou desenvolveram as chamadas **doenças psicossomáticas**. Fisicamente, elas não tiveram contaminação, nem foram irradiadas a ponto de sofrerem consequências danosas, como as que vítimas que tiveram partes do corpo amputadas ou sofrem com as feridas que nunca cicatrizam. São pessoas que têm no abalo psicológico a causa de seus transtornos, por vezes, tão graves quanto as queimaduras provocadas pelo Césio.

Consultado pela mesma reportagem, o **médico-pediatra José Ferreira Silva, especialista em Medicina das Radiações, há mais de vinte anos atendendo às vítimas do Césio**, explicou que a diferença entre as lesões provocadas pela radiação e outros tipos de queimaduras é que, diferentemente do calor, que atinge os tecidos, camada após camada, os **raios Gama** emitidos pelos elementos radioativos, quando aplicados por tempo prolongado e em doses muito altas, penetram profundamente, por meio dos tecidos, sem que as camadas externas ofereçam proteção às demais. Isso afeta a micro-circulação sanguínea, responsável pela alimentação das células do corpo, que ficam impedidas de realizar o processo de regeneração desses tecidos. Nesses casos, passados alguns meses e feitos os procedimentos técnicos adequados, não há mais radiação, nem contaminação. Mas a ferida, dependendo da gravidade da lesão, nunca cicatriza de forma permanente. **“As pessoas não percebem que a lesão foi deixada pela radiação, não pelo produto, não pelo césio. O Raio Gama foi lá e lesionou. E essa radiação foi embora, mas deixou a lesão, ali”**.

Na extinta SULEIDE (Superintendência Leide das Neves Ferreira), onde acumulou a experiência de cuidar de vítimas do acidente, o especialista José Ferreira costumava explicar que os critérios científicos para o estabelecimento de relação causal entre sintomas e o acidente propriamente dito não permitem afirmar, categoricamente, quando doenças como os tumores cancerígenos, as más-formações ge-

néticas ou outras patologias tenham sido provocadas pela radioatividade. Isso porque, quando causadas por exposição à radiação, elas não se manifestam de forma diferente de como se manifestariam caso tivessem qualquer outra causa natural: **“Existem algumas doenças (provocadas pela exposição à radioatividade), como a radiolesão, em que o sujeito vai lá e se queima; ou a síndrome aguda. Então é uma característica de radiação”**.

Além disso, nem o aumento dos casos de tumores cancerosos (que estão entre as doenças mais comuns provocadas pela excessiva exposição à radioatividade) pode ser diagnosticado, com 100% de segurança, como tendo sido causado pela tragédia. Por esse critério, os únicos óbitos reconhecidos como causados diretamente pela exposição ao Césio-137 foram os ocorridos em outubro de 1987. Isto é, os de Maria Gabriela (esposa de Devair); Leide das Neves, sua sobrinha; e os de **Israel Batista, e Admilson Alves, os funcionários do ferro-velho de Devair que manusearam a cápsula de Césio**.

“As pessoas acham que ninguém sabe de radiação. Não. Sabe-se muito”, argumenta José Ferreira.

O problema é que quando você pega o indivíduo, aquele que fala ‘eu tenho diabetes, eu fui exposto’, aí ele gostaria de ouvir a seguinte resposta: ‘Olha, isto aqui é radioinduzido, isto aqui, não’. E isso não existe. O que há é um estudo populacional, porque as doenças são iguais (têm a mesma manifestação), independentemente da origem que tenham.

Pediatra e trabalhando há tantos anos na instituição, **José Ferreira Silva reforçou as colocações de Zacharias: “Hoje, as doenças psicossomáticas são o carro-chefe desses desastres, principalmente da radiação. O que nós temos de mais concreto são as doenças psicossomáticas. São as doenças de que as pessoas nunca se curam. É aquela dor, aquela angústia, aquele medo que somatiza”**.

Um homem relatou, apavorado, que acompanhava pela imprensa as notícias sobre alguns de seu familiares, radioacidentados e hospitalizados, enquanto percebia o agravamento progressivo das radiodermites em suas próprias mãos. Faltava-lhe coragem para apresentar-se e identificar-se como vítima do acidente radiológico. Por três vezes titubeou em fazê-lo, até que, encorajado por um parente, submeteu-se à monitoração no Estádio Olímpico. “Era muito grande aquele medo que eu tinha de falar com o médico e saber aquela resposta afirmativa da minha contaminação” (COSTA NETO e HELOU, *apud* CHAVES, 1995:51).

**O atendimento psicológico realizado na Rua 57, próximo às principais áreas contaminadas, procurava possibilitar às pessoas lidar com suas angústias e inquietações: “A assistência psiquiátrica foi muito importante, já que as vítimas viviam num estado de tensão e angústia constantes” (COSTA e HELOU, 1995, p. 18).**

No que tange ao **problema psicológico gerado pelo acidente radioativo de Goiânia**, cabe destacar que o alcance da perda de cada uma das vítimas se tornou imenso: perderam seu espaço, seu lugar, seus parentes, seus amigos; e a partir de então passaram a conviver com uma herança de discriminação, preconceito, e com a incerteza do que poderiam lhes legar os dias seguintes. Ademais, perderam o valor do “lugar”, suas referências locais, vizinhos e “pedaços culturalmente definidos”. Transformaram suas vidas radicalmente de um dia para outro.

Quando o trabalho em Psicologia começou a ser realizado, já por volta da terceira semana após o acidente, os pacientes hospitalizados ou albergados estavam em processo de despersonalização, com sério comprometimento da identidade, motivado pelo esfacelamento da estrutura familiar, pela ruptura das inter-relações, pela discriminação, pela perda dos objetos de uso pessoal, pela descaracterização do ambiente e do próprio organismo. O desejo de voltar a ter contato com o mundo se contrapunha ao medo da rejeição social (COSTA NETO e HELOU, 1995: 15).

**A perda se revelou tão forte que a depressão, a angústia, o medo e a ansiedade passaram a ser uma sensação constante no cotidiano das vítimas do Césio-137.** Costa Neto e Helou (1995: 47) observam mesmo que 6% (seis por cento) dos radioacidentados “declararam ter sentido vontade de morrer durante a fase crítica do acidente”.

Somente após cerca de 16 (dezesseis) dias da abertura da cápsula de Césio-137, as autoridades e a comunidade como um todo vieram a tomar conhecimento da situação. O relatório da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) sobre o acidente radioativo de Goiânia informa:

O manuseio direto da fonte ou de parte dela, a comercialização de materiais contaminados, os contatos sociais e/ou profissionais entre pessoas, a circulação de animais, ventos e chuvas, foram as principais vias de dispersão do Césio-137 (CNEN, 1988: 1).

**Gerou-se, assim, um clima de pânico na cidade, com pessoas reunidas**

**no centro da cidade, no Estádio Olímpico**, para ter a certeza de que não estavam contaminadas, e muitas submetendo-se à descontaminação. Cresceu a atenção de cientistas em relação ao acidente e a Goiânia, com a presença de equipes da CNEN, bem como de técnicos estrangeiros.



Figura 7: Algumas vítimas que estavam isoladas e sendo monitoradas em tendas e barracas armadas no antigo (e extinto) Estádio Pedro Ludovico Teixeira (“Estádio Olímpico”).

**O pânico que a população goianiense enfrentava era tamanho, que no Estádio Olímpico formavam-se imensas filas para monitoração. Esse trabalho durava cerca de 12 (doze) horas por dia, ininterruptamente.**

A contaminação foi disseminada mediante uma teia de relações pessoais (contato físico entre as pessoas que manusearam a fonte radioativa), e uma teia de relações comerciais (venda, compra e circulação de mercadorias contaminadas). A situação era inusitada, e ficava claro para a população o despreparo técnico-político para lidar com uma situação de emergência como a que estava ocorrendo. As informações que circulavam eram, por vezes, contraditórias: havia técnicos a emitir pareceres que, com frequência, discrepavam dos laudos de outros colegas.

**Quando se afirma que os desdobramentos do acidente ainda continuam em aberto, é porque há informações e revelações que só vêm com o tempo e um certo “distanciamento” do “calor dos primeiros instantes” do desastre.**

**Em entrevista exclusiva concedida ao “Jornal Anhanguera” no último dia 13 de setembro de 2012 (dia em que a tragédia completou oficialmente “um quarto de século”), e veiculada no mesmo dia, o engenheiro químico César Ney**

**fez uma “revelação”:** A CNEN rastreou e monitorou, em sigilo, 40 (quarenta) cédulas contaminadas que circularam pelo **Estado de Goiás** e chegaram a voltar **ao Banco Central do Brasil (BACEN)**. A razão do sigilo, segundo o técnico, é que a divulgação de que havia notas de dinheiro circulando pela cidade de Goiânia certamente traria ainda mais pânico e convulsão social.

Tendo o dinheiro passado por rastreador, técnicos da CNEN realizaram busca de material radioativo em cédulas recolhidas no **Banco do Brasil**. Muitas foram as manobras realizadas para interromper a contaminação e tentar impedir que o **pânico** tomasse conta da cidade. Uma delas, mantida em sigilo por muito tempo, foi esse rastreamento realizado em cédulas de dinheiro, em busca de resíduos do material radioativo.

Segundo informou essa matéria,

“(…) **César Ney, mestre em energia nuclear**, contou que o objetivo do grupo de profissionais da CNEN que veio a Goiânia acompanhar os desdobramentos da tragédia era reduzir, ao máximo, os riscos de avanço da radiação. Por isso, **o alvo era tudo o que passasse de mão em mão, como o dinheiro**. Segundo ele, o método adotado, inicialmente, foi a **avaliação de cédulas recolhidas em todas as agências do Banco do Brasil em Goiânia e em parte das agências desse banco em Anápolis** – em razão da representatividade do município –, além de Brasília.

De acordo com César Ney, ele realizou o trabalho ao lado do físico nuclear José de Júlio Rozental, um dos coordenadores dos trabalhos de descontaminação e investigação quanto à dimensão do desastre (...).”

Ainda segundo César Ney, **“cerca de 200 (duzentas) mil notas foram, na época, monitoradas com o uso de um detector muito preciso, um cintilador, usado para medição de amostras radioativas de baixa intensidade”**. O superintendente contou que “resíduos chegaram a ser encontrados, mas em torno de 1% (um por cento) das amostras de dinheiro”.

Além disso, ele explicou que, **“na época, o material radioativo impregnava na tinta das cédulas, não sendo transmitido para as mãos de quem as manipulava”**. Por causa disso, ressaltou, “o trabalho não precisou ter continuidade”. **“Tudo foi mantido sob sigilo pelas autoridades, na época, com medo da reação da população. Buscávamos não gerar mais pânico e medo da radiação”**.

Nessa mesma época dos vinte e cinco anos da tragédia, foi realizado, na manhã do dia 13 de setembro de 2012, um culto ecumênico na **Praça Leide das Neves**, localizada na **antiga “Praça das Crianças”, em frente ao “C.A.R.A”, no Setor Aeroporto**. Na oportunidade, o então presidente **Odesson Alves Ferreira** lem-



brou desse período, em que o medo da população de que pudesse ser irradiada pelo Césio-137 ou pela simples proximidade com as pessoas da família dele – a mais atingida pelos efeitos do material – era imenso.

**“A Polícia Militar fazia vigilância na nossa rua porque as pessoas ameaçavam apedrejar nossa casa, sacrificar nossa família”**, lembrou. Em algumas situações na época da tragédia - e ainda hoje -, conforme apontou Odesson, há quem aponte o dedo para ele e os familiares dele. **“Nossos filhos e netos enfrentam o fantasma do preconceito na escola, no trabalho, aonde quer que vão. A discriminação é a cicatriz que mais incomoda”**, citou Odesson, que à época era também o presidente do Conselho Estadual de Saúde em Goiás.

Diante da gravidade e da complexidade do acidente, **“o processo de descontaminação desses ambientes tornava-se extremamente difícil, visto que o conhecimento estabelecido sobre o assunto, além de limitado, era teórico”** (CHAVES, 1995: 55).

Fomos acordados de madrugada pelo estranho movimento da rua. Pelas janelas vimos o movimento de pessoas sendo retiradas de suas casas por Policiais e Corpo de Bombeiros. Havia luzes das sirenes de ambulância e muito movimento na rua. Ninguém sabia o que estava se passando (CHAVES, 1995: 33).

Segundo o depoimento do **físico nuclear Carlos Eduardo de Almeida**, os contaminados foram lavados com água, sabão e vinagre, e, para os calcanhares - onde havia possibilidade de se acumular matéria radioativa -, utilizou-se **“pedrapomes”**. (GABEIRA, 1987, p. 24).

Assim,

**“Chegou-se a afirmar que o lençol freático não estava, em hipótese alguma, contaminado. Mas, logo em seguida, outro técnico sugeriu a possibilidade de sua contaminação. Essas posições contraditórias geraram confusão e insegurança, abalando a confiança, por parte da população leiga, nos técnicos”** (GABEIRA, 1987, p. 24).

No dia 1º de outubro, dois pacientes mais graves foram transferidos do HDT para o Hospital Naval Marcílio Dias - HNMD, no Rio de Janeiro, instituição pertencente à Marinha, e que possui uma ala para atendimentos a emergências nucleares. Porém, mesmo os médicos especialistas do HNMD sentiam-se inseguros diante do quadro que se apresentava:

(...) Mesmo no Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), instituição preparada para emergências radioativas, e que contava com assistência internacional, muitos afirmaram que sentiam dificuldades de “passar da teoria à prática” (CHAVES, 1998:100).

Em **02 de outubro**, foi solicitada assistência internacional à **Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA**. E no dia seguinte (03/10/1987), o físico nuclear **Paulo Cunha**, da **CNEN**, um dos responsáveis por “descontaminar **Goiânia**”, declarou à “Folha de S. Paulo”: “(...) **Não existe roupa apropriada para se proteger adequadamente da contaminação do material radioativo**” (BORGES, 2003, p. 99).

Já no dia **04/12/1987**, a médica **Rosana Farina**, membro da **CNEN** - e que prestava serviços no Hospital Geral de Goiânia -, declarou para a revista “**Autos de Goiânia**”: “(...) **No início, por desinformação ou medo, o pessoal se negava até a entrar no hospital. Não tiro a razão, cada um tem a sua razão. Eu diria que esse é um problema goiano mesmo**” (BORGES, 2003, p.100).

E, no dia **16/12/1987**, o médico **Nelson Valverde**, da **Divisão de Medicina do Trabalho e Assistencial do Departamento de Saúde de FURNAS, Centrais Elétricas**, deu uma **declaração seriíssima**, também para a revista “**Autos de Goiânia**”: “(...) **Na formação curricular em Medicina não existem informações ou esclarecimentos sobre contaminação, irradiação e proteção radiológica**” (BORGES, 2003, p.102).

Também devem ser mencionados, em particular, **outros catadores que também utilizavam carrinhos para catar papéis, ferros e outros materiais que pudessem ser vendidos aos Ferros-Velhos**. No ápice do acidente, por medo da doença, da discriminação, e de ficar sem seus “carrinhos” (que eram a sua fonte de renda), eles não se manifestavam. Foi preciso realizar uma campanha em que **profissionais do Serviço Social que trabalhavam junto àquela população** - e em quem ela confiava - procuraram esclarecer sobre a importância da apresentação para descontaminação (GABEIRA, 1987, p. 24).

### 3.5 O CÉSIO E OS CÂNCERES: POSSÍVEL RELAÇÃO ?

Ouvido pelo jornal “O Popular” (edição de 31 de agosto de 2007) a respeito

dessa questão, o **médico hematologista César Leite de Santanna** ponderou que os estudos científicos não comprovaram relação causal entre a incidência de tumores malignos na capital e a ocorrência do acidente. Na entrevista, ele explicou que, não obstante as mortes, os afetados com doses mínimas ainda não apresentaram problemas. **“Aqueles que sofreram uma grande exposição já estão mortos devido à ação do Césio-137, que se caracteriza por uma doença chamada aplasia medular”**. O hematologista ressaltou que, nessa doença, a medula óssea é totalmente destruída e perde sua capacidade de produção de glóbulos vermelhos - gerando grave anemia -, e glóbulos brancos, ocorrendo infecções graves. **“Também há a plaquetopenia, ou seja, a existência de grandes sangramentos. Mas naqueles que receberam subdoses ou doses insignificantes, por tempo mínimo, até o momento não se verificou predomínio de algum tipo especial de câncer”**.

César Leite poderou também que, no caso das **bombas lançadas contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, na Segunda Guerra**, a incidência de leucemia aumentou nos primeiros dez anos após o ataque, e que, nos anos seguintes, constatou-se aumento de tumores sólidos. Mas **ele esclareceu que, quando o assunto é a exposição ao Césio-137, existe uma maior predisposição ao câncer de tireóide.**

Todavia, o **oncologista, cirurgião de cabeça e pescoço, e também professor da Universidade Federal de Goiás, Alexandre Roberti**, entrevistado pela mesma reportagem, ponderou que, **no caso de Goiânia, diferentemente do que aconteceu na usina de Chernobyl, os cânceres de tireóide podem não estar ligados ao acidente. De acordo com ele, esse tipo de carcinoma passou a ser relacionado, historicamente, aos materiais de radioterapia após estudos realizados nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1970.**

“Lá, eles tratavam a acne utilizando a radioterapia. Descobriu-se, dez anos depois, que essas pessoas irradiadas pelo tratamento desenvolveram uma grande frequência de tumores na glândula endócrina. Exemplo também é que, ao redor de Chernobyl, a incidência de câncer de tireóide foi assustadoramente grande nas crianças. Hoje se sabe que essa neoplasia maligna aumenta assustadoramente. Mas em Goiânia, isso está relacionado ao Césio? Eu acredito que não, uma vez que o aumento não está acontecendo só aqui, mas, em iguais proporções, em outros lugares”.

**No Centro-Oeste, os maiores centros de tratamento de tumores atualmente são o Hospital Araújo Jorge e a Unidade Oncológica de Anápolis, que**

atendem a uma média de 31 (trinta e um) mil pacientes por mês. Dentre estes, 77,4% são atendidos pelo SUS, 14,1% por convênios, e 6,7% de forma particular.

O tipo de câncer mais presente é o de pele, que afeta homens e mulheres. Especificamente na ala feminina, os carcinomas mais recorrentes são os de mama - em primeiro lugar -, seguidos pelos de colo de útero. Entre os homens, a próstata aparece em primeiro lugar, seguido de neoplasias no pulmão e no estômago. **O oncologista José Carlos de Oliveira, também consultado pela reportagem, afirmou: “Os homens estão fazendo mais o exame de PSA. No passado, o tabu era muito grande e eles não gostavam de frequentar os consultórios”. Para o médico, essa é a razão de os tumores de próstata em Goiânia serem mais expressivos do que os de mama.**

Nesse sentido, José Carlos ressaltou a primordialidade de medidas governamentais que priorizem prevenção e diagnóstico precoce:

**O custo de uma lesão inicial fica em torno de 500 dólares. Já uma lesão avançada vai para 5 mil dólares ou mais. Assim, nós teríamos que inverter essa situação e cobrar, de nossos governantes, campanhas preventivas, que estão relacionadas às questões de economia financeira, qualidade de vida para a população e longevidade. Muitos tumores são evitáveis.**

À reportagem, José Carlos afirmou ainda que tumores provocados por HPV, tabagismo e alcoolismo deveriam estar entre as prioridades dos governos, uma vez que a conscientização é essencial para que essas doenças não sejam adquiridas.

**O promotor de justiça do Ministério Público de Goiás, Marcelo Celestino, da área de Defesa do Cidadão, considera que se deve cobrar do Estado (Poder Público):**

**É necessária uma maior responsabilização do Poder Público. O Estado ainda está muito tímido no combate ao tabaco, por exemplo. As leis, como a legislação anti-fumo, são criadas apenas para dar satisfação de que algo está sendo feito. No entanto, não há fiscalização. Por isso, a partir de fevereiro já vou desencadear um projeto de combate ao tabagismo.**

**Muitos goianos se preocupam com um possível aumento do número de tumores (cânceres) em Goiânia causa do acidente radioativo de 87, a despeito de os especialistas dizerem que o controle na capital goiana é mais rigoroso que em outros locais.**

De acordo com o **Instituto Nacional do Câncer (INCA)**, Goiânia, Porto Alegre e São Paulo são as cidades que têm as taxas mais altas de incidência da doença, dentre os 17 (dezessete) municípios pesquisados no período de 2000 a 2005. Esses dados mostram que, na capital goiana, em cada 100 (cem) mil habitantes, uma média de 365 (trezentos e sessenta e cinco) homens e 262 (duzentas e sessenta e duas) mulheres apresenta novos casos de câncer. Já em Porto Alegre, as taxas médias de incidência são as maiores do Brasil, com cerca de 404 (quatrocentos e quatro) homens e 288 (duzentas e oitenta e oito) mulheres por 100 (cem) mil cidadãos que sofreram com tumores malignos. Tais ocorrências foram monitoradas e reunidas a partir dos **Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP)** existentes nos municípios pesquisados.

Segundo o **oncologista José Carlos, coordenador do Registro de Câncer em Goiânia**, a capital encerrou o ano de 2008 com cerca de 6.500 (seis mil e quinhentos) casos de carcinoma. **“O registro nunca acompanha o dado atual e está fechando 2008 agora, já que é necessário coletar várias fontes, informações de vários hospitais e laboratórios”**.

Todavia, enquanto a estatística revela acentuado aumento da doença, **alguns questionamentos vêm à tona. O primeiro deles, obviamente, se refere aos motivos que levam à maior incidência dessas neoplasias malignas.** O segundo motivo refere-se à realidade local, já que cabe perguntar se o acidente radiológico de Goiânia, ocorrido em 1987, quando a cápsula que continha o Césio foi aberta e vendida a um ferro-velho, teria conexões com a alta manifestação de tumores na capital.

Sobre as altas taxas verificadas, o oncologista **José Carlos explicou que o índice entre os goianienses se apresenta maior por Goiânia ser uma cidade pioneira em registro de cânceres e apresentar uma base de dados mais atualizada.**

“Goiânia tem 21 (vinte e um) anos de registro de câncer, o maior número de dados coletados no Brasil e um dos principais registros do mundo. Por essa faixa histórica de dados, há uma melhor acurácia em comparação com outros locais. A gente acredita que, em muitas cidades, os dados sejam subestimados. Enquanto nós estamos terminando 2008 e 2009, há outras partes do país que estão com estatísticas de 2002 ou 2000”.

José Carlos de Oliveira sublinhou também que a **transferência do RCBP da Secretaria de Estado da Saúde para a Associação de Combate ao Câncer de**

**Goiás, instituição filantrópica que agrega o Hospital Araújo Jorge e a Unidade Oncológica de Anápolis, tenha sido primordial no sentido de propiciar melhorias referentes à vigilância do câncer e de seus fatores de risco.**

A partir dessa transferência, o registro se impulsionou. Na Associação, nós estamos também juntos com oncologistas e atendemos a um maior número de casos. Somente dessa forma podemos fornecer dados ao serviço público, além de estatísticas que contribuem para a qualificação profissional, visto que muitos trabalhos de doutorado, mestrado e produções internacionais são originados de nosso registro de câncer.

**Para o oncologista Alexandre Roberti, não há motivos para alarde. De acordo com ele, os dados de incidência de câncer não devem ser considerados isoladamente, uma vez que é necessário fazer ponderações acerca dos graus de lesão que chegam aos consultórios.**

Hoje existe um alarme entre a população de que o câncer está aumentando, de que todos nós vamos morrer de câncer. Mas, na realidade, quando me procuram, eu tento mostrar que não é bem assim. Não é que o câncer esteja aumentando, é que os métodos de diagnósticos, em primeiro lugar, melhoraram muito. A qualidade da ultrassonografia e da tomografia feitas hoje é diferente de 10 ou 15 anos atrás. Em segundo lugar, o acesso da população aos diagnósticos também melhorou. Esses dois fatores associados fazem com que o número de constatações de tumores se alargue, mas não quer dizer que a incidência tenha aumentado. Prova disso é o câncer de tireóide.

**Ainda segundo o oncologista, no que diz respeito a esse tipo de carcinoma, não há aumento referente a casos avançados. Ao contrário, os tumores pequenos são aqueles mais expressivos, e indicam que a detecção é feita em estágios iniciais.**

O cidadão que ia chegar até mim, daqui a dez anos, com um tumor de 2,5 ou 3 cm, está sendo diagnosticado com um de 1 cm. Ele chega com uma lesão menor. A população pode ficar mais tranquila porque, apesar dos números maiores, os pacientes estão chegando com os tumores mais iniciais.

No caso da tireóide, trabalhos científicos verificam maior incidência de tumores de até 1,5 cm. De acordo com Alexandre, as possibilidades de cura, por meio de procedimento cirúrgico, são concretas nesses casos. O oncologista explica ainda que, conforme pesquisas realizadas em situação de necropsia, cerca de 2% da população morrem com algum tipo de câncer ainda não diagnosticado na glândula en-

dócrina.

**A pessoa vivia a vida inteira sem nunca descobrir que tinha esse câncer na tireóide. Então, a gente se pergunta: a incidência realmente está aumentando ou será que é o diagnóstico? Creio que o que está acontecendo seja decorrência do maior acesso dos pacientes aos sistemas de saúde - não somente ao SUS -, que possibilitam o diagnóstico.**

Porém, apesar de os nódulos malignos se apresentarem, em grande parte, em estágios iniciais, há outros casos de cânceres em que a detecção de microtumores ou de pré-tumores não é tão frequente. Um exemplo é o câncer de boca. O oncologista José Carlos de Oliveira arremata: “Nós ainda estamos tratando muitos casos graves. Em relação ao câncer de boca, por exemplo, hoje temos de 70 (setenta) a 80 (oitenta) % de casos avançados. Desses, em torno de 40 (quarenta) % são incuráveis”.

Apesar das melhorias nos diagnósticos, o câncer ainda é a segunda causa de morte entre os brasileiros e representa quase 17 (dezessete) % dos óbitos de causa conhecida (a doença só mata menos que infartos e acidentes vasculares cerebrais). Esses dados foram notificados em 2007 pelo **Sistema de Informações sobre Mortalidade**.

A reportagem de “O Popular” informou também que até hoje muitos fetos nascem com defeitos e mutações genéticas (nos cromossomos etc.), possivelmente em função da contaminação, conforme apontam alguns estudos médicos. Além disso, continua interminável – e insolúvel - a especulação de que o grande número de casos de câncer registrados na capital estaria relacionado ao acidente de 87.

**O acidente com o Césio-137 provocou uma reformulação no controle das mais de 300 (trezentas) fontes radioativas de níveis 1 e 2 (de maior potência) utilizadas no país atualmente, para a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).**

E, de acordo com a **publicação “Órbita ipen”** (Ano VIII, Número 49, Novembro/Dezembro de 2008), **do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares**, hoje em dia **a importação de materiais do tipo precisa receber a autorização da CNEN, para acompanhamento periódico**. Há pelo menos 3.000 (três mil) hospitais e indústrias no Brasil que utilizam equipamentos com fontes radioativas.

### 3.5.1 Diferenças

No dia **12 de julho de 2002**, na **54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, aconteceu o **simpósio “O Acidente Radiológico com o Césio-137 em Goiânia: Lições Extraídas”**. O Dr. **Nelson José Lima Valverde**, da **UFRJ**, médico e membro do Laboratório de Ciências Biológicas, além de perito da **Agência Internacional de Energia Atômica**, falou sobre **“Prevenção de Acidentes”**:

“(…) Na área médica, não acrescentamos nada após o acidente de Goiânia. Aliás, quantos médicos no Brasil sabem identificar uma radiodermite (radiolesão localizada)? Além disso, não temos até hoje um hospital de referência em assuntos nucleares”. Qual é o planejamento e o preparo para se evitar um acidente desse tipo? Está na hora de tirarmos a máscara” (BORGES, 2003, p. 105).

Com a experiência de Goiânia, há um ponto (aspecto) em que muitos (quicá todos) concordam, sejam as autoridades, a comunidade, ou os próprios especialistas: **Aprendeu-se com a tragédia muito menos do que se poderia**. Em 2007, quando o acidente completou duas décadas, **Odesson Alves Ferreira**, então presidente da AV - Césio (Associação das Vítimas do Acidente com o Césio-137), declarou:

**Eu acredito que o governo está perdendo uma oportunidade de ouro para sair na frente dos outros países. Porque o único lugar que tem pessoas que podem ser estudadas<sup>19</sup>, vítimas desse material (o Césio 137), é aqui. E hoje, 20 anos depois, você não tem nenhum estudo sobre isso. Existem algumas dissertações, algumas teses defendidas, em torno disso, mas é no campo psíquico e no campo social.**

A respeito do desabafo de Odesson, há um interessante artigo da **jornalista Marília Assunção**, na edição de 26 de setembro de 2007 de **“O Popular”**, sobre como o acidente acabou levando mais ao incremento de carreiras pessoais (acadêmicas - com as teses e dissertações produzidas etc.) e profissionais, do que para uma verdadeira sensibilização (benfazeja) que estimulasse iniciativas concretas no sentido de ajudar realmente as vítimas da catástrofe. **Marília Assunção** foi uma das pessoas que deram importantes depoimentos ao **programa “Linha Direta”**, de

---

19 - Uma série de reportagens do jornal *O Popular*, iniciada no dia 28 de setembro de 1997, levantou a questão dos vários fetos que nascem com defeitos e mutações genéticas (cromossômicas etc.), possivelmente em função da contaminação radioativa pelo Césio-137.



agosto de 2007.

**Nessa mesma linha de raciocínio, o médico José Ferreira Silva faz ponderações nada animadoras. Depois de ter feito especialização em Hiroshima, no Japão, para entender melhor do que ele estava tratando, e com a experiência acumulada de quem acompanha esses pacientes há dois decênios, ele explica: “Houve pouca mudança, na minha avaliação. Mas melhorou. Um pouco mais do que era melhorou, mas também não é perfeito, não”. E completa:**

Hoje, a população de Goiânia, passados vinte anos, com a mídia inteira falando sobre o assunto, abriu os olhos, de novo. Mas há uns dois (anos), quando estava tudo esquecido, se voltasse a ocorrer um evento radioativo, ia ser o mesmo caminho, a mesma desinformação (“O POPULAR”, 27 de setembro de 2007).

### 3.6 OS REJEITOS DO ACIDENTE RADIOATIVO DE GOIÂNIA

Os trabalhos de descontaminação dos locais afetados produziram toneladas e toneladas de rejeitos contaminados com o Césio-137: roupas, utensílios, plantas, restos de solo e materiais de construção. No **“Workshop – Acidente com o Césio – 22 anos”**, ocorrido no **Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste – CRCN-CO**, no dia **22 de outubro de 2009**, foi informado que o “lixo (radioativo)” está armazenado em cerca de 1.200 (mil e duzentas) caixas, 2.900 (dois mil e novecentos) tambores e 14 (quatorze) contêineres no depósito construído na cidade de Abadia de Goiás, vizinha a Goiânia, onde deverá ficar por, pelo menos, mais 275 (duzentos e setenta e cinco) anos.

E, conforme as informações “oficiais” da época - provenientes das diversas instituições envolvidas no caso -, **foram sacrificados vários animais, com veneno na ração ou por outros meios: pelo menos 40 (quarenta) aves, 5 (cinco) porcos, 2 (dois) cães e 2 (dois) coelhos foram acondicionados em tambores.**

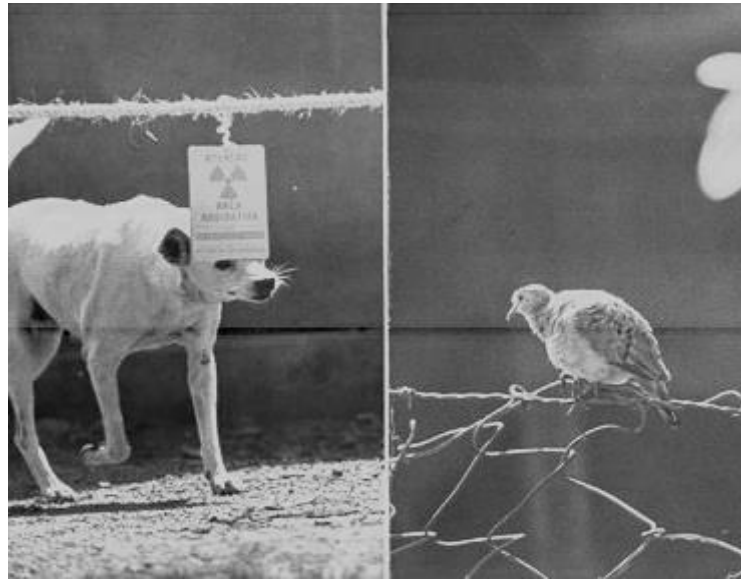


Figura 8: Foto do cachorro Sheik, animal de estimação da família do “catador” Roberto Santos Alves. A casa do “Betão” era conhecida como “a casa do cachorro”. Depois de receber altas doses de radiação, o cão ficou mole, pesado e difícil de carregar. Teve de ser sacrificado. E foto de um dos diversos pombos que pousavam perto das áreas afetadas, e que também tiveram de ser sacrificados.

Utilizou-se rastreamento aéreo por helicópteros para determinar se havia outras áreas contíguas com níveis anormais de radioatividade. Pelo menos 720 (setecentas e vinte) pessoas atuaram no processo de descontaminação durante 82 (oitenta e dois) dias (GABEIRA, 1987. p. 16).

Calcula-se que, num primeiro momento, a contaminação de plantas, verduras, ervas, raízes, frutos etc. tenha ficado circunscrita a um raio de 50 (cinquenta) metros de alguns dos principais focos de contaminação, atingindo todas as partes das plantas. No dia 07 de dezembro de 1987, as mangueiras das casas afetadas foram arrancadas e o solo altamente contaminado começou a ser escavado. Por vários dias houve grande movimentação de terra, e parte dela se espalhou pelas redondezas em forma de poeira, apesar das chuvas e da irrigação proposital feita para evitá-la.

**Não se sabe exatamente a quantidade de Césio-137 que se perdeu, porque são imprecisos os cálculos sobre a recuperação do material radioativo. Segundo Gabeira (1987, p. 37), “as informações sobre o tamanho da pedra (de Césio) também são contraditórias. Para o físico Carlos Eduardo de Almeida, da CNEN, a fonte tinha 2 (dois) centímetros de comprimento por 0,2 centímetros de diâmetro. Para outras fontes, a pedra tinha 3,6 centímetros de diâmetro”.**

Acredita-se que, através da rede de águas pluviais e de esgotos, o **Cs-137** atingiu parte do curso dos **córregos Capim Puba e Botafogo**, e do **ribeirão Anicuns**, até finalmente alcançar o **rio Meia Ponte**, em cuja margem direita ficaram os principais focos. Entretanto, não se detectou o “**radionuclídeo**” em solução na água.

Peixes coletados em novembro de 1987 no Meia Ponte, a jusante da represa Jaó, tiveram uma concentração de 200 Bq/Kg (becquerels por quilograma), índice considerado próprio para o consumo. A água que abastece a cidade é captada na margem esquerda da bacia do Meia Ponte, e, segundo determinados relatórios institucionais, não parece ter sido muito afetada pelo acidente (GABEIRA, 1987. p. 33).

Para descontaminar o cimento e o concreto, foram usadas misturas de ácidos com alúmen e “**Azul da Prússia**” (**cuja produção - que em Goiânia se tornou motivo de brigas e divergências entre químicos e físicos – foi aprimorada no Brasil**), combinando a isso a ação mecânica de lixadeiras. Para azulejos de cozinhas e banheiros usou-se o ácido fluorídrico, que remove o Césio com maior rapidez, devido à estabilidade química do cristal iônico (GABEIRA, 1987. p. 12).

Um dos maiores riscos era lidar com a lama contaminada. Isso porque o **cloreto de Césio (CsCl)**, bastante **parecido com o sal de cozinha (NaCl)**, **emite o brilho azulado apenas em locais desprovidos de luz**, e, por ser higroscópico, absorve a umidade do ar, o que facilita a aderência à roupa, à pele, e aos utensílios em geral, podendo contaminar organismos, alimentos etc. Sem falar que parte desse trabalho foi feita debaixo de chuva...

Pisos encerados e objetos que acumulam gordura foram lavados com soda cáustica e detergente. No solo, foram utilizadas toalhas impregnadas com o “**Azul da Prússia**”. Estima-se que cerca de 99% (noventa e nove por cento) da terra mais contaminada estavam nas camadas superficiais, que tinham de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) roentgens/h de taxa de exposição. Esses solos foram retirados e substituídos por solo “limpo”. Outros foram concretados. As taxas de radiação eram muito altas, o que obrigaria os técnicos a permanecer na Rua 57 por apenas alguns minutos, quando recebiam doses de 50 (cinquenta) a 100 (cem) mrems. A descontaminação foi encerrada oficialmente na semana do Natal (de 1987). Já os rejeitos produzidos no **hospital (carioca) Marcílio Dias, pertencente à Mariinha do Brasil**, depois de discussão entre governadores de Rio de Janeiro e São Paulo, foram para o **IPEN-SP (INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NU-**

**CLEARES DE SÃO PAULO**). Aproximadamente 945 (novecentos e quarente e cinco) quilos foram acondicionados em 31 (trinte e um) tambores.

**Ao longo dos trabalhos, outros aspectos foram levantados, porque o acidente suscitou questões sobre o método de tratamento a oferecer, onde depositar definitivamente rejeitos radioativos, a responsabilidade de fiscalizar equipamentos de radioterapia etc. São perguntas que correram em paralelo às atividades de descontaminação** (GABEIRA, 1987. p. 33).

**O despreparo, os impasses e as indefinições das autoridades para tratar do assunto deixaram pairar de norte a sul a problemática de onde (e como) sepultar os rejeitos. Ora falavam em São Fidélis-RJ, ora falavam em Governador Valadares-MG, ora em Canudos dos Dantas, e Santana dos Matos (RN), ora em Valença e Itainópolis (PI), e, por fim, na Serra do Cachimbo-PA, onde fica uma base da Aeronáutica** (GABEIRA, 1987. p. 17).

O Governo de Goiás emitiu nota oficial “aliviado”, por não ter que assumir o depósito de rejeitos em seu território. **Mas o Governo do Pará protestou, dizendo que o estado não era “a lixeira” do Brasil.** Depois disso, veio a ideia de se legislar estabelecendo que quem produzisse lixo radioativo ficaria com ele em seu próprio território, o que sugeria que poderíamos ter dezenas de depósitos instalados no País.

Em meio a tanta polêmica, os índios caiapó foram protestar (pintados para a guerra) em frente ao **Palácio do Planalto**, para defender a Serra do Cachimbo e seus rios.

No Rio de Janeiro, como já foi exposto, **o Estado de Goiás chegou a ser desconvidado de participar da Feira da Providência.** Enquanto isso, **cidadãos goianos andavam com atestado de não-contaminação, e carros com placa de Goiás eram apedrejados em São Paulo e outras localidades, e até o Egito quis cancelar importações do Brasil.**

No fim, os rejeitos acabaram ficando depositados, provisoriamente – e depois, em definitivo -, no distrito de Abadia de Goiás (que algumas pessoas confundem com o município, também goiano, de Abadiânia), a cerca de 20 (vinte) km de Goiânia.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, que controla o depósito, ainda está longe do ideal, pois não dispõe de um cadastro mais perfeito (preciso) das fontes radioativas em uso no País, e tampouco de melhores condições de atendimento pa-

ra situações emergenciais. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União, realizada no segundo semestre de 2000, indicou que a CNEN não consegue cumprir o plano anual de inspeções das instalações radioativas. Os depósitos sob a guarda dela estão praticamente cheios e sem o devido acompanhamento de sua ocupação.

O relatório cruzou dados do **Cadastro de Pagamento do SUS** – referentes às instituições que receberam pagamentos relacionados à prática de medicina nuclear -, com dados do cadastro da CNEN sobre as instituições que praticam medicina nuclear, constatando uma diferença de 45% (quarenta e cinco por cento) no rol da CNEN, entidade fiscalizadora e licenciadora dessas atividades (nucleares). Essa diferença cadastral significa que há material radioativo sem controle, e que pode ser usado de diversas formas e ser descartado em qualquer lugar, até ocorrer um novo acidente, como o de Goiânia. Segundo o relatório, a CNEN mantém um quadro de 20 (vinte) inspetores para mais de 400 (quatrocentas) instituições a serem fiscalizadas.

**A partir do exemplo de Goiânia, a CNEN recolheu fontes similares à fonte do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), que apresentavam o Cs-137 aglutinado em uma matriz altamente solúvel, o que facilita a contaminação. Hoje em dia, são usadas fontes metálicas, mas a possibilidade de um novo acidente como o de Goiânia não está afastada.**

Físicos da **Universidade Federal Fluminense (UFF)** constataram que os níveis de radiação do Césio em Goiânia permanecem abaixo do limite máximo a que um ser humano pode se expor. No entanto, eles localizaram **duas goiabeiras contaminadas no Setor Norte Ferroviário (em Goiânia): justamente no terreno onde ficava a casa da menina Leide das Neves Ferreira. Com índices de radioatividade acima do considerado normal para plantas**, os físicos pediram à CNEN a retirada das árvores.

As goiabeiras apresentaram radiação medida entre 800 Bq/kg e 900 Bq/kg. O nível máximo para plantas é de 600 Bq/kg (becquerels por quilograma). A descoberta de que a goiabeira ainda apresentava níveis de contaminação levou os pesquisadores da **UFF** a ampliar o enfoque do estudo. Foram avaliados também pés de manga, abacate, maracujá e mamão, mas, segundo os pesquisadores, em nenhum deles o nível de radioatividade estava acima do normal.

A partir daí, passaram a simular em laboratório contaminação em diversas espécies de plantas, para avaliar o comportamento da radioatividade nelas. Em **la-**

**boratórios no Rio de Janeiro e em São Paulo**, estão em análise pés de mamão, laranja, limão e romã. O objetivo do estudo é estabelecer um modelo de manejo em caso de novos acidentes radioativos.

A cada quatro meses, os pesquisadores coletam amostras do solo - entre 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) metros de profundidade - em locais que não foram concretados à época da descontaminação, e amostras de plantas, tais como árvores e hortaliças, além de frutas e ovos.

Eles também medem a radiação no ar, a 1 (um) metro de altura do solo. A análise do solo tem dado resultados satisfatórios, sempre abaixo do parâmetro máximo, que é de 22.500 becquerels por quilograma (Bq/kg).

**A pesquisa sobre o comportamento da radioatividade no nível ambiental, em solos e plantas**, foi objeto da **tese de doutorado de Alessandro Facure, do Instituto de Física da UFF**. E sua **dissertação de mestrado, pela qual ele medira a radiação no local do acidente, foi a primeira a ser produzida no Laboratório de Radioproteção Ambiental (LARA) do instituto, inaugurado em 1998**.

### 3.6.1 Protestos Contra a Transferência dos Rejeitos

Matéria especial do jornal “O Popular”, de 26 de setembro de 2007, mostrou que, ainda no ano de 1987, **a reação do então povoado de Abadia de Goiás quando da escolha do local para abrigar o depósito provisório dos rejeitos radioativos provenientes da tragédia com o Césio-137 foi imediata**. O anúncio feito pelo Governo de Goiás, de que o local abrigaria o lixo atômico, causou revolta à população do distrito e provocou várias manifestações. A população interditou a BR-060 procurando impedir o envio dos contêineres para as margens da rodovia.

A reportagem apurou que, na ocasião, **o então governador Henrique Santillo pediu aos cerca de três mil manifestantes que lhe dessem um prazo de 48 horas para que pudesse encontrar uma solução para o problema**. Com isso, **no dia anterior ao combinado, 12 (doze) tambores contendo material contaminado pelo Césio-137 foram levados ao terreno escolhido, sob forte aparato policial**. Assim, **por quase dois meses, policiais militares mantiveram guarda na área**. **Nos dias seguintes, o restante dos tambores foi levado para o terreno**. **A população acabou aceitando como um fato consumado**.

Começava então a procura pelo local que abrigaria o depósito definitivo dos rejeitos do Césio. Cerca de 20 (vinte) áreas em todo o País foram cogitadas e elencadas, o que gerou protestos em diversos estados brasileiros, que não concordavam com a transferência do entulho para os seus territórios.

**A definição de Abadia de Goiás para abrigar o depósito definitivo só aconteceu por volta de 1991, e a área foi inaugurada em junho de 1997 pelo então governador Luiz Alberto “Maguito” Vilela, com a presença de várias autoridades, como o então vice-governador do estado, Naphtali Alves; o engenheiro (e atual deputado federal pelo PMDB-GO) Pedro Chaves etc., além de diversos técnicos e cientistas.**

**Atualmente, a CNEN considera que, em uma situação de risco, pode agir com mais rapidez do que em 1987.** Segundo a comissão, na época não havia clareza quanto às responsabilidades das instituições sobre o setor, e também não se conheciam as consequências de um acidente do tipo. **O material radioativo lacrado e enterrado no depósito de Abadia de Goiás deve ficar no local por até 300 (trezentos) anos.** Entrevistado para a matéria do jornal, **Rubemar Ferreira, um dos coordenadores da unidade,** informou que **“o local é resistente a enchentes e terremotos”.**

E, segundo o levantamento de “O Popular”, **Leonardo Bastos Lage, coordenador-geral do Centro de Ciências Nucleares de Abadia de Goiás,** assegurou que **“os níveis de radioatividade, nas regiões onde estão os rejeitos e nas ruas de Goiânia acometidas pelo acidente, são rigorosamente controlados e não apresentam qualquer risco para a população”.**

Os cidadãos de Abadia de Goiás podem dizer que aqui se correm riscos? Não. Aqui é o lugar mais seguro que existe na **Grande Goiânia**, já que o material está todo confinado e há uma estação onde amostras são regularmente coletadas. Nós verificamos a água de superfície, a subterrânea, as folhas, os frutos... Fazemos as análises das amostras, semestralmente, e produzimos um relatório anual que integra o **Programa de Monitoramento Ambiental de Depósitos de Rejeitos.**

Ainda de acordo com o coordenador, o programa segue padrões clínico-científicos vinculados a normas nacionais e internacionais, e os equipamentos são garantidos por calibração e por testes de intercomparação.

### 3.6.2 Questionamentos e Reclamações

Ouvindo os coordenadores do Depósito, a matéria jornalística de **“O Popular” (do dia 26 de setembro de 2007)** constatou que uma das reclamações de Leonardo Lage é quanto à falta de orientação que se verifica (facilmente) entre grande parte da população. Segundo ele, é comum que informações equivocadas sobre os depósitos de rejeitos do Césio-137 sejam repassadas, inclusive por órgãos e entidades do próprio Estado.

**“Há quem diga que o depósito foi cavado com 30 (trinta) metros de profundidade e possui paredes de 1 (um) metro de concreto e chumbo. Isso daria quase 15 (quinze) andares debaixo da terra. Isso não existe”**. Na realidade, as seis mil toneladas de lixo radioativo estão armazenadas em dois depósitos de superfície, onde as caixas de concreto, construídas segundo padrões internacionais, abrigam tambores de aço, contêineres e manilhas.



Figura 9: Foto tirada a uma certa distância de um dos morros de rejeitos radioativos, em Abadia de Goiás.

Sobre essas “mitificações”, o físico **Arthur Cornélio Otto, mais conhecido como “Tuca”**, ponderou, em artigo publicado no jornal “O Popular” do dia 15 de julho de 2011, que

Em Goiás há atualmente dezenas de fontes radioativas sendo usadas para fins medicinais, farmacológicos e industriais. No Hospital Araújo Jorge, há uma potente fonte de cobalto destinado à prática de radioterapia. No Brasil, há milhares de fontes radioativas em uso para as mais diversas finalidades. **Na Johnson & Johnson, em São José dos Campos, está instalada a fonte mais potente de Césio 137 da América Latina, usada para esterili-**



### **zar fármacos, camisas de Vênus e seringas descartáveis.**

Os rejeitos radioativos gerados por uma usina nuclear se classificam em três classes conforme os níveis de atividade que apresentam: os de baixa, média, e alta atividades. Os rejeitos de baixa intensidade são constituídos principalmente por substâncias ligeiramente contaminadas, tais como papéis, plásticos, vestimentas, ferramentas e a maior parte dos líquidos contaminados durante o funcionamento do reator (nuclear). Nessa categoria, enquadram-se também as fontes de radiação usadas na radioterapia, na medicina, na farmacologia e na indústria em geral. Já os rejeitos de média atividade compreendem as resinas iônicas, as lamas químicas e os revestimentos metálicos dos combustíveis. Por sua vez, os rejeitos de alta atividade resultam do combustível descarregado dos reatores. São altamente radioativos e contêm atividades de longa vida.

Os rejeitos de média e baixa intensidades são armazenados em tambores metálicos de 200 litros, os quais (que), por sua vez, são colocados em blocos monolíticos de concreto capazes de garantir o isolamento deles por mais de 100 anos, tempo que levam para se tornar(em) inativos. A guarda definitiva desses recipientes é feita em repositórios construídos na superfície, em locais seguros e protegidos. Existem vários repositórios desse tipo no mundo. Nos Estados Unidos, cujo volume de manuseio desse tipo de material é muito grande, há dezenas deles espalhados em diversos “**estados**” americanos (isto é, **estados-membros dos Estados Unidos da América**)... É evidente que os resíduos radioativos provenientes de usinas nucleares não são os únicos, nem necessariamente os que oferecem maior perigo. Basta lembrar o acidente de Goiânia (...) Obviamente chegará o momento em que o tempo de uso de cada uma dessas fontes chegará ao seu termo e elas terão de ser recolhidas a um repositório definitivo de baixa e média intensidades, evitando-se que ocorram novos acidentes como o do Césio 137 em Goiânia. A pergunta é: cada estado, cada município do País deveria construir seu próprio repositório definitivo para acolher o seu próprio lixo radioativo?

E, a propósito da polêmica despertada em torno da **discussão sobre a possível expansão do depósito de Abadia de Goiás** para receber os **rejeitos de baixa e média atividades oriundos dos reatores nucleares das usinas de Angra dos Reis** (e apesar de a **Constituição Estadual Goiana proibir, em seu Art. 131, parágrafo 2º, o armazenamento e o transporte de armas nucleares no território goiano**), o físico Arthur Otto, que vive em Goiás, destacou que

Infelizmente, não existe uma legislação já aprovada para o acolhimento de rejeitos radioativos, e seria bom que o texto do projeto de lei fosse (melhor) discutido por especialistas do governo e do meio acadêmico antes de sua aprovação final. O Senado deveria tomar a iniciativa de convidar cientistas para propor uma legislação exequível para o País.

### 3.6.3 O Depósito (Definitivo) de Abadia de Goiás

Como foi dito, o acidente de Goiânia produziu cerca de 6 (seis) mil toneladas de rejeitos radioativos, hoje acondicionados em depósitos na **cidade de Abadia de Goiás**, a aproximadamente 20 (vinte) km da capital. O local, que muitos confundem

com o município (também goiano) de **Abadiânia**, abriga, além do **Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, vinculado à CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear)**, um parque ecológico estadual.

Se os efeitos do desastre com o Césio-137 sobre a população de Goiânia são alvo de um número ainda não tão abrangente (incipiente) de pesquisas, menos ainda se produziu em relação àqueles que residem em **Abadia de Goiás, antigo distrito - e hoje município** - escolhido para acolher os rejeitos nucleares produzidos.

A **reportagem especial de “O Popular”, edição do dia 26 de setembro de 2007**, mostrou que, vinte anos depois da tragédia, as dúvidas a respeito dos supostos efeitos nocivos a que estariam expostos os vizinhos do depósito onde estão armazenados os “dejetos radioativos” continuaram fazendo parte do cotidiano daquela comunidade.

É o que revela o estudo **“Risco e Vulnerabilidade Socioambiental – Depósito Definitivo de Rejeitos Radioativos na Percepção dos Moradores de Abadia de Goiás”**, defendido sob a forma de **dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2005, pela socióloga Elaine Campos Pereira**. A autora dessa dissertação de mestrado trabalhou na **biblioteca do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-CO)**.

O trabalho dela, um dos poucos que nesse período voltaram os olhos para a **população de Abadia**, foi apresentado em 2006, no 15º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado pela **Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), em Caxambu (MG)**. A **análise de Elaine Pereira abrangiu quatro grupos distintos de pessoas: servidores públicos que ocupam cargos na prefeitura de Abadia; trabalhadores do depósito; produtores rurais; e a comunidade de uma maneira geral**.

Os moradores de Abadia abordados no estudo relataram incertezas quanto à segurança da obra do depósito, independentemente do material utilizado na construção. **Essa população demonstra preocupações “quanto ao material realmente poder conter em seu interior os rejeitos radioativos, colocando em dúvida a veracidade dos fatos e em xeque a integridade física da obra”**, atesta o estudo de Elaine. Além disso, **“paira também no imaginário das pessoas a possibilidade de a engenharia adotada não conseguir durar através do tempo”**. “Para essas pessoas, são necessárias mais garantias”, afirma a pesquisadora no texto.

O estudo revela ainda que os riscos não são descartados pelos moradores quando relacionados à saúde da população do município. Nos relatos dos entrevistados, surgem descrições sobre danos à saúde da população da cidade. **A incerteza quanto à suposta relação entre os casos relatados e a proximidade com o depósito de entulho radioativo**, segundo Elaine atesta no trabalho, **“pode ser gerada pelo fato de as informações serem imperfeitas ou imprecisas, sugerindo a necessidade de uma investigação justa e correta em busca da verdade”**.

As respostas da população pesquisada apontam que há dúvidas e medos em relação à possibilidade de ocorrerem danos à saúde da comunidade local. **Os entrevistados questionam possíveis efeitos que poderiam causar deformações genéticas, doenças e morte, colocando em risco as crianças do município.** “Talvez uma aferição dos dados satisfizesse os indivíduos envolvidos”, sugere a responsável pelo estudo.

**Durante as entrevistas, moradores de Abadia relataram “o papel devastador” para a economia local em decorrência da transferência dos rejeitos do Césio-137 para a cidade.** Elaine destaca, dentre os impactos negativos, a queda acentuada dos valores de venda da produção agrícola e de manufaturados, impactos esses que se estenderam ao setor imobiliário, com redução do preço dos imóveis e baixa procura no setor turístico.

**Quando a tragédia com o Césio completou duas décadas, em 2007, o então prefeito de Abadia de Goiás, Antomar Moreira, manifestou concordância com a avaliação dos moradores e cobrou uma compensação mais justa para o município** por abrigar em suas terras os rejeitos do desastre de 87.

**A Lei Ordinária Federal nº 10.308/01 definiu os valores a serem repassados à administração municipal de Abadia, até o ano de 2047.** É o equivalente a cerca de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) anuais. “Falar que isso é uma compensação por termos em nossa cidade uma bomba-relógio radioativa é uma vergonha”, frisou o prefeito, que ainda acrescentou: “Isso dá 0,50 centavos por habitante. Um absurdo”.

Criada em setembro de 2007, a **“Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara de Vereadores de Abadia de Goiás”** teve como um dos seus objetivos majorar o valor desse repasse.

Entrevistado, o vereador Antenor Alves, membro da comissão, ressaltou que a área de cerca de 35 (trinta e cinco) alqueires, ocupada pelo **CRCN-CO**, dificulta o

desenvolvimento do município (“O Popular”, 26 de setembro de 2007).

### 3.7 A CRIAÇÃO DO NIPAC (DA PUC-GO)

Quando do **lançamento do NIPAC - NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS SOBRE O ACIDENTE COM O CÉSIO 137** -, da PUC – GO, no dia 18 de setembro de 2009, o japonês “seu” Morita (Sr. Morita, policial militar sobrevivente da bomba atômica em Hiroshima), presente ao lançamento, juntamente com a Associação dos sobreviventes dessa catástrofe histórica, **destacou sua convicção contrária ao uso do nuclear (a tecnologia, os armamentos, como fonte geradora de energia etc.)**. Mais recentemente (em abril de 2011, logo após os desastres de Fukushima e Sendai, no Japão etc.), “seu” Morita deu uma entrevista histórica à Globonews, num especial sobre as tragédias de Chernobyl, na Ucrânia; do Césio, em Goiânia; e de Fukushima, no Japão, em que mais uma vez reafirmou o seu posicionamento absolutamente contrário ao uso de qualquer tecnologia nuclear.

**Autor do projeto do NIPAC, o psicólogo e professor da PUC-GO, Júlio de Oliveira Nascimento**, tinha como uma de suas ideias norteadoras trabalhar pela reunião e unificação dos dados e informações disponíveis sobre o Césio-137 em um mesmo banco informatizado de dados, que seria implantado no Núcleo, a despeito de a antiga SULEIDE (atual “C.A.R.A”) já possuir o seu próprio banco de dados.

Na página 03 da **JUSTIFICATIVA ao “PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS SOBRE O ACIDENTE COM O CÉSIO-137”**, lançado em agosto de 2007 (data em que passou uma instigante edição especial do extinto programa “Linha Direta”, da Rede Globo), o Prof. Júlio observa que

(...) Os relatos das vítimas precisam ser assumidos com respeito pelo poder público como possíveis fontes de dados para pesquisa, as pressões políticas exercidas sobre os homens e mulheres de ciência precisam cessar a fim de que se possa fazer fluir a verdade em sua inteireza.

Esses direitos e necessidades, todavia, não serão reconhecidos e assumidos espontaneamente pelo governo. Ao contrário, tem sido na inércia, na desinformação e na desqualificação dos relatos das vítimas e testemunhas oculares da tragédia que ele tem procurado apagar a memória do acidente.

Essa desqualificação, reiterada sistematicamente pela CNEN, baseada em seus dogmas e “certezas”, evoca uma questão epistemológica que, certamente, seus cientistas, desprovidos da humildade socrática, menosprezam, mas que o filósofo **Gaston Bachelard** enuncia solenemente: **“O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão”**.

Com efeito, a Teoria Quântica, através do Princípio da Incerteza, deixa claros os limites do conhecimento humano sobre a realidade, dado que nunca temos o controle de todos os elementos de um sistema que pretendemos conhecer. Assim, diante da complexidade e da imprecisão inerentes à própria realidade, a atitude mais sensata seria considerar seriamente todos os saberes que possam contribuir para o entendimento das conseqüências do acidente com o Césio-137, inclusive o das vítimas, ainda que estas não consigam traduzir seus relatos na forma de uma teoria.

Nestes termos, a construção de um saber coerente com os novos paradigmas da ciência contemporânea supõe que sejam deixados de lado os dogmatismos ultrapassados, e que, baseando-se as pesquisas na maior diversidade e conexão de dados possível, os resultados sejam corajosamente assumidos, ainda que contrariem a versão oficial.

A academia, por vocação natural, é o lugar onde este desafio intelectual e político deve ser enfrentado. A **UCG, uma das instituições de ensino superior mais antigas de Goiás**, devido ao seu caráter comunitário e confessional, e à estrutura científica que possui, é o espaço acadêmico mais apropriado para sediar este projeto que já foi, inclusive, objeto de **convênio entre ela e a Associação das Vítimas do Césio-137 em 1994**.

Nestes 20 anos, muitos estudos, em diversas áreas, foram e estão sendo realizados. Todavia, embora de grande mérito, esses saberes encontram-se dispersos, fazendo-se necessário reuni-los em um grande e sistemático banco de dados, bem como promover estudos interdisciplinares que possibilitem uma visão mais completa e de conjunto acerca dos inúmeros problemas gerados pelo acidente em questão, capaz não só de fazer avançar as diversas ciências implicadas, como também de fornecer dados úteis para a resolução dos problemas enfrentados pelas vítimas, e à proposição de políticas públicas de prevenção e redução de futuros danos que o acidente possa acarretar à sociedade goiana.

**Assumido pela UCG, este projeto abrangerá atividades inerentes à pesquisa e à extensão, envolvendo, além do JUR, diversos departamentos da UCG, com efeitos benéficos sobre a melhoria da qualidade do ensino de graduação nas áreas envolvidas. Além disso, diversos cursos de pós-graduação serão diretamente beneficiados pelos estudos avançados a que terão acesso, e que também ajudarão a realizar.**

**Daí a importância da criação, na UCG, de uma estrutura institucional que viabilize esta grande e urgente tarefa de reunir dados das diversas pesquisas existentes, facilitando e estimulando a formação de uma comunidade científica de estudos sobre o acidente de Goiânia.** Unindo suas pesquisas às de outras instituições locais, nacionais e internacionais, a UCG, através do **Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Acidente com o Césio-137**, pode implementar uma política de pesquisa e buscar, de forma compartilhada, recursos externos para viabilizá-la.

**Vale lembrar, a esse respeito, que o acidente de Goiânia sempre constituiu foco de interesse científico internacional e, no passado, motivou a vinda de recursos do exterior para assistência e pesquisa. Assim, bons projetos e intercâmbios poderão voltar a atrair a atenção de agências financiadoras.**

No que concerne ao fato de a UCG sediar o Núcleo, não se trata de monopólio, mas de uma iniciativa no sentido de fazer surgir um esforço coletivo sistemático e permanente, até agora não levado a efeito, compatível com a magnitude, as conseqüências e o significado do acidente com o Césio-137 (...).

Sem dúvida alguma, seria muito interessante, porque ainda há muito preconceito e desinformação permeando a questão.

Consultado pela reportagem da revista **“Centro-Oeste S/A, de Brasília para**

o Brasil”, o ex-coordenador de projetos da SULEIDE, Hildeth Pereira de Oliveira Souza (um estudioso do assunto, além de conhecido de muitos anos do Prof. Júlio), declarou, nas páginas 37 e 38 da edição de dezembro de 2007, que **“há alguns aspectos que ilustram bem essa situação”**.

Palestrante para grupos diversificados, como técnicos ou estudantes, ele relata uma passagem, ocorrida em setembro de 2007, quando o acidente completou exatos vinte anos. “Eu falei com duas turmas de alunos que iriam prestar vestibular, 60 (sessenta) alunos que estudavam a duas quadras da SULEIDE”, no Setor Aeroporto, conta o técnico e também professor das **Faculdades OBJETIVO**.

**Perguntei se sabiam onde fica a instituição criada para cuidar de radiocidentados, em Goiânia; apenas um levantou a mão, no meio de 60. Isso, depois de dois meses de mídia falando no assunto, todos os dias, no Jornal Nacional, no Jornal da Band, no SBT etc.**

### 3.8 O PAPEL DA (EXTINTA) SULEIDE (ATUAL “C.A.R.A”)

Em resposta às demandas surgidas com o desastre, **o Governo de Goiás criou, ainda em dezembro de 1987, a Fundação Leide das Neves Ferreira**, para prestar assistências médica e social às vítimas, realizar estudos epidemiológicos sobre os efeitos da radiação, promover programas de vigilância ecológica, implantar programas de pesquisa em Física e Medicina (nucleares), capacitar pessoal técnico, adequar pessoal próprio para atuar como referência em outros centros urbanos, coordenar programas de divulgação para reverter a imagem negativa que se abateu sobre Goiânia e Goiás e, ainda, articular e coordenar intercâmbios científicos e de trabalho com instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e internacionais.

**Na época, chegou a ser criticado o fato de a Fundação ter sido criada “da noite para o dia”, e sem a autorização dos pais da menina Leide (Ivo Alves Ferreira e Lourdes das Neves Ferreira) para que o nome dela fosse usado para designar a instituição.**

Formaram a idéia de uma fundação, criaram os estatutos, e colocaram o nome de “Fundação Leide das Neves”, em homenagem à vítima-símbolo da tragédia com o Césio 137, mas não pediram autorização aos pais da menina para usarem o nome dela, o que os deixou, naquele momento, muito magoados. **No dia 28/01/1988, esta foi a declaração de Ivo Alves Ferreira, pai da garotinha, sobre o assunto: “(...) Ninguém me pediu para colocar o nome de Leide das Neves na Fundação” (BORGES, 2003, p. 102).**

Já no ano de 1999, essa Fundação Pública Estadual (FUNLEIDE) é convertida na “Superintendência Estadual” SULEIDE (“desconcentração administrativa”, que tornou o Estado de Goiás sucessor jurídico da Fundação outrora criada por ele, via Superintendência Leide das Neves Ferreira, subordinada ao “órgão” Secretaria Estadual de Saúde), com a assunção, mais tarde (em 2003), das atribuições de pensar “a ciência, a tecnologia e a inovação em saúde”.

**Mas o trabalho de assistencialismo e atendimento em saúde continuou como carro-chefe da Superintendência até pelo menos 2008, enquanto o tal “Centro de Referência”, previsto em lei e (também) sugerido pelo Ministério da Saúde (em Nota Técnica), ainda não se tornou realidade.**

Depois disso, e mais recentemente (a partir de 2011), a instituição passou a se chamar “C.A.R.A” (“Centro de Assistência aos Radioacidentados”). Porém, o atendimento e - principalmente - o fornecimento de medicamentos continuam em situação de flagrante – e estarrecedor – descaso.

Algum tempo antes disso, quando da entrevista com o **médico José Ferreira Silva**, em outubro de 2007, ele respondia interinamente pela SULEIDE havia mais de cinco meses. Sem a nomeação (um simples ato político-administrativo), ele também não recebia salário, e estava prestes a deixar o cargo, para retomar as atividades profissionais como cirurgião.

Na época, questionado sobre as reclamações de que várias pessoas chegaram a ficar quase um ano sem receber os remédios necessários (e devidos, já que a SULEIDE era obrigada a repassá-los), o médico explicou que o problema vem da estrutura burocrática legal. “Até o ano passado (2006), uma empresa, que tinha sido licitada, manteve o nosso atendimento. Porém, quando expirou o prazo da licitação, essa empresa falou que não participaria mais”.

Depois disso, nenhuma outra empresa teve interesse em fornecer os medicamentos, “porque a quantidade é pequena, muito variada, sob condições (de entrega) muito exigentes”.

Por lei, a SULEIDE era obrigada a fornecer os remédios, mas proibida de manter medicamentos em estoque, por não ser (e nem ter) uma farmácia. “Nós tivemos um punhado de remédios que nós programamos – para o paciente que tem, por exemplo, hipertensão –, e conseguimos comprar, de uma vez, uma série de medicações, e guardamos aqui. O conselho de Farmácia já veio aqui e nos autuou. Viu a situação?”, ilustrou o médico.

Ainda em 2007, a **Secretaria Estadual de Saúde** vinha comprando os **medicamentos de forma paliativa**. José Ferreira Silva sugeria uma mudança na lei que trata do assunto (o que, obviamente, precisaria passar pela **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**) para que a SULEIDE tivesse **previsão orçamentária** para a compra desses remédios, já que as farmácias populares, mantidas pelo Ministério da Saúde, nem sempre dispõem de todos os tipos necessários.

É bem verdade que, com a reforma administrativa estadual de 1999 (reforma da estrutura do **Poder Executivo Estadual**, em novembro de 1999), o atendimento aos radioacidentados passou a ser feito também pelo **HGG, hospital público mais próximo à SULEIDE**, mas mesmo assim revela um desconhecimento (ignorância) profundo quanto às questões de Goiás.

**A CNEN é uma autarquia federal - ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia - que regulamenta e fiscaliza a distribuição e execução de “produtos radioativos”.** Impulsionada pela Lei (Ordinária) Federal nº 4.118, de 1962, que dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, a entidade, também vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é responsável, dentre outras funções, por emitir normas, licenças e autorizações relativas a instalações nucleares; posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear; comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares.

Segundo o “Boletim Especial nº 1, de abril de 1977, do Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Poluição Nuclear”, da Sociedade Brasileira de Física,

“A CNEN foi desmembrada do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) em 1956, passando a subordinar-se diretamente à Presidência da República. Até então havia a Comissão de Energia Nuclear no CNPq, e data dessa época a histórica administração do almirante Álvaro Alberto, que teve importantes atos de independência no sentido de desenvolver a tecnologia nuclear brasileira e que, por isso, enfrentou forte pressão internacional.

Coube à CNEN, desde a sua criação, a responsabilidade pela direção da política nuclear nacional, e passou a ter a prerrogativa de regular a segurança concernente ao uso da radiação e dos materiais nucleares, e da construção e operação de instalações para produção de energia nuclear ou para sua aplicação. Em 1967, a CNEN passou a se subordinar ao Ministério de Minas e Energia, e em 1968 o governo brasileiro decidiu construir a primeira usina nuclear no País, optando pela linha dos reatores a urânio enriquecido norte-americanos.

Para a construção da primeira usina nuclear, equipada com reator Westinghouse em Angra dos Reis (Angra I), a CNEN delegou parte de suas atribuições à ELETROBRÁS, por meio de um convênio.

Em 1971, foi criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear



(CBTN), uma empresa estatal para atividades industriais nucleares. Em 1974, essa empresa deu lugar à NUCLEBRÁS – a quem é presentemente afeta a execução do Acordo Nuclear com a Alemanha, para o que foram criadas as diversas empresas subsidiárias, algumas das quais germânico-brasileiras.

A CNEN manteve suas atribuições de ente normativo e fiscalizador, e a ela cabem as funções superiores na área do licenciamento e da segurança dos reatores.

Já a Lei Federal nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, especificou que a União exercerá o monopólio nas questões que envolvam energia nuclear por meio da CNEN e da NUCLEBRÁS. À primeira couberam a orientação, o planejamento, a supervisão, a fiscalização e a pesquisa científica. À NUCLEBRÁS e suas subsidiárias coube o exercício do papel de execução. Portanto, a NUCLEBRÁS é, no Brasil, uma das empresas que mais possuem conhecimentos e competências no domínio da radioatividade.

A divisão das atribuições no setor da geração termo-nuclear de energia elétrica está assim estabelecida no Brasil:

CNEN – autarquia federal – ente normativo, licenciador e fiscalizador;

NUCLEBRÁS - empresa estatal, com subsidiárias, algumas germânico-brasileiras - fabricante de reatores e do combustível nuclear (em projeto);

ELETROBRÁS - empresa estatal, com subsidiárias (como Furnas) – empresa de energia elétrica, utilizadora das centrais nucleares.

Todas as três são ligadas ao organograma do Ministério de Minas e Energia, sendo a CNEN a menos beneficiada em recursos e meios disponíveis, bem como em autonomia de decisão, por ser uma autarquia regida pelo estatuto mais rígido do funcionalismo público federal. Devido a esse problema, parte do pessoal técnico da CNEN é cedida pela NUCLEBRÁS. Certamente a estrutura atual da CNEN dificulta a execução da multiplicidade de tarefas que ela terá de desempenhar com a implantação do Acordo Nuclear” (Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Poluição Nuclear, da Sociedade Brasileira de Física, 1977, páginas 35 e 36).

Os dados “oficiais” disponibilizados pela instituição informam que a CNEN monitorou 112.800 (cento e doze mil e oitocentas) pessoas em Goiânia, identificando 249 (duzentas e quarenta e nove) pessoas com nível de contaminação acima do normal. Como é sabido, pelo menos vinte foram hospitalizadas, sendo que uma delas **(Roberto Santos, na época com 21 anos) teve o antebraço direito amputado e 4 (quatro)<sup>20</sup> faleceram, num primeiro momento.**”

---

20 – Quatro é o número oficial de vítimas fatais reconhecidas pelo Estado, no primeiro ano, como diretamente relacionadas com o Césio 137. Mas é óbvio que a morte de diversas outras pessoas – que, já nos primeiros instantes após a descoberta do desastre, trabalharam na remoção e na descontaminação das áreas mais atingidas etc. - aponta para um provável efeito maléfico (nefasto) da radioatividade no organismo. É o caso de bombeiros, garis, policiais militares, funcionários do (antigo) CRISA e demais trabalhadores que foram convidados ou convocados para ajudar nos trabalhos de contenção “de um vazamento de gás” no Setor Aeroporto, e depois tiveram (apareceram com) tumores raros (“O POPULAR”, edição de 29 de setembro de 2000).

### 3.8.1 Assistência Médica e Inserção Social

O medo do desconhecido e o **pânico** causado pelo ineditismo do acidente com um elemento químico chegaram a tal ponto que, quando as duas primeiras vítimas faleceram, os patologistas do **Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro**, se recusaram a realizar as necrópsias devido ao risco de contaminação. O **Departamento de Medicina legal da Universidade de Campinas (UNICAMP)** foi convidado a participar como órgão pericial oficial no caso, ocasião em que foram assessorados por físicos da CNEN.



**Figura 10:** Túmulos das quatro primeiras vítimas fatais do acidente.

Ainda em **julho de 2002**, durante uma **reunião da AV-Césio (Associação das Vítimas do Acidente com o Césio)** por ele presidida, **Odesson Alves Ferreira, líder dos radioacidentados - e tio da menina Leide das Neves (mártir de toda a tragédia) -**, **problematizou a questão da “ajuda” oficial (estatal) às vítimas.**

Na ocasião, um dos pontos levantados por ele foi a extinção da antiga FUNLEIDE (Fundação Leide das Neves Ferreira) e a implantação da SULEIDE (Superintendência Leide das Neves). Segundo Odesson, não foi apenas uma mudança de nome. Na FUNLEIDE, as vítimas recebiam tratamento especializado, com equipe de médicos formada especialmente para o atendimento naquelas circunstâncias peculiares - equipe essa que contava ainda com psicólogos próprios e rede de assistência social.

**“Com a mudança para ‘SULEIDE’”, disse Odesson,**

**Tudo mudou pra pior. A gente tinha um atendimento especializado, um atendimento próprio, único e exclusivo para as vítimas do Césio, e hoje não, todas as vítimas oficiais - mais de quinhentas pessoas - foram jogadas para o HGG (Hospital Geral de Goiânia), onde não há a mínima estrutura preparada para esse pessoal. Infelizmente, trata-se de um grupo diferenciado, é um grupo que merece cuidados especiais, e o hospital não agrega condições para isso. Não por incapacidade médica, mas por falta de estrutura.**

E, ao final da assembleia, Odesson avaliou ainda que o governo estava querendo “sair do jogo” e “abandoná-los” (as vítimas do Césio-137). Tal posição é acompanhada por **Luiza Odet Mota dos Santos, prima de Devair Alves Ferreira e irmã, por parte de mãe, de Lourdes das Neves Ferreira, mãe da menina Leide: “(...) Os responsáveis pelo acidente (no caso, o Poder Público) estão tirando o corpo fora”** (BORGES, 2003, p. 108).

Na opinião dela, a **avaliação clínica e psicológica feita com as vítimas em 03/05/2002** serviu para o **Governo Estadual** respaldar uma intenção antiga, de “descartar” as vítimas do acidente radiativo. **“Vão fazer isso jogando a gente no HGG. Na mão de pessoas estranhas, tem muita gente que vai ficar ainda mais doente e morrer mais rápido, que é exatamente o que eles querem”**, denunciou **Luiza Odet**.

Essa declaração (denúncia) encontra eco também na **ex-presidente da AV-CÉSIO, Terezinha Nunes Fabiano, que, em artigo, explicou bem a dor na alma de quem é vítima da radioatividade:**

Passaram-se anos de um pesadelo constante que, no dia-a-dia de cada um, ficou como um animal faminto, à espreita da presa, prestes a dar seu bote fatal. São dias contados e, na acepção da palavra, bem vividos como se fossem os últimos. Às vezes muito sofridos e às vezes mais pontuados por fatos que esporadicamente acontecem, trazendo uma pausa para tanto sofrimento.

Esquecer, impossível, quando tantas famílias choram seu ser amado, que se foi por uma causa sem justificativa. E quantos ainda estão nos obrigando à amarga lembrança com suas mutilações ou feridas.

E a **antropóloga Suzane de Alencar Vieira**, depois de publicar o livro **“Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas”**, baseado na dissertação de mestrado defendida em 2010 na UNICAMP, declarou (ao Jornal Opção):

“Foi muito difícil escrever sobre o evento. Exatamente por sempre esbarrar na convenção objetiva da linguagem técnico-científica (acadêmica). E ela é uma cilada, na verdade, pois parte do princípio (pressuposto) de que existe

alguém que tenha uma verdade única e que seja capaz de enunciá-la (...)."

### 3.8.2 Memória Negligenciada

Reportagem da edição de 15 de setembro de 2007 do jornal "O Popular" chamou a atenção para um fato muito preocupante: **"o risco de se perder o acervo de prontuários de pacientes, fotos, filmes e artigos científicos guardados de forma inadequada na SULEIDE"**.

De fato, parte da memória oficial do desastre de 1987 esteve guardada durante muito tempo em condições bastante inapropriadas em uma sala no segundo andar dessa instituição localizada à Rua 16-A, no Setor Aeroporto, onde funcionava a **Vigilância Sanitária Estadual**. Trata-se de uma **"história ameaçada"**, já que muitos desses dados sofreram danos.

Milhares de fotos, filmes, slides, documentos em papel, artigos científicos e prontuários de pacientes (feitos à época) permaneceram dispostos em prateleiras improvisadas (alguns em caixas de plástico e outros soltos).

A sala tem um tamanho razoável e é arejada, mas está longe de reunir as condições para guardar – e preservar – um material histórico tão importante e relevante. A reportagem aponta, inclusive, que **"as condições já foram piores"**:

Uma professora que está organizando o acervo conta que muitos documentos foram danificados, alguns irremediavelmente. Como em outros aspectos da organização da SULEIDE, sobra boa vontade para organizar e conservar o material, mas falta a estrutura mínima ("O POPULAR", 2007, p. 9).

**O superintendente da SULEIDE à época, pediatra José Ferreira da Silva, responsável pelo atendimento de filhos dos grupos 1 e 2 de radioacidentados (muitos deles hoje casados e pais de outros filhos), ficou surpreso e comovido quando, na tarde do dia 13 de setembro de 2007, mostrou à reportagem de "O Popular" a modesta sala de documentação da instituição.**

Folheando álbuns com fotos amareladas pelo tempo, ele apontava um a um os ex-pacientes dele em fotos antigas, lembrando-se das histórias de uma época em que o contato das vítimas - e dos descendentes delas - com os profissionais e a instituição era bem mais estreito. **"As pessoas precisam ver isto para saber como era na época", repetia Ferreira.**

Já em outra reportagem de “O Popular”, de 22 de setembro de 2008 (pouco mais de um ano depois), apareceu a “preocupação de autoridades e cientistas, que temem prejuízo ao acompanhamento dos efeitos da radiação no organismo”.

Segundo essa (outra) reportagem, **“verificou-se que, de 2003 (início do segundo mandato consecutivo de Marconi Perillo) a 2008, parte dos dados dos pacientes expostos à radiação durante o desastre com o Césio-137 foi perdida”**.

E, por tratar-se do maior acidente radioativo em área urbana do planeta - e pelo fato de que as pesquisas sobre o efeito da exposição ao Césio não foram concluídas -, **a situação é mesmo muito preocupante**.

**Em 2003, as deficiências da SULEIDE ficaram evidentes**. Foi nessa época que as autoridades optaram pelo atendimento às vítimas na rede de saúde convencional. A maior parte dos atendimentos passou a ocorrer no **Hospital Geral de Goiânia (HGG)**.

Mas, de acordo com essa mesma reportagem de 22 de setembro de 2008, tanto gestores da Saúde no Estado de Goiás quanto as vítimas dizem que o monitoramento dos radioacidentados é deficiente. **“O banco de dados dos pacientes foi seriamente comprometido”**, confirmou o **então secretário estadual de Saúde, Hélio de Sousa**, que anunciou mudanças na assistência às vítimas.

**“Eles querem esquecer”**, disse **Odesson**, em 2012, como presidente da Associação das Vítimas do Césio, durante as manifestações sobre os vinte e cinco anos da catástrofe. **A opinião é compartilhada pela antropóloga Telma Camargo, que, em sua tese de doutorado, aborda o esforço generalizado para negar a memória e diminuir a importância do acidente**. Diante desse diagnóstico, concluiu-se que novo desastre se anuncia, agora destruindo a história e a pedagogia do acidente. Se não nos lembramos das consequências do fazer errado, corremos o risco de errar novamente.

**Com efeito, é mesmo desolador ver a memória oficial da catástrofe com o Césio-137 guardada em condições tão inadequadas**.

### 3.8.3 Cuba

Na entrevista ao jornal “O Popular” de **15 de setembro de 2007**, o **então no-**

vo superintendente (da SULEIDE) José Ferreira da Silva procurou pelo álbum com fotos dos médicos e pacientes em Cuba, para onde eles haviam sido enviados em tratamento em 1992 (no segundo governo estadual de Iris Rezende Machado), mas o álbum não estava identificado. As fotos de Cuba estavam misturadas em álbuns com outros assuntos.

A constatação visível era de falta de uma catalogação eficiente e de instalações adequadas. **“O material está no melhor lugar do prédio, onde não há risco de danos por problemas hidráulico ou elétrico, por exemplo”, disse Ferreira,** reconhecendo, todavia, faltar uma estrutura à altura da importância histórica do material.

Nesse ano de 2007, havia um projeto para a manutenção do acervo aprovado pelo governo federal, no valor total de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). **A parte da União, de 90% (ou oitenta e cinco mil e quinhentos reais) já fora depositada, via Secretaria de Ciência e Tecnologia,** mas ainda faltava a contrapartida do Estado de Goiás, de 10%, ou R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

José Ferreira da Silva ponderou ainda que, com esses recursos, seria possível fazer a correta manutenção do acervo, ao menos emergencialmente.

A edição de 14 de setembro de 2007 do *Diário Oficial do Estado de Goiás* trouxe um decreto baixado pelo então governador Alcides Rodrigues, assinado no dia 11 (de setembro de 2007), exonerando a médica oncologista **Maria Paula Curado do cargo de titular da SULEIDE.** Havia oito anos que Maria Paula dirigia a instituição, que é ligada à **Secretaria Estadual de Saúde.** A exoneração ocorreu a pedido da própria médica, **que se transferiu para a França** para coordenar o serviço de notificação de câncer da **Organização Mundial da Saúde (OMS).**

**Na ocasião, o (então) presidente da AV-Césio, Odesson Alves Ferreira, disse que muitos membros estavam insatisfeitos com a gestão de Maria Paula. Uma das críticas era a de que, mesmo apontada como competente, “Maria Paula absorvia orientações políticas (do governo)”.**

Assim, José Ferreira ficou como interino no cargo até ser substituído pelo médico Zacharias Calil Hamu. **“Estamos correndo atrás do que se perdeu nesse período”, afirmou Zacharias Hamu, depois de assumir a superintendência.**

## 3.8.4 O Não Reconhecimento



Figura 11: Reportagem de 1997 informando que, 10 (dez) anos depois do acidente, o Césio-137 continuava fazendo vítimas.

O conteúdo narrado abaixo, da lavra da **jornalista Silvana Bittencourt**, em **artigo publicado na edição do dia 28 de outubro de 2011, em “O Popular”, com o título “Que Césio?”**, exprime bem o teor do esquecimento calculado e a falta de informações e debates persistentes sobre a tragédia:

- “Césio ? O que é isso ?
- É aquela substância do pozinho azul.
- Ah, sei”.

A pergunta de um adolescente de 13 anos, ao ser provocado a falar sobre o assunto, me confirmou uma suspeita temerária: o acidente com o Césio 137 está se apagando da memória. Foram-se 24 anos desde então. Muita gente que vivia em Goiânia na época, setembro de 1987, já se esqueceu de personagens e detalhes do episódio; outros que ainda não haviam nascido ouviram falar de alguma coisa sobre a tragédia durante um trabalho escolar ou um programa de TV. As lembranças vão se tornando distantes, mas a dor só aumenta – cada vez mais invisíveis, as vítimas da radiação se queixam de que estão ainda mais abandonadas e mais doentes. E parece haver mesmo uma intenção de que o acidente seja esquecido. No

Centro de Assistência aos Radioacidentados (“CARA”), documentos históricos, fotografias, prontuários e gravações são ameaçados pela umidade e por brocas, em razão da falta de higienização e restauração do acervo. Sem espaço adequado, o material contábil do órgão foi parar em um banheiro desativado. O Museu do Césio, que há dois anos teve direito até a lançamento de pedra fundamental e outdoor, ficou só no “blábláblá”, conforme revelou reportagem de Carla Borges no POPULAR. No lote da Rua 57, onde ele seria construído, restou o monumento ao descaso: a armação de madeira e metal, resquícios da propaganda da obra.

Como se sabe, a **capital do Estado de Goiás** foi transferida da cidade de Goiás para Goiânia, uma cidade planejada e construída durante os anos trinta. O governante à época, **Pedro Ludovico Teixeira – um médico -, usou um “argumento sanitário” para conseguir apoio para o seu empreendimento** (CAMPOS, 1980, 1996, 1999; FREITAS, 1999). Assim, a cidade de Goiânia emerge da associação entre o saber médico, empregado como estratégia de poder, e o planejamento urbano: uma cidade ideal concebida como “um lócus privilegiado de saúde” (FREITAS, 1999:239-240).

Goiânia não atendeu às expectativas de oferecer aos seus habitantes o idealizado meio-ambiente saudável como estabelecido no plano original (concebido por **Attílio Corrêa Lima e Armando de Godoy**) de construção da cidade (FREITAS, 1999: 271- 273; 283).

No entanto, a ideologia de um meio ambiente limpo permanece e ressurgue frequentemente nos comentários de seus habitantes sobre a arborização da cidade. O desastre radioativo de 1987 ameaçou destruir este ideal. Para confrontar a emergência radiológica e reafirmar Goiânia como um “lócus” de saúde, a aliança estabelecida, em 1930, entre o poder governamental e o saber médico precisou ser renovada com a participação de diferentes atores sociais e objetivos. Junto com o controle da radiação e os esforços para a descontaminação física, a nova aliança empreendeu um outro processo de purificação: o da limpeza simbólica. **O argumento sanitário de 1930 foi substituído pelo “processo sanitário” (processo de purificação), que teve dois objetivos: a) domesticar a percepção do dano e dos riscos radioativos; b) lutar pelo restabelecimento de Goiânia como uma cidade saudável e limpa.**

**Para realizar esse empreendimento, a aliança do governo com os especialistas se empenhou no controle da memória do desastre.** E dentro dessa perspectiva, **a purificação da cidade “suja” incluiu o “re-enquadramento” da**



**poluição** (DOUGLAS, 1976:12). Segundo o entendimento governamental, isso se deu mediante a efetivação de várias medidas interconectadas, como a classificação e o mapeamento de indivíduos e lugares contaminados por meio de categorias inalteráveis, e a demarcação e o controle do que lembrar, de quem (lembrar) e de como lembrar a experiência do desastre.

Desse modo, a nova aliança controlou a radiação ao mesmo tempo em que se esforçou para transformar o desastre, um elemento de desordem, num evento ordenado tanto em termos funcionais quanto na perspectiva simbólica. De acordo com os analistas mais críticos das medidas adotadas para sustentar esse processo, várias ações foram empreendidas durante dez anos (1987 até a entrega do depósito definitivo de Abadia, em 1997) com o objetivo de contenção do desastre. Por exemplo: **o congelamento do registro das vítimas; o encobrimento dos clamores da população afetada**; a interferência no “**built environment**” (HARVEY 1989:4); o ensino dos benefícios do uso da radiação; e a proclamação, por parte da CNEN, da segurança da tecnologia nuclear. Para esses críticos, o controle do desastre envolveu o esquecimento forjado de seus sinais visíveis e de suas danosas consequências.

**As novas alegações de sofrimento relacionado à radiação que emergem ao longo do tempo são deslegitimadas no processo de contenção simbólica do desastre. Assim, a população afetada é mantida aos números definidos em 1987**, ou seja, 249 (duzentos e quarenta e nove) indivíduos contaminados. O governo e os peritos nucleares fizeram uso do saber médico nesse processo de filtro das experiências e lembranças dos sobreviventes, como aconteceu com os chamados “**policiais do Césio**”. No primeiro semestre de 1997, a mídia goiana divulgou relatos de policiais militares que associavam suas doenças inexplicáveis a uma causa comum - o contato com a radiação. As narrativas apontavam para uma mesma experiência de trabalho: a atuação na guarda do **Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos de Abadia de Goiás** e/ou em áreas definidas pela CNEN como focos de radiação. Esses indivíduos se mobilizaram e tiveram o apoio da **Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar de Goiás** e de alguns parlamentares. Em abril de 1997, 128 (cento e vinte e oito) nomes constavam da lista organizada pelo movimento. A CNEN, preocupada com a repercussão dessas denúncias de contaminação nos meses que antecederiam a inauguração do **Depósito Definitivo de Rejeitos Radioativo**, se fez presente nesses debates na tentativa de descaracterizar o nexo

causal entre as doenças dos PM's e a radiação. A instituição convocou o sistema perito nuclear, e uma comissão médica formada por profissionais ligados à CNEN e à FUNLEIDE foi constituída. Após examinar 155 PM's no período de dois dias, a comissão concluiu que “as manifestações acusadas não são de natureza associativa com a exposição ionizante.” (Relatório de avaliação médica de militares da **Polícia Militar do Estado de Goiás**, *apud* DA SILVA, 1998).

Como vários autores procuram(os) demonstrar, a memória oficial insiste em restringir (“conter”) as mortes causadas pelo desastre, limitando o seu número àqueles óbitos ocorridos em 1987. Ou seja, quatro. Dessa forma, quando Devair Alves Ferreira, o dono do ferro-velho 1 - onde terminou de ser aberta a “marmita” ainda contendo a maior parte do “**Pó de Césio**” - e uma das pessoas mais contaminadas na tragédia, faleceu em maio de 1994, o relatório médico oficial atestou como *causa mortis* a cirrose. Esse relatório foi publicamente contestado pelo **médico coronel Vasco Martins Cardoso**, ex-diretor do departamento de saúde do **Hospital da Polícia Militar**, e que trabalhou durante a fase emergencial do desastre. Para desautorizar sua afirmação, os representantes da CNEN declararam que os médicos desta instituição eram os únicos a ter o conhecimento científico necessário para se pronunciar sobre a saúde dos radioacidentados.

Número 16 (dezesesseis) da relação de vítimas do acidente com o Césio-137 reconhecidas por força da **Lei Estadual nº 14.226, de 2002**, o sargento Antônio Folha Duarte, da Polícia Militar de Goiás, faleceu no dia 13 de setembro de 2007, aos 71 anos, vítima de complicações de um derrame cerebral. Mesmo tendo sido reconhecido em 2002 e tendo até recebido por cerca de dois anos, o sargento Folha, como era conhecido, faleceu sem uma promoção por ato de bravura, a qual ainda esperava receber, após duas décadas. O sargento pertencia à divisão criada especificamente por causa da tragédia, a **Companhia de Policiamento Especial (Cipolis)**, hoje **correspondente ao Batalhão Florestal** (“O POPULAR”, 17 de setembro de 2007).

As vítimas oficiais, identificadas como pacientes em decorrência da radiação - e categorizadas dentro dos grupos definidos no passado pela (extinta) FUNLEIDE - , se transformam em “corpos biomédicos”. **A instituição administra os corpos dos radioacidentados como uma forma de “controlar” a investigação científica.**

Ao ocultar da esfera pública as atuais condições de saúde das vítimas e seus sofrimentos, **a instituição “desinfeta” a cidade contaminada fazendo uso da estratégia do esquecimento programado (calculado).** Além disso, **o contínuo processo de deslegitimação de novas vítimas, o controle dos pacientes da SU-**

**LEIDE (ou “C.A.R.A”) como “corpos biomédicos”, e o coibir das atividades dos investigadores independentes expande o papel das instituições como “contêineres radioativos” (FUSTIER, 1991; NETO, 1994). O Governo de Goiás, principalmente, exerce o papel de contêiner, porque atua na “administração da memória” do desastre para encerrá-lo e, assim, “libertar” a capital goiana da radioatividade, devolvendo a ela a “condição” idealizada de cidade saudável.**

A inauguração do Centro de Cultura e Convenções de Goiânia aconteceu em 1994, mas, para os críticos, o fato de o prédio não trazer nenhuma alusão à tragédia com o Césio é negativo. Enquanto o projeto do centro recebeu apoios (político e financeiro) necessários à sua realização, o projeto de 1993, denominado **“Memorial ao Acidente Radiológico de Goiânia – Césio 137”**, não foi executado. De acordo com José de Júlio Rozental, um dos primeiros a pensar sobre a construção de um memorial, **“muitos políticos de Goiás não gostariam de associar Goiânia ao desastre e lembrar que o depósito de rejeitos radioativos se localiza na área da chamada “Grande Goiânia”**”.

Beleza, saúde, árvores e flores. O ideal sustentado pelo projeto de criação de Goiânia, durante os anos trinta, reaparece no processo de purificação dos anos 90 na medida em que a administração governamental focaliza a relação entre a natureza e o “built environment”. Influenciado pelas **experiências europeias e estadunidenses de “cidades-jardim”**, o projeto urbanístico de 1933 enfatiza a ideia de integrar indivíduos, natureza e a cidade moderna. Nessa perspectiva, o projeto original expressou a preocupação que os urbanistas tiveram com a conservação dos rios e dos bosques situados na nova área urbanizada. A **“reapropriação” feita pelo governo** (no período de 1980–1990) da natureza como elemento de bem-estar urbano desconsiderou a qualidade da água dos rios, a melhoria do sistema de esgoto e a conservação da mata nativa, e promoveu a plantação de flores no espaço urbano como expressão de sua preocupação com o meio ambiente.

**A ênfase dada pela administração municipal (do prefeito Nion Albernaz) ao cultivo de flores significou um esforço para desviar a atenção dos habitantes das áreas atingidas pela contaminação radioativa. De fato, enquanto alguns setores da cidade eram cobertos com canteiros floridos, os locais que haviam sido contaminados pela radiação permaneciam abandonados, vazios e sujos.** Mesmo assim, este entendimento de conservação da natureza, empreendido **desde 1989 pela administração municipal**, repercutiu em nível nacional. Como conse-

quência, em fins de 1995, durante o “**Terceiro Encontro Global de Ecologia Urbana**”, realizado em Campinas – SP, a **Sociedade Brasileira para a Valorização do Meio Ambiente – BIOSFERA**, uma ONG do Rio de Janeiro, concedeu à cidade de Goiânia o título de **Cidade Modelo Ambiental**.

Essa premiação **provocou controvérsias entre os ambientalistas goianos**. Alguns questionaram a adequação desse título a uma cidade onde não existe, por exemplo, um tratamento de esgoto adequado. No entanto, o título foi mantido e o governo municipal, com o apoio do setor comercial, transformou a premiação num símbolo de afirmação da nova identidade do município. Financiados pelo governo, *outdoors* com o slogan “**Goiânia - Modelo Ambiental para o Mundo**” foram espalhados por vários setores da cidade.

Essa estratégia de imprimir um novo atributo à cidade é outro elemento do processo de purificação. O anúncio da renovada identidade de Goiânia restaura à cidade o ideal proposto pelo plano original dos anos trinta: um local de saúde, com uma linguagem do final do século vinte - o discurso ambientalista.

Enquanto os setores políticos e econômicos do estado atuavam para desvincular o desastre da representação da cidade, a CNEN estava envolvida na purificação dos significados da radiação. Em 1991, a instituição estabeleceu o denominado “**Projeto Goiânia**” (TRANJAN e RABELO, 1997), com o objetivo de mudar a percepção dos habitantes da cidade em relação aos temas relacionados às atividades nucleares e, principalmente, quanto à percepção de risco relativa à radioatividade. Com a tomada de decisão por parte do governo estadual, em março de 1991, de que o Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos seria construído na mesma área onde se localizava o depósito provisório, os especialistas nucleares iniciaram uma série de ações preventivas para evitar as manifestações contrárias a essa medida. Duas ações interligadas, empreendidas em 1991, pela CNEN, foram consideradas, na perspectiva da instituição, como uma demonstração de mudança na sua forma de responder às preocupações levantadas pela população: a) a mudança do supervisor do **Distrito de Goiás da CNEN**; b) e a abertura à visitação da área onde estava o depósito provisório. Na unidade da CNEN, em Goiânia, assume então José de Júlio Rosenthal, que, como coordenador da resposta à fase emergencial do desastre, havia estabelecido uma ligação entre a instituição e a população, avaliada pela CNEN como inspiradora de confiabilidade. Assim, a indicação deste profissional foi utilizada como um elemento que deveria sinalizar aos habitantes da cidade a con-

fiança quanto à segurança da obra a ser construída (TRANJAN e RABELO, 1997: 4-5). Ao mesmo tempo, as visitas ao “Depósito Provisório de Rejeitos”, impedidas no período de janeiro de 1988 a março de 1991, passaram a ser incentivadas e promovidas. Fundamentada no entendimento de que a percepção do risco pode ser modificada por meio da informação, e de que os resultados são mais bem atingidos quando os programas são direcionados aos jovens, a CNEN estabeleceu, em 1992, um programa educacional para estudantes de primeiro e segundo graus, intitulado “**CNEN Vai às Escolas**”. Este programa objetivava ensinar as noções básicas de energia nuclear, assim como os benefícios do uso da radiação na agricultura, na medicina e na indústria. A realização do projeto incluía palestras, exibição de vídeos e visitas ao depósito (OTTO et. al., 1996).

Para a CNEN, a disseminação de informação sobre a questão nuclear e sobre a radioatividade integrava o processo de esclarecimento (e “**desmitificação**”) do risco da radioatividade, e de domesticação da situação pós-emergencial da tragédia. Também fazia parte do objetivo enfatizar o conhecimento e a capacidade dos especialistas nucleares brasileiros em conter os efeitos danosos de um desastre. Embora a edificação de um depósito permanente tivesse sido declarada imprescindível desde 1987, sua construção foi protelada e a ajuda internacional recusada para favorecer o uso de uma tecnologia brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que o “**Projeto Goiânia**” desenvolvia um programa educativo, ele reforçava um sentimento de nacionalismo que estava subjacente à posição oficial. Portanto, **na perspectiva dos peritos nucleares, o estabelecimento da memória oficial do desastre implicava a aglutinação de forças políticas para limpar os aspectos danosos da radioatividade e glorificar a competência brasileira em lidar com material radioativo contaminado.**

A inauguração do depósito permanente de rejeitos radioativos, em 05 de julho de 1997, dez anos após o reconhecimento do vazamento de radiação, é um marco decisivo no processo de estabelecimento das fronteiras da memória. Este evento simbolizou, do ponto de vista da CNEN, o momento de reintegração do drama social que a instituição empenhara-se em controlar ao longo de dez anos. A implantação dessa construção, na perspectiva da CNEN, seria um atestado para a população de Goiânia - e para a comunidade internacional -, de que o Brasil tem competência na área nuclear, inclusive no manejo das conseqüências de um desastre radioativo. Durante a solenidade de inauguração, o coordenador do projeto definiu este empreendimento como uma vitória da tecnologia e das ciências brasileiras (“O POPULAR”, 06 de Junho de 1997).

Embora o discurso assumido na esfera pública enfatize o sucesso material e tecnológico, vale ressaltar que o estabelecimento desse Centro evidencia também a realização, por parte dos peritos nucleares, da purificação simbólica que foi realizada mediante a eliminação das marcas que sinalizavam os malefícios da radiação. Primeiro, a CNEN optou pela construção de um depósito subterrâneo. Usando o saber da engenharia, **os especialistas nucleares promoveram o sepultamento (literal e simbólico) do rejeito radioativo** que até então estava em um espaço aberto. Segundo, **o uso da representação de uma área para conservação ambiental supera e engloba a idéia de um local contaminado e perigoso**. Na verdade, o “Depósito Permanente” integra o planejado **Parque Estadual** cujo objetivo é a reconstituição da flora e fauna nativa, recuperando uma área degradada. A cerimônia de inauguração aconteceu no dia mundial do meio-ambiente, 05 de junho, o que reforça a ideia do **processo de purificação**.

**Ao promover a limpeza das marcas do desastre, a CNEN estabelece os limites do que lembrar e promove as narrativas de encerramento do desastre. Nesse sentido, o ideal de Goiânia como uma cidade saudável “re-emerge” com a execução do “Projeto Goiânia”, com as ações empreendidas pelo governo local, pelo setor econômico, e pelas afirmações dos peritos nucleares. Em ambos os casos, o uso do controle da memória é o aspecto mais significativo do processo de purificação, na medida em que a saúde da cidade depende da acomodação das experiências da radioatividade e da contenção das maléficas imagens do nuclear.**

**O relato oficial do desastre utiliza o saber científico para reordenar os locais contaminados e redimensionar a “poluição simbólica”, ao mesmo tempo em que promove a representação da reivindicada competência brasileira em lidar com um desastre radioativo, vítimas e depósito de rejeitos.**

### 3.8.5 Aguardando Reparação



**Figura 12:** Roberto Santos Alves, que teve o antebraço direito amputado em razão do contato com o material radioativo.

Transcorridos mais de vinte e cinco anos da tragédia, a questão das indenizações e reparações às vítimas não avançou muito. O caso que mais se aproximou de um desfecho favorável – e o que se arrasta por mais tempo no **Judiciário** – é o dos catadores **Roberto Santos Alves (foto)** e **Wagner Mota Pereira**. Tidos por alguns como furtadores de uma peça que não lhes pertencia (ou seja, ladrões de um material que jamais deveria ter sido levado de onde estava), os dois já foram classificados socialmente de diferentes formas, conforme a fonte pesquisada e o ponto de vista adotado. Algumas das classificações são: “catadores de sucata”, “catadores de papel”, “pedintes”, “sucateiros”, etc. Ou, respectivamente, “biscateiro”, “reciclador de lanternas de automóveis” (no caso do primeiro); e “caminhoneiro”, “motorista da ‘**Casa do Colegial**’” (no caso do segundo).

Também chamados de “meliantes”, “catadores de lixo”, jovens “sem ocupação definida”, e até como “mendigos” (sobretudo pela imprensa mais afoita e desinformada), eles protocolizaram ação indenizatória por danos materiais no ano seguinte ao da tragédia.

Hoje há quase um consenso, entre os leigos, de que a peça por eles levada era o que se poderia chamar, em Direito, de *res nullius*, ou “**coisa de ninguém**”, e eles mesmos nunca avaliaram que o que fizeram foi a prática de um furto, mas sim o recolhimento de um material (cabeçote) inutilizado e abandonado havia já algum tempo. Outro enquadramento jurídico possível para a peça abandonada (e seus apetrechos acoplados) seria *res derelicta* (“**coisa abandonada**”), ou *res “derelictae”* (no plural, “**coisas abandonadas voluntariamente**”)

**Advogado dos catadores desde 2004, Danúbio Cardoso Remy** afirmou, ao jornal “O Popular” (edição de 23 de setembro de 2007), que a separação das vítimas em grupos, em função do nível de radioatividade recebido, gerou situações de injustiça devido à desigualdade entre os tratamentos. Segundo ele, o chamado **Grupo 1, que engloba mais de 700 (setecentas) pessoas**, não recebe nenhum tipo de assistência, mas é onde se verificaria o maior número de óbitos em decorrência da tragédia.

Nesse sentido, a sentença da **juíza federal Maria Maura Martins Moraes Tayer, então titular da 1ª Vara Federal em Goiás**, que determinava o pagamento de indenização no valor de quatro salários mínimos a cada um dos catadores (retroativa à data do acidente) só foi dada em 2002, quase 14 anos após a protocolização da ação. E uma parte dos responsáveis – médicos e instituições públicas – recorreu da decisão, que foi então para o **Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília**, não obstante a sentença da juíza federal Maria Maura Tayer determinar que não poderia haver suspensão do pagamento da indenização, mesmo em caso de recurso à **2ª instância (TRF1)**.

E o pagamento nunca foi efetivado em sua totalidade. Apenas dois dos médicos envolvidos fazem depósito direto na conta aberta na Justiça Federal para os beneficiados, efetuando pagamentos que correspondem a um quarto do salário mínimo (95 reais para cada, à época da reportagem).

Wagner Mota Pereira, que hoje vive em Anápolis, já não manifesta (não demonstra) esperanças de que justiça seja feita. “Já estou descrente. Isso acaba com a gente. Faz 19 (dezenove) anos que sofro com isso. Se tivesse perdido a causa teria sido melhor”, lamenta (“O POPULAR”, edição de 23 de setembro de 2007).

O **advogado Danúbio Cardoso Remy** calcula que a indenização devida a Roberto e Wagner até agora seja de cerca de R\$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais) para cada um, considerando o valor atual do salário mínimo.



A decisão de 2002 determinava o pagamento de indenização até as vítimas completarem 70 (setenta) anos de idade. Danúbio explica que várias solicitações já foram feitas à **desembargadora Maria Isabel Galloti (do TRF1)**, mas que nenhuma foi atendida. “Fazemos viagens periódicas a Brasília para tratar do assunto, mas não temos sucesso””, frisa.

O advogado, que também representa a Associação das Vítimas do Acidente com o Césio-137, afirma que, “devido à comprovada redução na expectativa de vida dos radioacidentados, existe grande possibilidade de o direito das vítimas não se efetivar”.

A associação das vítimas já enviou requerimento ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, instituição ligada ao **Judiciário Federal**, cobrando celeridade a todos os processos judiciais envolvendo vítimas do desastre com o Césio-137. O advogado da associação esclarece que “atualmente 249 (duzentas e quarenta vítimas) recebem pensões pagas pelo **Estado de Goiás**, pela **União**, ou por ambos, fruto de processos administrativos ou ações políticas, mas essas pensões não se confundem com indenizações”.

Recentemente, outro pessoal que passou a reivindicar (de modo mais incisivo) garantias de algum auxílio por parte do Poder Público é o grupo de ex-servidores do extinto **CRISA (Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A.)**, que também foram vítimas da tragédia.

O jornal “O POPULAR” apurou, em matéria do dia 15 de setembro de 2013, que uma audiência pública fora realizada para debater a situação jurídica desses ex-servidores. Na oportunidade, **uma nova entidade foi criada: a “Associação dos Contaminados, Irradiados e Expostos ao Césio-137”**, instituída como meio jurídico para reivindicar os direitos desses atingidos.

Entrevistado pelo jornal, **Theodoro Bispo Neto, ex-servidor do CRISA**, informou que o objetivo é obter do Estado o mesmo reconhecimento concedido em relação aos bombeiros e militares que atuaram durante o acidente radiativo, já que, há pouco tempo, a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou processo de promoção de militares por ato de bravura.

Nesse sentido, os ex-servidores do **CRISA** pedem maior isonomia, de forma que todos os pensionistas tenham salários equiparados, além de pagamento da diferença no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), referente aos 36 (trinta e seis) contaminados durante a tragédia; e também a alteração da **Lei Estadual nº**

**14.226/02**, que dispõe sobre o reajuste de pensões.

Já no caso da família Alves Ferreira, a mais diretamente afetada pela tragédia, destacam-se algumas peculiaridades. Em sua briga inglória para ser ouvido ao longo dos últimos 25 (vinte e cinco) anos, Odesson Alves Ferreira – que depois do acidente perdeu os irmãos Devair e Ivo, as cunhadas Carmelita e Maria Gabriela, e a sobrinha Leide – agora busca ajuda no **Ministério da Saúde** para a construção do memorial. Apesar das perdas e mutilações que enfrentou, Odesson, que sempre foi uma espécie de líder para boa parte dos atingidos pela tragédia, sabe que é importante não esquecer. Não quer que se repita nunca o que aconteceu com sua família, esfacelada por mortes, doenças e traumas.

Presidente mais duradouro da Associação das Vítimas do Acidente com o Césio-137, ele conta que sua família, especificamente, nunca moveu nenhum tipo de ação em respeito ao pensamento de seu irmão Ivo Alves Ferreira – pai da menina Leide -, que sofria com o recebimento de um pecúlio. “O Ivo dizia que tinha vendido a filha (em troca da indenização)”.

Após o falecimento de Ivo, a família de Odesson, também irmão de Devair Alves Ferreira, passou a repensar essa posição.

Vítima de prostatite aguda (inflamação da próstata), Odesson, por exemplo, está sendo obrigado a gastar mensalmente R\$ 200,00 (duzentos reais) dos R\$ 1.253,00 (mil duzentos e cinquenta e três reais) que recebe de pensão dos governos estadual e federal, com medicamentos para o tratamento da doença. “Muitas outras pessoas estão em situação semelhante e até pior, pois têm uma renda menor”, denuncia, acrescentando que a pensão percebida por ele está entre as mais altas pagas às vítimas do Césio-137.

Também ouvida pela reportagem de “O POPULAR”, **Santana Nunes Fabiano**, de 57 anos, **casada com Edson Fabiano**, 62, com quem era vizinha do ferrovelho de Devair, disse que toda a família dela tem sido prejudicada pela falta de remédios. Principalmente o marido, que faz uso contínuo de antidepressivos e anti-hipertensivos. “Ele gasta metade da pensão dele com medicamentos todos os meses”, queixa-se. Santana conta que todos na casa dela estão doentes, incluindo os sobrinhos que frequentavam a casa dela regularmente na época do acidente, e que, apesar de terem sofrido exposição à radiação, sequer foram classificados como vítimas.

Outro fantasma que assombrava as vítimas era o possível fechamento da

SULEIDE – criada em novembro de 1999 pela **“reforma administrativa”** do governo Marconi Perillo. Conforme já lembrado, a extinção da FUNLEIDE tornou o Estado de Goiás sucessor (jurídico) da antiga fundação (via **“desconcentração administrativa”**). **“Estamos preocupados”, dizia Odesson.**

Quanto aos efeitos da radiação, uma reportagem de **“O POPULAR”** (edição de 27 de setembro de 2007) informou que Devair Alves Ferreira tinha câncer em estágio inicial em dois órgãos do corpo quando faleceu, às 5:40 horas do dia 12 de maio de 1994, no **Hospital Samaritano, em Goiânia.**

O laudo médico assinado pelo patologista Vasco Martins Cardoso, coronel da Polícia Militar, aponta que, além da hematopatia alcoólica associada à displasia hepatocitária multifocal (cirrose hepática), Devair tinha um adenocarcinoma focal na próstata e um carcinoma epidermóide micro-invasivo no esôfago superior.

**À reportagem do jornal, o então superintendente da SULEIDE, José Ferreira da Silva disse que “é grande a probabilidade de os cânceres terem sido causados pela exposição à radiação”. No dia do falecimento, contudo, o médico infectologista Quimarques Cassimiro Barros Santos, que o acompanhava, descartou imediatamente qualquer relação entre o acidente e a morte de Devair, aos 43 anos.**

Nessa matéria, o médico José Ferreira diz que **“não há como ser conclusivo”**. Embora ressalte que o óbito tenha sido provocado pela cirrose e não pelos cânceres, ele observa que é difícil não associar o surgimento deles à exposição à radioatividade. **“Foram dois tumores em uma pessoa relativamente jovem, sem antecedentes familiares. É difícil não imaginar que a exposição não tenha parcela de culpa (influência) nisso”, declarou Ferreira, que acompanha as vítimas desde outubro de 1987, auge da crise provocada pelo acidente.**

Devair faleceu sem saber que tinha câncer. Ninguém da família tinha conhecimento da doença. **“Ninguém sabia”, define Odesson. “Nem os médicos sabiam. Os tumores só foram descobertos no estudo anatomopatológico”, afirma José Ferreira.** Na época do falecimento, foi anunciado que amostras das vísceras de Devair seriam levadas para estudos, não somente no Brasil, mas em países como Japão e Cuba, a pedido dos familiares.

Odesson, todavia, protesta (como principal e mais longevo líder das vítimas):

**“Tudo o que as autoridades fizeram foi negar qualquer vínculo entre o**

**contato com o Césio-137 e a doença, mas, por mais leigo que alguém seja, é difícil imaginar uma pessoa que tem dois tipos de câncer e falece de outra patologia”.**

Para ele, faz diferença saber se o irmão faleceu em decorrência apenas da cirrose ou se os cânceres influíram. **“Precisamos saber o que realmente aconteceu, temos esse direito”**

Um dos fatores que intrigam os parentes de Devair é que não há histórico de câncer na **família Alves Ferreira**, cujos membros costumam falecer com idade avançada. O patologista Vasco Martins Cardoso faleceu no dia 05 de dezembro de 2005, com problemas vasculares e complicações resultantes de diabetes.

### 3.9 PERSPECTIVAS VARIADAS

Em 1997, o físico carioca **Luiz Pinguelli Rosa**, que era membro do **Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência** na época do acidente, escreveu um **artigo intitulado “Nada melhorou em 10 anos”**.

“(…) Goiânia passou à história como um caso chocante em que pessoas foram atingidas não por um artefato ou dispositivo tecnologicamente complicado, como um reator-nuclear que falhasse, mas pelo inaudito, inacreditável, inconsequente abandono da bomba de Césio num local de acesso público (…)

Como já apontado anteriormente, há questionamentos quanto à classificação do evento como “acidente”. Mesmo dentro do limitado universo de conhecimentos sobre epidemiologia do grupo em questão (conjunto de indivíduos atingidos), de tanto ser ouvida a palavra “acidente”, em um dado momento passou a ser feito o questionamento de que um acidente seria algo ínfimo frente à proporção tomada pelo evento com o Césio-137.

De acordo com o **“Glossário de Defesa Civil – Estudos de riscos e medicina de desastres”** (Brasília, 2ª edição, 1998), publicado pelo **Departamento de Defesa Civil, órgão da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento**, desastre se define como “o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e ambientais, além dos consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Já um acidente é definido como “um evento ou sequência de eventos

fortuitos e não planejados, que dão origem a uma consequência específica e indesejada, em termos de danos humanos, materiais ou ambientais”.

A definição dos dois termos confunde-se em determinado momento, pelo menos aos olhos do grupo em questão:

Seria o **episódio do dia 13 de setembro de 1987** um acidente que se tornou um desastre? Uma peça contaminada, onze dias após ter sido desmontada, que percorreu diversos caminhos, irradiando e causando danos a pessoas, materiais e ambientais – seria isso um acidente ou um desastre? Não apresentamos avanços neste questionamento por entendermos que a **Epidemiologia** é um campo do conhecimento bastante especializado e o grupo não teria autoridade para definir a questão. Deixamos, assim, a sugestão para epidemiologistas, se entenderem que se trata de algo importante para a Saúde Pública em Goiás.

Em entrevista à TV Cultura (TV Brasil), em março de 2011, sobre os desastres de Fukushima e Sendai, no Japão, o **físico JOSÉ GOLDEMBERG, ex-reitor da USP** e ex-ministro da Educação, fez a seguinte avaliação: **“Acidentes, por sua própria natureza, são imprevisíveis, se não não seriam acidentes”**.

Num artigo escrito quando o acidente estava perto de completar vinte anos, o **físico José de Júlio Rozental**, que atuara diretamente nos esforços pós-acidente, citou uma **declaração do então secretário de energia dos Estados Unidos, Spencer Abraham, a respeito da tragédia com o Césio-137, na “Conferência da Agência Internacional de Energia Atômica”**. Por essa declaração, **Rozental chegou à conclusão de que Goiânia “ainda é o maior laboratório de aprendizagem para estudos técnicos de resposta em caso de outra emergência não intencional”**.

O fato é que, vinte e cinco anos após o acidente, vários especialistas e alguns políticos sentenciam: nem todas as lições deixadas pela tragédia que se abateu sobre Goiânia em 1987 foram aprendidas e postas em prática. Diversas falhas são apontadas no controle das fontes radioativas e dos rejeitos acumulados em anos de atividades do programa nuclear brasileiro.

A crítica mais ouvida no meio da comunidade científica é a de que, no Brasil, o fomento de projetos e serviços é de responsabilidade do mesmo órgão que tem como competência a fiscalização do setor, isto é, a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). Nas palavras de **Luís Carlos de Menezes, doutor em Física pela Universidade de Regensburg, na Alemanha, e professor da Universidade de São Paulo: “Recentemente, a Sociedade Brasileira de Física emitiu um docu-**

**mento recomendando a separação das atividades, ou seja, a criação de um organismo exclusivo para o trabalho de inspeção das atividades nucleares”.**

O acúmulo de funções pela CNEN é criticado também pelo ex-diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da comissão, **o físico Anselmo Paschoa, consultor especial do Laboratório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador substituto da Comissão Nuclear da Sociedade Brasileira de Física.**

A observação de Anselmo Paschoa é de que **o controle sobre as fontes melhorou em relação ao que era na época do acidente, e também que houve uma evolução tecnológica dos equipamentos, que hoje não utilizam mais fontes solúveis como a que estava na cápsula de Césio violada em Goiânia. Conforme a CNEN, as fontes radiológicas de hoje, de césio e de cobalto, são sólidas, o que dificulta que o material radioativo se espalhe, reduzindo as chances de contaminação em caso de rompimento da blindagem que o reveste.**

Anselmo lembra ainda que, embora o risco de uma reprise do acidente de Goiânia seja reduzido, a gravidade de uma tragédia como essa é grande e precisa ser considerada.

**Luiz Pinguelli Rosa, atualmente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, considera a CNEN um órgão competente, mas também não concorda com a duplicidade de papéis assumida pela comissão:**

“Nos Estados Unidos e em vários países europeus existem duas agências completamente desvinculadas uma da outra para a realização dessas tarefas. Já a França é mais parecida com o Brasil, mas a separação é mais adequada. E acrescente-se a isso o fato de que temos pouca gente capacitada para fiscalizar e dificuldade para dividir as responsabilidades”.

**Em meio a tantas questões técnicas e políticas, me parece possível (razoável) argumentar que, mesmo sendo bem elevado o número de vítimas estimadas e comprovadas, o acidente não matou mais do que um feriado violento nas rodovias brasileiras. Mas o que marca o acidente, a sua força e persistência, é justamente o seu ineditismo, além do fato de impactar e mexer bastante com o imaginário das pessoas<sup>21</sup>.**

---

21 - Depois da tragédia, quando alguém adoecia de câncer, não poucas pessoas acreditavam - minha falecida avó Iracema entre elas - que era por causa da tragédia com o Césio.

Devair Alves Ferreira dizia, quando entrevistado, que a peça (cápsula) contendo o Césio-137 havia sido levada três vezes ao **Serviço de Vigilância Sanitária de Goiás**, mas (que) nunca havia médico disponível para examiná-la, em razão do **Grande Prêmio de Motovelocidade que ocorria na capital**. Todavia, os relatos de pessoas próximas a ele (sua esposa **Maria Gabriela, e Geraldo Guilherme**, funcionário do seu ferro-velho que a ajudou a finalmente levar a cápsula radioativa até a Vigilância Sanitária) são de que, **primeiramente, foi levada uma garrafa de Coca-Cola, já que eles estavam suspeitando dela. Depois, levaram a comida que suspeitavam estar estragada quando a haviam ingerido.**

O mais provável, pelo que as narrativas indicam, é que somente depois de apresentar a garrafa de Coca-Cola, e depois os alimentos supostamente estragados (porque os indivíduos que entraram em contato com a radiação chegaram a ser diagnosticados como vítimas de – uma suposta - intoxicação alimentar), é que então tiveram a decisiva ideia de levar e apresentar a “**marmitta radioativa**” ao **Serviço de Vigilância Sanitária**.

Já depois, quando o acidente foi descoberto e noticiado, o pedido de ajuda do governo brasileiro à **Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena (Áustria)**, sofreu um atraso de 24 (vinte e quatro) horas. Isso porque o número do telefone da Agência que as autoridades brasileiras tinham já não era o mesmo havia nove anos. Com isso, a ajuda internacional só veio depois que se obteve o número atualizado.

Para Goiás, particularmente, o “**Programa da Hebe (Camargo)**” foi muito estigmatizante. **Alguns acreditam que foi um erro o então governador Henrique Santillo não ter ido pessoalmente ao programa, mas apenas ter falado com ela por telefone, ocasião em que os dois não conseguiram dialogar. Desconhecendo as circunstâncias específicas do acidente, a apresentadora acabou por contribuir, mesmo sem querer, para disseminar e agravar ainda mais o preconceito contra o Estado de Goiás.**

O fato é que, mais de um quarto de século depois do acidente, não há informações oficiais precisas e bem transmitidas aos habitantes das redondezas atingidas quanto aos desdobramentos científicos da tragédia e o atual estado de saúde de todos os nela envolvidos. **Há casos de vítimas que eram novas na época e que preferem não ser fotografadas, em razão da orientação que recebem dos seus patrões, que não querem que as pessoas saibam que dão emprego a vítimas**

### **do Césio...**

São mais de duas décadas e meia de feridas ainda não cicatrizadas. Em 2002, um levantamento revelou que 96% (noventa e seis por cento) de cem pessoas que se envolveram de alguma forma com o acidente passaram por situações de preconceito e discriminação, enquanto a **Organização Mundial de Saúde** tem como referência que, em cada grupo de cem pessoas, 10% delas estão sujeitas a sérios transtornos mentais, em decorrência do massacrante estresse emocional vivido.

Quanto às promessas não cumpridas, é de se ressaltar que, mesmo tendo havido **algumas condenações no Judiciário**, ainda não se criou um centro de referência em pesquisa plenamente satisfatório para o acompanhamento da saúde física e mental dos atingidos. **O jornalista Weber Borges dizia (criticava) que Goiás sequer havia formado algum repórter especializado na tragédia.**

Projetado em novembro de 1993, o **“Memorial do Acidente Radiológico de Goiânia” jamais foi concretizado.** O projeto, elaborado por engenheiros da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e que teve uma maquete projetada pelo artista plástico goiano Siron Franco, previa a construção de um edifício de dois pavimentos no Lote 7 da Quadra 121 da Rua 57, no Centro, onde morava Roberto Santos Alves, um dos catadores da peça que continha o material radioativo.

**A execução da obra chegou a ser anunciada diversas vezes, incluindo uma parceria entre o governo do Estado de Goiás e a Prefeitura de Goiânia, mas a única medida concreta foi a doação, pela CNEN, do projeto ao governo do estado.**

Segundo **Rubemar de Souza Ferreira**, um dos coordenadores do Centro Regional de Ciências Nucleares, **“a ideia é antiga, mas o terreno não pertence à CNEN”.**

**A doação foi formalizada em 23 de maio de 2006, durante audiência com o então recém-empossado governador Alcides Rodrigues**, que reuniu diretores da CNEN, o presidente da Associação das Vítimas do Césio-137, Odesson Alves Ferreira, e assessores do governador. **A construção do Memorial foi um pedido da associação, atendido por Alcides, depois de uma consulta a seus assessores sobre a viabilidade do projeto.**

Odesson lembra que, depois disso, a entidade recebeu um comunicado da então titular da SULEIDE (Superintendência Leide das Neves), Maria Paula Curado, alegando que a construção não seria feita porque o terreno pertenceria à Prefeitura.



**O assessor jurídico da associação fez então uma busca e reuniu documentos que provaram, afinal, que o terreno pertence mesmo ao Estado de Goiás.**

De acordo com Rubemar de Souza Ferreira, o projeto atualizado foi enviado para a **Agetop (Agência Goiana de Transporte e Obras)**, incumbida da execução de obras em âmbito estadual, mas, conforme a assessoria de imprensa da instituição, ele não chegou ao departamento próprio, responsável pelo seu encaminhamento. Por isso, não há previsão de início das obras.

**O deputado federal Edson Duarte, do PV da Bahia, apoiador das vítimas de Goiânia** - e que já participou de atos públicos relacionados ao acidente -, chegou a inserir no **Orçamento da União** de 2008 recursos para a construção do memorial. Na época em que o projeto foi feito, a estimativa do governo era de gastar cerca de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para construir, equipar e mobiliar o prédio.

**Tal como concebido originalmente, o projeto prevê a construção de um prédio de 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) metros quadrados no terreno, que mede 468 (quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados).** O primeiro pavimento abrigaria a recepção, uma sala com uma escultura alusiva ao acidente, um espelho d'água e o **"Museu do Acidente Radiológico"**. No segundo pavimento, seria construído um salão para palestras e uma biblioteca com um acervo variado, que também funcionaria como um centro de documentação sobre a energia nuclear e suas aplicações em várias áreas do conhecimento.

Porém, uma reportagem de 15 de setembro de 2012 do jornal "O Popular" apurou, nos bastidores do **terceiro mandato de Marconi Perillo**, que **o projeto foi descartado por conta de divergências dentro do governo e com a AV-Césio (Associação das Vítimas do Césio-137) sobre a proposta de abordagem do acidente pelo museu.**



Figura 13: Após o acidente, o lote da Rua 57 foi totalmente concretado. Em 2007, ele foi limpo e preparado, mas, segundo vizinhos e algumas vítimas, chegou a servir de depósito de lixo doméstico. Famoso lote nº 60, na Rua 57, Centro de Goiânia. Neste espaço, ficava a casa do “catador” Roberto Santos Alves, o “Betão”.



Figura 14: Painel indicando a construção do “Museu do Césio (137)” no mesmo imóvel (nº 60) da Rua 57. O governo estadual até agora não demonstrou interesse em efetivar a obra, que tem maquete do artista plástico goiano Siron Franco.



**Figura 15:** Aspecto de nítido abandono do lote da antiga casa da família de Roberto Santos Alves, após inúmeros anúncios oficiais de construção de um “Memorial” (Museu do Césio) para manter viva a lembrança do desastre radioativo de Goiânia.

### 3.9.1 Significados Simbólicos

“Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum”. Machado de Assis (1839-1908)



**Figura 16:** Manifestantes protestam em frente à Catedral da Sé, em São Paulo, no dia em que a catástrofe radioativa com o Césio-137 completou vinte anos (13 de setembro de 2007).

**À medida em que as histórias sobre a tragédia vão sendo reproduzidas e recontadas ao longo dos anos, o modelo dramático das narrativas vai ganhando mais solidez, e os limites do evento vão sendo diluídos e alongados. Ao mesmo tempo, marcos simbólicos sobre o acidente vão sendo fixados e aca-**

**bam tornando o modelo dramático mais consolidado. Nesse sentido, o símbolo principal dos acontecimentos é, sem qualquer dúvida, Leide das Neves Ferreira.**

Em entrevista ao “Jornal Opção”, a antropóloga **Suzane de Alencar Vieira observou:**

**“Como símbolo, Leide das Neves, que concentra e aglutina as referências de sua parentela, expande seu poder referencial, englobando a comunidade de vítimas e, finalmente, simbolizando o evento radiológico como um todo”.**

De forma incontestável, a pequena Leide das Neves adquiriu uma grande importância à medida em que a história dela foi sendo revelada. Nas declarações de Suzane Vieira, é possível identificar – e reforçar – **essa força simbólica da contaminação da criança:**

“(…) Em outra rua contaminada, a Rua 6 no Setor Norte-Ferrovário, havia uma intensa agitação de técnicos no lote de Ivo Alves Ferreira, um dos irmãos de Devair, que também recebera a dádiva das pedras azuis. O trabalho de demolição precisava ser iniciado com urgência e os técnicos se adiantavam na avaliação. A casa apresentava aparência absolutamente trivial: a mesa do café ainda estava posta com cinco xícaras, cinco lugares: para Ivo, para sua esposa Lourdes, e para os três filhos Lucélia, Lucimar e Leide. Mas os farejadores Geiger (aparelhos usados para medir o nível de radiação) percebiam (indicavam) uma mesa extremamente contaminada, sobretudo, no lugar reservado à filha caçula. Ali, Leide teria ingerido seu jantar com as mãos contaminadas depois de brincar com as luzinhas radioativas que seu pai havia trazido em uma noite de setembro. O cintilômetro havia disparado em um ruído estridente ao se aproximar do corpo da menina, na primeira visita do físico Walter Mendes nos últimos dias de setembro, após a ilusão das pedras brilhantes. A partir desses aparelhos, o Césio-137 tomava forma e realidade: poderia, então, ser detectado. “Os técnicos observavam com assombro ininteligível o berço da menina que ainda ardia sobre algumas centelhas radioativas e precisava de um tratamento técnico especial para que a radiação ali concentrada em altos níveis não contaminasse ainda mais as outras partes da casa. As pedras ‘radiativas’ conteriam um poder de anti-Midas transformando tudo em lixo e ruínas”. “Todos queriam ver a casa da menina Leide das Neves e os jornalistas se antecipavam na cobertura da operação-demolição. Algo precisava ser salvo daquele conjunto condenado a virar pó e entulho radioativo. Alguma lembrança de Leide sobreviveria aos escombros? Diante dos apelos comovidos da mãe da menina Leide - dona Lourdes das Neves -, corroborados pelo jornalista Weber Borges, os técnicos salvariam uma(s) foto(s) de Leide retirada(s) do álbum de fotos da família, ‘banhado de Césio-137’. Essa(s) foto(s) contaminadas, mais tarde, seria(m) reproduzida(s) como o símbolo do acidente e das lutas das vítimas por seus direitos (...)”.

Fora do âmbito das vítimas da tragédia, um caso curioso e representativo do (ainda) **forte simbolismo (referência) da palavra Césio em Goiás** é o do comerci-

ante Césio Simão Caetano, de 34 anos, que há 14 (anos) deixou o interior de Minas Gerais para viver em Goiás. Entrevistado para uma matéria do jornal “O Popular”, de 14 de junho de 2011, sobre “pessoas que vieram tentar a sorte em território goiano”, Césio relatou ter trazido consigo, além do desejo de “vencer na vida”, um nome particularmente significativo para o estado da federação onde escolheu viver. **“Meu nome é Césio. Mas não é o Césio 137”**, alerta logo o comerciante mineiro. Césio desembarcou por aqui em 1997, quando o acidente radioativo de Goiânia estava completando 10 (dez) anos.

Com ele veio outro irmão, Ésio Caetano, de 37 anos. Os dois chegaram e logo se estabeleceram em Aparecida de Goiânia, onde foram trabalhar como empregados no comércio. Césio foi funcionário de um açougue durante um ano. Depois, alugou uma casa no Setor Parque das Nações e montou seu próprio açougue. Três anos depois, comprou um imóvel no Jardim Veneza, onde instalou o supermercado que administra até hoje com a mulher, Maria Tatiane Pires de Melo Caetano, 30 anos.

Ela também não é goiana. Veio do Tocantins, ainda criança, estado onde foi morar depois que os pais deixaram o Ceará. Césio e Tatiane se casaram e tiveram três filhos goianos.

O sucesso animou a família de Césio em Minas. A irmã, Marli Piedade Caetano, 40, chegou há nove anos, Ela também tem um supermercado no Parque das Nações, em Aparecida.

Por sua vez, Ésio, que chegou com o irmão em 1997, montou o seu (supermercado) no Colina Azul. Há oito anos, os pais e outro irmão, mais novo, também decidiram deixar Minas para viver na Região Metropolitana de Goiânia.

Césio conta que, no supermercado, a maioria dos clientes é formada por pessoas como ele, que também deixaram suas cidades para tentar a vida em Goiás (“O POPULAR”, 14 de junho de 2011).

**Mas, voltando às vítimas (propriamente ditas) da tragédia de 1987, a construção do Memorial teria, com acerto, inúmeros significados. O presidente por mais tempo da Associação das Vítimas, Odesson Alves Ferreira, avaliou, em 2012, que “seria uma maneira de não deixar a memória se perder”. Ele ressalta que o local seria um ponto de referência para pessoas buscarem subsídios a respeito do desastre e da energia nuclear.**

Hoje em dia, quem quer obter informações sobre o ocorrido - em especial os

turistas estrangeiros -, tem que buscar o Centro de Ciências Nucleares, em Abadia de Goiás, onde estão depositados os rejeitos radioativos do acidente. Odesson acredita que “o Memorial seria uma referência em Goiânia”. Para ele, a construção poderia inclusive contribuir para a revitalização da Rua 57, onde os moradores ainda reclamam da desvalorização dos imóveis depois de tudo o que aconteceu.

Atualmente, existe também uma outra iniciativa (benfazeja) da “**Associação dos moradores do Setor Aeroporto**” no sentido de se construir um Memorial não na Rua 57 (casa do Roberto), mas na Rua 26-A (lote do Devair), o que, em todo caso, também continua apenas como um projeto.

Em contraste com informações oficiais fornecidas pelo Poder Público, **o ex-funcionário do extinto CRISA (Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A), Mário Rodrigues da Cunha, diz que o Governo Estadual sabia do acidente radioativo antes da data divulgada, 29 de setembro de 1987:**

**“O (físico nuclear) Walter Mendes mediu os níveis de radiação com o contador Geiger. Nós, do CRISA, cobrimos as áreas com lonas pretas e colocamos areia em cima para o plástico não voar. Nada foi alarmado por causa do Grande Prêmio de Motovelocidade. A imprensa internacional estava aqui e a divulgação do acidente traria consequências econômicas (queda na exportação de produtos agropecuários)”.**

Mário Rodrigues lembra que, como assistente técnico do CRISA, trabalhou na descontaminação dos focos e no transporte dos rejeitos radioativos para o depósito de Abadia de Goiás. Ele lembra que os custos com o serviço foram arcados pelo estado. **“Escolheram o CRISA porque tínhamos e pessoal. E por ser uma S/A, não haveria necessidade de licitação para a compra de materiais. Era uma operação de guerra. Tempo não poderia ser perdido com burocracia”**, pontua. Ele estima que o Estado de Goiás deva ter gastado, na época, quase a metade do que arrecadava.

Entre os custos arcados pelo governo estadual – como hospedagem dos técnicos da CNEN, que vieram do Rio de Janeiro para Goiânia -, Mário também cita diárias pagas em Caldas Novas para os que atuaram na descontaminação. **“Quando alguns funcionários apresentavam níveis altos de radiação, eram mandados para Caldas. O suor elimina a substância”**.

A mesma denúncia faz parte de um **Termo de Declaração** assinado no **Ministério Público de Goiás** pelo advogado Edvaldo Adriany Silva. Na época do de-

poimento, em 2001, Edvaldo era membro do Conselho Regional de Radiologia.

### 3.9.2 Dia de Fúria no cemitério Parque



**Figura 17:** Algumas cenas e imagens do dramático e tumultuado enterro das duas primeiras vítimas fatais da tragédia.

Como já foi dito, no dia 23 de outubro de 1987 faleceram Maria Gabriela Ferreira – que levava a cápsula à Vigilância Sanitária, permitindo que o acidente fosse identificado -, e Leide das Neves Ferreira, que se tornou o ícone (retrato máximo) da catástrofe. **No dia seguinte (24 de outubro), dia do aniversário de Goiânia, o então prefeito Joaquim Roriz e o então governador Henrique Santillo anunciaram, em nota solene, que a cidade estava em luto oficial, cancelando todas as programações comemorativas da data.**

O luto se estendeu até o dia 26 de outubro daquele ano, data do enterro das duas primeiras vítimas fatais. Essa data adquire importância ímpar na narrativa da antropóloga Suzane de Alencar Vieira, por demonstrar, mais do que todas as outras, que o drama é central na dinâmica do desastre radioativo, uma vez que não apenas

estende seus limites, “modulando sua intensidade e atualizando-o a cada nova narrativa” (VIEIRA, 2010, p. 36), como também identifica que os sentimentos, as relações e os lugares foram violentamente atingidos.

Isso ocorre porque o enterro simboliza o passo inicial dos eventos que se dariam a seguir/em seguida, em que pessoas foram arrancadas de suas casas, “classificadas e isoladas, os lugares destruídos e todo patrimônio familiar transformado em lixo radioativo” (p. 58).

**Para a antropóloga Suzane, a escolha (o apontamento) do dia 26 de outubro de 1987 como ponto-chave se dá pelo fato de mostrar o enterro das duas primeiras vítimas fatais de um desastre nuclear que se imaginava distante da realidade de Goiânia. Relembrou-se, na data, o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, considerado um dos maiores da História, e que havia ocorrido cerca de um ano e meio antes. Além disso, a autora pontua que as duas mulheres atribuem ao evento uma carga simbólica muito grande, já que, geralmente, as histórias são contadas do ponto de vista masculino.**

E, como o enterro das primeiras vítimas se tornou símbolo dramático do acidente goianiense, a data do sepultamento de Maria Gabriela e Leide das Neves carrega uma importância singular na trança da tragédia, convém situar o contexto em que se deu o episódio:

**No Cemitério Parque, onde seriam enterradas as vítimas, os técnicos faziam as últimas avaliações de segurança nas covas. Testavam a espessura da concretagem e instalavam os cordões de isolamento. Após o anúncio sobre o pouso do avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no Aeroporto Santa Genoveva, trazendo do Rio de Janeiro os caixões de Maria Gabriela e Leide das Neves, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros iniciaram a intrincada tarefa de transportar em segurança os pesados caixões de chumbo até o cemitério. Uma equipe do corpo de bombeiros escoltava os caixões em carros blindados, enquanto uma multidão enfurecida se aglomerava na porta do cemitério para impedir que o sepultamento se realizasse. A vizinhança do Setor Urias Magalhães, onde se localizava o Cemitério Parque, temia que a energia radioativa do Césio-137 se instalasse próxima aos seus quintais. Dirigentes da associação de moradores e um vereador (José Nelto, do PMDB) inflamavam a revolta. O cordão de isolamento era cerceado (cercado) por um agitado e intimidador cordão humano. Os jornalistas se avolumavam no meio daquela tensa agitação popular. Pelo rádio das viaturas, policiais pediam reforço ao centro de operações da Polícia Militar. “Quando o caminhão blindado assomou na rua do cemitério, um motim ruidoso começou o ataque lançando palavras de rechaço e protesto, que evoluíram para insultos. O caminhão ultrapassou o cordão de isolamento, venceu a resistência da multidão e seguiu em direção às duas covas. Pedras, torrões de barro, nacos de paralelepípedo, pedaços de cruzeiros etc. eram atirados com fúria contra todo o aparato de ve-**



ículos blindados e guindastes. Sob uma chuva de pedregulhos e estilhaços, os técnicos da CNEN iniciavam a complicada operação de retirada dos caixões de chumbo que pesavam toneladas. Os poucos parentes das vítimas se escondiam atônitos na confusão para não se tornar novos alvos da ira popular. A artilharia de pedras não parou nem mesmo quando os caixões desceram às sepulturas com a ajuda dos guindastes. Os ruídos pavorosos daquela revolta tornaram inaudíveis as palavras do padre que tentava coordenar a tensa cerimônia de sepultamento. Ao invés do descanso do barro, da terra, os mortos se refugiavam no abrigo do chumbo e do concreto. O retorno cristão ao pó não lhes seria possível" (VIEIRA, 2010, p 32).

Esse é o triste registro: Maria Gabriela Ferreira e Leide das Neves Ferreira foram enterradas no dia 26 de outubro. Cruzes de madeira dos túmulos, tijolos e pedaços de concreto viraram armas nas mãos da multidão descontrolada, que atacou a caminhonete blindada que vinha transportando os caixões do aeroporto até o cemitério. **“Foi horrível ver aqueles guindastes levantando o caixão. Mais traumatizante ainda foi perceber a manifestação das pessoas. Ninguém respeitou o sofrimento da nossa família”**, recordou-se dona Lourdes (**“Diário da Manhã”, 13 de setembro de 2007**).

Somente uma coisa boa ela traz na memória. Lourdes estava no meio da confusão, atônita com os acontecimentos, sofrendo com a perda da filha, sem o apoio do marido, que estava em tratamento. Nisso, **a então primeira-dama do Estado de Goiás, Sônia Santillo, buscou Lourdes e a levou, sob efeito de calmantes, ao enterro. Quando chegaram, Sônia Santillo passou pelo cordão de isolamento segurando o braço de Lourdes e foi advertida por um segurança para que não se expusesse daquela forma, mas alegou que os manifestantes respeitariam a dor da mãe**. Felizmente, a ex-primeira-dama tinha razão. Lourdes então se agachou ao lado do caixão da filha e pôde chorar. Ninguém mais atirou uma pedra sequer. **“Dona Íris (de Araújo), hoje deputada federal, e Sônia Santillo (na época primeira-dama estadual) estavam comigo. Elas me consolavam e seguravam minha mão”**.

O contato dos filhos de Lourdes das Neves com o Césio-137 aconteceu menos de 30 dias antes do enterro da menina Leide. **“Lembro-me bem do dia. Estava preparando o jantar, enquanto o Ivo permanecia sentado na porta da cozinha. Na conversa, disse pra ele visitar o irmão Devair (o dono do ferro-velho que comprou a cápsula de Césio). Falava pra eles serem mais unidos”**.

Lourdes continuou os afazeres domésticos. **“Quando me dei conta, Ivo não**

estava mais em casa. Tinha ido visitar o irmão”. O marido da dona de casa voltou com um produto envolto em papel de cimento: eram partículas do Césio-137. Ele então chamou os filhos para ver a beleza das luzes que o pó emitia. “Ele jogou tudo pelo chão. Só observei, mas não peguei no produto. Não por medo, até porque não tinha noção do perigo. Mas porque continuei a cuidar do jantar”.

A dona de casa fala que foi tomar banho, enquanto Ivo e as crianças continuavam a brincar com o produto. “Quando voltei para a sala, vi Leide comendo um ovo que eu acabara de cozinhar. Nas mãos dela, ainda tinha muito pó do Césio. Menos de 10 minutos depois, ela começou a vomitar”.

Tais lembranças de dona Lourdes divergem de **uma informação da avó de Leide das Neves**, que chegou a declarar que, durante a madrugada que se seguiu, “o corpo da Leide emanava uma forte (intensa) luz azul enquanto ela dormia”. Fábula ou realidade? Verdade ou ficção?

Esse seria o início do **pesadelo da família**. A garotinha Leide, o pai e a tia seriam internados no **Hospital de Doenças Tropicais (HDT)** e, mais tarde, no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro. **A casa onde moravam foi demolida**. “De lá de dentro, só tirei algumas fotos”, lembra dona Lourdes. Todos foram alojados na **sede do Estádio Olímpico**. Leide das Neves saiu do local levada por policiais. “Aquela foi a última vez em que a vi (com vida)”.

Outros objetos, como bonecas e roupas, foram encaminhados ao depósito formado pela Comissão Nacional de Energia nuclear (CNEN), em Abadia de Goiás. Lourdes relata que membros da CNEN a acompanhavam durante todo o tempo. “Era obrigada a tomar banho de hora em hora, e era examinada o tempo todo”.

Num primeiro momento, essas obrigações e horas tomadas não fizeram dona Lourdes sofrer muito. “Somente agora, de pouco tempo pra cá, é que percebo tudo. Agora é que caiu a ficha mesmo”.

Vivendo sozinha, por mais que Lourdes das Neves tente, ela não esquece o que passou. Do lado de fora da casa, por ironia do destino, há um ferro-velho. Parecido com o do concunhado Devair, que comprara a cápsula radioativa. Do lado de dentro, as fotos penduradas na parede. Em relação ao futuro, diferentemente da imprevisão do passado, ela diz que já está escrito. “Quero que Deus guie a minha vida. Quero que me dê saúde e força para enfrentar meus obstáculos”. **Na lembrança, a última cena de Leide: “O rostinho dela pelo vidro do caixão. Tive pena. A bo-**

quinha dela estava queimada”.

Para a antropóloga Suzane Vieira, o falecimento de Leide das Neves constitui, indubitavelmente, o ponto culminante de toda a tragédia, por se tratar de uma criança “que sofreu muita violência, primeiro a da contaminação, e depois a da hostilização por parte da população (das cercanias da região do cemitério), que estava com medo. E isso criou um mártir, o da criança-santa”.

Segundo Genaira de Souza Martins, moradora do Setor Marechal Rondon (Fama), até hoje o túmulo de Leide<sup>22</sup> das Neves Ferreira é o mais visitado do Cemitério Parque, no Setor Urias Magalhães, e não apenas em dia de finados.



**Figura 18:** Túmulo da menina Leide das Neves Ferreira, no Cemitério Municipal Parque.

### 3.9.3 Mobilizações Artísticas

A arte se alimenta de tudo o que é humano, imaginado ou real. Alimenta-se até da tragédia. A história do acidente com o Césio-137 em Goiânia, um drama que começou há mais de duas décadas, é um desses momentos em que o imponderável torna-se tão avassalador que, depois de passar, parece que foi ficção, um enredo

---

22 - O nome “Leide” (das Neves) foi dado por causa da princesa “Lady” Diana, que havia se casado com o príncipe Charles em 1981, ano do nascimento da garotinha que se tornaria o retrato do desastre com o Césio. Inspirada pelo famoso casamento, dona Lourdes das Neves decidiu batizar a filha com o nome de “Leide”. Como se sabe, a menina-mártir do acidente veio a falecer em outubro de 1987. Curiosamente, a princesa “de Gales” faleceria dez anos depois, também de forma trágica, em decorrência de um acidente (de carro).

literário com lances incríveis, vítimas inocentes, negligência, preconceito e dor. Ocorre que, no caso do maior acidente radiológico em área urbana do mundo, tudo aconteceu de verdade.

Presentemente, e vendo o ocorrido em retrospectiva, é possível mapear com mais nitidez os erros cometidos no passado, as culpas que houve, e as implicações da experiência com o intrigante elemento químico.

**Refletir sobre o passado é um exercício, e a arte, nutrindo-se também disso, dá a sua contribuição. A tragédia despertou em músicos, pintores, fotógrafos, escritores, cineastas, poetas, escultores etc., bem mais do que a solidariedade. Despertou em muitos desses artistas o desejo premente de tratar do assunto, e dar a visão particular deles sobre o acidente, lançando um olhar específico sobre os acontecimentos que vitimaram tantas pessoas e fizeram o Estado de Goiás inteiro mergulhar no medo e na incerteza.**



**Figura 19:** Foto do artista plástico Siron Franco.

Antigo morador da Rua 57, um dos palcos principais da tragédia, o artista plástico Siron Franco usou a paleta e os pinceis para tentar passar para a tela toda a dimensão do acidente com o Césio-137. Siron produziu mais de uma centena de telas, desenhos em guache sobre papel e esculturas em concreto. A principal foi a **série “Rua 57 ou Césio”, exposta na Galeria Montessanti, em São Paulo, em novembro de 1987**. Siron usou terra do chão de Goiânia, chumbo, concreto e plástico para fazer trabalhos chocantes, dramáticos. O artista goiano procurou captar os semblantes assustados das vítimas, e também registrar objetos e utensílios contaminados.

**Siron se recorda de que a série nasceu a partir dos desenhos que ia fa-**

zendo à medida em que a tragédia ia tomando dimensões apavorantes e proporções não imaginadas. Ele começou a desenhar como se estivesse fazendo uma reportagem visual. As obras foram expostas em Buenos Aires, Berlim, Oslo, e Helsinque. Em Brasília os trabalhos também foram exibidos.

Goiânia, segundo o artista, ficou de fora do circuito itinerante porque nenhuma galeria ou museu demonstrou interesse em mostrar a série. Além disso, como era de se esperar, não apareceram compradores para os trabalhos, já que estes retratavam o drama e o horror vividos pela cidade.

Em geral, as telas retratam o local em que a cápsula que continha o material radioativo foi aberta, primeira e parcialmente (a marretadas); vítimas enterradas dentro de cilindros de chumbo; corpos humanos e de animais dilacerados etc. Siron carregou nas tintas. Tons vermelho-ferrugem, prata, negro, cinza e azul são as cores predominantes. Os símbolos agregados à pintura formam uma iconografia que remete à morte. O uso da terra de Goiânia funcionou como uma provocação para quem temia se contaminar com o Césio.

Siron não concluiu a série de uma vez só. Conforme iam surgindo fatos novos, ou falecia alguma vítima, ele incorporava mais um desenho ou tela à série.

Em 1997, quando o acidente completou 10 (dez) anos, Siron pintou a “Quinta Vítima”. Em 2001, o artista goiano retomou o tema do acidente na **série “Rua 57 – Camas – Série Césio”**, exposta na **Galeria Célia Câmara, da Fundação Jaime Câmara**. Também foram lançados Cartões telefônicos com cinco reproduções das obras, produzidos pela Brasil Telecom e lançados durante o vernissage. Cerca de 250 (duzentos e cinquenta) mil unidades foram distribuídas em Goiânia, e outras 150 (cento e cinquenta) mil em Brasília.

As camas de concreto, pesando 990 (novecentos e noventa) quilos cada uma, remetem à ideia de esquifes, leitos nos quais a vida e a morte deixam suas marcas.

Siron inseriu objetos do cotidiano na recriação do ambiente em que o acidente aconteceu: cadeiras, vidro, espelhos, arames, bolas de gude, impressões corporais humanas e de animais.

O artista plástico goiano procurou chamar a atenção do mundo com sua arte. Ele abriu as portas de seu ateliê para jornalistas de fora, organizou passeatas, participou do Comitê de defesa de Goiânia, uniu-se a artistas de outros estados nas diversas mobilizações que buscaram combater o preconceito contra a população e os produtos goianos.

Grande parte das pinturas da “série Rua 57 ou Césio” ficaram em poder de Siron. Já as obras que retratam as vítimas estão emprestadas para Charles Cosac, da Editora Cosac Naif.

De acordo com o artista, os desenhos estão mesmo em seu poder, assim como as camas da coleção “Rua 57– Camas - Série Césio”. Todos os trabalhos estão registrados em livros.

Siron estima que tenha feito em torno de 350 (trezentas e cinquenta) peças sobre a tragédia. Somente de pinturas foram 48 (quarenta e oito), todas em grandes dimensões. **“Fiz a série para vender e doar o dinheiro para as vítimas. Ninguém quis comprar. Havia muito preconceito”.**

Siron anunciou também a doação de todo esse acervo para o **Instituto Siron Franco (em fase de implantação na época do anúncio)**. Os documentos estavam praticamente prontos e o acervo ainda sendo organizado. Algumas peças foram furtadas do ateliê do artista, localizado no Buriti Garden.

Na época do acidente, já se cogitava criar um museu especial destinado a abrigar os trabalhos artísticos sobre o Césio-137, mas o projeto não saiu do papel.

**Para Siron, a tragédia teve um impacto muito grande em sua obra: “É uma loucura lidar com uma coisa que você não vê. A gente tinha muito medo. Mas a questão da criança e do cão mortos pela radiação foi muito comovente. Tocante demais”.**

Nascido na cidade de Goiás, Siron Franco morou nada menos do que 21 anos na Rua 57, no **antigo Bairro Popular, lamentavelmente marcado por duas grandes tragédias: a chacina da família Mateucci, na década de 1950, e o acidente com o Césio-137, na década de 1980.**

Siron ressalta: **“As pessoas dizem que é melhor esquecer os fatos, que não é bom mexer no passado. Pelo contrário. A gente tem de falar sobre o assunto, passar informações para as novas gerações”.**

#### 3.9.4 Encenações

No dia 26 de setembro de 1988, aconteceu no **Rio de Janeiro, no Teatro Zimbrinsky**, às 20 horas, a apresentação da **peça “Os Reis do Ferro-Velho”, com o ator Walmor Chagas (recentemente falecido)**, em alusão ao acidente radioativo

de Goiânia, como parte do “**Fórum da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre os Riscos e Benefícios da Energia Nuclear**” (BORGES, 2003, ps. 338 e 339).

Cerca de um ano antes, o goiano **Hugo Zorzetti**, diretor do Grupo Exercício e **professor de teatro**, dirigia (à época do acidente) o programa “**Êta Goiás!**”, na **TV Brasil Central**, com atores goianos no elenco. A atração exibia adaptações de contos de autores goianos. Enquanto o drama com o Césio transcorria, Zorzetti e sua equipe fizeram dois episódios sobre o assunto.



**Figura 20:** Cena de uma peça teatral que procurou transmitir um pouco da atmosfera envolvendo o Césio-137 em Goiânia.

“**Balé de Chumbo**” foi todo filmado na Avenida Tocantins, entre a Rua 4 e a Avenida Paranaíba, no local de onde a cápsula de césio fora levada. Assim, os **escombros do Instituto Goiano de Radioterapia** serviram de cenário para artistas goianos reviverem a história na tela. “**Cobrimos todo o itinerário da cápsula**”, afirma Zorzetti. A **atriz Mara Sandes** interpretou Maria Gabriela, esposa de Devair Alves Ferreira (o dono do primeiro ferro-velho), tia da menina Leide, e primeira vítima fatal da tragédia (papel vivido por **Joana Fomm** no filme de Roberto Pires, “**Césio 137, O Pesadelo de Goiânia**”).

A propósito do papel interpretado por Joana Fomm, vale mencionar que, no extinto programa Linha Direta (Especial sobre o acidente, que passou em agosto de 2007, pouco antes de a tragédia completar vinte anos), a atriz deu um depoimento emocionado e marcante sobre a gravação da cena em que ela interpreta Maria Ga-

briela, num ônibus e acompanhada de um dos funcionários do ferro-velho (Geraldo Guilherme), levando a “marmita radioativa” (cápsula contendo Césio) até a então **Divisão Estadual de Vigilância Sanitária, que viria a se tornar a FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES - FUNLEIDE (depois SUPERINTENDÊNCIA LEIDE DAS NEVES – SULEIDE -, e hoje CENTRO DE ASSISTÊNCIA AOS RADIOACIDENTADOS – “C.A.R.A”)**.

Segundo a atriz, o fato de a cena que ela gravava ter se baseado num episódio real provocou nela reações psicológicas e emocionais muito fortes que a fizeram chorar compulsivamente logo após finalizar a gravação da cena. É que Maria Gabriela e o funcionário não imaginavam que estivessem transportando uma cápsula que emitia raios-gama pelo orifício frontal dela. (No filme, Maria Gabriela, acompanhada do funcionário, segura a “marmita” diretamente nas mãos, e o que se sabe é que a referida cápsula chegou ao então **Serviço de Vigilância Sanitária** embrulhada num **saco de aninhagem**, conforme atestam as fotos feitas momentos depois, quando o saco com a peça já havia sido colocado sobre uma cadeira da instituição).



**Figura 21:** Imagem histórica de Maria Gabriela Ferreira, a primeira vítima fatal da tragédia, embarcando para o Rio de Janeiro, onde viria a falecer.





**Figura 22:** Cartaz do filme “Césio 137, O Pesadelo de Goiânia”, que teve os atores Nelson Xavier e Joana Fomm como principais protagonistas.



**Figura 23:** Cena do filme em que Devair Alves Ferreira (Nelson Xavier) é observado por sua esposa Maria Gabriela (Joana Fomm) enquanto segura a “marmitta” (cápsula) radioativa.



**Figura 24:** Fotografia do mesmo filme, com o ator Paulo Betti no papel do “catador” Roberto.

De fato, Maria Gabriela sempre desconfiara da “peça” trazida para dentro de sua casa pelo marido Devair, embora não soubesse o que era a radioatividade. No filme, ela (Joana Fomm) se refere à peça como “trem de hospital”, num característico sotaque goiano. “Este troço está matando o meu povo!”, teria dito Maria Gabriela.

No filme de Zorzetti, trabalharam ainda outros conhecidos atores de Goiânia, entre eles **Mauri de Castro** e **Juquinha**. O vídeo foi exibido algumas vezes pela **TV Brasil Central** e ainda selecionado para um festival de curtas-metragens.

O acidente com o Césio-137 foi retratado de diversas formas. Além dos vários documentários, a tragédia serviu também como tema de um longa-metragem dirigido pelo cineasta baiano Roberto Pires.

Em “**Césio 137, O Pesadelo de Goiânia**”, o diretor baiano levou, pelo viés da ficção, o caso que marcou Goiás aos cinemas poucos anos depois de sua ocorrência. O longa, premiado com diversos candangos no “Festival de Brasília”, é uma ficção com **atores globais no elenco, como Nelson Xavier (no papel de Devair Alves Ferreira); Joanna Fomm (no papel de Maria Gabriela Ferreira); Paulo Betti; Stepan Nercessian, Venerando Ribeiro etc.**

Lançado comercialmente em 1990, o longa-metragem mostra desde o primeiro contato de Devair com a cápsula de Césio até a entrada das vítimas no avião que as levaria para tratamento no hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro – de onde algumas delas não voltariam com vida, como foi o caso de Leide das Neves, e

de sua tia Maria Gabriela (a primeira vítima a falecer, no hospital da marinha).

**Roberto Pires** tinha planos de fazer continuações, mas morreu de câncer na faringe em junho de 2001. **Quase todo o longa foi rodado em Brasília. Mas o diretor veio várias vezes a Goiânia para pesquisar e rodar algumas cenas nos locais mais contaminados.** Faz alguns anos que se especula, sobretudo entre amigos e familiares, que o cineasta pode ter sido outra vítima da radioatividade do acidente, dado o seu envolvimento e sua entrega total ao tema (alguns amigos contam que chegaram a adverti-lo quanto aos possíveis riscos de se envolver tão intensamente com a tragédia, seus personagens, seus lugares etc.). **Não deixa de chamar a atenção o fato de um cineasta de outro Estado da Federação ter-se deixado envolver tão profundamente com a história de um acidente ocorrido tão longe de sua terra natal, e com o qual ele só poderia desenvolver laços de afetividade.**

Um **outro diretor baiano, Péricles Almeida**, se encarregou de preparar um longa-metragem sobre a vida de Roberto Pires.

Já o **documentário goiano “Césio 137 – Assim se passaram 13 anos”, de 2000**, foi **produzido pelos diretores Beto Leão e Ângelo Lima**. Com um tom mais jornalístico, apesar de algumas cenas dramatizadas, o vídeo se passa centrado nas dúvidas que cercaram o acidente, a começar pela demora na sua divulgação. Esse documentário aborda também a maneira como as vítimas foram tratadas pelas autoridades, e o destino dos rejeitos radioativos.

“Eu mesmo fiquei sabendo que algo grave estava acontecendo porque frequentava uma lanchonete próxima ao hotel **(Castro’s Park Hotel) onde estavam hospedadas as equipes do Campeonato Mundial de Motovelocidade**. Eles falavam que a corrida corria o risco de ser interrompida por algum motivo muito forte, envolvendo toda a cidade. Ficou um zunzum daqueles. Só vários dias depois fiquei sabendo o que era de verdade”, recorda-se Ângelo Lima, o diretor pernambucano radicado em Goiás.

Já **Beto Leão** explica que “o projeto foi concebido como uma reportagem, mas procurando subverter a estética comum, com uma câmera nervosa reforçando o tom de denúncia”. O vídeo tem 30 minutos.

**Ângelo Lima participou de algumas edições do “Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA)” com filmes que tratam do acidente com o Césio.** Em 2002, com o curta-metragem **“Amarelinha”**, ele expôs uma abordagem

lúdica sobre o tema. O filme, que foi premiado no festival, é bastante simples, porém tocante. Em cena, uma menina brinca o tradicional jogo da Amarelinha. Nos quadradinhos onde ela pula, os nomes das ruas em as principais vítimas do acidente moravam, no Setor Aeroporto. A pedra que dá a sucessão de saltos é azul, numa referência à cor emitida pela substância radioativa.

Outro filme de Ângelo Lima sobre o acidente, **“O Pesadelo é Azul”**, já ganhou vários prêmios e foi exibido em Munique, na Alemanha, no dia 14 de outubro deste ano (2011), em evento organizado pela **Associação Cultural Teuto-Brasileira**.

“Anjo ‘Blue’”, ou **“Anjo Azul”**, de 2005, tem direção do fotógrafo e **documentarista Nelson Santos**, que trabalhou na cobertura de todas as edições do festival (FICA). O roteiro foi criado em parceria com sua filha, Ana Carolina, à época do acidente com 17 (dezessete) anos de idade, e tem como ponto de partida o pesadelo de um fotógrafo com o drama da menina Leide das Neves Ferreira. Em cena, o Balé Jovem do **Centro Cultural Gustav Ritter**.

O filme **“Césio 137, O Brilho da Morte”**, do **diretor Luís Eduardo Jorge**, igualmente premiado no Fica, enfatiza os aspectos antropológicos e psicológicos envolvidos no acidente, questionando também o tratamento dispensado às vítimas pelo **Estado (Poder Público)**. O trabalho insere o drama dos goianos numa sucessão de várias outras tragédias com elementos radioativos e nucleares no século, como no caso de Chernobyl. **O filme faz ainda uma homenagem ao cineasta Roberto Pires, diretor do longa-metragem “Césio 137, O Pesadelo de Goiânia”**.

Entretanto, vale destacar que, para o crítico de cinema e professor da UFG Lisandro Nogueira, ainda não foi feito “o” filme definitivo sobre o acidente com o Césio.

### 3.9.5 Música Radioativa

O grupo alemão **Kraftwerk**, pioneiro da música eletrônica, tem músicas que mencionam o elemento químico “Cesium”. E uma outra música desse grupo, chamada **“Geiger Counter / Radioactivity” (“Contador Geiger / Radioatividade”)**, tem os seguintes versos: **“Radioactivity... is in the air for you and me... Radioactivity... discovered by Madame Curie”**.

A palavra *kraftwerk* significa “usina de energia”, em alemão.

A banda carioca **Blitz** tem um álbum chamado “**Radioatividade**”.

A banda norte-americana de heavy metal **Nuclear Assault**, muito engajada em questões ambientais, tem um álbum considerado clássico entre os fãs do estilo, com o nome “**Handle With Care**” (ou “**Segure Com Cuidado**”, em português). Foi lançado no ano de 1989.

Já a banda brasileira (brasiliense) **Legião Urbana** também ficou bastante tocada pelo acidente com o Césio (e pela questão nuclear de uma maneira geral). No disco “**Que País é Este?**”, lançado em 1987 (portanto, no calor do acontecimento), há uma música chamada “Angra dos Reis”, não por acaso o nome da cidade onde o líder e vocalista Renato Manfredini Jr., o “**Renato Russo**”, nasceu (e onde ficam as usinas nucleares Angra I e Angra II, cujo lixo atômico as autoridades da CNEN cogitaram recentemente trazer em parte para o depósito de Abadia de Goiás).

No caprichado **encarte do álbum “Que País é Este”**, o vocalista Renato Russo explica que a canção “Tédio (com um T bem grande pra você)”, que fala da conhecida falta de opções de lazer na capital federal, poderia se chamar “**Césio (com um C)**”. A questão da radioatividade inquietava o líder da Legião Urbana.

O grupo inglês “**Depeche Mode**”, de synthpop, compôs alguns **temas que serviram perfeitamente de trilha sonora** para dramatizar vídeos e documentários sobre a tragédia (vide, por exemplo, o filme “**Césio 137: O Pesadelo é Azul**”, do cineasta Ângelo Lima).



Figura 25: A banda inglesa Deep Purple, de hard rock, tem um álbum chamado “The House of Blue Light” (ou “A Casa da Luz Azul”, em português), que curiosamente também foi lançado em 87.



**Figura 26:** Capa de um disco de uma famosa banda alemã de heavy metal, surgida em 1989 (dois anos após o acidente), e que se chama “Gamma Ray” (ou Raio Gama, em português).

Há uma **banda goiana de thrash metal chamada “Punch”**, cujo cd de estreia, **“Cesium 137”**, lançado em 1997, tem na capa uma foto dos tambores (contêineres) com os rejeitos do Césio empilhados antes da construção do depósito definitivo no município (antigo povoado) de Abadia de Goiás.

Mas o grupo que certamente mais buscou personificar toda a atmosfera relacionada ao acidente é a **banda goianiense “HC-137” (Horrores do Césio 137)**. Durante muito tempo e ainda na ativa, a banda sempre representou o protesto e a indignação **do pessoal dos segmentos punk rock e hardcore de Goiás** em relação à tragédia. Foi formada em 1988 por Manoel Carlos Pires, o Crossover (vocalista); Totonho (contra-baixista), Luciano Xavier (guitarra); e o advogado Aurélio Dias, que morou na Avenida Oeste quase na esquina com a Rua 57 (onde morava o “caçador” Roberto Alves Ferreira), na bateria.

O grupo existe até hoje e faz shows em diversas cidades, sempre cantando sobre os riscos da radioatividade em letras que versam sobre vida e contaminação, dor e medo. O figurino usado pelo pessoal da banda são as **“roupas de astronauta” (macacões brancos com o símbolo internacional da radiação, remetendo aos macacões usados pelos técnicos da CNEN)**.

A banda sempre procurou acompanhar as ações que envolvem as vítimas do acidente, participando de encontros, manifestos, passeatas e mobilizações em favor delas, como fizeram no mês de setembro de 2007, data em que a tragédia completou duas décadas. “Somos ligados a tudo o que diz respeito ao acidente. Apoiamos

a causa dos sobreviventes e lutamos pelo reconhecimento das vítimas”, garante o vocalista Crossover.

No meio dos projetos da banda, está uma discussão sobre o impacto ambiental do Césio, além da defesa de um evento envolvendo todos os segmentos culturais, e também um documentário dirigido por Petrus Pires, filho de Roberto Pires, diretor do filme “Césio 137 – O Pesadelo de Goiânia”. **“Queremos contar o que realmente aconteceu”**, explica o vocalista da banda, que, recentemente (no sábado, dia 20 de outubro de 2012), fez um show histórico no “Diablo Pub”, em Goiânia, marcando os 25 anos do acidente, show esse que fui convidado a assistir, como amigo de muitos anos da turma.



**Figura 27:** Cartaz com fotos de um show da banda HC-137.

Já o **cantor e compositor cearense Fagner** foi um dos que encabeçaram um movimento contra o preconceito provocado na época pela tragédia. Ele lamentava o abandono das vítimas do acidente.

Como um dos principais articuladores do projeto (movimento) **“Grito de Alerta”**, que em 1987 trouxe a Goiânia diversos artistas em uma campanha contra o preconceito e a discriminação gerados em todo o país contra os goianos, o cantor **Raimundo Fagner continua indignado com o tratamento recebido pelas vítimas do Césio-137**. Ele informa que acompanha as reportagens sobre o assunto, “que mexeu com todos nós. Vejo as pessoas sofrendo desse jeito, é uma tristeza só”, diz, para em seguida questionar: **“O que esperar deste país de escândalos, em que impera o abandono das responsabilidades e a classe política está ocupada apenas com suas negociatas?”**.

Ao lado do então secretário estadual de cultura, Kléber Adorno, **Fagner** foi um dos maiores entusiastas da campanha contra o preconceito, juntamente com outros artistas, como **Stepan Nercessian e Siron Franco**. O projeto trouxe a Goiânia, no final de novembro de 1987, nomes consagrados como o **glorioso Abelardo Barbosa, o “Chacrinha”**; **Elizeth Cardoso, João Nogueira, Oswaldo Montenegro, Gonzaguinha, Carlinhos Vergueiro, Sebastião Tapajós, Emílio Santiago, Erasmo Carlos, Moacyr Franco**, além do próprio Fagner.

Outros artistas fizeram apresentações fora do Estado de Goiás, como **Chico Buarque, Alceu Valença etc.**

Em 2007, quando a tragédia completou vinte anos, **Moacyr Franco, autor da música “Eu amo Goiânia”**, afirmou que a mobilização valeu a pena. “Quando aconteceu o acidente, fiquei muito triste, lamentei muito e me ofereci para ajudar”, lembrou. Na época, ele **procurou o então prefeito Joaquim Roriz e mostrou a ele a canção, que depois passaria a ser executada em todo o Brasil.**

### 3.9.6 Literatura, Prosa e Poesia

Muitos escritores foram tão impactados pelo acidente radioativo de Goiânia que decidiram, no calor dos acontecimentos (ou algum tempo depois), passar para o papel o sentimento que experimentaram naquela hora.

**Miguel Jorge** escreveu uma obra densa sobre o acidente radioativo. Com o romance **“Pão Cozido Debaixo de Brasa”**, que tem como protagonista uma catadora de papel em busca de uma luz redentora, o autor ganhou o “Prêmio Machado de Assis de Literatura”, da Biblioteca Nacional, um dos prêmios literários de maior prestígio no Brasil (País). “Eu deixei a poesia assentar para não escrever sob a influência da emoção”, diz o **autor de “Veias e Vinhos”, sobre a traumática e marcante chacina da família Mateucci, na Rua 74, no Centro**, bem perto de onde, anos mais tarde, se daria o acidente radiológico que marcaria Goiânia para sempre. “Hoje, poucos se lembram que o livro faz referências ao que aconteceu naquela época”.

As referências feitas são metafóricas, porém muito claras. No romance de Miguel Jorge, Felipa, a líder de um grupo de catadores de papel, vai em busca de uma luz que pudesse tirar seus companheiros daquela vida. “Quando eles descobrem o material radioativo, acreditam que encontraram o que tanto procuravam. Infelizmen-



te, contudo, depois vêm a dor e a doença”. O escritor goiano (Miguel Jorge) incluiu no enredo uma criança que morre por conta do pó, uma homenagem à pequena Leide das Neves, a menina-símbolo da tragédia.

**“Pão Cozido Debaixo de Brasa’ faz parte de uma trilogia sobre Goiânia, composta também pelos livros ‘Nos Ombros do Cão’, em que falo da violência da ditadura militar contra os estudantes de Goiás, e ‘Veias e Vinhos’, em que abordo a chacina da família Mateucci, na Rua 74. Todos esses livros são a respeito de episódios traumáticos de nossa história”,** explica Miguel. Ele se recorda de que estava em uma festa<sup>23</sup> no Bairro Popular no dia 29 de setembro - data em que o acidente se tornou público -, e que viu técnicos isolando os locais contaminados. “Mas não sabíamos ainda do que se tratava”.

**Gabriel Nascente**, por sua vez, estava acampado nas margens do Rio Corumbá e ficou sabendo da tragédia pelo rádio. Na mesma hora, pegou uma caneta, um papel, e começou a escrever ali mesmo o **poema “Goiânia – O Pesadelo em Setembro”**, que está em dois de seus livros: **“Janelas da Insônia”**, e **“Inventário Poético”**. “Essas coisas são muito eruptivas: Eu fiquei espantado com tudo aquilo e tinha de documentar o momento”, relata.

**Geraldo Coelho Vaz**, ex-presidente da **Academia Goiana de Letras (AGL)**, recorda que diversos escritores participaram de um ato cívico para demonstrar a preocupação com o Césio. Ele mesmo publicou, no livro **“Caminhos de Sempre”**, os **poemas “Césio I” e “Césio II”**. “Escrevi por conta da discriminação com a cidade, e por conta do sofrimento das vítimas”.

O escritor **José Mendonça Teles** publicou uma obra relacionada com o drama que a capital viveu: **“Chamado em Defesa de Goiânia”** traz crônicas e artigos em que o autor critica o preconceito com que os goianos foram tratados na época do acidente. “Em uma solenidade em Brasília, uma mulher chegou a se negar me cumprimentar. Meus textos foram uma reação a este tipo de atitude”.

**“Quando os Flamboyants florescem”**, uma das crônicas de José Mendonça, chegou a ser republicada por ocasião dos vinte anos da tragédia. Nela, o escritor menciona a tristeza que acometeu a cidade justamente na chegada da primavera.

---

23 - O autor destas linhas de dissertação se lembra de estar no aniversário de 6 (seis) anos do irmão mais novo (na noite do dia 29 de setembro de 1987) e alguém mais velho (um tio ou amigo dos nossos pais) chegar e dizer: “Vocês viram ?!! Jogaram uma bomba radioativa no Setor Aeroporto !!!”. O irmão mais novo em questão chama-se Leandro e tinha a mesma idade da menina Leide (também nascera em 1981). Hoje, ele é doutor em Física pela UNICAMP e professor dessa disciplina na UFG.

“Mostro que estava na hora de reconstruirmos a cidade”.

Muitos outros autores se inspiraram na tragédia com o Césio para compor textos literários. O **escritor goiano Edir Meirelles, nascido em Pires do Rio** e depois radicado no Rio de Janeiro, publicou em 1993, pela Editora Litteris, o volume **“Poemas Contaminados”**, em que trata do acidente radioativo.

**Yêda Schmaltz**, falecida em 2003, escreveu alguns versos sobre o desastre no livro **“Prometeu Americano”**, publicado pela **Editora Kelps** em 1996. Maria Lúzia Ribeiro, ex-presidente da União Brasileira de Escritores – Seção de Goiás, fez o mesmo no livro **“O Tempo Responde”**.

Em 1994, **Brasigóis Felício** tratou do assunto em poemas do livro **“O Rosto da Memória”**. Em 1997, quando o acidente completou dez anos, **Edival Lourenço** redigiu uma crônica abordando os momentos dramáticos, intitulada **“A Flor Azul de Uma Certa Primavera”**.

Também cronista, o **poeta e professor Luís Araújo Pereira** dedicou um **poema do seu livro “Linhas”, chamado “Invasores de Corpos”**, fazendo referência à vítima-símbolo da tragédia, Leide das Neves Ferreira.

Sem querer fazer aqui qualquer juízo de valor acerca da qualidade da literatura do professor Luís Araújo Pereira (sua poesia etc.), destaco apenas que o verso “(...) a alma da garota da Rua 57 (...)” comete uma imprecisão ao se referir a Leide das Neves como “garota da Rua 57”. **Leide das Neves, como sabem os que conhecem os detalhes da história do acidente, não morava na Rua 57, no antigo Bairro Popular, mas na Rua 6 do Setor Norte-Ferrovário.** Quem morava na Rua 57 era o “catador” Roberto Santos Alves, o “Betão”.

Em setembro de 2007, quando o autor desta dissertação estava na Rua 57 para fazer levantamento(s) de dados e entrevistas para uma possível pesquisa acadêmica a ser utilizada em outra pós-graduação (mestrado<sup>24</sup>), chegou uma equipe de reportagem da TV Anhanguera e logo os técnicos montaram o tripé com a câmera de filmagem e a repórter Renata Costa se posicionou em frente ao único lote vazio (e concretado) da Rua. Em poucos segundos, a repórter começava a dizer que o tal espaço havia sido o “ferro-velho de Devair Alves Ferreira (...)”. Foi preciso que o autor destas linhas interviesse e dissesse que o tal lote não era o lugar onde funciona-

---

24 - Eu estava cursando a especialização em Direito Internacional na UFG quando fiquei sabendo que a PUC-GO havia aberto um curso de Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento.

ra o ferro-velho, mas sim o espaço onde ficava a casa de um dos primeiros protagonistas do enredo do acidente com o Césio-137, o paulista Roberto “Betão” Santos.

### 3.9.7 Associações Místicas

Nas **primeiras páginas (ps. 15 e 16)** do seu livro **“Eu também sou vítima: A verdadeira história sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia”, publicado em 2003 pela Kelps; e na entrevista histórica ao “Jornal Opção”,** publicada em duas edições (a de 27 de maio a 02 de junho de 2007, e a de 03 a 09 de junho de 2007), o falecido jornalista Weber Borges (o desbravador e provável “descobridor-primeiro” do desastre) relatou que um dia estava na Rua 57 acompanhando o trabalho de remoção dos entulhos radioativos quando foi abordado por uma senhora, que lhe perguntou: “O senhor acredita em Deus?”. “Respondi que sim, que acreditava”. “Então, serenamente, ela disse: **‘leia Nostradamus, Centúria 5, Quadra 7’**”. **“Centúria 5, Quadra 7: Rua 57, pensei”**. Segundo o repórter, que havia deixado o comando de produção do **programa televisivo “Goiânia Urgente”,** da antiga “TV Goiá” (afiliada do SBT de Silvio Santos), para a senhora o acidente estava previsto pelo (alquimista judeu-francês) Michel de Nostradamus, no livro **“As Profecias de Nostradamus”**.

Intrigado com a interpelação da senhora, o jornalista passou então a procurar pelo livro e decidiu encomendá-lo à sede da CNEN (no Rio de Janeiro), entidade para a qual passara a trabalhar depois de ter sido demitido do SBT.

A razão da demissão foi que o jornalista, no auge da repercussão da tragédia, foi convidado a participar pessoalmente do “Programa da Hebe”, em São Paulo, para falar sobre o acidente. Ele trabalhava na **“TV Goiá”, retransmissora então pertencente ao SBT de Silvio Santos** (era o diretor do “Goiânia Urgente”), e foi instado a fazer “as considerações finais” que quisesse nos últimos instantes (30 segundos) do programa (da Hebe). **Weber Borges aproveitou então esses momentos finais do programa e convocou em cadeia nacional o então presidente José Sarney e sua esposa Marly a irem a Goiânia - e não à Colômbia - para mostrar que a cidade não apresentava tanto risco quanto se imaginava.** Resultado: foi demitido, provavelmente a mando de Sarney, cujo governo deve ter requisitado a demissão diretamente a Senhor Abravanel (Silvio Santos), o dono da emissora.

É que na época do acidente, Sarney e sua mulher, dona Marly, tinham viagem marcada à Colômbia, viagem que estava programada na agenda presidencial.

**Certo dia, quando estava na rua do acidente com o Césio 137 (Rua 57), fazendo meu trabalho de “briefing” com a Imprensa, fui interrompido por essa senhora, que me disse que o acidente estava previsto por Nostradamus. Achei muito interessante a informação dela, pois começava a guerra de comunicação. Foi aí que encontrei a primeira barreira: Como convencer o Setor de Administração da Comissão Nacional de Energia Nuclear/Sede Rio de Janeiro, com um quadro de funcionários de formação técnica (rígida naquele momento de crise, em que a confiança mútua, a princípio, é eliminada)?**

**Expliquei, com muita dificuldade de crença, que Nostradamus poderia ajudar de alguma forma na comunicação. Assim, consegui enviar o pedido ao Rio de Janeiro. Dois longos dias depois, um telefone tocava na administração (da CNEN em Goiânia), querendo explicações sobre o pedido feito e querendo também falar com o “doido” que, no meio de um acidente com uma fonte radioativa de Césio 137, pedia para comprar o livro das Profecias de Nostradamus.**

Durante a conversa, demonstrei que *precisava saber para poder explicar*. Foi o suficiente, o bom senso prevaleceu. Porém, o livro só chegaria uma semana depois, e lá estava: “Centúria 5, Quadra 7” (57, o número da rua onde acontecia o acidente).

**NOSTRADAMUS** - Centúria 5, Quadra 7: “*Du triumvir seront trouvez les os, cherchant um profond thresor aenigmatique. Ceux d’alentour ne seront em repos, ce concauer marbre et plomb metalique*”. (Do triumvir serão encontrados os ossos, procurando um profundo tesouro enigmático. Os que estiverem por perto não estarão em repouso, com este sarcófago de mármore e chumbo metálico). Teria sido o acidente de Goiânia uma profecia? Ou mais um treinamento da criatividade?

Na sala do cientista Rex Nazaré Alves, um texto de Albert Einstein decifrava muito bem um acidente: “*Em momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento*”.

Na época, Fernando Gabeira, em discurso na **Praça do Bandeirante, em Goiânia**, declarou: “Se a desintegração da matéria causa todos esses transtornos, é cada vez mais razoável aceitar a ideia<sup>25</sup> de que Deus é a unidade”. Mais tarde, ele destacaria: “Eu estava pensando não apenas nas religiões<sup>26</sup> orientais<sup>27</sup>, como o Taoísmo, mas também na frase do filósofo japonês Nishida Kitaró: **‘Deus é o fundo da unidade da realidade’**” (GABEIRA, 1987, p. 30).

25 - Caso a metafísica necessite de uma definição, Theodor Adorno sugere que a definamos, com o filósofo Hegel, como sendo o pensamento que ensina que o essencial deve aparecer, e permanece ocupado com o modo como este se manifesta.

26 - Em suas preleções sobre a metafísica, Theodor Adorno recorda-se de que já nas comédias de Aristófanes o “mundo metafísico” fora concebido como uma terra de ninguém, refúgio entre nuvens (portanto, algo como uma região envolta continuamente pela neblina). O termo “metafísico” assinala o que há de mais controvertido na tradição filosófica ocidental. Ainda de acordo com Adorno, como “metafísico” procuramos “algo que, enquanto tal, não se reduz a um fato, mas que, por sua vez, não pode ser encontrado sem um fático”.

27 - “Com o pensamento, além do pensamento”, a filosofia de Adorno detecta “correntes subliminares místico-musicais”.

## 4 UMA TRAGÉDIA QUE NUNCA TERMINA

O terceiro e o quarto capítulos do livro da antropóloga Suzane de Alencar Vieira podem ser considerados como os que contêm o núcleo do pensamento da autora, já que analisam o drama em sua aplicação no “evento” e na “temporalidade” que permitem que as narrativas dramáticas continuem sendo enunciadas.

No início do terceiro capítulo, intitulado “**A comunidade de sofrimento**”, a antropóloga diz que o “evento radiológico”, uma vez convertido em drama, é capaz de afetar e envolver outras pessoas além das vítimas, visto que a superabundância de narrativas que surgem constrói um campo público e coletivo, concebido como uma “comunidade de sofrimento” na qual as experiências são comunicadas e compartilhadas. Nesse processo, conforme a autora, a narrativa organiza uma experiência de sofrimento e vincula o sujeito do relato a essa comunidade.

No “**caso de Goiânia**”, as pessoas são afetadas ao assumir um lugar no drama, que tem como uma de suas portas de entrada a disseminação de narrativas, isto é, histórias contadas sobre o acidente. E esse drama foi tensionado pelas práticas de controle sobre a produção e circulação das narrativas, exercido na época – 1987 – sobretudo pela CNEN, cujo trabalho atuou no sentido de fazer com que o vocabulário técnico predominasse (e prevalecesse) sobre as manifestações emotivas que arrebatavam um público amplo, difundindo o medo e a angústia da contaminação radioativa.



Figura 28: Foto de 1987. Criança sendo monitorada nas imediações do Estádio Olímpico de Goiânia.

Desse modo, o **“contágio” surge como uma forma metafórica por meio da qual se expressam a difusão dramática do evento e a maneira como os relatos afetam as pessoas. É “a narrativa como processo contagioso”**. Ou seja, diz respeito a como o Césio-137 e as narrativas sobre a tragédia irradiavam as pessoas. E continuam “irradiando”, pois “a metáfora da contaminação configura o modo emocional através do qual o sofrimento é traduzido” (VIEIRA, 2010, p. 117).

Logo, é possível se afirmar que as narrativas acerca do desastre, ao provocarem uma experiência do drama, ampliam também essa experiência de sofrimento, fazendo com que ela se torne comunicável. Assim, devido ao caráter “contagante” das narrativas dramáticas, o leitor pode ser igualmente absorvido pelo drama, que “contagia” quem não participou diretamente dos fatos em 1987 – caso da própria Suzane -, mas também reabilita o sofrimento das vítimas, promovendo o “engajamento emocional” dos sujeitos nesse processo. Parte daí, por exemplo, a criação das entidades destinadas a tratar das consequências do desastre, como a “AV-Césio 137” e a (hoje extinta) “FUNLEIDE”, resultado de certas iniciativas políticas.

Para a antropóloga Suzane, o acidente com o Césio-137 nos faz lidar com a própria vulnerabilidade do ser humano. Nas entrevistas dadas sobre a riquíssima pesquisa feita por ela, Suzane Vieira já contou que, quando partira para a UNICAMP, sua intenção “não era pesquisar o acidente de Goiânia”. Ela atribui isso ao fato de que, goianiense que é, nunca havia prestado a devida atenção ao evento. “Somente quando vi o caso com um olhar estrangeiro é que eu percebi a riqueza que poderia ser explorada”.

A antropologia é, por definição, um tipo de disciplina que possibilita uma experiência de conhecimento a partir de uma vivência empírica, subjetiva, a partir de determinado objeto de pesquisa. Suzane revelou que, à época da tragédia, morava em Goiânia, mas tinha apenas um ano de idade. Logo, não vivenciou o drama que relata no livro dela. Assim, foi necessário que procurasse transformar tudo o que escutava, via e lia sobre o acidente em **“uma experiência etnográfica”**.

O que isso significa?

**“Significa tornar isso uma experiência real, pois te afeta. E a maneira como isso te afeta é tomada como um procedimento intelectual de conhecimento. Eu me deixei afetar pela maneira como o evento chegava até mim, por meio de diversas narrativas: livros, filmes, documentários, etc. E eu quis problematizar o porquê de esse evento inspirar tanta produção narrativa e ficcional. E não era uma produção narrativa**

apenas das décadas de 1980 e 1990, mas algo que se prolongava, e sobre o qual havia uma produção discursiva até o presente”.

Dessa maneira, a necessidade de recorrer a narrativas não se deu apenas em razão da não presença de Suzane à época dos principais acontecimentos, mas porque as narrativas são parte do evento, tendo funcionado como uma ajuda no prolongamento do próprio evento. **“Tais narrativas não são representativas, mas sim constitutivas do próprio evento, na medida em que se descobriam novas vítimas”**.

Essas novas vítimas, por sua vez, passaram a não apenas lutar por seus direitos, mas também a contar novas histórias sobre o evento. Isso mostra, segundo Suzane, que **“ainda existe uma grande margem de indeterminação em relação à tragédia com o Césio-137”**. Portanto, a autora ressalta (ênfatisa) que o acidente não pode ser sedimentado no passado, pois “nem tudo foi resolvido”. Além disso, o próprio efeito da contaminação radioativa ainda está presente, pois vemos a presença daqueles chamados de “filhos e netos do Césio-137”, isto é, a descendência dos afetados pelo evento.

Sobre os desafios da pesquisa e, conseqüentemente, da publicação (da pesquisa) em forma de livro, Suzane afirma ter encontrado certa dificuldade em escrever. **“Preciso ser sincera. Foi muito difícil escrever sobre o evento”**. A dificuldade foi encontrada, segundo a antropóloga, na **diferença entre as escritas acadêmica, mais burocrática, e a literária, mais aberta a um registro voltado para o próprio tema da pesquisa dela – o drama**.

A autora analisou as convenções da escrita da seguinte forma:

**Enquanto aquilo que chamo de escrita dramática procura mostrar a desagregação, a ruptura, aquilo que não é objetivo, dando também sugestões de aspectos não registrados do evento, a escrita técnico-científica está ligada ao bloqueio das tentativas de essas narrativas afetarem, contagiarem, emocionarem as pessoas. Então, a forma de escrita também foi uma opção acadêmica na tentativa de que essa “convenção etnográfica” transformasse, inclusive, a convenção da escrita. Ou seja, trabalhei a escrita como um laboratório.**

Dentro dessa perspectiva de fora (“outsider”) sobre a catástrofe, um registro que (particularmente) reputo bastante relevante é o de **Fernando Gabeira**. Muito amigo de Siron Franco, **Gabeira** nunca deixou de registrar suas impressões do desastre. Algumas delas com certeza dariam mais um filme sobre a tragédia. No **livro**

“Rua 57: o nuclear na terra do sol”, o jornalista, ex-guerrilheiro e ex-deputado federal **Fernando Gabeira** tece algumas considerações acerca do acidente de Goiânia: “O que aconteceu foi um desastre: o início de uma década em que a bomba de césio-137 esperou que a livrassem de sua armadura de chumbo para desintegrar-se ao ar livre, numa cidade de um milhão de habitantes” (à época).

Para Gabeira,

Reconstruir a ligação de cada um dos personagens com a pequena cápsula de césio, com um peso aproximado de 100 gramas, tornou-se um exercício meio frustrante, “um passeio no labirinto”. Roberto e Wagner retiraram a enorme peça num carrinho de mão e venderam o cabeçote de chumbo a um ferro-velho. O preço foi de mil e seiscentos cruzados, pouco mais de vinte dólares. O dono do ferro-velho e os próprios catadores ficaram curiosos. Queriam, evidentemente, romper o chumbo para vendê-lo em parte, mas também queriam ver o que havia dentro. Era para eles uma espécie de raio X. Se a máquina pode ver dentro das pessoas, por que as pessoas não podem ver dentro da máquina?

Esse momento mágico da descoberta da pedra de Césio-137 foi descrito nos despachos da imprensa com uma certa simplicidade. Eram pobres catadores de papel diante de uma pedra azul, ‘maravilhados como um colonizador português ao encontrar uma esmeralda’. Mas há indícios de que o êxtase era mais místico do que econômico, de que reconheceram não algo valioso, mas sim extraordinário (GABEIRA, 1987, p. 3).



**Figura 29:** Trabalhadores que atuaram na descontaminação dos locais atingidos pela radiação.



#### 4.1 RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA (A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA)

Na obra **“Médicos e Medicina em Goiás”**, o jornalista Lúri Rincon Godinho assinala que “quando Goiás passou a existir, por volta de 1725, a relação entre as duas partes (doutores e pacientes) era nula. Sete anos depois, em 1731, Goiás e Mato Grosso ainda não tinham médicos... Quem mandava na área eram os curandeiros, já que, além da ausência de médicos, a palavra farmácia (ou botica, como se dizia) simplesmente inexistia no estado e continuaria assim por muito tempo. [Pelas intervenções e credices estapafúrdias] **Zoroastro Artiaga** diz que é dessa época que vem o ditado segundo o qual ‘de médico e louco todo mundo tem um pouco’”.

Segundo **BERTAZZO** (2013, p. 26), “o primeiro hospital civil em Goiás foi o **Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara**, fundado em 1825, para servir de abrigo aos enfermos pobres e indigentes. Acolhia dementes, doentes e necessitados, fossem eles livres ou escravos, prestando amparo material e espiritual à comunidade na vida e na morte. Vinculava-se às preocupações da Câmara de Vereadores e do governo da Província em relação à função de curar por caridade os enfermos pobres. Mas os recursos públicos, além de atrasar, não chegavam a suprir as necessidades. O hospital de Goiás cumpriu seu papel basicamente ‘por milagre’, nos primeiros anos de sua criação, graças a doações e esmolas oferecidas pelas pessoas mais abastadas da província, e muitas vezes teve de recorrer à boa vontade e generosidade da população para sobreviver”.

Em **“Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX”**, **Sônia Maria de Magalhães** informa que “administrava o hospital uma ‘Junta de Caridade’, composta pelo juiz de fora e seis cidadãos abastados residentes na cidade. A chegada a Goiás das **irmãs dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils**, em 1889, a pedido do **bispo Dom Cláudio Ponce de Leão**, abriria novas possibilidades para a saúde e a educação em Goiás. A **Congregação das Irmãs**, que se dedicava ao ensino e ao cuidado dos enfermos, aliava o apostolado à profissão. Além de fundar o **Colégio Sant’Ana**, as Irmãs tinham a seu cargo, na capital de então, a direção interna do **Asilo de São Vicente** e do Hospital. O **São Pedro de Alcântara** começou a esboçar os princípios dos hospitais modernos orientados especificamente para a cura no início do século XX, graças às reformas realizadas sob a administração das irmãs dominicanas”.

## 4.2 GOIÂNIA, A NOVA CAPITAL DE GOIÁS

Como se sabe, **a pedra fundamental de Goiânia foi lançada em outubro de 1933** e a população foi se concentrando na nova capital de Goiás, que estava então sendo erguida.

**“Uma cidade onde a natureza e o homem pudessem conviver em harmonia. Essa teria sido a concepção do arquiteto Atilio Corrêa Lima quando da elaboração do projeto de Goiânia”**, conforme reportagem de **“O Popular” de 15 de março de 2012**, sobre “o sonho da construção de Goiânia”.

Ao pensar a nova capital, Atilio teria, segundo a reportagem, feito questão de aproveitar as características naturais da região central do Brasil. A nova capital seria construída sobre um território virgem, e os condicionantes naturais e simbólicos da região ganharam peso.

“Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é o seu **Centro Administrativo**. A situação que lhe demos é de grande destaque”, justifica Atilio Corrêa Lima, em relatório publicado em 1937, sobre sua escolha de colocar **a administração do Estado de Goiás no centro de Goiânia**.

O arquiteto desenhou avenidas dotadas de toda a infraestrutura no sentido da maior inclinação, e as ruas secundárias no sentido da menor inclinação. Em sua concepção, o modelo desenhado para a capital evitaria problemas de enchentes, ao mesmo tempo em que aproveitaria a topografia da região para dar à nova cidade a monumentalidade necessária à sua função.

**“A Avenida Pedro Ludovico (Av. Goiás)** tem um caráter pitoresco e monumental, constituindo uma avenida-jardim. Pela sua largura excepcional e pelo seu aspecto luxuoso, prestar-se-á para as demonstrações cívicas”, explica Atilio, no mesmo relatório publicado em 1937, sobre a função da via.

A **praça central de Goiânia (Praça Cívica)** foi concebida com **ligações para as três grandes avenidas (Goiás, Tocantins e Araguaia)**, que convergem para aquele centro. Na concepção do seu idealizador, as largas avenidas dariam maior fluidez ao trânsito e evitaria problemas de tráfego nas ruas da cidade.

Outra mostra da preocupação do arquiteto com a trafegabilidade teria sido a Avenida Anhanguera, principal base do comércio e via de escoamento de veículos para o exterior da cidade. Próximas dela foram construídas vias paralelas que servissem como um escape quando o tráfego de veículos estivesse intenso.

Uma outra preocupação do arquiteto foi com a questão ambiental. O relatório de Atilio determinava a vedação de construções na cabeceira e nas proximidades dos **córregos Botafogo e Capim Puba**, e previu também a construção de vários parques e clubes, com a finalidade de preservar a qualidade da água que abasteceria Goiânia.

Além disso, foram planejados parques, jardins, praças ajardinadas e ruas arborizadas que dariam um aspecto de jardim à nova cidade que nascia. Desse modo, Atilio imaginou o **Bosque dos Buritis** com 400 (quatrocentos) mil metros quadrados – hoje ele tem apenas 124.800 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos) metros quadrados.

Esse mesmo encolhimento ocorreu com o **Parque Botafogo**, cuja área atual corresponde a metade do seu traçado original. Ao longo de seus 81 anos de história, e com o crescimento urbano acelerado, uma das consequências mais notórias foi a perda de grandes áreas ajardinadas da capital.

Consultado pela reportagem de “O Popular”, Ilézio Inácio Ferreira, presidente da ADEMI, do Instituto Cidade, e do Fórum da Mobilidade, fala que a expectativa do grupo que está trabalhando com o resgate da história de Goiânia é com o lançamento do projeto do “**Museu Atilio Corrêa Lima**”, que, segundo ele, **deveria funcionar na antiga Estação Ferroviária de Goiás, que foi planejada por Atilio.**

Também consultada pelo jornal, a arquiteta Jacira Rosa Pires explica que um dos motivos da perda de qualidade ambiental na capital, uma das principais características do projeto inicial da cidade, ocorreu porque Goiânia cresceu de forma assustadora. “Perdemos uma qualidade do plano original por causa do crescimento acelerado. O planejamento urbano não consegue acompanhar a velocidade das mudanças”.

E a **arquiteta Narcisa Cordeiro**, igualmente consultada pela reportagem, celebra a retomada da preocupação ambiental no planejamento urbano. Ela lembra que agora está sendo ampliado o número de parques na capital. Narcisa diz que a memória popular que relaciona Goiânia a uma cidade-jardim cobra tal resgate.

Do dia 15 ao dia 23 de março de 2012, aconteceu uma exposição do trabalho desse **brilhante arquiteto e urbanista Atilio Corrêa Lima**. A mostra reuniu fotografias, plantas, organograma e cartas da época que ajudam a recuperar parte da história arquitetônica da fundação de Goiânia.

Essa exposição foi uma oportunidade para os goianienses reverem o projeto

original da cidade e repensarem os caminhos do crescimento urbano. A **neta de Atilio**, a **museóloga Rachel Corrêa Lima**, foi quem escolheu o material exposto na capital. Ela contou à reportagem da matéria “Goiânia, um sonho”, que o convite para participar da exposição surgiu em cima da hora, e que por isso não foi possível pensar em algo mais elaborado para a mostra dos trabalhos de seu avô.

A museóloga procurou selecionar dentro do acervo da família material relacionado com a construção de Goiânia. “Mande algumas coisas que as pessoas não estão acostumadas a ver, como o organograma do trabalho realizado em Goiânia”, explica.

Ela acrescenta que é sempre grande a expectativa de voltar a Goiânia. Rachel, que mora no Rio de Janeiro, retornou à cidade depois de quase dez anos da última visita, ocorrida em 2002. “Acho uma cidade muito linda, com uma história rica, pois é uma capital construída do nada”, observa.

Ela lembrou ainda que, na primeira vez em que estivera em Goiânia, viveu uma emoção muito forte, porque queria ver todos aqueles traçados radiais desenhados pelo avô. Da janela do avião ficou procurando reconhecer a cidade que só conhecia pelo papel. **Em 1937, o urbanista não imaginava o tamanho que a cidade teria e nem previu as modificações que acabaram incidindo sobre o seu projeto original.**

Apesar de Rachel não ter conhecido o avô, a família dela sempre viveu intensamente a história do arquiteto. **Ao longo dos anos, muitos pesquisadores passaram pela casa dos Corrêa Lima em busca de fragmentos da obra do arquiteto.** Ela conta que foi esse contato com tantos estudiosos da obra de Atilio que permitiu a eles conhecer melhor o urbanista.

A museóloga destaca ainda a paixão do avô pelas plantas. Na casa deles, é possível encontrar material com várias espécies catalogadas. Os estudos, conforme Rachel, seriam para uma escolha mais adequada das plantas que seriam colocadas nos projetos urbanísticos dele.

Sobre a história de que um dos traçados de Goiânia representaria Nossa Senhora de Aparecida, a neta é clara em dizer que o avô não era religioso, mas que os desenhos originais das vias em formas radiais realmente remetem à ideia da santa, o que, para ela, dá um charme à cidade (“O POPULAR”, p. 7, 2012).

#### 4.3 O NOVO GRANDE HOSPITAL (DA ENTÃO NOVA CAPITAL)

Para **BERTAZZO** (2013, p. 27), “até o ano de 1936, o governo estadual não dispunha de condições concretas para atender à população no campo da saúde, muito menos para oferecer atendimento hospitalar. Foi aí que, pela experiência acumulada em vários setores, a participação da **Igreja Católica** tornou-se fundamental. O então arcebispo de Goiás, **Dom Emanuel Gomes**, conhecido como “**o bispo da educação**” (pela destacada atuação na fundação de escolas), foi chamado também para colaborar no campo da saúde, em que os pobres eram (e são) as maiores vítimas”.

Segundo **BERTAZZO** (2013, p. 27), “a **Sociedade São Vicente de Paulo**, que atuava havia tempos na Cidade de Goiás - e tinha a experiência na gestão de um asilo fundado em 1908 -, chamada a Goiânia, veio com o objetivo de ajudar na solução de graves problemas, tendo como projeto básico a implantação da **Santa Casa de Misericórdia**. Nesse sentido, foi decisivo e fundamental o apoio imprescindível da **então primeira-dama do Estado de Goiás, dona Gercina Borges Teixeira (chamada de Mãe dos Pobres)** e do **vicentino e pioneiro Germano Roriz**, considerados dois pilares de sustentação do primeiro hospital de Goiânia”.

E prossegue **BERTAZZO** (2013, p. 27): “Em ata da Sociedade São Vicente de Paulo, Germano Roriz, **primeiro presidente do Conselho Metropolitano dos Vicentinos em Goiás**, enumerou ‘apenas’ três problemas enfrentados no início da construção: terreno, material e mão-de-obra. Mas a dedicação e a generosidade supriam o que faltava materialmente (...)”.

“(...) Em ‘**Santa Casa de Misericórdia de Goiânia: Uma história de amor no atendimento aos necessitados**’, Ricardo Gonçalves Santana relata os primeiros passos da Santa Casa de Goiânia: “O lançamento da pedra fundamental ocorreu em 28 de setembro de 1935, em uma área junto às Ruas 21 e 24, no Centro, próxima ao Córrego Botafogo. O local foi mudado, por motivos técnicos e políticos, para a Avenida Tocantins, junto à Avenida Paranaíba e à Rua 4. A fundação oficial deu-se no dia 1 de novembro de 1936. **A construção foi iniciada em 1937, contando com a ajuda de Pedro Ludovico e de dona Gercina, em nível estadual, e de uma doação federal de 50 contos.** No dia 17 de abril de 1937, foi celebrada a primeira missa nas humildes instalações da Santa Casa de Misericórdia, que, nos primeiros tempos, encontrava válido auxílio na caridade pública e na solidariedade da população. Em outubro de 1937, iniciou-se o funcionamento, ainda que precário, com dis-

pensário, ambulatório e pediatria. A **Colônia Síria** veio em socorro da Santa Casa e ofereceu os recursos para o pavilhão 'Casa da Criança Desamparada'. A partir de abril de 1938 passou a internar doentes; em janeiro de 1939 foi contratado o primeiro médico com salário, o **doutor Domingos Viggiano**. Em abril de 1938, a Santa Casa sediava o '**I Congresso Vicentino da Arquidiocese de Goiás**'".

Mas, conforme **BERTAZZO** (2013, p. 29), "o dia a dia do hospital estava sob a direção de Irmãs. O arcebispo **Dom Emanuel Gomes, sentindo a necessidade da presença de educadoras religiosas na nova capital do Estado, convidou o Instituto das Irmãs Agostinianas Missionárias para abrir um Colégio – o atual Santo Agostinho – em Goiânia e dirigir, com os vicentinos, a Santa Casa**. As Irmãs chegaram em julho de 1937, quando eram colocados os alicerces do hospital. A necessidade transformou irmãs dedicadas à educação em eficientes gestoras de um hospital que, também por estar em seu início, exigia dedicação e generosidade especiais (...)"

"(...) **Ricardo Gonçalves Santana** informa que o 'primeiro provedor da Santa Casa, o Dr. Germano Roriz, trabalhava juntamente com **dona Gercina** para conseguir suprimentos, roupas e remédios necessários ao atendimento, sempre apoiados na ação dos vicentinos. Não foi um período fácil. As freiras se revezavam nas enfermarias e na cozinha, onde a comida era feita em fogão a lenha, local onde também era esquentada água para a limpeza dos curativos' (...)"

E **BERTAZZO** (2013, p. 29) salienta que "as irmãs dominicanas dedicaram coração e forças na condução do hospital em seus primeiros anos, até a chegada de irmãs dedicadas especificamente ao serviço dos doentes. Dom Emanuel dirigira o convite para cuidar da Santa Casa às **Irmãs Filhas da Caridade, conhecidas como Irmãs Vicentinas**, uma congregação religiosa que, desde sua fundação, em 1633, cuida do atendimento dos pobres e doentes. O convite foi acolhido pela superiora irmã Marie Antoinette Blanchot, que, entretanto, pediu que se aguardasse o término do curso de Enfermagem que algumas irmãs frequentavam na Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro. Irmã Luiza, que mais tarde foi também diretora da escola de enfermagem e compôs o primeiro grupo de Irmãs Filhas da Caridade em Goiânia, deixou um relato: 'Irmã Blanchot prometeu a vinda de 4 (quatro) irmãs, que ainda estudavam em regime de internato na **Escola Anna Nery**, logo após terem terminado os estudos, também para implantar a **Escola de Enfermagem**'. Ressalte-se que a iniciativa de implantar uma Escola de Enfermagem foi uma das metas defi-

nidas pelos Vicentinos para o ano de 1941, e, para isso, foi criado o Conselho Deliberativo para a Escola de Enfermagem. A chegada das Irmãs Vicentinas deu condições para o funcionamento do curso, onde elas, juntamente com outros profissionais, foram professoras desde o início. **Num primeiro tempo, chamou-se Escola de Enfermeiras do Hospital São Vicente de Paulo; depois tornou-se Faculdade de Enfermagem e, atualmente, é um departamento da PUC Goiás (...)**”.

“(...) E continua o relato de irmã Luiza: ‘Em 02 de outubro de 1942, chegada das irmãs enfermeiras; 10/10/1942: iniciava-se em Goiás o primeiro curso de Enfermagem. A população sentia certa curiosidade em relação às Irmãs que na época usavam aquele lindo chapéu branco chamado de corneta, que recorda a vestimenta das camponesas francesas... Nós, Filhas da Caridade, pedimos ao prefeito as faixas do **Batismo Simbólico de Goiânia (de 05 de julho de 1942)** para que pudéssemos transformá-las em pequenos lençóis para os doentes que se internavam na Santa Casa’. A criatividade supria o que a falta de recursos negava (...)”.

“(...) A atuação das irmãs não se restringiu à Santa Casa. Goiás lhes é devedor, desde 1943, também pela direção da **Colônia Santa Marta, hoje Hospital de Dermatologia Sanitária (HDS)**, e, desde 1957, pela **Vila São José Bento Cottolengo, em Trindade**, hospital de assistência integral e humanizada a pacientes com deficiências múltiplas em leitos de longa permanência (...)”.

“(...) E informa ainda Irmã Luiza: ‘Em 21 de abril de 1960 foi inaugurada e iniciou seus trabalhos a **Faculdade de Medicina de Goiás...** Com a criação da UFG, em 1960, a faculdade de Medicina passou a fazer parte da UFG, como unidade integrante, encampando encargos, contratos e compromissos, inclusive o convênio firmado com as Irmãs Filhas da Caridade, que colaboraram nos setores de Enfermagem e Administração e no treinamento dos primeiros servidores do **Hospital das Clínicas**, utilizando as dependências da Santa Casa e do **Hospital JK**’ (...)”.

**BERTAZZO** (2013, p. 31) assinala: “Não podemos esquecer a **fundamental participação da Conferência de São Vicente de Paulo na fundação da ‘Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz’**. Lázara Alves de Almeida, da primeira turma de enfermeiras formadas na **Escola de Enfermagem**, em *Saga das Quatro Escolas que Ajudaram Goiânia a Crescer*, relata que a aula inaugural da primeira turma da nova faculdade, criada pelo esforço conjunto de um grupo de pessoas, aconteceu no dia 15 de março de 1948. Desde janeiro de 1946, foi convidado a participar o **Sr. Germano Roriz, presidente da Conferência de São Vicente de Paulo**

**e diretor da Santa Casa**, para tratar da fusão das faculdades com a **Conferência de SVP**. Incorporadas à **UFG**, as faculdades formaram a base da nova universidade que iniciava suas atividades. Até então, nas décadas de 30 e 40 do século passado, era tempo de semear e ver a obra florescer. O desenvolvimento da ‘empreitada’ exigiu que, além da generosidade e dedicação, marcos e sustentação da fundação e do início, vigerassem, com mais intensidade, a profissionalização e técnicas de gerenciamento para que a Santa Casa prestasse sempre mais e melhor os seus serviços à sociedade”.

**Ricardo G. Santana**, no livro supracitado, informa que até 1954 a Santa Casa era dirigida apenas pela Conferência São Vicente de Paulo. “Com a expansão do hospital, que dispunha, naquele período, de mais de 150 leitos, o presidente da Conferência, bispo (auxiliar) Dom Abel, implantou um regimento pelo qual o presidente da Conferência, em acordo com o presidente do **Conselho Central**, nomearia uma junta para administrar o complexo hospitalar por dois anos. Essa junta era composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro. O presidente nomearia o diretor administrativo e o diretor clínico seria eleito pelos médicos”.

Para **Santana** (2013, p. 32), “a década de 1970 assistiu a um amplo desenvolvimento da Santa Casa, à profissionalização dos serviços prestados e à ampliação do atendimento. Não faltou, ainda assim, a generosa colaboração de médicos e da população para o resultado positivo. A falta de recursos foi sempre empecilho para algo maior e limitava a ampliação e a modernização das instalações. Era necessário, assim, pensar e empreender algo novo”.

**Em 1984, no final da gestão do Prof. José Luciano da Fonseca na presidência da Santa Casa, decidiu-se que a área ocupada pela Santa Casa na Rua 4 seria vendida para que, com os recursos obtidos, fosse possível construir um novo hospital.** Assim que o **Estado de Goiás** adquiriu a área (onde seria erguido um “**Hospital do Servidor Público Estadual**” e hoje se levanta o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia), iniciou-se a construção do novo complexo hospitalar da Santa Casa, em área pertencente à Sociedade São Vicente de **Paulo**, localizada na Vila (hoje Setor) Americano do Brasil, onde funciona até hoje. A inauguração da nova Santa Casa de Misericórdia de Goiânia ocorreu em 05 de agosto de 1985”.

**A história da tragédia com o Césio-137 está, de fato, ligada à história da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia.** Quando Pedro Ludovico Teixeira decidiu passar a propriedade desse hospital (e de todo o seu terreno) para os “**vicentinos**”



(**Sociedade São Vicente de Paulo**), o documento dessa transação jurídica foi lavrado em um cartório da época (posteriormente absorvido pelo atual “**Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Goiânia**”, situado à **Avenida Araguaia**, no centro da capital), o qual:

“Certifica, a requerimento verbal da parte interessada, que, revendo neste Cartório o Livro 3-L, já arquivado, de número 15.117, de ordem, em data de 10 de julho de 1946 foi feito o registro do **lote situado na quadra 73, Avenida Tocantins**, da zona residencial, sem valor declarado, em que é **adquirente CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA DE GOIÂNIA**, representada pelo seu presidente, e é **transmitente ESTADO DE GOYAZ**, conforme **Título de Domínio de Doação, de 21/09/42**, expedido pelo **escritório central de venda de terras de Goiânia**, representada pelo seu ex-diretor Solon E. de Almeida, com o traslado assinado pelo secretário contador Benedito O. da Fonsêca. Certifica ainda que na **Averbação 01** foi feita a **averbação da construção de um prédio que é sede do Conselho Metropolitano e mais outros 02 prédios em que funciona a Santa Casa de Misericórdia, Centro Médico e Departamento de Psiquiatria**. Certifica, mais, que o imóvel supra tem como transcrição anterior os n.ºs. 660, 700 e 701, do **extinto Termo de Campinas**, e Matrícula seguinte de n.º. 32.825, da Circunscrição. Certifica ainda que, revendo os livros competentes, verificou neles não existir ônus sobre o imóvel acima descrito”.

Em seguida, vem uma sucessão de registros e averbações feitos em outro cartório, o “**Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Goiânia**”, também responsável por absorver zonas imobiliárias outrora cobertas (abrangidas) por um antigo (e extinto) cartório. Essa sequência de atos cartoriais **registra o seguinte**: Após a doação, em 1942, do terreno em questão pelo **Estado de Goiás** para a **CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA DE GOIÂNIA (que já era a gestora da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia)**, foi feito o registro dessa doação em 1946. A partir daí, os “vicentinos” administraram, como proprietários, **todo o terreno triangular que englobava a Santa Casa** pelas décadas seguintes (1950, 1960, 1970 e primeira metade da década de 1980).

Em 1984, mais precisamente no **dia 26/06/84**, a **CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA DE GOIÂNIA** **vendeu todo o terreno** (que continha tanto o IGR quanto a própria Santa Casa) **para o IPASGO (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás)**, “**autarquia estadual e pessoa jurídica de Direito Público Interno**”. A venda do imóvel se deu “pelo preço de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), pagos da seguinte maneira: Cr\$ 1.000.000.000,00, no ato da Escritura; Cr\$ 500.000.000,00, no dia 1º/09/84; Cr\$ 500.000.000,00, no dia 1º/10/84; Cr\$ 500.000.000,00, no dia 1º/11/84; e Cr\$ 500.000.000,00, no dia

1º/12/84, todas essas importâncias representadas por Notas Promissórias, a título de vínculo”.

Essa **venda** ocorreu no “**Cartório do 3º Ofício de Notas**”, e consta da “**Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Livro nº 414, folhas 119 a 126, desse mesmo cartório desta Capital**”.

Já o **registro** dessa escritura (de compra e venda) aconteceu no “**Cartório do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Goiânia**”, no dia 30 de setembro de 1985. O número do registro é “R-1-32.825”.

E a “Averbação-2-32.825 certifica e dá fé que, mediante a apresentação de todas as **Notas Promissórias** relativas aos vínculos constantes do R-1-32.825 supra, com recibo de cada uma delas, fica cancelado esse vínculo relativo a todas essas Notas Promissórias relacionadas no citado registro”.

Na sequência, vem a “Averbação-3-32.825”, certificando que, “de acordo com Requerimento apresentado com firma reconhecida, foram demolidas todas as benfeitorias constantes do imóvel, conforme **Alvará de Licença para Demolição**, expedido pela **Coordenadoria de Licenciamento de Edificações e Loteamentos, da Secretaria de Ação Urbana da Prefeitura desta capital**”.

Depois, vem a “Averbação-4-32.825”, certificando e dando fé que, “de acordo com Requerimento apresentado com firma reconhecida, e de acordo com **Certidão de Limites e Confrontações de Lote expedida pela Prefeitura Municipal desta capital**, a área de 21.456,36 m<sup>2</sup> encontra-se localizada à Avenida Tocantins, esquina com a Rua 4, no Setor Central, com as seguintes dimensões e confrontações: 83,85 metros de frente para a Avenida Tocantins; 188,25 metros de fundo para a Rua 4; 87,60 metros pelo lado direito com a Rua 30; 249,65 metros pelo lado esquerdo dividindo com a Avenida Paranaíba; 7,07 metros pela linha do chanfrado da Avenida Tocantins com a Avenida Paranaíba; 8,02 metros pela linha do chanfrado da Avenida Tocantins com a Rua 30; 8,35 metros pela linha de chanfrado da Rua 30 com a Rua 4; e 4,85 pela linha do chanfrado da Rua 4 com a Avenida Paranaíba, cuja **Certidão originária encontra-se datada de 19/09/85**”.

Depois, vem a “Averbação-5-32.825”, de 1º de dezembro de 1992, certificando e dando fé que, “de acordo com Requerimento apresentado, com firma reconhecida e datado de 27/11/92, acompanhado do **Memorial Descritivo e respectiva planta**, o imóvel objeto desta averbação, com 21.456,36 m<sup>2</sup>, está/encontra-se localizado dentro dos seguintes limites e confrontações: ‘Começa’ no marco nº 01, crava-

do na Avenida Paranaíba, daí segue até o marco nº 02 , cravado na Avenida Tocantins; daí segue por essa avenida até o marco nº 03; daí segue até o marco nº 04, cravado à Rua 30; daí segue por essa rua com o desenvolvimento em curva até o marco nº 05; daí segue até o marco nº 06, cravado na Rua 4; daí segue pela Rua 4 até o marco nº 07; daí segue pelo chanfro até o marco nº 08, cravado na Avenida Paranaíba; daí, segue pela Avenida Paranaíba, com o desenvolvimento em curva até o marco nº 01, ponto de partida”.

Depois, vem o “Registro-6-32.825”, também de 1º de dezembro de 1992, certificando que, “por **Escritura Pública de Alienação de Imóvel por Desapropriação Amigável**, lavrada no Livro 826, às folhas 75 a 78, em data de 20/07/92, no Cartório do 2º (Segundo) Tabelionato de Notas desta comarca, o adquirente constante e qualificado no Registro -1, supracitado, ‘vendeu’ ao **Estado de Goiás, pessoa jurídica de Direito Público Interno, representado pelo procurador geral do estado, Dr. Geraldo Gonçalves da Costa**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 025.700.331-20, residente e domiciliado nesta capital, o imóvel objeto deste registro, na sua totalidade, pelo preço de Cr\$ 6.436.908.000,00”.

E, como se sabe, dois anos depois (em 1994) foi construído o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, no final da (segunda) administração (estadual) do então governador de Goiás, Iris Rezende Machado.

**Ou seja, resumindo o histórico jurídico do terreno da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, tem-se o seguinte: O Estado de Goiás, proprietário original do terreno, doou-o para a Conferência de São Vicente de Paula em 1942. Mais de quatro décadas depois, em 1984, a Conferência de São Vicente de Paula vendeu todo o terreno para o IPASGO. E, por fim, o IPASGO vendeu o terreno (de volta) para o Estado de Goiás, que voltou a ser o proprietário dele.**

E é justamente no meio de todo esse vai-e-vem jurídico que começa a confusão que resultou na tragédia, com a conseqüente discrepância entre os relatos (políticos, jurídicos, jornalísticos, governamentais etc.) e demais fontes (“oficiais” ou não) de informação.

**Trata-se, precisamente, do imbróglio judicial (seguido – e permeado – pelo colapso de comunicação) que criou as condições para que toda a catástrofe acontecesse.**

Após pesquisar os arquivos e registros jurídicos do antigo IGR (Instituto Goiano de “**Radioterapia**”), que – mais uma vez – não se confunde com o vigente Insti-

tuto Goiano de “**Radiologia**” (da família Normanha), que tem a **mesmíssima sigla IGR**, encontramos o seguinte registro:

- **Nome fantasia:** INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA
- **Razão Social:** ISIS DOURADO MONTEIRO
- **CNPJ:** 01.090.455/0001-08
- **Data de abertura:** 25/05/1972
- **Status da empresa:** Baixada
- **Motivo da situação cadastral:** Extinção para Encerramento com Liquidação Voluntária
- **Data de ocorrência:** 02/05/1978
- **Natureza jurídica:** Empresa Individual Imobiliária

#### 4.4 UMA POSSÍVEL CRONOLOGIA DA MÁQUINA DE RADIOTERAPIA

No livro “**Consequências Psicossociais do Acidente de Goiânia**”, os autores (e **psicólogos**) **SUZANA HELOU e SEBASTIÃO BENÍCIO da COSTA** procuram contextualizar a polêmica situação que deflagrou o desastre (1995, páginas 13, 14 e 15):

Antes de introduzir o leitor nas discussões sobre as consequências psicossociais do acidente radioativo de Goiânia, objeto de nosso estudo, convém familiarizá-lo com algumas das implicações que foram próprias do evento e que, certamente, exerceram grande influência sobre a vida do goianiense, envolvido em maior ou menor grau com o acontecimento.

**Em 1977**, o IGR (INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA) – empresa de propriedade particular que desde 1972 se instalara em área localizada no centro da capital, arrendada da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA – obteve autorização da CNEN para instalação e uso de uma unidade de radioterapia com bomba de Césio-137.

Em 1984, o IPASGO comprou toda a propriedade da Santa Casa, incluindo o prédio onde se encontrava o IGR, e deu início à sua demolição. Os proprietários do IGR desocuparam o local, mas não retiraram todos os equipamentos, deixando ali o aparelho de radioterapia, àquela época já desativado.

Segundo o noticiário da imprensa, divulgado na época do acidente, em meados de 1985 os proprietários do IGR teriam comunicado à CNEN a mudança de suas instalações e a permanência do aparelho de teleterapia no seu antigo endereço. A CNEN, no entanto, nega tal fato.

Por volta do dia 13 de setembro de 1987, dois rapazes, sem profissão definida, pretendendo extrair o chumbo que revestia o **aparelho de teleterapia**, furtaram das ruínas do IGR a parte que continha uma cápsula de aço inoxidável, em cujo interior se encontrava o cloreto de Césio-137.

Transcorridas duas semanas da violação e venda da peça a um ferro-velho, de onde se dera a distribuição de fragmentos do Césio-137, uma mulher – já seriamente atingida pela contaminação, mas desconhecendo as proprieda-

des do material radioativo – fez-se acompanhar de outra pessoa e entregou a cápsula à Vigilância Sanitária. Ao que tudo indica, ela intuiu ser aquele estranho pó o causador do desequilíbrio orgânico que recairia sobre alguns de seus familiares e amigos. “Isto está matando minha gente”, disse ela a um veterinário daquele órgão, quando a ele entregou a cápsula radioativa.

Um mês após o acidente, as impressões daquele momento ainda pareciam fortes na memória do veterinário. “Foi transmitindo seu sofrimento, com iniciativa e convicção, que ela nos forneceu as pistas sobre o acidente radioativo”, declarou ao **Jornal do Brasil, no dia 1º de novembro de 1987**.

A elucidação dos fatos relativos ao acidente radiológico de Goiânia despertou a indignação de muitos. Este sentimento estendeu-se, inclusive, a outros estados-membros brasileiros. “Um Descuido Inaceitável”, dizia a manchete do **Jornal O Globo, em 08 de outubro de 1987**. No dia seguinte, o jornal local **Diário da Manhã** falava da “Luminosa Incompetência” em seu noticiário.

Precisar a culpabilidade àquela altura dos acontecimentos seria realmente difícil. Sequer estava sendo possível elucidar as responsabilidades concernentes à fiscalização das fontes de energia nuclear existentes no Brasil.

No Rio de Janeiro, segundo o jornal **Folha de São Paulo, edição do dia 30 de outubro de 1987**, cinco semanas após o acidente radioativo, diversos manifestantes vestidos de preto e usando máscaras ocuparam durante uma hora a calçada em frente à sede da CNEN, localizada naquela capital, no Bairro Botafogo, em sinal de protesto contra o acidente.

Antes disso, o **jornal O Globo, no dia 09 de outubro de 1987**, havia noticiado que cinco mil goianienses, em passeata organizada por Fernando Gabeira, com a participação de escritores, artistas plásticos e atores, desfilaram pelas ruas da cidade, reivindicando “cadeia para os responsáveis”, “assistência à população” e “segurança”.

No dia 11 daquele mês, o mesmo jornal considerou que “o acidente nuclear de Goiânia é uma demonstração de negligência geral”. Segundo a reportagem, o fato “envolve, direta e indiretamente, da (sic) da CNEN ao Governo de Goiás, passando pela Justiça do Estado de Goiás e pelo IGR”.

“A situação é absurda”, declarou o superintendente da Polícia Federal em Goiás ao **jornal O Globo, no dia 21 de outubro de 1987**, por ocasião da investigação que apurava as responsabilidades pelo acidente. “Não existe ninguém responsável pela fiscalização dos aparelhos que utilizam elementos radioativos para fins medicinais”, concluiu ele.

E enquanto não se elucidavam as responsabilidades, a população goianiense se dividia, aderindo a diferentes posições, opiniões e julgamentos a esse respeito. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, dentre outros órgãos mobilizados pelo acidente radioativo, recrutava diversos profissionais da saúde para atender às demandas emergente de natureza biológica, psicológica e social.

## Já conforme um **texto de 1993 da ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO - 137:**

O IGR (INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA) foi fundado em 1972, tendo no início três proprietários, dos quais dois médicos (a Dr<sup>a</sup>. Isis Dourado Monteiro e o Dr. Carlos de Figueiredo Bezerril), e um físico nuclear, o doutor Flamarion Barbosa Goulart. **Em 1974**, o Instituto adquiriu uma bomba de Césio-137 modelo CESAPAM F-3000, da marca Generaly, produzida na Itália.

Em seguida, a clínica passa a ser registrada pela CNEN, por ser usuária de material radioativo. Pouco tempo depois, o IGR adquire mais um aparelho de radioterapia, contendo uma bomba de cobalto-60, material que também

é radioativo. Em 1985, a Dr<sup>a</sup>. Isis se retira da sociedade, sendo admitidos como sócios-proprietários a Dr<sup>a</sup>. Criseide de Castro Dourado e o Dr. Orlando Alves Teixeira. **Em 1986**, o terreno onde funcionava o IGR estava em litígio judicial, isso porque o dono do terreno e os donos do IGR não entraram num acordo para a renovação do contrato de locação. (ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO-137, 1993).

Mas segundo **GERALDO BIBIANO, então presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Goiânia, então legítima proprietária do terreno:**

O primeiro contrato de locação com o IGR foi feito um ano antes, **em 1971**, e estabelecia dez anos de locação “de graça”. Em 1981, época da renovação do contrato, o IGR pediu a prorrogação do benefício por mais dez anos, obtendo uma desaprovação dos donos do terreno e, conseqüentemente, a não renovação do contrato. Surgiu então uma ação de despejo contra o IGR e, enquanto o processo tramitava na Justiça, em junho de 1984 o terreno foi vendido ao IPASGO - Instituto de Previdência e Assistência Social de Goiás (“O POPULAR”, 06 de outubro de 1987, p. 6).

Para **CANDOTTI (1988, p. 3):**

A partir daquele momento, o IPASGO se tornava responsável pelo terreno e pela ação judicial (anteriormente movida) contra o IGR. Ao longo dos anos, o IPASGO ganhou a ação judicial, porém, antes de tudo acontecer, os proprietários do IGR mudaram a clínica para um outro imóvel, levando apenas a bomba de cobalto-60, e abandonando a bomba de Césio-137 no prédio antigo. Sem comunicar à CNEN - e nem ao próprio IPASGO ou a qualquer outro órgão competente -, os proprietários desativaram a bomba de Césio, deixando o artefato no imóvel, que ficou abandonado por dois anos.

Já a edição de “**O Popular**” do dia **06 de outubro de 1987** informava, na página 7, que:

Por estar havendo um litígio judicial, era proibida a retirada de qualquer material de dentro do terreno pelos sócios do IGR, fato que, segundo o secretário-geral do Ministério da Saúde, Ronei Edmar Ribeiro, não justifica o abandono do artefato, isso porque esse equipamento necessitava de cuidados especiais, por se tratar de material radioativo. Ronei Ribeiro destacou ainda que a Vigilância Sanitária não fora informada do abandono da peça, e afirmou (também) que teria tomado medidas enérgicas “independentemente de qualquer ação judicial ou inquérito administrativo”.

Pelo fato de o imóvel já estar em péssimo estado de conservação, o IPASGO contratou pedreiros para a retirada de portas, janelas, telhas e diversos materiais de construção, que foram levados para a sede dele (IPASGO). Com isso, as antigas instalações da clínica ficaram sem nenhuma proteção. Tal fato foi confirmado no relato de uma das pessoas que tiveram participação fundamental no incidente, Wagner Motta Pereira. Ele declarou que o prédio estava “[...] em estado de demolição, sem janela nem nada. A peça já estava quase saindo pro lado de fora [...]. Qualquer pessoa que passasse na rua dava pra ver essa peça”.

O jornalista **WEBER BORGES**, na **página 204 do seu livro**, registra que:

Fora celebrado (firmado) um “**Contrato de Cessão de Imóvel para a construção de uma clínica de roentegenterapia**”, conforme consta da “**Apelação Cível nº 18.849**” (documento assinado pelo **relator Byron Seabra Guimarães** em 11/09/86).

E, sobre essa mesma questão, a **antropóloga SUZANE de ALENCAR VIEIRA** informa (2010, p. 32):

Entre as avenidas Paranaíba e Tocantins, no centro da cidade de Goiânia, funcionava o INSTITUTO GOIANO DE **RADIOLOGIA** (IGR) em um terreno emprestado pela Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) **desde 1972**. Como contrapartida a esse empréstimo do terreno, o instituto deveria oferecer exames gratuitos aos pacientes da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA, sob a administração daquela sociedade.

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GOIÂNIA alegou descumprimento do acordo por parte do IGR e, no ano de 1984, decidiu vender o terreno para o IPASGO antes que fosse efetivada a ação de despejo dos antigos locatários, donos do IGR. Somente no ano seguinte, o INSTITUTO DE **RADIOLOGIA** se mudaria para um novo endereço deixando para trás os mobiliários e equipamentos antigos, dentre os quais um aparelho radiológico contendo uma cápsula de Césio-137.

Nos dois anos seguintes, caberia à Justiça o papel de administrar o conflito entre o antigo, o novo proprietário do imóvel e o IGR. No mês de maio de 1987, o IPASGO, novo dono do imóvel, iniciou a demolição do prédio. Todavia, uma liminar judicial o obrigou a interromper essa destruição.

O prédio em ruínas, invadido pelo mato, sem portas ou janelas, abrigava uma cápsula de Césio-137. Naquela construção parcialmente demolida, imperava um aspecto de abandono. Nos três anos em que permanecera abandonada (1985 a 1987), a cápsula não fora objeto de nenhum ato de fiscalização por parte da CNEN. O conflito de interesse econômico e político agenciado judicialmente ensejaria a irrupção de um drama.

**Nesse ponto, eu, como autor, me sinto encorajado (e compelido) a estabelecer uma maior precisão nas datas referidas (citadas), fazendo uma espécie de “resgate” histórico-político (dessas datas): Tantas vezes acusado de ter sido (ser) o responsável pela tragédia, o ex-governador IRIS REZENDE MACHADO já explicou, em depoimento ao MP-GO, ter intermediado a compra do terreno (da Santa Casa) pelo IPASGO. O primeiro mandato de IRIS como governador começara no dia 15 de março de 1983 e terminara no dia 13 de fevereiro de 1986, quando o (então) vice-governador ONOFRE QUINAN assumiu o Governo, ficando nele até 15 de março de 1987, data em que HENRIQUE SANTILLO, vitorioso na eleição estadual do ano anterior (86), assumiu o Governo de Goiás. E a data oficial - para todos os efeitos jurídicos - da retirada do cabe-**

**çote contendo a cápsula com o Césio-137 é o dia 13 de setembro de 1987 (portanto, já em pleno Governo SANTILLO).**

Ou seja: A venda do terreno para o IPASGO aconteceu em 26 de junho de 1984 (de fato, ainda no primeiro Governo IRIS), conforme atestam os documentos mostrados acima. Todavia, **o fato jurídico (decisivo) que deflagrou a tragédia foi mesmo a retirada da peça hospitalar das ruínas (escombros) do INSTITUTO GOIANO DE RADIOTERAPIA em 13 de setembro de 1987 (já no Governo SANTILLO).**

E, a propósito de Henrique Santillo, sabe-se que, na Convenção Estadual do PMDB que o escolheu como candidato do partido a governador em 86, houve um princípio de incêndio no Ginásio Rio Vermelho, onde ocorria a convenção. O incêndio foi debelado, mas chegou a assustar os presentes, sendo que algumas pessoas chegaram a acreditar que esse incêndio foi um prenúncio da catástrofe radioativa que eclodiria em Goiânia, no ano seguinte (87).

**Mas voltando à autora SUZANE de ALENCAR VIEIRA (2010, p. 32):**

No mês de setembro de 1987, o despojo de equipamentos abandonados nas ruínas do IGR despertou a curiosidade e o interesse de dois moradores do (antigo) Bairro Popular, adjacente ao instituto. Os dois rapazes, que estavam temporariamente sem emprego, viram naquela parafernália de ferro e chumbo a possibilidade de conseguir algum rendimento monetário. Roberto e Wagner encontraram o aparelho radioterápico contendo a cápsula de Césio-137 e levaram-no para a casa de Roberto, na Rua 57. Os dois rapazes romperam o invólucro de chumbo e perfuraram a placa de lítio que isolava as partículas radioativas do contato com o ambiente. Algum tempo depois, a peça foi vendida para Devair, dono de um fero-velho localizado à Rua 26-A, no Setor Aeroporto. Embora não apresentasse valor comercial aparente, a cápsula indeterminada foi incluída na transação. Desse modo, a substância radioativa usada no tratamento de doenças havia escapado da cápsula protetora e se transformara em uma terrível fonte de contaminação. Nas noites de setembro de 1987, o Césio-137 emanava uma deslumbrante luz azul que seduzia os moradores. Sob a forma de pedra ou pó, o Césio-137 circulava de mão em mão como uma dádiva maravilhosa, que, por vezes, era recebida como um signo de bem-aventurança.

Entretanto, a **sentença judicial (já bastante citada) do juiz federal Juliano Taveira** destaca que quem devassou o prédio já desativado do IGR foi o ex-sócio do instituto, Amaurillo Monteiro de Oliveira (e não o IPASGO):

**O réu Amaurillo Monteiro de Oliveira, conforme consta de sua contestação (folhas 5.666 a 5.675), já não fazia mais parte da sociedade civil IGR quando da ocorrência do acidente. Porém, foi ele responsabilizado criminalmente por fato diverso, a saber, por ter sido “o responsável direto pelo devassamento do prédio, com a retirada das portas, janelas,**



madeiramento e telhado, em maio de 1987” (voto do juiz Olindo Menezes, fl. 5.641).

Considerou o TRF da 1ª Região: “Firmada está, portanto, a sua participação na negligência que veio a provocar os danos com o Césio. Demolindo parte do prédio, deveria ter tomado providências para o resguardo do aparelho radiológico, por ele próprio adquirido, em 1971, e que sabia permanecer no imóvel. Não participou da deliberação dos sócios da clínica, no sentido de ali ser deixado o aparelho, mas sabia do fato, mesmo porque ali mantivera consultório até agosto de 1986, e ainda assim mandou retirar as portas, as janelas e o telhado, deixando-o completamente em ruínas (...)”.

As figuras abaixo retratam a situação do IGR na época do acidente (ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO-137, 1993; WOJTOWICZ, 1990).



(a) Imagem frontal do antigo IGR. (b) Imagem lateral do antigo IGR.

#### 4.5 A DIFÍCIL SUPERAÇÃO (DA TRAGÉDIA)

A extinção da Fundação Leide das Neves Ferreira - FUNLEIDE - marcou um período em que a atuação da mesma jamais esteve imune às variações políticas que ocorriam com a alternância de grupos no poder. Por isso, variava com frequência entre o comprometimento com a pesquisa e a ação meramente assistencialista. Esse aspecto dificultou bastante a atuação da equipe de profissionais da saúde.

Segundo Evângelo, vizinho da SULEIDE (instituição que, como já apontado, apenas mudou de nome e agora se chama “C.A.R.A” – Centro de Assistência aos Radioacidentados),

“O (governador) Marconi (Perillo) nunca se interessou pela questão das vítimas do acidente. É um problema que envolve, no máximo, algumas centenas de pessoas, talvez 400 (quatrocentas) pessoas. E por isso não representa muito em termos de retorno eleitoral, benefício eleitoral...”.

Conforme já foi dito anteriormente, a lei garante assistência plena às gerações futuras do desastre. No entanto, o alerta já foi lançado, e a segunda geração já assiste à degradação da instituição criada especialmente para aquele fim. Sem dúvida, é de fundamental importância contemplar a percepção que cada um dos entrevistados tem da assistência prestada pelo Estado, e também a própria ideia de Estado provedor, assim como suas impressões – positivas ou negativas – para o futuro. Deve-se observar também se essas pessoas compartilham a perspectiva de formar família e gerar novas possíveis gerações de vítimas, mesmo apesar do **risco de mutações genéticas que a contaminação pode causar aos futuros filhos**. Odesson Alves Ferreira, por exemplo, foi bastante contaminado e tem marcas do Césio-137 em algumas partes do corpo.



**Figura 30:** Mão esquerda do ex-motorista de ônibus Odesson Alves Ferreira, já com os primeiros sintomas (lesões na pele) provocados pelo contato tóxico com a radiação do Césio 137.

**Quando se começa a compreender os fatos do desastre com o Césio, uma das coisas que se percebem é que ninguém estava preparado para o que aconteceria.** Sabe-se, por exemplo, que, na época, **a greve dos servidores do Hospital do INAMPS em Goiânia colocava como uma das reivindicações a existência de informações e equipamentos adequados para o trabalho de atendimento às vítimas (GABEIRA, 1987, p. 10).**

E após ouvir incontáveis relatos (sobretudo testemunhos mais informais, de funcionários públicos que falam “*em off*” e preferem não ser identificados, já que muitos deles ocupam cargos políticos e, por isso mesmo, absorvem orientações políticas), mais de vinte e cinco anos depois da tragédia, o que se verifica é que nem to-

dos os goianos tiveram - ou demonstraram – um verdadeiro interesse em aprender com a traumática experiência. Lamentável e trágica experiência, pra não dizer inútil, em diversos aspectos. E mesmo os que buscam com mais altivez a superação de tantos obstáculos e adversidades encontrados (e colocados?) no caminho, deparam-se, constantemente, com dúvidas e inquietações, angústias e indagações.

O próprio Odesson Alves Ferreira, pai de quatro filhos e quatro netos, declarou, em 2007, ter feito vasectomia, dois anos após o acidente. Disse que sentia medo de ter filhos. Mas nem isso foi suficiente para afugentar o fantasma que ronda a sua descendência.

**“O grande problema que a gente vive, hoje, é a incerteza do futuro. Como serão meus netos?”. E prossegue: “O que é que eu tiro desse acidente? Eu não tenho essa resposta. A discriminação continua a mesma de vinte anos atrás. Pra mim, o acidente continua”.**

Nesse ano de 2007 que marcou os vinte anos da tragédia, a oncologista Maria Paula Curado, que por tantos anos atuara próxima às vítimas e também deu um depoimento importante ao programa Linha Direta, teve a franqueza de admitir que

**“Apesar de ter havido avanços, foram aquém do que esperávamos (...). Ainda hoje é difícil, às vezes olho para trás e percebo que muitas perguntas ainda estão sem respostas. Não conseguimos responder a praticamente nada. A evolução foi pequena. O que fizemos foi dar algumas respostas curtas, que não oferecem segurança às vítimas”.**

O Césio-137 amealhou bem mais do que o bem-estar ou a saúde física das vítimas: roubou o horizonte (de vida) delas. Dezenas de pessoas perderam o controle sobre suas próprias vidas. A auto-estima, a segurança, os planos, as alegrias (etc.), tudo, de repente, se esvaiu, por entre os vãos de mãos impotentes. Como o próprio pó mágico (elemento químico), que a tantos fascinou, só que sem luz, sem brilho reluzente. Como se os grãos misteriosos e radioativos virassem, de uma hora para a outra, uma maldição, lançando todos os envolvidos nas trevas de uma terrível fatalidade.

E, em meio a tantas tragédias pessoais, uma declaração chama a atenção: dona Lourdes, a mãe da garotinha Leide, que foi a segunda vítima fatal (e o retrato) da tragédia, afirma que ainda acredita na vida, e que consegue ser feliz. Dona Lourdes é o exemplo da superação possível. Abatida com a perda da filha, do marido, do

sogro e do casal de cunhados; mas feliz com o que tem: os outros filhos, quatro netas e uma bisneta. É uma batalhadora, que luta como pode, encontrando forças sabe Deus como.



**Figura 31:** Dona Lourdes segura uma fotografia de sua filha Leide das Neves (sorrindo poucos dias antes da tragédia).

O depoimento de Lourdes das Neves, em **reportagem do caderno especial de “O POPULAR” do dia 28 de setembro de 2002**, intitulada **“O tempo não cura”**, dá uma amostra desse sofrimento:

Naquele dia, dei uma bronca no Ivo porque ele não tinha ido ver o seu irmão, Devair, que estava doente. Quando ele voltou, já trazia o césio no bolso, achando que alegraria a todos. Depois de tocar no césio, minha filha Leide foi comer um ovo que preparei para ela, que andava ruinzinha para comer. Não notei que ela não tinha lavado a mão, mas achei estranha a cor escura do caldo que escorria entre os dedos que seguravam o ovo, e acabei dando uma bronca. Mas já era tarde. A partir dessa noite ela arroxou a boca. Poucos dias depois, faleceu. O efeito físico que sofri do acidente? Essa ferida no coração.

Encontrada também pela reportagem do **jornal “Diário da Manhã”, edição de 13 de setembro de 2007**, a dona de casa Lourdes das Neves Ferreira falou, com a voz carregada de melancolia, sobre os dias que marcaram a família Ferreira, principal alvo do acidente que marcou a história do Brasil.

“Não tive a chance de ver minha filha trocar os dentinhos de leite”. Questionada sobre a data em que foi tirada a foto mais famosa de Leide das Neves, dona Lourdes recordou que fora dias antes. “Fotografamos o sorriso dela, para que ficasse a lembrança dos primeiros dentes”.

Vivendo por muitos anos sozinha numa casa na “cidade satélite” São Simão,

em Aparecida de Goiânia, dona Lourdes contrasta com a imagem da mulher desesperada, mostrada nas TVs durante o velório conturbado da filha e da concunhada Maria Gabriela Ferreira, em 1987. Ela conversa fino, muito baixo. **“É uma gordinha simpática”, nas palavras do falecido jornalista Weber Borges (o jornalista que farejou e foi – provavelmente - o descobridor do acidente, na imprensa).** É discreta, não se exalta para dizer que está inconformada. É uma mulher simples e de roupas simples. Passa pelas ruas sem ser notada como uma parte viva do grande acidente radioativo de Goiânia. (Muito diferentemente do que ocorria nos dias que se seguiram à tragédia).

Em 1987, Lourdes sentiu uma forte dor de dente, e foi ao dentista. Nada de mais, exceto para quem carregava o fardo de ter tido contato com o material radioativo. “Tive que ir ao dentista escondida. Ninguém podia me ver que saía correndo. Mas o pior foi quando entrei na sala de espera do consultório. Todos me reconheceram e deixaram o local. Parecia que (eu) era um monstro”.

Dona Lourdes nem precisaria contar: a mágoa deixada pelo preconceito é perceptível nos olhos tristes e na voz trêmula. Maior que a discriminação é a dor de ter perdido a filha. Ela conta que Leide era radiante. Queria ser modelo. Vivia desfilando pelo quintal da casa onde moravam, no, e que na primavera de 87 seria demolido com as memórias da família. **“Ainda penso na minha filha como criança, não sei como seria hoje. Não imagino minha menina casada, com filhos. Sonho com ela pequenina e assim quero manter a lembrança”.**

Lourdes também revela saudosismo na relação que mantinha com o marido, Ivo Alves Ferreira, que faleceu em 2003, vítima de enfisema pulmonar. Lourdes considera que, antes do acidente com o Césio, eram felizes. A dona de casa diz que ela e o marido cuidavam dos três filhos com amor, sem sofrer com a vida simples. “Depois disso, continuamos unidos, mas o romantismo de um casal apaixonado acabou. Ivo sofria muito. Sentia-se culpado por ter trazido o ‘pó mágico’ para dentro de casa. Ele tinha vergonha das marcas deixadas nas mãos e na perna direita”.

Entre as lembranças de dona Lourdes, está o tumultuado enterro de Leide. A lembrança do enterro é particularmente dolorosa para ela, porque o **Cemitério Municipal Parque** virou um campo de batalha, com cerca de 2 (dois) mil manifestantes protestando violentamente porque não queriam que os corpos fossem enterrados no local por medo de contaminação, apesar de os caixões estarem revestidos de chumbo, e os túmulos, concretados (**“Diário da Manhã”, 13 de setembro de 2007**).

**Leide das Neves Ferreira e Maria Gabriela Alves Ferreira faleceram no dia 23 de outubro de 1987, no Rio de Janeiro, onde estavam em tratamento junto com outras vítimas, entre elas, Ivo Alves Ferreira, pai de Leide.**

**Israel Alves Batista faleceu no dia 27, e Admilson dos Santos, no dia seguinte (28).**

Ivo Alves Ferreira, o marido de dona Lourdes, faleceu de enfisema pulmonar, em 2003. Ele fumava (consumia) até seis maços de cigarro por dia. O falecimento dele é um dos que foram considerados como não relacionados com a radioatividade (isto é, que não teriam tido como causa a radiação). Todavia, é um exemplo claro do emocionalmente avassalador efeito de um acidente nuclear como esse (valendo lembrar que alguns cientistas e autores fazem distinção entre acidentes nucleares e acidentes radioativos - ou radiológicos. Os nucleares seriam os ocorridos nas usinas nucleares, enquanto os radioativos e radiológicos seriam os que envolvem material e equipamento hospitalar. Mas outros autores simplesmente não fazem essa distinção).

O fato mais provável é que Ivo jamais tenha se perdoado por ter levado o cintilante pó para casa. Inocentemente, tal como a filha que brincou com o elemento químico, ele (o pai) quis mostrar para a família o “incrível” material (cloreto de Césio) que emitia uma luz própria - e enigmática -, quando exposto no escuro. Uma luz de um azul intenso, que encantou a todos que a viram.

Dona Lourdes conta que, depois do acidente, Ivo entrou em depressão. Ele sentia dores horríveis. “Quando dava aquelas crises nele, eu tinha de correr e tirar de perto dele tudo o que fosse de vidro, que pudesse cortar. Se ele levantava daqui (da sala), eu corria pra cozinha e escondia todas as facas, porque nessas horas ele queria acabar com aquele sofrimento”, conta ela.

Os dois outros filhos do casal sobreviveram ao contato com o Césio, embora não tenham ficado imunes aos danos psicológicos causados pela tragédia, e pelos fatos (desdobramentos) que se seguiram. Um deles sofre de depressão até hoje. Mas mesmo com todo o sofrimento e a humilhação vividos desde setembro de 1987, Lourdes das Neves Ferreira olha para a vida com uma altivez incomum. E, com a dignidade de uma sobrevivente – e não apenas de um único momento traumático, mas de desastres cotidianos de superação -, ela diz: “Graças a Deus, apesar de tudo o que eu passei, me considero uma pessoa feliz”. Mas quando é indagada sobre o que sente quando pensa na filha Leide, a resposta pára, por um instante, no meio

da garganta. E o olhar sofrido, da mãe que já passou por tantas provações, expõe a fragilidade sublimada pela necessidade de seguir em frente: **“Dói muito. Nossa, como dói! Muita saudade. A ferida nunca cicatriza. É Deus e ela (Leide) que me dão muita força”**.

Para a **antropóloga Telma Camargo**, que acompanha os grupos de pessoas envolvidas com o acidente desde 1987, e defendeu sua tese de doutoramento em 2002, **“o desastre não é um evento, mas um processo que se dá até hoje, por meio de uma correlação de forças que tenta subjugar a memória dos atingidos, com as instituições governamentais trabalhando para que ele seja esquecido”**.

Em seus trabalhos, a pesquisadora procura desmitificar que o acidente tenha sido vivenciado apenas por pessoas simples e humildes. “Querer reduzir o desastre aos catadores é o mesmo que pôr a culpa nas vítimas”.

Com trabalhos como voluntária na **UFG**, onde coordena o **projeto “Sistematização do Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás”**, a antropóloga avalia que o trauma psicológico causado pelo acidente – e que acompanha as vítimas há um quarto de século – deve ser encarado também como um problema de saúde. Telma acredita que as autoridades somente farão justiça às vítimas quando o conceito de sofrimento social passar a ser incluído entre os critérios para o enquadramento delas. **“Marcadas pelo trauma, por um estigma, elas (as vítimas) estão passando por um sofrimento social. E esse sofrimento é intensificado a partir do momento em que a memória delas é negada”**, alerta a pesquisadora.

Telma Camargo observa ainda que a própria dor física das vítimas no período em que ela fez análises para a pesquisa dela, de 1987 a 1997, era questionada e classificada pelos médicos como problema “apenas” de ordem psicológica. “Como se problema psicológico não fosse problema de saúde”.

Para a também **antropóloga Suzane Vieira**, em sua **dissertação de mestrado** (já muito citada e intitulada **“O Drama Azul: Narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio 137”**), defendida na **UNICAMP** em **2010**:

Na catástrofe radiológica com o Césio 137, uma comunidade de vítimas é constituída a partir de narrativas tecidas por meio da linguagem do sofrimento e do drama. As narrativas de sofrimento perfazem o elo entre a experiência de dor das vítimas e a catástrofe. A categoria “vítima” é produzida em referência ao sofrimento narrado. O estudo sobre essas narrativas dramáticas permite problematizar a temporalidade do evento radiológico ao estender

seus efeitos no âmbito do discurso. Esse trabalho analisa as narrativas literárias, cinematográficas e fotográficas sobre a catástrofe. A experiência comum de sofrimento é capaz de mobilizar a luta política por reconhecimento e direitos. A dramatização da catástrofe é a forma pela qual o sofrimento é comunicado, e constitui um esforço que procura torná-lo tangível à cognição (...).

#### 4.6 NARRATIVAS QUE VÊM DE FORA E AS NOVAS PROJEÇÕES IMAGÉTICAS

Ninguém discute que o acidente (evento) de 1987 ultrapassa as divisas regionais e as fronteiras nacionais. É algo que poderia ter acontecido em vários outros lugares.

**A energia nuclear tem uma gênese catastrófica, uma vez que o processo de estudo dessa energia acabou contaminando uma das próprias pioneiras na história dessa pesquisa, a polonesa “Madame Curie” (VI-EIRA, 2010, p. 33).**

E quando se entra em contato com os discursos da época, percebe-se que o impacto nessa questão da identidade goiana foi muito grande, carregado de **estigmatização**. E esse impacto sobre um discurso de modernização pode ser percebido pela própria maneira de tradução daquela época. Falava-se muito sobre **“uma cilanda nuclear no quintal do subdesenvolvimento”**, como se o fato de Goiás receber uma visão subalterna nas benesses da modernidade tivesse contribuído para que o evento acontecesse. Nesse contexto, Fukushima, no Japão, mostrou que isso não é bem assim.

Portanto, houve, em relação à identidade goiana, um impacto acentuado, concomitante com o impacto na nossa própria concepção humana associada a uma tecnologia potencialmente destrutiva.

Na apresentação do seu livro, Suzane nos diz, logo após narrar uma parte dos acontecimentos, que “o drama narrado na apresentação constitui apenas uma das versões possíveis sobre o evento radiológico do Césio-137”.

É certo que o discurso é mutável e se desenvolveu ao longo dos quase trinta anos transcorridos.

**Para mim, foi muito difícil escrever sobre o evento, exatamente por sempre esbarrar na convenção objetiva da linguagem técnico-científica. E ela é uma cilada, na verdade, pois parte do princípio de que existe alguém que tenha uma verdade única e que seja capaz de**



**enunciá-la. E quem na nossa sociedade tem autoridade para fazer algo assim? O discurso que se faz em nome da ciência. Se eu encarnasse esse discurso, eu poderia tentar fazer uma tradução eminentemente objetiva dos fatos. Porém, não existe (sequer) uma versão oficial, logo qualquer narrativa é válida. E foi isso o que me encorajou a construir a minha própria narrativa (VIEIRA, 2010, p. 32).**

É interessante como as histórias sobre o evento com o Césio-137 alimentaram a criação ficcional de pessoas que estão em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Manaus etc. (ou seja, muito distantes de Goiás), mas que foram impactadas de alguma maneira. Outra clara (nítida) dificuldade é esbarrar em questões políticas, sobretudo no que diz respeito a culpados e vítimas. Tendo em vista tais adversidades, é preciso sem dúvida encarar uma narrativa que seja uma rede extensa, não apenas contando histórias ou narrativas, mas também colocando e incluindo todos os agentes cruciais dessa trama que foi sendo montada em torno da tragédia.

No livro dela, a antropóloga afirma que sentiu, ao longo da pesquisa, uma mudança nos discursos das pessoas que ela entrevistou, havendo influências como a temporalidade para gerar essa mudança. Para Suzane, a narrativa do sobrevivente é muito difícil, porque o processo narrativo é lento e dói, uma vez que a experiência excede (extrapola) e não limita a nossa capacidade de traduzi-la e torná-la inteligível.

**Ou seja, entrevistar essas pessoas é pedir para que relembrem fatos que as machucaram, como se elas mesmas tivessem uma grande barreira que a narrativa procura (tenta) romper. Alguns já conseguem falar sobre o assunto por ter um discurso pronto e superado. Outros, não. À época do desastre, as pessoas conseguiam definir um fluxo narrativo por meio dos jornais, que tiveram um papel fundamental, pois tentavam garantir esse fluxo. Hoje, quem viveu aquela situação experimentou o que se chama de “evento traumático”, e falar do Césio-137 tornou-se um processo muito doloroso, pois é como se ele representasse um ponto de bloqueio na vida das pessoas, cuja história de vida é fluente até o momento da catástrofe. Dali em diante, há um bloqueio que impede a narrativa de fluir oralmente. Por isso, são necessários outros meios (de comunicação e expressão), sendo que algumas das vítimas expressam isso por meio de fotografias e álbuns de família. Sob esse aspecto, nota-se uma espécie de dialética (ou síntese) entre narrativa e temporalidade, porque o drama em questão contém mais elementos além do tempo, pois há também a configuração espacial e o fator estrutural, de oferecer símbolos para estruturar essa experiência temporal. Nesse sentido, a relação é sintética. Mas há, incontestavelmente, também uma tensão dialética, na medida em que o tempo sempre desafia a narrativa, que está sempre defasada em relação ao tempo. A experiência é sempre excessiva (VIEIRA, 2010, p. 33).**

Com efeito, as narrativas analisadas pela antropóloga Suzane são, inevita-

velmente, muito carregadas de tensões. Ela se utiliza do **conceito de drama social do antropólogo Victor Turner**, inspirado, de certa forma, na **questão do drama literário** para traduzir **conflitos microssociais em aldeias na África**. Esse drama passa por várias fases, sendo a principal delas, nessa configuração dramática, a ruptura, que é também uma oportunidade para a criação simbólica, já que se trata de um evento novo que desestabiliza o convencional e obriga a essa criação simbólica.

Não é por acaso que, como um drama, o evento com o Césio-137 inspira tanto a criação ficcional, que serve para significar essa grande ruptura e, às vezes, dar sentido a um processo que é também de ritual, de reconciliação. E, nessa questão de ruptura, é imperativo dizer (lembrar) que também houve um medo (pânico) muito forte – e intenso – por parte das pessoas na época, porque ainda estava recente (vivo) na memória de muitas pessoas o evento de Chernobyl.

Daí a escolha, pela autora, do enterro das primeiras vítimas (fatais) como o evento que parece carregar, a partir da incidência das narrativas, o maior grau de ruptura quando as pessoas passam a perceber que a energia nuclear mata, que a contaminação é real. Foi todo um choque de realidade que desencadeou uma reação muito intensa nas pessoas. Os protestos no dia do sepultamento eram a expansão do medo e da impotência diante de um acontecimento descontrolado, sobre o qual nem mesmo os técnicos tinham pleno controle.

**No caso do acidente com o Césio, pessoas em diferentes posições sociais e temporalidades no evento são envolvidas numa mesma comunidade de sofrimento, quer no âmbito de suas vidas cotidianas, quer no âmbito de suas narrativas. Em mais de duas décadas da tragédia, essa comunidade continua a absorver novos membros através das narrativas sobre o sofrimento (...).**

**(...) É necessário, contudo, frisar que a categoria de vítima não é dada de antemão. Há, pelo contrário, intensas disputas políticas em torno de sua definição. As marcas físicas registradas pelo monitoramento radiológico ou pela junta médica ainda constituem o critério dominante na caracterização da vítima, embora a maioria dos efeitos da contaminação radiológica escape ao crivo científico (...).**

O papel ocupado pela fotografia na definição das vítimas do Césio-137 é de suma importância, uma vez que a fotografia figura como técnica capaz de detectar a manifestação da contaminação radiológica no corpo, quando o trabalho do fotógrafo se desenvolve em estreita referência aos procedimentos médicos.

Em relação aos registros feitos pela fotografia, um dos pontos destacados e defendidos pela antropóloga Suzane Vieira de Alencar em sua dissertação de mes-

trado foi que,

**Sobre o acidente, existe uma vasta documentação fotográfica acumulada ao longo de 23 anos. São jornais, livros, relatórios médicos e científicos, pesquisas acadêmicas e sites. A fotografia é um registro quase obrigatório nas narrativas sobre a tragédia e o sofrimento (...).**

Os testemunhos relatados pelas vítimas do Césio-137 impressionam pelo acurado detalhamento numérico: nível de radiação, taxa de plaquetas, hora exata do contato com as partículas radioativas, número de vítimas, dias e meses passados em isolamento nos hospitais, e as datas das mortes de parentes e amigos a partir do evento desencadeado em 1987. A quantificação passa a fazer parte do cotidiano das vítimas, de forma que suas vidas dependem do controle desses números, na tentativa de dar limites e formas à experiência da catástrofe.

Essa exigência de monitorar cada passo das vítimas – que inicialmente poderia ter sido uma demanda dos técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) na investigação da difusão da contaminação radiológica – parece agora reger o modo típico de exposição sobre o evento. No **discurso verbal**, a linguagem indicial também é uma constante. São patentes no discurso das vítimas a necessidade de auto monitoramento e o esforço em detalhar minuciosamente a presença da substância radioativa na vida delas.

As fotografias que focalizam o corpo radiolesionado registram a presença da substância tecnológica na vida das pessoas, alterando a própria constituição biológica e corporal da vítima. As fotografias que compõem uma cena dramática (como a **fotografia de Weimer Carvalho**), por sua vez, parecem evocar uma experiência traumática revestida pela dor profunda da perda e da alteração radical na trajetória de vida dessas pessoas que tiveram suas casas e todos os bens destruídos e transformados em rejeito radioativo. Seus corpos e suas memórias guardam uma substância (não completamente visível), um segredo cujos efeitos o conhecimento científico disponível não consegue prever completamente.

A catástrofe pode ser vista como a corporificação (“embodiment”) do **elemento biopolítico emblemático nas décadas em que vigorou a Guerra Fria: a energia nuclear**. O biopolítico passa a integrar um modo de viver inédito.

A comunidade de vítimas do Césio-137 permanece em franca ampliação. Ao longo dos mais de 25 anos de catástrofe, mais pessoas vêm sendo adicionadas ao

rol de vítimas devido aos desdobramentos genéticos da contaminação radiológica. Nos meses imediatamente posteriores ao início do evento em setembro de 1987, técnicos e médicos envolvidos no processo de contenção da propagação radioativa foram contaminados. De modo semelhante, profissionais da comunicação que registravam o evento também foram expostos à radiação.

O fotógrafo e cineasta baiano **Roberto Pires** relatou **ter-se contaminado durante as gravações do filme “Césio 137: O Pesadelo de Goiânia”, e faleceu com câncer no cérebro, em 2001. O mediador, que pretendia fazer uma narrativa da experiência de outros, surpreendentemente passa a participar dessa experiência traumática e percebe-se como vítima. Esses profissionais da comunicação acabaram engolidos pelo evento e marcados por um trauma. Essa relação de mediação é convertida numa identificação radical com as vítimas.**

O artista plástico **Siron Franco**, nos **23 (vinte e três) quadros da “Série Césio”, inscreve a si mesmo nas telas.** O seu nome aparece indistinguível em meio à profusão de palavras e números esboçada na tela. Grande parte das telas faz referência direta à Rua 57, que, além de ser um dos locais mais contaminados, era também uma das ruas que o artista frequentava na época em que morou na Rua 74 (perpendicular à Rua 57). **No espaço da tela, o artista se esforça para criar uma estreita identificação com a vítima.**

Numa reiterativa marcação do tempo e do espaço, **Siron Franco acrescenta às pinturas os números 137, 57, 1987, como maneira de narrar e registrar o evento. A repetição do número 7 também pode ser interpretada como o cumprimento de uma profecia da catástrofe.**

No vídeo **“Pintando o 7”**, o artista plástico participou de **uma iniciativa das crianças da Rua 57, as quais, procurando desestigmatizar essa localidade de Goiânia, pintaram – literalmente – o (número) 7 da placa dessa rua com tinta, para que ficasse apenas “Rua 5”.**

Siron Franco compõe as pinturas com tinta obtida a partir da terra retirada de Goiânia e tinta automotiva para marcar a presença da tecnologia nuclear. Com esse material, Siron cria combinações entre o humano e a tecnologia, entre o humano e o animal que beiram a metamorfose ou a transfiguração. **Mostra a vida no domínio do cálculo da técnica que, pela sequência numérica que encerra e por seu caráter extraordinário, sugere um conjunto de signos místicos. Uma paisagem distópica em que a tecnologia se conjuga à vida humana para subvertê-la e**

**destruí-la.**

O esforço de fotógrafos, bem como de artistas, cineastas, jornalistas e antropólogos consiste em forjar um corpo imagético ou textual que se ofereça como superfície na qual a dor do outro possa ser inscrita. Quem sofre e quem registra são absorvidos por uma mesma experiência intensa. À relação de alteridade irreduzível “nós” e “eles”, acrescenta-se um terceiro elemento: o mediador que se empenha em traduzir em imagens uma experiência da qual também partilha, de modo que a experiência da catástrofe e o registro da mesma não estão separados. Nesse sentido, como o fotógrafo também porta uma experiência da catástrofe, seu trabalho pode adquirir estatuto de testemunho. Mediadores da catástrofe, tais como fotógrafos, artistas e pesquisadores, juntamente com as próprias vítimas, se unem em um mesmo esforço, sempre insuficiente, de tentar converter a dor em palavras e imagens e – dessa forma -, compor uma forma narrativa para o sofrimento.

As narrativas, sobretudo as cinematográficas, sobre o **evento radiológico com o Césio-137** relatam **uma breve utopia em torno do fascínio e da esperança que as pedras luminosas de cloreto de Césio suscitaram em um primeiro momento**. A narrativa **se degenera numa terrível e repentina distopia a partir do momento em que se descobre que o brilho das pedras era fruto de um artefato tecnológico de alta periculosidade**. A partir desse momento, a presença da energia nuclear torna-se definitiva e insuperável. O homem permanece completamente vulnerável à tecnologia.



**Figura 32:** Uma das últimas fotos da garotinha Leide das Neves internada, já com os cabelos curtos por causa da radiação, mas ainda com vida.

#### 4.7 AINDA A FONTE DE CÉSIO – 137

Em 1942 (ano da transferência da gestão - e da propriedade - da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia para os “vicentinos”), a **cidade de Oak Ridge, no Tennessee, Estados Unidos**, foi estabelecida pelo “Corpo de Engenheiros do Exército (estadunidense)” como parte das “Obras Engenheiro Clinton” em uma terra (fazenda) isolada, como parte do “**Manhattan Project**”.

Em 1943, a construção dos “Clinton Laboratories” foi concluída, e mais tarde esses “laboratories” foram renomeados para “**Oak Ridge National Laboratory**”. O local foi escolhido para o “X-10 Graphite Reactor”, usado para mostrar que o plutônio poderia ser extraído do urânio enriquecido. **Alvin Weinberg** foi nomeado diretor de Pesquisa do “**ORNL**” (**Oak Ridge National Laboratory**), e, em 1955, diretor do Laboratório.

A prestação de radionuclídeos por “X -10” para a medicina cresceu de forma constante na década de cinquenta com mais isótopos disponíveis. Cientistas do “ORNL” baixaram os sistemas imunológicos de ratos e realizaram, pela primeira vez de forma bem-sucedida na história, um transplante de medula óssea.

O **Oak Ridge National Laboratory** já acolheu várias tecnologias diferentes de separação do urânio, e a pedra de Césio-137 foi feita nesse laboratório estadunidense para ser usada como fonte de radiação para a máquina de radioterapia da clínica de Goiânia.

No **programa “Linha Direta (Especial Césio-137)”** que foi ao ar em **agosto de 2007**, o físico carioca Alfredo Tranjan, diretor da CNEN que teve forte atuação na descontaminação dos locais atingidos pela radiação, dá um depoimento em que destaca: (o fato de) que “o grande problema é que a bomba de Césio de Goiânia tinha matriz solúvel, dissolvendo-se facilmente”.

Os livros de Química registram, em geral, que o **Césio (do latim “caesius”, que significa “céu azul”)** foi **descoberto por Robert Wilhelm Bunsen e Gustav Kirchhoff, em 1860, numa água mineral de Dürkheim, Alemanha**, por meio de análise espectrográfica. Sua identificação foi baseada nas linhas azuis brilhantes do seu espectro, sendo o primeiro elemento descoberto por análise espectral. Consta que o primeiro metal de Césio foi produzido em 1881. Historicamente, o primeiro e

mais importante uso do Césio tem sido na pesquisa e desenvolvimento de aplicações químicas e elétricas.

O Césio-137, protagonista do desastre, não existe em estado separado na natureza. Antes, ele deriva do processo de separação da matéria (fissão nuclear do urânio ou do plutônio; isto é, a quebra do núcleo do seu átomo, liberando muito calor. Nos ataques a **Hiroshima e Nagasaki**, por exemplo, liberou-se muito plutônio, iodo, urânio, e Césio, dentre outros elementos), assim como no **recente desastre radioativo de Fukushima e Sendai, no Japão**.

E ele, o Césio-137, é também um isótopo radioativo com meia-vida de 30 (trinta) anos, produzido artificialmente (pela fissão do urânio ou do plutônio, como já foi apontado). Ao se desintegrar, forma o isótopo Ba-137 m (m = metaestável, isto é, “excitado”), emitindo radiações beta (enquanto o isótopo de bário emite raios gama), no processo de “desexcitação”. Esses raios, altamente penetrantes, permitem que o Césio-137 seja facilmente observável por meio de detectores de radiação. Na forma de pastilhas utilizadas pela **Medicina Nuclear**, não emana vapores nem gases.

Segundo a CNEN, a fonte de Césio tinha 28 (vinte e oito) gramas, forma cilíndrica, com 3,63 cm de diâmetro por 3,0 cm de altura, encapsulada em aço inox, tendo uma das faces revestida com a “janela de irídio”. O cloreto de Césio estava associado a um aglutinante desconhecido, perfazendo um total de 98 (noventa e oito) gramas. A atividade inicial dessa fonte, que teria chegado aqui por volta de 1971, era de 2.000 (dois mil) **curies**; e em setembro de 1987 tinha aproximadamente (algo em torno de) 1.370 (mil trezentos e setenta) **curies**. Provavelmente, 90% (noventa por cento) do conteúdo total da fonte de Césio-137 foram efetivamente liberados.

A bomba de Césio é um recipiente que encerra a cápsula de cloreto de Césio e constitui-se essencialmente de uma blindagem de chumbo e aço, que impede os raios gama de escaparem para o exterior. A caixa contendo a cápsula radioativa estava inserida em um contentor giratório que dispunha de um colimador. Este, por sua vez, servia para direcionar o feixe radioativo, bem como para controlar a sua intensidade.

O Césio-137 emite luz, brilha, o que o faz mais perceptível no escuro. Foi esse brilho que encantou Devair Alves Ferreira e seus conhecidos. A curiosidade despertada por esse brilho levou à incrível disseminação do elemento radioativo. **Mais tarde, Devair diria: “Eu me apaixonei pelo ‘brilho da morte!’”.**

Consta, de algumas fontes “oficiais”, que o objeto que continha a cápsula de

Césio foi recolhido pelos **militares do Exército** e estaria exposto como um troféu no interior da **Escola de Instrução Especializada, no Rio de Janeiro**, capital. Segundo essas mesmas fontes, seria um modo de agradecimento aos que participaram da descontaminação das áreas atingidas (?!).

Considera-se que o Césio-137 oferece perigo por cerca de 300 (trezentos) anos até se tornar inofensivo (perder a radioatividade). E, de acordo com a maior parte das fontes de informação, atualmente o entulho (incluindo o cabeçote, a cápsula etc.) recolhido nas áreas atingidas está guardado em tonéis de chumbo junto aos vários outros objetos contaminados.



**Figura 33:** Brilho incandescente do “misterioso pó” em ambiente desprovido de claridade. Além do caso de Goiânia, só encontrei, na literatura médica, o registro de um óbito relacionado especificamente a este elemento químico. Trata-se do extraordinário caso de um sujeito (funcionário búlgaro) que se suicidou usando Césio-137. A história dele foi relatada por cientistas soviéticos (GABEIRA, 1987, p. 11).



#### 4.8 A NECESSIDADE DE PENSAR



**Figura 34:** Odesson Alves Ferreira segura um cartaz com a foto de sua sobrinha Leide das Neves Ferreira, no “Centro Regional De Ciências Nucleares”, em Abadia de Goiás.

Em Goiânia, especificamente, e no País, o evento analisado não desencadeou um esforço intelectual satisfatório por parte do Estado para o fortalecimento de instituições de proteção ambiental, educação, pesquisa e assistência social. Não se observa a existência de uma estrutura suficiente e simultaneamente preventiva e reativa a novos desastres dessa natureza. O aprendizado das lições da tragédia jamais se tornou fim último do **Estado**, que mal consegue montar uma rede de socorro às vítimas do evento de 1987.

O aumento da incidência de casos de câncer e leucemia na população goianiense e o medo de anomalias na formação congênita de gerações futuras permeiam o cotidiano desses indivíduos recém-chegados à idade adulta, os quais não sabem se possuem perspectivas de uma vida profissionalmente estável, com família constituída e livres do preconceito.

Em Goiás, pelo menos 33 (trinta e três) focos de contaminação por Césio foram detectados em um raio de 200 (duzentos) metros do local onde a cápsula que continha o Césio foi inicialmente aberta. Quando as duas primeiras vítimas faleceram, os patologistas do hospital se recusaram a realizar as necropsias devido ao risco de contaminação. O **Departamento de Medicina Legal da Unicamp** foi convidado a participar como órgão pericial oficial no caso, cabendo aos seus médicos legistas examinar as vítimas e emitir um laudo para comprovar as responsabilidades.

“Oficialmente”, foram cerca de 11 (onze) mortes e 600 (seiscentas) vítimas, mas como medir em números o tamanho de uma catástrofe nuclear ? Não oficialmente, acredita-se que mais de cinco mil pessoas tenham sofrido radiações do Césio-137. **“Muitas vítimas fugiram para o Rio e São Paulo, temendo discriminação. Teve também muitas pessoas que trabalharam após o acidente e não são consideradas vítimas: como policiais, seguranças, médicos, enfermeiros, bombeiros, garis. Eles ficaram de um a dois anos expostos ao Césio, e hoje estão doentes”**, conta **Lars Westmann, diretor de um filme sueco sobre o acidente.**

A quantidade de pessoas atingidas pelo acidente com o Césio jamais será um número exato. Essa é apenas uma das conclusões a que chegou a antropóloga **Telma Camargo da Silva, da Universidade Federal de Goiás**, em sua **pesquisa de doutorado em Antropologia pela City University of New York**. Acompanhando os grupos de vítimas há mais de vinte anos, a Ph.D em Antropologia afirmou, em entrevista ao jornal “O Popular” (edição de 27 de setembro de 2010):

**É impossível precisar o número de atingidos pela tragédia. Há grupos de pessoas que não querem se identificar dessa forma porque ainda há um estigma grande de que o contato direto com o Césio foi feito por catadores de papel (e sucata) e famílias de baixo poder aquisitivo e pouca instrução.**

A pesquisadora cita, entre os que refutam a ligação com o acidente, profissionais como alguns médicos que atenderam aos radioacidentados. E é possível também verificar a mesma coisa (reação) entre alguns vizinhos das áreas atingidas.

Por outro lado - e para outros grupos -, o acidente com o Césio não acabou. Continua a ocorrer na medida em que pessoas atingidas pelo desastre reivindicam a relação de causa e efeito entre sintomas físicos e psicológicos que elas apresentam e a exposição à radiação. Da mesma forma, é possível perceber também um movimento institucionalizado para minimizar e até mesmo negar a importância e a memória do acidente.

O lançamento da pedra fundamental do **“Museu do Césio”**, ocorrido em 22 de outubro de 2009, na **Rua 57-A (Centro, antigo Bairro Popular, onde morava Roberto Santos Alves)**, estabeleceu que um ano depois seria inaugurado o museu propriamente dito, mas até agora, de concreto mesmo, nada. A não ser que se considere o concreto real (cimento) que envolve todo o terreno da antiga casa da família

do “Betão”, como Roberto era chamado pelos vizinhos e amigos.

Conforme os dados da CNEN, logo após o acidente, cerca de 112.800 (cento e doze mil e oitocentas) pessoas passaram por uma triagem no **extinto Estádio Olímpico**. Dentre elas, constatou-se algum grau de radioatividade em 6.500 (seis mil e quinhentas), e verificou-se significativa contaminação interna ou externa em 249 (duzentas e quarenta e nove). Quatro pessoas faleceram num primeiro momento.

Em 12 de dezembro de 2009 (data em que ingressei formalmente no Mestrado da PUC-GO), a Superintendência Leide das Neves Ferreira (SULEIDE) informou em seu site que 738 (setecentas e trinta e oito) vítimas eram assistidas pela Junta Médica do governo estadual. Já o superintendente da SULEIDE na época, **Zacharias Calil Hamu**, estimava que o órgão atendia a cerca de mil pessoas, divididas entre os **grupos de monitoramento 1, 2 e 3 (G1, G2 e G3)**. Ele também informava que, até aquela época, cerca de 470 (quatrocentas e setenta) pensões, valendo um salário mínimo cada, estavam sendo oferecidas em nível estadual, e uma média de 250 (duzentas e cinquenta) em nível federal.

Zacharias Calil informava também que o monitoramento dos pacientes não constataria relações causais entre a incidência de cânceres em Goiânia e o acidente radiológico de 87. “Cientificamente não foi comprovado o aumento de câncer. Filhos e netos dos radioacidentados não têm nenhuma sequela desse tipo”. Segundo ele, apesar de as taxas de câncer entre os acometidos não serem maiores do que as taxas encontradas no restante da população, havia outras doenças decorrentes do acidente:

**Como médico, passei a ver a luta desses pacientes no dia a dia, sobretudo no que se refere à aquisição de medicamentos. Pude comprovar, clinicamente, que determinadas doenças apareceram mais cedo. Um exemplo é a hipertensão arterial, a osteoporose e a hipertrofia de próstata. Uma doença que poderia aparecer por volta de 50 ou 60 anos foi antecipada para 30 ou 35.**

Para o então presidente da Associação das Vítimas do Acidente com o Césio-137, **Odesson Alves Ferreira**, o **LAGEN (LABORATÓRIO DE GENÉTICA) da PUC/GO** não estava sendo muito útil aos “radioacidentados”. Para ele, que acumulava também a função de presidente do Conselho Estadual de Saúde, seria melhor se o laboratório estivesse na SULEIDE mesmo. Essa declaração de Odesson, presenciada por mim, foi dada no dia 22 de outubro de 2009, no **auditório do Centro**

**Regional de Ciências Nucleares, em Abadia de Goiás**, logo em seguida ao lançamento da pedra fundamental do “Museu do Césio 137”, na Rua 57, em Goiânia.

**Pouco tempo depois, no início de 2010, o autor desta dissertação encontrou Odesson Alves Ferreira no avião, quando este ia ao Amazonas participar da inauguração de uma avenida em Manaus com o nome - e em homenagem - de sua sobrinha Leide das Neves Ferreira.**

Ora, o fato de um outro ente federado (Manaus), de outro Estado da Federação, decidir nomear um logradouro dessa capital com o nome de uma criança falecida havia mais de vinte anos (em uma outra região do País – distante, por sinal, do Amazonas) diz muito sobre o alcance (e o impacto) da catástrofe goiana no imaginário popular, e denota (revela) também o quanto a história do acidente, por vezes, interessa mais a pessoas (e instâncias governamentais) de fora de Goiás do que ao próprio governo goiano, ao atrair a atenção (e a curiosidade) de pessoas que não são daqui.

Para **Theodor Adorno**, “**A necessidade de pensar é o que nos faz pensar**”. Examinando-se os pontos de vista antropológico e das vítimas, tem-se o desastre como uma experiência continuada: a memória corporificada e performática dos sobreviventes perpetua a sua comunicação.

Desafiando a atitude de “descontaminação simbólica” do desastre – em que, no processo de purificação se forja o esquecimento -, alguns pesquisadores já apontaram que a SULEIDE (atual “C.A.R.A”) e a própria CNEN funcionariam como “contêineres radioativos”. Ou seja, “o uso do saber médico na contenção das lembranças”.

Uma das conclusões a que se chega desde sempre é que as narrativas e experiências vividas e carregadas pelos sobreviventes do desastre questionam as afirmações oficiais de seu término. O cotidiano dos sobreviventes indica que suas vidas são um constante ato de “re-atualização” do desastre, e não somente uma representação de eventos passados. Ao contrário das lembranças trazidas pelo discurso oficial, forjadas na interferência no “built environment” e no uso do “saber” produzido pelos biomédicos e “peritos nucleares”, os sobreviventes recordam-se principalmente por meio das inscrições que o desastre deixou em seus corpos, e por meio do impacto - biológico e simbólico – que eles sofrem em suas vidas atuais.

Diferentemente do que é trazido ao presente através da história (oficial), os sobreviventes atualizam o evento na experiência do corpo como o lugar da memória.

A vivência do desastre de Goiânia sugere que essa memória “performativa” é praticada sob diferentes formas. Primeiramente, indica um elo construído entre os indivíduos e a experiência com a radioatividade, que vai além da descontaminação ou do processo de limpeza. Um segundo aspecto é que ela, a memória performativa, é usada para confrontar a interpretação oficial do desastre.

Sob a responsabilidade da (antiga) FUNLEIDE e dos “peritos nucleares”, os radioacidentados passaram por um escrutínio biomédico e sofreram contínuo monitoramento de seus corpos. Na perspectiva do “processo de purificação”, orquestrado pela aliança estabelecida entre governo e peritos nucleares, havia a expectativa de que os radioacidentados acatassem o entendimento e a explicação oficiais para as suas aflições e doenças, e reconhecessem que “*tudo está sob controle*”. Mas o contínuo confronto com a morte, o medo de ter câncer, o precário programa de acompanhamento de saúde, a defasada e inadequada indenização financeira, e as consequências sociais do estigma acarretaram um sofrimento emocional não contemplado pelos parâmetros utilizados pela perspectiva oficial para a definição das doenças decorrentes da radioatividade. Os indicadores matemáticos utilizados pelos “peritos nucleares”, a classificação biomédica de sintomas ou a declaração de que “*tudo está sob controle*” limitaram o entendimento das consequências que a exposição à radiação provocou nas pessoas, e, em decorrência, restringiram o sentido da noção de doença. Os “radioacidentados” se opõem ao relato oficial de seus sofrimentos e expõem publicamente as suas aflições atuais (algo já testemunhado por mim reiteradas vezes, como ocorreu no próprio dia do lançamento do “Museu do Césio”). Ao mesmo tempo, como vítimas oficiais do desastre, os “radioacidentados” têm direito a um acompanhamento médico sob a responsabilidade do “C.A.R.A” (Centro de Assistência aos Radioacidentados). Esse contexto produz um embate entre vítimas e equipe de saúde quanto à interpretação do sofrimento em situação de desastre radioativo.

E esta controvérsia representa uma ameaça à função do “C.A.R.A” de atuar como um “contêiner” radioativo e reter as divergências de interpretação e atualização da tragédia no âmbito da instituição.

De fato, **percebe-se**, com base nos relatos coletados e nas observações de campo, **que o discurso biomédico praticado no espaço público ainda insiste em deslegitimar as alegações feitas pelos pacientes quanto às aflições causadas pela radiação (DA SILVA, 2002: 228-233). Para se contrapor a essa contí-**

**nua negação de seus sofrimentos, os pacientes da antiga Fundação Leide das Neves utilizam a mídia para expor suas declarações.** Nessas situações, a memória oficial do desastre, sustentada pelo “saber médico”, é confrontada pela demonstração e pelo relato dos sobreviventes sobre a situação vivenciada no processo de continuidade do desastre. As memórias corporificadas dos sobreviventes solapam a representação oficial de que *“tudo está sob controle”*.

Assim como os “policiais do Césio”, as vítimas oficiais se defrontam com o “saber médico” aplicado na negação de seus sofrimentos. Para ambas as categorias, lembrar é atualizar o passado, assegurando a continuidade das marcas do desastre. Por conseguinte, as suas narrativas e as suas memórias corporificadas indicam um clamor por um acompanhamento e uma assistência permanentes de saúde. Na perspectiva oficial, o saber engendrado pelos sobreviventes deve ser apagado, não reconhecido, assim como as outras marcas do desastre. As experiências deles são desqualificadas, consideradas inadequadas, em comparação com o saber produzido pelos “peritos” biomédicos e nucleares. **A encenação e a “re-atualização” feitas continuamente pelos sobreviventes do trauma e das experiências passadas representam um permanente desafio às narrativas de encerramento do desastre.**

No caso de Goiânia, a multiplicidade das lembranças se articula em torno de dois eixos principais: a memória oficial, sustentada pelas representações produzidas pelo **poder institucional (governo, saber médico e peritos nucleares)**; e o saber subjugado dos sobreviventes. As afirmações institucionais de que *“tudo está sob controle”*, “os desastres acontecem, mas a radioatividade pode ser controlada” etc. se misturam com as memórias corporificadas dos sobreviventes. As primeiras encerram as lembranças do desastre em experiências, sentimentos e classificações fixas. Esta perspectiva aponta para um evento localizado no passado e trazido ao presente por meio de números, mapas e locais imutáveis. A segunda perspectiva, a dos sobreviventes, indica a prevalência de experiências que atualizam continuamente os eventos de 1987 e engendram o lócus das memórias. **Este trabalho pretendeu incluir a análise dessa política da memória (DA SILVA, 1998), que processa o enquadramento do desastre como uma estratégia de purificação simbólica e, ao mesmo tempo, “gerencia” e administra a memória corporificada que traz o acidente para a atualidade. Como consequência, enquanto a memória oficial se impõe na esfera do espaço público da política, ela simultaneamente repercute**

**para as vítimas como silêncio, deslegitimação e com a subjugação de suas lembranças e experiências.**

Através da memória (controlada), opera-se o processo de construção do sentido do desastre definindo quem são as vítimas, quais são as representações legítimas para a aflição, qual a linguagem autorizada para expressar o sofrimento, e quais as lembranças consentidas. Assim, o sofrimento social intensifica as aflições daqueles que já carregam o impacto do desastre em seus cotidianos. Conclui-se, repetindo o que já foi apontado por outros estudiosos sobre este tema: os desastres são eventos que não acabam quando são oficialmente declarados encerrados. Por isso mesmo, os estudos sobre a produção das memórias e os impactos do acidente com o Césio-137 no imaginário popular podem contribuir decisivamente não apenas para uma reflexão em termos acadêmicos e teóricos, mas também para fornecer elementos para uma melhor atuação na esfera das políticas públicas, subsidiando ações em defesa dos direitos dos grupos afetados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS OU DESFECHO**

A experiência de Goiânia é difícil de ser sintetizada ou simplificada, ainda que se procure fazer isso. Para alguns, um acidente de menores proporções; para outros, uma verdadeira catástrofe. Talvez todos estejam certos, ao mesmo tempo, cada um à sua maneira, com sua ótica própria (pelo menos, do ponto de vista estatístico). O episódio com o Césio-137, se comparado à tragédia de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, talvez seja mesmo um acidente menor em número de vítimas fatais. E se comparado, por exemplo, a Hiroshima (1945) e Fukushima (2011), no Japão, não há dúvida de que se trata de um desastre de dimensões mais restritas. Entretanto, para quem perdeu meia dúzia de familiares, cujos óbitos estão, direta ou indiretamente, relacionados ao acidente, o entendimento é outro.

Vidas perdidas, famílias destroçadas, uma história desfigurada. Tal como um destino interrompido, transformado subitamente, sem qualquer aviso (prévio) ou preparação. Os fatos ocorridos a partir do desastre com o Césio envolvem dor, sofrimento, desespero e humilhação, razão por que o que se viu, algum tempo depois da tragédia, foi uma tentativa mais ou menos camuflada de se negar o ocorrido.

Não é nenhum exagero chamar o que aconteceu de tragédia, pois foram

mesmo muito trágicos os quatro primeiros óbitos, num intervalo de seis dias, pouco mais de um mês após a cápsula de cloreto de Césio ter sido aberta. E foram bastante trágicos também os momentos vividos, desde então, pelas famílias diretamente atingidas, que perderam quase tudo: parentes, casas, objetos e animais de estimação, referências, trabalho, dignidade, paz, esperança.

No programa “Linha Direta”, da Rede Globo, especial sobre a tragédia, e que foi ao ar em agosto de 2007, há uma menção, feita pelo **Prof. Júlio de Oliveira Nascimento**, à declaração de uma das vítimas mais diretas do acidente acerca de um dos morros (montanhas de terra e grama) que encobrem os principais pertences dessas vítimas, no município de Abadia de Goiás: **“O morro é uma metáfora do que aconteceu com a nossa vida”**.

Além de inquestionável valor para o estudo da **história de Goiânia, de Goiás, e do Brasil**, a investigação e o exame mais detido e apurado dos fatos do acidente apresentam uma realidade social, política e administrativa que extrapola o período estudado. Tal estudo reveste-se de inegável atualidade, por (também) apontar injustiças cometidas sob o signo das **razões de Estado**, tão comuns na história política de todos os tempos. Mostra também os interesses encobertos de grupos de pressão no poder, os quais manobram em nome da segurança para manter certos segredos (obscurantismos).

Desinformação é a palavra que costuma andar lado a lado com o preconceito e a discriminação. Com efeito – e depois de décadas pesquisando o tema -, ainda convivemos com pontos obscuros do acidente, que não estão integralmente elucidados. Há denúncias, por exemplo, de que um braço (o antebraço direito) do catador de material reciclável Roberto Alves Santos e os cérebros das quatro primeiras vítimas fatais do Césio-137 ficaram (desapareceram) no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, sem a autorização das respectivas famílias; e de que os medidores de radioatividade usados pelos técnicos tinham os alarmes sonoros desligados para não causar pânico à população e aos que trabalhavam na descontaminação dos locais atingidos (pelo Césio). O número de afetados é ainda um ponto de interrogação em toda essa história. O governo federal só reconheceu sua responsabilidade na tragédia em 2001. Isto é, 14 (quatorze) anos depois.

Ainda dentro da questão nuclear, há um fato praticamente desconhecido de quase toda a população brasileira (exceto a fluminense), que foi o afundamento de um **laboratório radiológico em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro**. Esse desa-



bamento, que aconteceu no dia 3 de março de 1985, soterrou o laboratório do **Complexo Nuclear de Angra dos Reis**, deixando submersas mais de 40 (quarenta) fontes radioativas, dentre as quais 6 (seis) cápsulas de Césio-137.

Em artigo publicado no jornal “O Popular” de 17 de setembro de 2007, o cientista político Wilson Ferreira da Cunha, professor da PUC-GO, destacou uma frase de Norberto Bobbio: **“Estado que não tem transparência é o ‘Anti-Estado’”**.

E o que dizer do fato de o antigo **SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI)**, hoje **AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)**, ter assento na CNEN? Não poderia levar a uma retenção de informações que devem ser de conhecimento público?

Após o desastre de Chernobyl, um habitante de Varsóvia fez uma reflexão sobre essa catástrofe que se adapta, na medida, para a tragédia com o Césio-137, em Goiânia: “Se as autoridades mentem para nós o tempo inteiro, por que esperar que falem a verdade precisamente agora ?” (GABEIRA, 1987, p. 5).

Vale destacar que, no dia 13 de setembro deste ano (2012), o engenheiro químico carioca César Ney (já citado nesta dissertação) fez uma “revelação” histórica, em entrevista ao Jornal Anhanguera que passou nesse dia: Em 1987, a CNEN fez a já explanada “operação sigilosa” (palavras dele) de rastreamento de pelo menos 40 cédulas (notas) de dinheiro que estavam altamente contaminadas, mas não divulgou ou noticiou a operação para não causar ainda mais alvoroço e pânico social.

Como se sabe, muitas informações inéditas e revelações sobre a História só acontecem (vêm à tona) depois de transcorridos muitos anos dos fatos em questão. É por isso que se pode afirmar que a história do acidente com o Césio-137 ainda “permanece em aberto”.

Além disso, cabe também questionar: A fiscalização das fontes radioativas não deveria ser independente da CNEN?

Com as questões levantadas pela recente tragédia no Japão, é de se perguntar: O que o Brasil sabe sobre isso? O País estaria preparado para enfrentar uma catástrofe nuclear de grande porte?

A poluição radioativa tem se tornado motivo de grande preocupação desde a última guerra mundial, uma vez que os seus efeitos podem causar sérios danos às populações vegetais e animais nas diversas regiões da Terra. Todavia, é preciso também ressaltar que os elementos radioativos, quando bem manipulados, podem

ser muito úteis ao homem. Por exemplo, o Césio-137 e o cobalto 60 são muito utilizados no tratamento de tumores cancerígenos ou em bombas que se prestam à esterilização de insetos nocivos à agricultura.

A desinformação, a precariedade e a falta de precisão na comunicação em geral costumam produzir resultados desastrosos. Um verdadeiro colapso comunicacional. A ausência de clareza gera distorções sociais e fortes conflitos nas relações entre as pessoas. No **campo do Direito**, a grande questão é que, ao mesmo tempo em que há um intrincado e complexo emaranhado legal (e normativo) regendo o nosso ordenamento jurídico, não há, de uma maneira geral, resultados palpáveis que possam ser considerados satisfatórios. Ao contrário, o que há é falta de efetividade, como é flagrante no caso da fiscalização das fontes radioativas.

Outro ponto que considero relevante no trabalho foi mostrar em que medida se dá o descumprimento do compromisso do governo do Estado de Goiás na prestação de assistência às atuais e futuras gerações do desastre.

A síntese que faço (ou pelo menos procuro fazer) é a de que, após tantos anos estudando o assunto, percebo que não seria possível descartar completamente a ideia de que uma **“incursão à verdade” (como diria Kafka)** absorve, em alguma medida, orientações da imaginação das pessoas. A veracidade de algumas narrativas, de fato, não parece provável, mas deixa escapar nuances, pois envolve um **“telefone sem fio”** da comunicação. Como já observado anteriormente, **a reconstituição e a interpretação do acidente com o Césio-137 produzem um verdadeiro quebra-cabeça científico de exaustivas pesquisas e dados cotejados.**

Em nenhum momento, busquei ser o mais objetivo ou conciso possível, pois uma de minhas intenções foi justamente “demonstrar” o emaranhado da “trama” do Césio. Sem a preocupação com a possibilidade de parecer pretensioso, procurei destrinchar o enredo da tragédia extraindo-lhe fatos (que considero mesmo) muito importantes na história mais recente de Goiás e do País.

A imaginação é algo incontrolável e, por isso mesmo, tende a acrescentar novas cores às narrativas sobre os fatos. É a velha máxima: “Quem conta um conto aumenta um ponto”.

Não raro, nos deparamos com um volume tão grande de informações descontraídas, que, em alguns momentos, a única coisa possível de se fazer realmente é tirar (extrair) uma média dos dados e relatos discrepantes presentes nos diversos depoimentos - quase sempre divergentes - sobre a tragédia. E se é assim em um

evento geograficamente mais restrito, ocorrido dentro dos limites de um único município, como é que se poderia pretender apresentar uma verdade única e definitiva – como é comum acontecer - em relação a fatos ocorridos em regiões incomparavelmente maiores, há muitos anos, e que envolveram milhões de pessoas ?!

Sem dúvida, uma das conclusões a que pude chegar com este trabalho é a de que a história do acidente, mais do que revelar um **“Pânico Social”**, revela uma trança da sociedade, uma trança da própria vida. Tentar reconstituir a saga deste trágico evento da nossa história a partir dos relatos e testemunhos desses indivíduos é buscar compreender o fato procurando também afastar-se dele, ou das versões que dele conhecemos. Assim, talvez possamos rediscuti-lo e extrair-lhe pontos de vista novos, assim como promover o debate sobre o sempre presente perigo de reincidência. À beira da crise energética do petróleo, vários países, entre eles o Brasil, têm planos de investir em energia nuclear, o que poderá aumentar sensivelmente o risco de desastres nucleares de proporções ainda maiores.

Por isso, o debate deve, tão logo, ser realizado. A omissão e o silêncio são, certamente, os principais obstáculos a se vencer.

**“Foi necessário forjar uma arte de viver em tempos de catástrofe, para nascer uma segunda vez e, em seguida, lutar de cara aberta contra o instinto de morte que envolve a nossa história”.**

**ALBERT CAMUS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. HORKHEIMER Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos; tradução, Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor. **O ensaio como forma**. In: Cohn, Gabriel (Org.). Theodor Adorno. São Paulo: Ática, 1986.
- ADORNO, Theodor. **Sobre a lógica das ciências sociais**. In: Sociologia. São Paulo, Ática, 1986.
- ADORNO, Theodor. **Terminologia filosófica**. Madrid, Taurus, 1977.
- ADORNO, Theodor. **Tres estudos sobre Hegel**. Madrid, Taurus, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Dialéctica negativa**, 3ª ed. Madrid, Taurus, 1990.
- ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social**: uma genealogia do comum. In: CO-MUM. V.10, N. 23, PP. 122-138. Rio de Janeiro, 2004
- ALMEIDA, Cida. **Azul Esgotado**. Poesia e roteiro do ensaio coreográfico homônimo apresentado no Teatro Goiânia Ouro, no dia 3 de julho de 2007.
- ALMEIDA, Guido Antônio. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, 1985.
- ALVES, Gláucia Lelis. **Abadia de Goiás e o Acidente com o Césio 137**: um projeto hegemônico do Estado. Monografia, orientação Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Walderez Loureiro Miguel, Dep. Serviço Social, Univ. Católica de Goiás, 2002.
- ALVARES, G. T. **Luta na Epopéia de Goiânia: Uma Obra da Engenharia Nacional**. São Paulo: Associação Paulista de Imprensa.1942.
- AMADO, Janaína. **História e região**: reconhecendo e construindo espaços. In: Amado et al. República em migalhas. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Curso de Direito Ambiental**: doutrina, legislação, jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.
- AQUINO, Tomás de. **Questões discutidas sobre a verdade**. São Paulo, Nova Cultural, 1988 (Col. Os pensadores).
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Porto Alegre, Globo, 1969.
- ASIMOV, Isaac. **Breve Historia de La Química**. Madrid. Alianza, 1985.
- ASSOCIAÇÃO DE VÍTIMAS DO CÉSIO-137. **II Dossiê: Radioatividade** – Césio-

137. Comitê Civil de Assessoria ao Protocolo Brasil-Cuba. Goiânia, 1993.
- AZEVEDO, Renan F. **Posse: efeitos e proteção**. 1987, Co-edição EDUCS, Caxias do Sul-RS/Revista dos Tribunais, São Paulo-SP.
- AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de Sociologia** (Pequena Introdução ao Estudo de sociologia Geral). 8ª ed. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1971.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico, o que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.
- BALZAC, Honoré de. **Ilusões Perdidas**. França, 1843.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- . **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **O autor e o herói**. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BARROSO, Gustavo. **Segredos e Revelações da História do Brasil**. 2ª ed. (Da Academia Brasileira). Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1961.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 4ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 4v.
- BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1959. (1 edição, 1954).
- BATISTA, Isaura; NASCIMENTO, Maria das Graças. **O acidente com o céσιο 137 sob o olhar dos trabalhadores de vigilância sanitária, Dossiê Césio-137**. Revista da UFG, Ano IX, nº 1, Agosto de 2007.
- BAUM, Andrew; GATCHEL, Robert J.; SHAFFER, Marc A. *Emotional behavioral and physiological effects os chronic stress at Three Miles Island*. Journal of Consulting Psychology, 1983.
- BERCHEM, T. **“A missão das universidades na formação e no desenvolvimento culturais: a diversidade dentro da universalidade”**. Cadernos plurais – A missão da universidade hoje. Série Universidade-I, UERJ, Rio de Janeiro, 5: 5-58, set./ 1990.
- BRNARDES, Juliano Taveira. **Sentença na ação civil pública no caso do acidente com o Césio-137 em Goiânia**. *Jus Navigandí*, Teresina, Ano 5, nº 41, maio/ 2000.

BERTAZZO, Giuseppe. **Santa Casa de Misericórdia de Goiânia: 2003-2013.** – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1978.

\_\_\_\_\_. **A memória consútil e a goianidade.** Ciências Humanas em Revista, Goiânia, v. 5, nº 1, jan./jun. 1994.

BHABA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mal-estar na atualidade.** A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil nas atividades nucleares.** São Paulo. RT, 1985.

BLEICHMAR, Hugo. **O narcisismo.** Estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** 4ª ed., vol. 1, Brasília: Editora da UNB, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estudos sobre Hegel;** direito, sociedade civil, estado. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BOBBIO, Norberto. **O Tempo da Memória.** Editora Campus. Rio de Janeiro, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder.** São Paulo: Unesp, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Diário de um Século:** Autobiografia, 2ª edição, Editora Campus. Rio de Janeiro, 1998.

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna.** 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

**Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Física,** nº 01, ano 19, março de 1988.

BORGES, Pedro Célio. **Ruralismo, síndrome de periferia e Estado: mitos políticos e identidade regional em Goiás.** 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Identidade regional e política no centro do Brasil.** Acta do Congresso Luso-Brasileiro Memórias e Imaginários. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, p. 546-561, 9 a 12 de novembro de 1999.

BORGES, Weber. Eu também sou vítima: **A verdadeira história sobre o acidente com o Césio 137 em Goiânia**. Goiânia: Kelps, 2003.

BORGES, Mauro. **Pelo Brasil e Pelo Povo, volume IV**, Brasília, Distrito Federal, 1988, Centro Gráfico do Senado Federal.

BORN, Max. Física Atômica, 2ª ed. **Fundação Calouste Gulbenkian, 1965**, Lisboa.

BORNHEIM, Gerd. **Dialética; teoria e práxis**. São Paulo/Porto Alegre, Ed. Univ. de São Paulo/Globo, 1977.

BORJAS, Manuel C. **Comunidade de memória**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

BOSS, Medard. **Angústia, culpa e libertação**. 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAIT, Beth. **Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem**. In: —. (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine Escrita, **Leitura, dialogicidade**. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRASIL, Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Grupo de Trabalho, Fiscalização e Segurança Nuclear. Relatório do Grupo de Trabalho, Fiscalização e Segurança Nuclear. Relator: Deputado Edson Duarte – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. Série Ação Parlamentar; nº 343.

BRASIL, Antônio Americano do. **Pela História de Goiás**. Goiânia, Editora da UFG, 1980.

BRASIL, Presidência da República. **Conselho de Imigração e Colonização**. Goiás, uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro, 1949.

BURITY, Joanildo A. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, mimeo.

CÂMARA, Jaime. **Os tempos de mudança**. 2ª ed. Goiânia, Cultura Goiana, 1973.

CAMPOS, F.I. **Mudança da Capital: Uma Estratégia de Poder**. *Cadernos do IN-DUR*- Estudos Urbanos e Regionais. Goiânia. Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional, n. 2, p. 29-39, nov. 1980.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARDOSO, Eliezer de Moura et al.. **Apostila Educativa de Radioatividade**. Rio de Janeiro, CNEN. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Livros que inventaram o Brasil**. Novos Estudos Cebrap, p.21-35, nov. 1993a.

\_\_\_\_\_. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARPEAUX, Otto Maria. **O Brasil no Espelho do Mundo (crônicas de política internacional e nacional)**, 1964, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A.

CARVALHO, Geraldo Camargo de. **Química Moderna 2**, Editora Scipione, São Paulo, 1995.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**, 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**, 3ª ed. São Paulo, McGraw do Brasil, 1983.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988. (Coleção Documentos Goianos, 17).

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**; o discurso competente e outras falas. São Paulo, Ed. Moderna, 1980.

CHAVES, Elza. **Goiânia é azul: o acidente com o Césio-137**. Dossiê Césio-137. Revista da UFG, Ano IX, nº 1, Agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. **Atos e Omissões: acidente com o Césio-137 em Goiânia**. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CHEETHAM, Erika. **As Profecias de Nostradamus**; tradução de Áurea Weissenberg. – edição revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**; ensaio de antropologia política. São Paulo, Brasiliense, 1982.

COHN, G. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN. **Relatório sobre o acidente radioativo de Goiânia**. Rio de Janeiro, 1988. Mimeo.

**Concepções e formação do estado brasileiro/ Sílvio Costa, org.** – São Paulo: A.



Garibaldi – UCG, 2ª edição, 2004.

CONNERTON, P. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONSECUENCIAS *Psicosociales de los Desastres: la experiencia latinoamericana*. Centro de la Família Hispanica, 1989. (Monografias Clínicas, 2).

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, **promulgada em Goiânia, aos 05 dias de outubro de 1989**. Gráfica da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

COSTA, Jurandir Costa. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **O desenvolvimento das comunidades de Goiás**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia, 1977.

**Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Joanildo A. Burity (org.) – Rio de Janeiro, DP&A editora, 2002.

CRUZ, F. F. de Souza. **Radioatividade e o Acidente de Goiânia**. Cad. Cat. Ens. Fis., Florianópolis, 4 (3): 164-169, dez. 1987.

CURADO, Maria Paula; SILVA, Darlene. **Histórico do acidente radioativo de Goiânia**. Goiânia: Fundação Leide das Neves Ferreira – FUNLEIDE, 1989.

DA SILVA, T. C. 1997. Biomedical Discourses and Health Care Experiences. In: LEIBING, A. (Org.).

\_\_\_\_\_. Saúde Pública: A Medicina e a Política. *Revista de Patologia Tropical*. Goiânia. Instituto de Patologia Tropical. Universidade Federal de Goiás, n. 25, ano 2, p. 173 - 186, jul.- dez., 1996.

\_\_\_\_\_. Serviço de Higiene, **Origem da Saúde Pública em Goiás**, In: FREITAS, L. C. B. F. de. (Org.).

\_\_\_\_\_. **“Soldado é Superior ao Tempo”**: Da Ordem Militar à Experiência do Corpo como Locus de Resistência. *Horizontes Antropológicos*, n. especial: Corpo, Saúde e Doença. Revista do Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social. UFRGS: Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 119 - 143. 1998 a.

\_\_\_\_\_. **Política de Memória**: Reconstituo as Lembranças no Caso do Desastre Radiológico de Goiânia.” In: FREITAS, C. B. de F. (Org.). *Memória*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1998 b.p. 117 -138.

\_\_\_\_\_. Bodily Memory and the Politics of Remembrance: The Aftermath of Goiânia Radiological Disaster. *High Plains Applied Anthropologist*. N. Especial: Understanding Disasters and Catastrophes: An Anthropological Perspective. Colorado. E.U.A. v. 21, n. 1, p. 40 – 52, Spring 2001.

\_\_\_\_\_. *Radiation Illness Representation and Experience*: The Aftermath of the Goi-

ânia Radiological

Disaster. 283 f. Tese (Ph.D. em Antropologia). Programa de Antropologia. City University of New York, Graduate Center (CUNY – GC). Nova York, E.U.A. 2002.UMI n. 3047208.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. In: CANDIDO, Antonio (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DOLES, Dalísia E. M. **Fontes primárias da história de Goiás: arquivos cartoriais**.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUARTE, Aluizio Capdeville. **Regionalização: considerações metodológicas**. Boletim de Geografia Teorética, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 5-32, 1980.

DUARTE, Arédio Teixeira. **Universidade e Sociedade: Superando o descompasso**. Goiânia, CEGRAF, 1990.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa / Umberto Eco; tradução de Aurora Bernardini e Homero Freitas de Andrade**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo, Perspectiva, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala.

Estado insiste no depósito de lixo sem ônus. **Jornal O Popular**. Goiânia 05 de agosto de 1989.

FAORO, Raymundo. **Assembleia Constituinte, a legitimidade recuperada**. São Paulo: Editora Brasiliense (Coleção primeiros passos), 1981.

FAORO, Raymundo. **Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras**. In: CANDIDO, A. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar, 2003.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método; Esboço de uma teoria anárquica do conhecimento**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Anhembi, 1958.

FERNANDES, Ana Maria. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1990.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Elementos de direito municipal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

FERRAZ, E. S. B. **Autos de Goiânia**. Ciência Hoje, 1988, v. 7, p. 13.

FIGUEIREDO, Nelson Lopes de. **O Estado infrator**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FIORIN, José Luiz, **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo, 2006.

**Fotografia como testemunho, Suzane de Alencar Vieira Revista Proa**, nº 01, vol. 01. <http://www.ifch.unicamp.br/proa> 62.

**Fotografia como testemunho, Suzane de Alencar Vieira Revista Proa**, nº 01, vol. 01. <http://www.ifch.unicamp.br/proa> 63.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 1970.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**; uma arqueologia das ciências humanas. 3ª ed. São Paulo, Martins fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol 1. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx; **teatro filosófico**. 4ª ed. São Paulo, Editora Princípio, 1987.

FOUCAULT, M. *Power / Knowledge: Selected Interviews & Other Writings 1972 – 1977*. Tradução: Colin Gordon, Leo Marshall, John Mephan, e Kate Soper. New York: Pantheon Books, 1980.

FREITAG, Barbara. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1987. 86p.

FREITAS, L.C. B . F. de. Goiânia: “Goiânia *Locus* Privilegiado de Saúde”. In: FREITAS, L.C. B . F. de. (Org.). *Saúde e Doenças em Goiás: A Medicina Possível - Uma Contribuição para a História da Medicina em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1999. P. 239 - 289.

FREITAS, Vladimir; PASSOS, Gilberto de. **Crimes contra a natureza**. São Paulo: R. dos Tribunais, 1990.

FROM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES FERREIRA – FUNLEIDE/ COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN. **Programa de acompanhamento médico das vítimas do acidente com o Césio** – 137 em Goiânia. Goiânia, 1988. Mimeo.

FUSTIER, P. **A Infra-Estrutura Imaginária das Instituições**. In: KAÉS, R.(Org.). *A Instituição e as Instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

GABEIRA, Fernando. Goiânia, Rua 57: **o nuclear na terra do sol**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GARB, P. *Complex Problems and No Clear Solutions: Radiation Victimization in Russia*. In: JOHNSTON, B. (Org.). *Life and Death Matters: Human Rights and the Environment at the end of the Millennium*. Walnut Creek, California: Altamira Press, 1997. Ps. 307 - 329.

GARCIA, Ledonias Franco. **Estudos de História (5ª Série)**. Goiânia, Ed. UFG, 1986.

GAROZZO, Filippo. Madame Curie. **Coleção Os Homens que Mudaram a Humanidade**. São Paulo: Editora Três, 1974.

GEUSS, Raymond. Teoria Crítica. **Habermas e a Escola de Frankfurt**. Campinas, Papyrus, 1988.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo, EPU, Edusp, 1975. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Introdução à filosofia**. São Paulo, EPU, Edusp, 1979.

GILMORE, Robert. *Catastrophe theory for scientists and engineers*. Nova Iorque, Wiley, 1983.

GODINHO, Iúri Rincon. **Memória visual de Goiânia: O Álbum Perdido do Primeiro Prefeito (1945)**. Goiânia: Contato Comunicação, 2012.

GOIÂNIA: **cidade pensada / Tarcísio Rodrigues Botelho...**[et al.] – Goiânia: Ed. Da UFG, 202. 184 p.

GOIÁS. **Secretaria de Educação**. Plano Estadual de Educação. Goiânia, Unidade de Informações Culturais e Ocupacionais, s.d.

GOLDEMBERG, José. **O que é Energia Nuclear**. Coleção primeiros passos. Ed. Brasiliense. São Paulo.

GUSDORF, Georges. **A agonia da nossa civilização**. São Paulo, Convívio, 1978.

\_\_\_\_\_. **Tratado de metafísica**. São Paulo, Ed. Nacional, 1960.

GUSDORF, Georges. **A fala. Porto, Despertar**, s.d. (Col. Humanitas)

\_\_\_\_\_. **Mito e metafísica.** São Paulo, Convívio, 1979.

\_\_\_\_\_. **Tratado de metafísica.** São Paulo, Ed. Nacional, 1960.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia Atual da História.** Rio de Janeiro, Forense, 1967.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro, Freitas Borges, 1966.

HARVEY, D. *The Urban Experience.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

HUISMAN, D. e VERGEZ, A. **O conhecimento.** In:----- . Compêndio moderno de filosofia. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1968. V. II.

HABERMAS, Jurgen. **Problemas de legitimação do Estado.** In: Para a reconstrução do materialismo histórico. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

HECK, José N. **Estudos de terminologia filosófica;** linguagem, poder, pensamento. 2ª ed. ver. amp. Porto Alegre/Goiânia: Ed. Movimento/CEGRAF-UFG, 1992. (Coleção Dialética, 7).

HEGEL, Georg W. F. **A razão na história; introdução geral à filosofia da história.** São Paulo, Editora Moraes, 1990.

HEGEL, Georg W. F. **Princípios da filosofia do direito.** 4ª ed. Lisboa. Guimarães, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **O fim da filosofia e a tarefa do pensamento.** São Paulo, Duas Cidades, 1972.

HEIDEGGER, Martin. **Presença, mundanidade e realidade.** In: Ser e tempo. Petrópolis, Vozes, 1988.

HEIMSOETH, Heinz. **A Filosofia no Século XX.** Saraiva Editores - São Paulo, 1941.

HELOU, Suzana; Costa Neto, Sebastião Benício. **Césio 137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia.** Goiânia: Editora da UFG, 1995.

HOBBSAWN, Eric, J. **Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991.** São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia.** São Paulo, Cultrix, Edusp, 1973

IBRACE. **Dossiê Radioatividade Césio-137.** Goiânia, 1988.

INTER-AÇÃO. **REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG 14/15.** Goiânia

nia, janeiro/dezembro 1990/1991.

*INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY*. The radiological accident in Goiânia. Viena, IAEA, 1988.

I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O ACIDENTE RADIOATIVO COM CÉSIO - 137 EM GOIÂNIA, 1. Anais. Trabalho publicado sob os auspícios do CNPq : Nov/90.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 9ª ed. São Paulo, Cultrix, S. data.

\_\_\_\_\_. *Apud* JAKOBSON, Roman. **À procura da essência da linguagem**. In: op. Cit. P. 117.

**ITÁLIA se propõe a construir de graça depósito para lixo**. 1989. *Jornal O Popular*. Goiânia 13 de julho de 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Historiografia: uma questão regional?** In: AMADO et al. *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

JORGE, Miguel. **Pão cozido debaixo de brasa**. 2ª Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2004.

JORGE, Miguel. **Veias e vinhos**. 3 Edição. São Paulo: Ática, 1985.

KLEINMAN, A. at. al. *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LEFORT, Claude. **A filosofia política diante da democracia moderna**. *Revista Filosofia Política*. Porto Alegre, L&PM, 1984, n. 1.

LIFTON, Robert Jay. *Hiroshima and ourselves*. JAMA, 1985, v. 254, n. 5.

LIMA, Nei Clara de. **Narrativas orais e alegorias: uma poética da vida social**. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

LACERDA, Carla. **Sobreviventes do Césio 137, 20 anos depois**. Goiânia. Contato Comunicação, Editora da UCG, 2007.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. Coleção primeiros passos. Ed. brasiliense. São Paulo.

LYRA, Jorge / QUEIROZ, Luiz Alberto – Iris, **Um Homem Chamado Carisma**. Goiânia: Líder, 1990. 197 páginas. I. Iris Rezende Machado – dados biográficos e históricos; 2. Goiânia – história; 3. Goiânia – documentos históricos.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores,18).

LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo, Cultrix, 1972.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

LÜDTKE, A. Coming to Terms with the Past: Illusions of Remembering, Ways of Forgetting Nazism in West Germany. *Journal of Modern History*, n. 65, Sept. p. 542 - 572. 1993.

LUIJPEN, W. A. M. **Introdução à fenomenologia existencial**. São Paulo, EPU, Edusp, 1973.

LUKÁCS, G. et al. **Arte livre ou arte dirigida?** *Revista Civilização Brasileira*, nº13. Editora Civilização Brasileira, 1967, Rio de Janeiro.

KANT, Immanuel. **A Religião nos Limites da Simples Razão**. São Paulo, 1995, Editora Escala.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os pensadores).

KOLAKOWSKI, Leszek. **Horror Metafísico**. Campinas, Papyrus, 1990.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo. Editora Brasiliense (Coleção primeiros passos).

KUHN, Tomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1990.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental brasileiro**. 2ª ed., São Paulo: R. dos Tribunais, 1989.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **Eros e civilização**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo, 2004, Editora Brasiliense (Coleção primeiros passos).

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre Literatura e Arte** (Coleção Teoria). Lisboa, 1974, Editorial Estampa.

MATOS, Olgária C. F. **O homem e sua hora**. In: Os arcanos do inteiramente outro;

a Escola de Frankfurt e a melancolia da revolução. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MATOS, Olgária C. F. **Rousseau: uma arqueologia da desigualdade**. São Paulo, M. G. Editores Associados, 1978.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 12ª ed., São Paulo: R. dos Tribunais, 1986.

MERLEAU-PONTY, M. **Elogio da filosofia**. Lisboa, Guimarães, 1962. (Col. Idéia Nova).

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1971.

MIRANDA, Orlando. **Tio Patinhas e os mitos da comunicação**. São Paulo, Summus, 1976.

MIRANDA, Pontes de. **Introdução à Sociologia Geral**. Editora Pimenta de Melo & Cia., Rio de Janeiro, 1926.

MIRANDA Rosa. **Desorganização social**. In: Patologia social. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 71-85.

MOORE, Georg E. **Uma defesa do senso comum (Em defesa da linguagem ordinária e do senso comum)**. 4ª ed. In: Escritos filosóficos. São Paulo, Nova cultural, 1989.

MOREIRA, Antônio. **Campininha das Flores**. Biografias e Ensaios. Goiânia, Kelps, 2011.

MOREIRA, Maria Julia A. M. **Banco de Dados do Departamento de Psicologia da Fundação Leide das Neves Ferreira, Fundação Leide das Neves – Goiânia**. Comunicação pessoal, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo, Difel, 1975.

MPF-GO. Césio-137 – **entenda o caso**. Documento de divulgação pública. Arquivo da Coordenadoria de Documentação Jurídica, s/d.

NETO, S. B. da C. **Fatores do Processo de Tomada de Decisão da Equipe de Saúde numa Instituição de Tratamento a Irrradiados por Fonte Ionizante: Um Estudo de Caso**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília: D.F. 1994.

NEVES, Sueli Almeida. **Memória e Cotidiano - quando os radioacidentados militares entram em cena**. Monografia, orientação Prof.ª Dr.ª Walderez Loureiro Miguel, Dep. Serviço Social, Univ. Católica de Goiás, 2002.

NÍCOLI, Ieda. **O acidente em Goiânia**. CNEN. s/d.

NIETZSCHE, Friedrich. **A origem da tragédia**. São Paulo. Ed. Moraes, 1984.



NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo. Ed. Escala, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás. Tese (Doutorado em sociologia)**. Universidade de Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Entre o fascínio e o horror: a literatura de catástrofe em Goiás**. *Revista Fênix*: revista de história e estudos culturais, Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4, Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br).

OLDENBERG, O. ; HOLLADAY, W. G. **Introdução à Física Atômica e Nuclear**. Editora da Universidade de São Paulo, 1971, São Paulo.

OLIVEIRA, Hélio, 1929 – **Eu vi Goiânia crescer**: décadas de 50 e 60/ Hélio de Oliveira. Goiânia: Ed. Do Autor, 2008.

OLIVEIRA, Hélio de. **Eu vi Goiânia crescer**/ Hélio de Oliveira. Goiânia: Do Autor, 2012.

**O PEDAÇO AZUL DO INFERNO**. E-book retirado do site [www.gabeira.com.br](http://www.gabeira.com.br).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: Princípios e procedimento. 3ª ed., Campinas: Pontes, 2001.

OTTO, A. C. et al. **“Formação de Base em Energia Nuclear: A Experiência em Goiânia”**. In: VI Congresso Geral de Energia Nuclear. Rio de Janeiro. 10 de Out. a 1 Nov. 1995.

Pe. Netto, Francisco. **Anais do batismo cultural de Goiânia: 1942 / Reedição Histórica**: Núcleo do Patrimônio Histórico e Artístico de Goiânia, Coordenadoria de Cultura, secretaria Municipal de cultura, Esporte e Turismo, Prefeitura de Goiânia. Pimenta Netto. Gráfica e Editora Luzes Ltda. Goiânia, Goiás, 1993.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. **História de Goiás**. Goiânia, Ed. Da UCG, 1994.

PAULA, Gil Cesar Costa. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Goiânia, 2010, Editora Vieira.

PACHECO, Agnelo de Carvalho. **A dissertação**. São Paulo, Atual Editora, 1988. Série Tópicos de Linguagem.

PASSOS, Carlos. Siron Franco: Goiânia, Rua 57, outubro de 1987. **Revista UFG**, ano IX, nº1, 2007, pp. 40-43.

PEREIRA, Elaine Campos. Risco e Vulnerabilidade Socioambiental – **Depósito Definitivo de Rejeitos Radioativos na Percepção dos Moradores de Abadia de Goiás**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2005.

PEREIRA, Maria Emilia P. **Relatório de atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Psicológico da Rua 57**. Goiânia: Comunicação Pessoal, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PINTO, Fernando. **A menina que comeu Césio**. Brasília: Ideal, 1987.

POLITZER, G. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo, Fulgor, 1967.

POPPER, Karl R. **A miséria do historicismo**. São Paulo, Cultrix, 1980.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. Brasília, Ed. universidade de Brasília, 1982.

PORTO, Cleoman. **Radioatividade e suas aplicações**. Brasília: EdUnB, 2001.

QUEIROZ, Luiz Alberto de / LYRA, Jorge – Iris, **o carisma**. Goiânia: 1998 – 242 páginas.

RABELO, Francisco C. E. **Desenvolvimento e identidade: parâmetro da reconstrução das ciências sociais e humanas em Goiás**. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 1, n. 1, p. 63-69, jan./jun. 1998.

RAJCHMAN, John. **Foucault: ética e obra**. Texto foi apresentado no Colóquio RENCONTRE INTERNATIONALE. Michel Foucault Philosophe - Paris, 9, 10, 11, Janvier. Paris, Seuil, 1989. (Tradução de Wanderson Flor do Nascimento).

RASSI, Jorge Abdalla. **Goiânia, pequena grande cidade** / Jorge Abdalla Rassi. – Goiânia : Ed. da UCG, 2007.

REIMER, Ivoni Richter. **Como fazer trabalhos acadêmicos**. Goiânia, 2008, Editora da UCG.

REIS, Elisa. **O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro**. Estudos Históricos, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

**Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Poluição Nuclear**. Boletim Especial nº 01, ano 8, abril de 1977. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA.

REZENDE, Iris. Pedro Ludovico: **A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil**. Senado Federal. Brasília – 2001.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade Necessária**. Série Estudos Sobre o Brasil e a América Latina, Volume 7. Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1969.

RISSEVER, F. e BIRCH, D. C. *Mass media and the popular arts*. New York, McGraw-Hill, s.d.

ROCHA, Hélio, **Goiânia 75**, 2009, 326p.

ROCHA, Hélio. **Os inquilinos da casa verde**: governos de Goiás de Pedro Ludovico à volta de Marconi Perillo. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Kelps, 2012.

ROCHA, Hélio. **Sete Décadas de Goiânia** / Hélio Rocha – Goiânia: Contato Comunicação, 2003. 320 p.

ROMANO, R. “**A universidade, o possível futuro e um certo passado**”. Revista ADUSP, São Paulo, (19): 23-38, mar./2000.

ROSENFELD, D. L. **A questão da democracia**. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Col. Qualé).

ROUANET, Paulo S. **A verdade e a ilusão do pós-modernismo**. In: *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

ROUANET, Paulo S. **Mal-Estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean J. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

ROUSSEAU, Jean J. **Do contrato social. Ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre as ciências e artes**. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores, 24).

RYLE, Gilbert. **A linguagem ordinária**. 4ª ed. São Paulo, Nova Cultura, 1989. (Col. Os pensadores).

RUSSEL, Bertrand. **Significado e verdade**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia, 1992, CEGRAF (Centro Editorial e Gráfico) da UFG (Coleção Documentos Goianos).

SANTOS, Laymert G. **Alienação e capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Vôos).

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o Capital e mudam estruturas sociais**. Revista Contexto, São Paulo, (4): 31-44, Nov. 1977.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1971.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo, Saraiva, 1973.

SCHAFF, A. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra, Almedina, 1974.

SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. **Universidade Brasileira; a intenção da extensão.** São Paulo, Loyola, 1987. 158p.

SARDELLA, Antonio. **Curso Completo de Química.** Volume Único. São Paulo, 1998, Editora Ática.

SARTRE, Jean P. **O existencialismo é um humanismo.** São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores).

*Saúde e Doenças em Goiás: A Medicina Possível - Uma Contribuição para a História da Medicina em Goiás.* Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1999. p. 223 – 238.

SCHLICK, Moritz. **Positivismo e realismo.** 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Col. Os pensadores).

SEDEH, Salim. **Princípios de Sociologia Geral.** 4ª ed. Gráfica – Editora Michalany Ltda. São Paulo, 1963.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – **A questão dos testemunhos de catástrofes históricas.** Psic. Clínica. Rio de Janeiro, vol.20, n.1, p.65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. **O local da diferença:** ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **Testemunho e a política da memória:** O tempo depois das catástrofes. Proj. História, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005 b.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura:** O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A história como trauma.** In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação.* São Paulo: Escuta, 2000.

Senador (ANDRÉ) FRANCO MONTORO. Da **“Democracia” Que Temos Para A Democracia Que Queremos.** 1974, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A.

SILVA, Telma Camargo. **As celebrações, a memória traumática e os rituais de aniversário.** Dossiê Césio-137. Revista da UFG, Ano IX, nº 1, Agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. **“Memória Corporificada, Marcas Urbanas e Esquecimento:** A Descontaminação Simbólica no Caso do Desastre de Goiânia”. VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE). São Luís (Maranhão), Brasil, 01 a 04 de julho de 2003. Disponível em Comunidade Virtual de Antropologia.

\_\_\_\_\_. *Radiation Illness Representation and Experience: The Aftermath of the Goiânia*

*Radiological Disaster.2002, Tese (Ph.D em Antropologia) – City University of New*

York.

SILVA, Vera Alice C. **Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica.** In: AMADO et al. República em Migalhas. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. **Emprego e urbanização no Brasil.** Estudos CEBRAP, São Paulo, 1977.

SOMMER, Mateus. **Novas Técnicas de Leitura.** Rio de Janeiro, 1969, Editora Rio Gráfica.

SOUZA, Herbert (“Betinho”) José de; RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania.** São Paulo, 1994, Editora Moderna (Coleção Polêmica).

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STURKEN, M. *Tangled Memories: the Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering.* Berkeley: University of California Press, 1997.

TAYLOR, G. Cultural Selection. *Why Some Achievements Survive the Test of Time And Others Don't.* New York: Basic Books, 1996

TRANJAN FILHO, A.; RABELO P. N. **Aceitação do Local e da Construção do Depósito Definitivo de Rejeito Radioativo de Abadia de Goiás (Uma Visão do Processo de Aceitação Pública e de Percepção de Risco.** In: Conferência Internacional: Goiânia: 10 Anos Depois. Goiânia, 26 a 31 de Out. 1996.

TURNER, V. *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society.* Ithaca: Cornell University Press. California Press, 1974.

TERRA, Ernani (1997): Linguagem, língua e fala. São Paulo, Scipione. *The Medical Anthropologies in Brazil.* Berlim: VWB. Curare n. 12, p. 67 -79. 1997.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados.** O avesso do avesso. Campinas, Pontes Editores.

THALHEIMER, A. **Introdução ao materialismo dialético.** São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.

ULHÔA, Joel Pimentel de. **Rousseau e a utopia da soberania popular.** Goiânia: Editora da UFG, 1996. Filosofia – Rousseau. 2. Soberania popular – Aspectos filosóficos. I. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Césio 137: uma tragédia que vivemos.** Goiânia: Cegraf, 1988.

USBERCO, João; SALVADOR, Edgard. **Química Geral 1 – Manual do Professor.** 2ª

edição – 1996. São Paulo. Editora Saraiva.

VALLE, Fausto Rodrigues. **A permanência do Azul**. In: Cravos sobre a mesa. Goiânia: Kelps, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais**. In: CANDIDO, Antonio. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

VALENTE, I. & ROMANO, R. **“Universidade, pesquisa e avaliação”**. Folha de São Paulo, São Paulo, 3/jul./1998. Opinião, p.3.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

VIEIRA, Suzane de Alencar, **O Drama Azul: Narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio 137**. Dissertação de mestrado. Campinas, 2010.

WEBER, M. Max Weber – **vida e obra**. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).

WIEDERHECKER, Clyce Louise. Cidade, Promessa, Exclusão – **O Césio 137 em Goiânia**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WOJTOWICZ, Ana. **Roubados em seus Sonhos, uma interpretação da cobertura jornalística do acidente com o césio 137 em Goiânia**. Brasília: UnB, 1990. Dissertação (Mestrado, UnB).

YONEYAMA, L. **Hiroshima Narratives and the Politics of Memory. Tese. (Ph.D. em Antropologia)**. Programa de antropologia. Stanford University. Stanford. E.U.A. 1993. UMI n. 9309690.

ZONABEND, Françoise. **The Nuclear Peninsula**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.